



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA**

LEILA MÁRCIA SOUZA OLIVEIRA

**CONSTRUINDO ESPAÇOS PÚBLICOS:
O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO DO SUL DA BAHIA E A
POSSIBILIDADE DO DIÁLOGO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Salvador
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LEILA MÁRCIA SOUZA OLIVEIRA

**CONSTRUINDO ESPAÇOS PÚBLICOS:
O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO DO SUL DA BAHIA E A
POSSIBILIDADE DO DIÁLOGO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Cristina Vitale Ramos Mendes

Salvador
2010

UCSal. Sistema de Bibliotecas

O48 Oliveira, Leila Márcia Souza.
Construindo espaços públicos: o Fórum Florestal do Sul e Extremo do Sul da Bahia e a possibilidade do diálogo para resolução de conflitos/ Leila Márcia Souza Oliveira. – Salvador, 2010.
291f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientação: Profa. Dra. Denise Cristina Vitale Ramos Mendes

1. Participação social 2. Democracia 3. Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia 4. Espaço público 5. Sustentabilidade 6. Cidadania I. Título.

CDU 364.462(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

LEILA MÁRCIA SOUZA OLIVEIRA

**CONSTRUINDO ESPAÇOS PÚBLICOS:
O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO DO SUL DA BAHIA E A
POSSIBILIDADE DO DIÁLOGO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 19 de abril de 2010

Banca Examinadora:

Avaliador: Profa. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos

Avaliador: Profa. Dra. Mary Garcia Castro

Orientadora: Profa. Dra. Denise Cristina Vitale Ramos Mendes

*Ao amor,
Que produz um encontro de “I” perfeito.
Anáís, (e)terno sentimento.*

Agradecimentos

Às Mulheres do Mestrado – Ângela Borges, Mary Castro, Inaiá Carvalho, Denise Vitale, Kátia Freitas, Márcia Tavares, Denise Dornelles, Anete Ivo, Isabela Cardoso: seriedade, força e sabedoria.

Denise, a sua serenidade e seu conhecimento me incentivaram por este caminho. Meu apreço e gratidão por esta orientação.

Às Professoras Mary Castro e Bete Santos: o olhar diverso e desafiador me fez crescer.

Aos amigos do Mestrado Luciano, André, Amélia, Jamerson, Leila, Andréa, Marcelo, Michael e Fernanda: companheirismo e afeto.

Ao Governo do Estado da Bahia, através da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, responsável pelo aporte financeiro que possibilitou este percurso.

A Natália Valério, Sandro Mattos, Franz Lopes da Silva e Nelson Coeli, pela tradução e revisão do texto; e Paulo Barros – Suzano, pelas informações prestadas.

À Andréa Campeche, da Secretaria Executiva do Fórum Florestal, por todos os cuidados e Jaqueline Barros pelo apoio dedicado.

Nascimento, da Área de Sustentabilidade da Fibria, por mostrar-me que é possível fazer diferente. Grata pelas informações e reflexões.

Às palavras de Ruy, Nascimento, Virgínia, Oscar, Paulo Dimas, Sueli, Márcio, Pecin, Chris, Gerardo, Anette, Danilo, Ricardo, Mattedi, Saraiva, Beto e Paulo Vila Nova. Foram ótimas e enriquecedoras conversas.

Andréa, Fab e Duda, por acreditarem.

Ricardo Caribé, pela cumplicidade acadêmica.

À grande família, união e carinho. Minha mãe, Noemi, obrigada pela caneta mágica. Meu pai Elson, pelas linhas da estrada.

A todos os cidadãos do Fórum Florestal, pelo acolhimento, respeito e por mostrarem que os sujeitos de palavra e na palavra podem construir uma vida mais justa para todos nós.

*“Caminhante, não há caminho, o caminho
se faz ao caminhar.”
Antônio Machado e Ruyz*

RESUMO

Este trabalho analisou a experiência do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, um espaço dialógico, que tem como objetivos discutir e dirimir os conflitos socioeconômicos e ambientais na região. Criado em 2005, por iniciativa de uma empresa do segmento florestal, o Fórum Florestal é composto por representantes das empresas de base florestal verticalizadas com a celulose e organizações da sociedade civil que atuam no território. Diferentemente de outros espaços de participação social, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, o Fórum Florestal não contempla a participação do Estado. Nesse contexto, a pesquisa visa investigar em que medida esse novo arranjo institucional contribui para o fortalecimento da democracia. A pesquisa se deu no período de 2005 a março de 2010, correspondente ao início do Fórum Florestal e fim da pesquisa, e foi realizada a partir de apreciação documental, entrevistas semiestruturadas com participantes e outros atores sociais, bem como de observações presenciais durante as reuniões no ano de 2009 e em março de 2010. O estudo apontou que este desenho, ímpar, baseado no diálogo entre o setor privado e a sociedade civil, tem contribuído para a consolidação e ampliação dos espaços públicos, o fortalecimento da constituição dos atores sociais e o protagonismo da sociedade civil. Os dados levantados e a análise sobre eles revelam o objeto em estudo como um instrumento efetivo de construção da cidadania e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental do território em questão. Discutir os avanços e limites dessa experiência e a possibilidade da utilização do diálogo para resolução de conflitos é o principal objetivo deste trabalho.

Palavras-chave: democracia; participação social; Fórum Florestal; espaço público; sustentabilidade; cidadania.

ABSTRACT

This paper analyzes the experience of the South and Extreme South of Bahia Forest Forum, an area of dialogue, which aims to discuss and resolve social, economic and environmental conflicts at the region. Created in 2005, as an initiative of a business segment of the forest, the Forest Forum consists of representatives from forest-based companies verticalized with cellulose and civil society organizations operating in the territory. Unlike other areas of social participation, such as the Federal Managers of Public Policy, the Forest Forum does not include the participation of the nation. In this context, the research aims to investigate the dimension the way that this new institutional arrangement contributes to the strengthening of democracy. The research took place from 2005 until March of 2010, from the beginning of the Forest Forum and last month of the research, and was performed from the examination of documents, semi-structured interviews with participants and other social actors, and observations during the meetings in 2009 and March of 2010. The study has indicated that this drawing, exceptional as it is, based on dialogue between the private sector and civil society, has contributed to the consolidation and expansion of public spaces, strengthening the constitution of social actors and the role of civil society. Collected data and their analysis showed the studied object as an effective instrument for building citizenship and socio-economic and environmental sustainability of the territory mentioned. Discussing the advances and limits of this experience and the possibility of using dialogue to resolve conflicts is the main objective of this paper.

Keywords: democracy; social participation; forest forum; public space; sustainability; citizenship.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Áreas das empresas de celulose no Sul e Extremo Sul do Estado da Bahia.....	138
TABELA 2 - Ações recomendadas ao Estado e outras a serem executadas no Sul e Extremo Sul da Bahia	160
TABELA 3 - Quantidade de reuniões do Fórum Florestal, distribuídas por município do Extremo Sul do Estado	184

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Área ocupada pela atividade de silvicultura pelas empresas ligadas à ABAF no Sul e Extremo Sul da Bahia.	118
FIGURA 2 - Demonstrativo de frequência nas reuniões plenárias do Fórum Florestal de jul./2005 a mar./2010.	187
FIGURA 3 - Número de OSC em reuniões do Fórum Florestal entre jul./2005 e mar./2010.	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABAF	Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantadas
ABES	Associação Baiana de Engenharia Sanitária
ABONG	Associação Brasileira de ONGs
ACA	Associação Comunidade Afro
ACM	Antônio Carlos Magalhães
ACQSUL	Associação Comunidade Quilombola do Rio do Sul
ACTTM	Associação Cidadania e Transparência da Terra Mãe
ANAC	Associação dos Nativos de Caraíva
APA	Área de Proteção Ambiental
APEDEMA	Assembléia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente
APM	Aracruz Produtos de Madeira
APPA	Associação Pradense de Proteção Ambiental
ASASCC	---
ASBENC	Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíva
ASCAE	Associação Cultural Cabrália Arte e Ecologia
BA	Bahia
BAHIABIO	Programa de Bioenergia
BAMIN	Bahia Mineração
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMF	Bolsa de Mercadoria e Futuros
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BNDESpar	Banco Nacional de Desenvolvimento
BOVESPA	Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
BRACELPA	Associação Brasileira de Celulose e Papel
CCC	Conselho Comunitário Consultivo
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPEDES	Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia
CEPRAM	Conselho de Meio Ambiente
CERB	Companhia de Engenharia Ambiental
CERFLOR	Programa Brasileiro de Certificação Florestal
CI	Conservation International
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMC	Comunicações Mediadas por Computador

COFIC	Comitê de Fomento Industrial de Camaçari
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
COOPE	Instituto Luís Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia
COOPLANTAR	Cooperativa de Reflorestadores de Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia
COPENER	Copener Florestal Ltda
CRA	Centro de Recursos Ambientais
D.O.E.	Diário Oficial do Estado
DAMA	???
DJSI World	<i>Sustainability World Index</i>
DS	Desenvolvimento Sustentável
ECA	???
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GAMBÁ	Grupo Ambientalista da Bahia
GAC	Gestão Ambiental Compartilhada
GERMEN	Grupo de Recomposição do Meio Ambiente
GRAMA	Grupo de Resistência as Agressões ao Meio Ambiente
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBIO	Instituto Bioatlântica
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IFC	Corporação Financeira Internacional
IMA	Instituto de Meio Ambiente
INGÁ	Instituto de Gestão das Águas e do Clima
IPEMA	???
ISE	Interface Sócio-Estatais
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
IUCN	International Union for Conservation of Nature
LIGAMBIENTE	Liga de Entidades Ambientalistas da Bahia
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDPS	Movimento de Defesa de Porto Seguro
MESOVALES	Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri
MP	Ministério Público

MPE	Ministério Público FEstadual
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Sem-Terras
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
OAB	Ordem dos Advogados da Bahia
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAPAMEL	Propágulos Prum Ambiente Ecologicamente Legal
PAT ECOSMAR	Projeto Amiga Tartaruga
PARNA	Parque Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PN	Parque Nacional
PNUD	Programa das Nacões Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRESERVA	Associação dos Proprietários de Reserva Particulares da Bahia e Sergipe
PT	Partido dos Trabalhadores
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMA	Rede Mata Atlântica
RS	Rio Grande do Sul
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SEC	Secretaria de Educação
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
PCE	Projeto Corredores Ecológicos
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SICM	Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração
SINDEC	Sindicato dos Empregados no Comércio de Teixeira de Freitas
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SMADE	???
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	São Paulo
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medeiros Neto
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia
SUS	Sistema Único de Saúde

TNC	The Nature Conservancy
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VCP	Votorantim Celulose e Papel
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>
WCS	<i>World Conservation Strategy</i>
WRI	<i>World Resources Institute</i>
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA.....	24
1.2 OBJETIVO	26
1.2.1 Objetivos específicos.....	26
1.3 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO ADOTADOS PELA PESQUISA.....	26
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	27
2 CAPÍTULO I – NAS TRILHAS DA DEMOCRACIA, CONSTRUINDO A CIDADANIA	30
2.1 A DEMOCRACIA MODERNA	39
2.2 OS MOLDES DAS DEMOCRACIAS COMPETITIVO ELITISTA, LEGAL E PLURALISTA	45
2.3 A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	48
2.3.1 A participação cidadã	56
2.4 DEMOCRACIA DELIBERATIVA: DIÁLOGO, ESFERA PÚBLICA E CONSENSO.....	62
2.5 CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA E CAPITALISMO.....	79
3 CAPÍTULO II – DEMOCRACIA, CIDADANIA E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO BRASIL.....	94
3.1 A ABERTURA BRASILEIRA PARA A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DELIBERATIVA	105
3.2 OS CONSELHOS DE COGESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – CONTRIBUIÇÕES E DIFICULDADES NA REALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	106
3.3 OUTROS DESENHOS INSTITUCIONAIS: A BUSCA PELA EFETIVIDADE DA DEMOCRACIA	112
4 CAPÍTULO III – O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA: CONTEXTO, CONTROVÉRSIA E ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS.....	116
4.1 O DIÁLOGO: ABERTURA E CONTROVÉRSIA.....	121
4.2 ENTRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.....	128
4.2.1 A disposição das empresas privadas para o diálogo.....	136
4.3 O PROTAGONISMO SOCIAL E O MOVIMENTO AMBIENTALISTA ..	141
4.3.1 O Capital Social como paradigma a ser considerado	149
4.3.2 O movimento ambientalista no Brasil e na Bahia	151
4.3.3 A sociedade civil no Fórum Florestal.....	155
4.4 A AUSÊNCIA DO ESTADO.....	158
4.4.1 O Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia	168
4.5 APRESENTANDO O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA	171

5 CAPÍTULO IV – AVALIANDO O FUNCIONAMENTO E A DINÂMICA DO FÓRUM FLORESTAL	178
5.1 O USO DA PALAVRA.....	178
5.2 A QUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO.....	184
5.3 O EXERCÍCIO DELIBERATIVO.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS - Limites e possibilidades	210
REFERÊNCIAS	217
APÊNDICES	232
APÊNDICE 1	233
APÊNDICE 2	236
APÊNDICE 3	239
APÊNDICE 4	241
APÊNDICE 5	253
APÊNDICE 6	256
ANEXOS	284
ANEXO 1	285
ANEXO 2	287
ANEXO 3	289

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como objetivo estudar o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, um espaço público que traz a experiência de juntar para o diálogo em prol da possibilidade de resolução de conflitos e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental do território empresas privadas de base florestal verticalizadas com a celulose e organizações da sociedade civil.

O diálogo vem ocorrendo desde julho de 2005 de forma sistemática e objetiva atingir acordos e encaminhar deliberações que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam as comunidades em torno dos empreendimentos florestais, bem como para preservação e equilíbrio ambiental do bioma Mata Atlântica, predominante na região em questão.

A necessidade do diálogo se configurou devido ao modelo de ocupação territorial dos empreendimentos florestais dessas empresas, que, desde o final da década de 1970, se instalaram no território, levando o poder do grande capital para a região. Questões como segurança alimentar, êxodo rural, presença de índios e quilombolas, desemprego, ameaça à biodiversidade, ocupação de terra, somadas à ausência do Estado no território, traduzida pela péssima qualidade dos serviços públicos e infraestrutura, tornaram premente e imprescindível a construção dialógica, cujo olhar acadêmico, nesse momento, busca analisar a sua efetividade.

A aproximação com o objeto de pesquisa se deu de forma espontânea, quando, por força do trabalho, me foi apresentado o Fórum Florestal, em julho de 2008. Ao acompanhar a reunião, que costuma durar dois dias, o interesse foi despertado pela forma com que as discussões estavam sendo conduzidas. Naquele momento, o Fórum Florestal, como será chamado o objeto de pesquisa nesta dissertação, se dedicava a avaliar a sua atuação durante o ano de 2007 e trazia um rico debate acerca do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, geração de renda, ocupação territorial, entre outros temas contemporâneos.

Tanto o conteúdo quanto a forma da discussão remeteram a um conhecimento teórico já percorrido, visto que havia uma concepção de dissertação sendo amadurecida, dentro da área de Políticas Sociais, especificamente sobre o projeto de democracia participativa, voltada a analisar os Conselhos de Cogestão baianos relacionados ao tema do meio ambiente.

A novidade que se proporcionava naquele espaço se fazia ocorrer por algumas características, a saber: o diálogo acontecia entre a sociedade civil e empresas privadas; o Estado não se fazia presente; a palavra era o único instrumento do embate; as discussões objetivavam a ação; o espaço se mostrava plural; os debates aparentavam riqueza em conteúdo e na retórica; um acordo já havia sido construído e várias deliberações encaminhadas, demonstrando possibilidade de factibilidade da proposta; e, por fim, o cenário, clima e desafios despertaram o interesse por conhecer o Fórum Florestal e analisá-lo a partir do viés da democracia.

A mudança de objeto de pesquisa, ainda que dentro de um mesmo tema, indicou a necessidade de uma revisão bibliográfica mais acurada, pois as categorias de análise foram ampliadas e diversos outros assuntos foram incorporados ao conhecimento no intuito de respaldar a compreensão do contexto, dos atores e do elemento em questão.

À medida que a aproximação com o objeto de pesquisa ocorria, através de documentos disponíveis, conversas ainda que informais, e prontamente nas primeiras observações presenciais, foram identificados também alguns autores, como Dagnino, Gohn, Santos, Carvalho e Cohen, que apontavam para alternativas de arranjos institucionais que pudessem responder às lacunas deixadas pela democracia representativa e, ainda mais, pela democracia participativa, configurada a partir da abertura democrática pós-Constituição de 1988. O desenho institucional e a sua proposta dialógica tornavam complexa a análise, por remeter a algumas categorias utilizadas pelo modelo da democracia deliberativa.

O tema democracia remonta à Grécia antiga, onde foi fecundado. Para compreender o atual estágio desse regime político, fez-se necessário um breve percurso histórico, atendo-se às características em que foi criado (o uso da palavra, a publicização, a transparência, a visibilidade, a igualdade, o bem comum e a construção de espaços públicos), para ser retomada no século XVIII, após as Revoluções Americana e Francesa, já sob o princípio dos Direitos Humanos e uma grande contribuição do ideário liberal. No século XX, incorpora-se a possibilidade da representatividade no lugar da democracia direta, e outras formas de conceber o regime vão sendo delineadas, a exemplo da concepção elitista shumpteriana e da pluralista. Foi preciso conhecer o amadurecimento do regime democrático para poder perceber a importância da guinada ideológica, já na década de 1960, em direção à democracia participativa e à participação cidadã, pontos centrais do interesse desta pesquisa.

Em complemento à abordagem do percurso democrático, o tema cidadania foi contemplado, focando a participação do povo no governo e a busca dos direitos conquistados. Pensamentos de autores clássicos foram revisitados, a exemplo de Rousseau, Locke e Tocqueville, com ênfase nas suas compreensões acerca da igualdade, liberdade e comunitarismo, respectivamente. A concepção de cidadania foi reconsiderada no século XVIII, após anos de esquecimento durante o regime feudal, e autores como Taylor, Marshall, Walzer e Rawls foram apreciados.

Contudo, quando da análise da forma como ocorrem o diálogo, a argumentação, a construção de consenso, a não votação, o diálogo entre desiguais, a direção do acordo e da resolução das questões envolvendo a ação, foram encontrados respaldos teóricos junto aos autores da democracia deliberativa, o que levou a pesquisa a se deter nesse ponto do mesmo modo, sobretudo nos aspectos procedimentais do diálogo.

As críticas de outros autores, como Mészáros e Fraser, ao pensamento habermasiano, conduzido a um ponto delicado desta teoria, qual seja a sua aplicabilidade em um contexto onde a desigualdade econômica se faz presente e a realidade democrática foi e está sendo edificada diferentemente dos moldes europeus, a partir dos quais a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas foi pensada.

A realidade latino-americana traz a reflexão acerca das possibilidades da construção democrática em países sob o domínio do capitalismo, destacando-se a América Latina, por ter vivenciado longos anos de governo ditatorial e de incorporação de um regime econômico neoliberal, cujo modelo implantado, por força da própria ideologia capitalista, dificulta o estabelecimento dos princípios democráticos, ainda que apresentando inovações na construção de espaços públicos.

Autores como Boron e Wood destacam as dificuldades do estabelecimento da democracia nessa conjuntura econômica, enquanto alguns teóricos, a exemplo de Dagnino, Sen, Giddens e Bobbio, apresentam caminhos de equacionamento do assunto a partir de outras formas de lidar com a querela. Obviamente que se trata também de posições ideológicas, porém, diante do grande capital instalado no território em questão, representado pelas indústrias de celulose e papel, e considerando que apenas uma delas, a Fibria, é atualmente a maior empresa de celulose do mundo e que a proposição das Organizações da Sociedade Civil - OSC para o diálogo com essas instituições vem marcar uma aceitação desse modelo econômico, toda a análise que se segue da relação empresa privada e OSC é pautada

na realidade do contexto capitalista, que, apesar dos questionamentos e incômodos demonstrados por elas em relação ao modelo de ocupação territorial, à monocultura de eucalipto e seus impactos socioeconômico e ambiental, em nenhum momento a sociedade civil do Fórum Florestal se opõe a dialogar com as empresas, considerando a permanência dessa realidade econômica no território.

A partir da compreensão do conflito instaurado pela presença do capitalismo e da tentativa de estabelecimento do regime democrático no continente latino-americano, debruçou-se na história da constituição da democracia e da cidadania no Brasil, tendo como foco a construção de espaços públicos. Uma breve passagem pela experiência dos Orçamentos Participativos, da possibilidade de utilização de ações junto ao legislativo, da contemplação do *referendum* e do plebiscito como envolvimento do povo na formação de leis e do estabelecimento de mecanismos de controle social mostra a abertura para a democracia a partir da Constituição Cidadã. Entretanto, é o desenho dos Conselhos de Cogestão de Políticas Públicas que terá maior atenção nesta dissertação, pois, teoricamente, é onde agregaria a possibilidade da participação da sociedade civil de uma forma deliberativa junto à formulação de Políticas Públicas, em prol do bem comum, ainda que atrelado à estrutura governamental. O modelo desses Conselhos deveria, em tese, ocupar o espaço público que hoje o Fórum Florestal representa.

Como Gohn, Tatagiba e Carvalho já sinalizam para um esmaecimento dos trabalhos dos Conselhos, não desmerecendo a sua importância enquanto espaço democrático para a formulação de Políticas Públicas, mas apontando os seus problemas e limites, foram buscados na literatura outros desenhos institucionais que pudessem fazer, ou tentar fazer, o papel dos Conselhos de Cogestão. Dagnino, Cohen, Teixeira e Carvalho apresentam, na configuração de Fóruns da Sociedade Civil, a alternativa de instituir formas mais eficazes de construção democrática.

Sob a perspectiva do novo e da possibilidade de se ter um exemplo prático de espaço público sendo formado sem a presença do Estado e, ainda mais, em diálogo com o mercado é que se justificam a apresentação e análise do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul, a controvérsia do dialogar e as características dos seus atores.

O Fórum Florestal foi observado presencialmente em sete reuniões, que ocorreram entre fevereiro de 2009 e março de 2010; todos os documentos (Boletins, atas, Princípio do Fórum Florestal, trabalhos técnicos e editais de seleção) foram apreciados desde o seu início,

em 2005, até a data de 23 de março de 2010; os e-mails trocados no ano de 2008, 2009 até março de 2010, tanto no grupo da plenária quanto no grupo maior do Fórum Florestal, foram considerados em análise; realizaram-se dezessete entrevistas semiestruturadas, sendo com três pessoas ligadas ao trabalho do Governo do Estado, um membro de instituição que não participa do Fórum Florestal, três representantes de empresa e dez membros de organização da sociedade civil.

Este objeto de pesquisa mostrou-se uma grande arena de discussão, onde a livre palavra é exercida, respeitando os princípios de civilidade, que é lembrado sempre que, numa discussão mais calorosa, algum integrante se exalta, com pronunciamento ofensivo, seja na escolha do dizer ou no tom de voz, a qualquer outro membro do Fórum Florestal, da sociedade civil ou das empresas, presencialmente ou por e-mail (MENEZES, 2010a). Todos têm o direito ao pronunciamento, cuja mediação do Secretário Executivo tem por finalidade lembrar ao orador o assunto em voga, evitando que as ideias sejam tergiversadas e balizando o tempo para dar oportunidade a todos. Os debates são levados a termo até a sua exaustão, ora por fechamento de um entendimento, ora pela compreensão de que se necessita retomar a questão em outro momento. A conclusão do debate, por consensuar uma posição, ou porque precisa-se de um maior amadurecimento e entendimento entre as partes, na maioria das vezes, levou a uma deliberação de acordo ou de encaminhamento de proposições. Os acordos, até a data desta pesquisa, já tinham alcançado algum sucesso e foram comemorados com uma salva de palmas, numa demonstração de trabalho realizado.

O clima da reunião é respeitoso, mas não por isso palavras duras e incisivas não são pronunciadas nas reuniões bimensais da plenária ou nos Grupos de Trabalho sobre diversos temas, a exemplo do ordenamento territorial. O poder público é convidado sempre que há uma demanda, mas ocorreu de comparecer por conta própria. A maioria da sociedade civil é formada de Organizações não Governamentais – ONGs ambientalistas, mas encontram-se no Fórum Florestal associações e cooperativas comunitárias. As empresas se fazem presentes com seus representantes, que têm funções técnicas e/ou políticas. A pluralidade e diversidade das ideias estão presentes nas reuniões, mas também chama a atenção a desigualdade quanto ao conhecimento técnico e ao uso da racionalidade discursiva nos embates argumentativos.

A diversidade dos atores sociais que compõem o Fórum Florestal perpassa pelos objetivos da sua presença no espaço dialógico. Os atores representantes das empresas, independentemente da sua posição cidadã, estão a serviço de suas organizações. Estas, por sua

vez, têm propósitos junto aos seus negócios, que as levam em direção à abertura para o diálogo. Um entendimento sobre o conceito de desenvolvimento sustentável socioeconômico e ambiental e sustentabilidade empresarial foi necessário para considerar os motivos indicados pelas agências internacionais, como o Banco Mundial e o FSC - *Forest Stewardship Council*, bem como as nacionais, BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social e o CERFLOR – Programa Brasileiro de Certificação Florestal, para que as empresas se voltassem em direção à contemplação das questões sociais das comunidades no entorno dos seus empreendimentos. Conhecer esses conceitos, as suas origens e propósitos, apresentados por Nobre, Gomes, Sen e outros, foi, outra vez, refletir sobre a diferença de posição de quem está a serviço do capital e de quem faz parte de um grupo alheio aos grandes ganhos econômicos, porque, em se tratando do Fórum Florestal, sejam os empregados das empresas ou membros das OSC, todos estão inseridos na lógica capitalista.

Ao analisar os atores da sociedade civil, constata-se a heterogeneidade dela, e há de se refletir sobre a representação e autoridade dos seus representantes. Nesse aspecto, o tema do capital social apontado por Gohn, Baqueiro, Cremonese, entre outros, aparece como encaminhamento de sinergias entre a sociedade civil, o Estado e o mercado, e os valores de confiança, reciprocidade e solidariedade são evocados para a resolução de conflitos que afligem as comunidades. Esse é um ponto delicado da análise, pois esta dissertação não se propõe a esmiuçar as histórias, as identidades e os projetos políticos de cada OSC e seus atores, limitando-se a fazer uma pouco aprofundada consideração sobre os possíveis graus de capital social encontrados nas organizações a partir do exame da sua formação institucional.

Quanto ao Estado, a sua ausência no diálogo levou à necessidade de refletir acerca da governabilidade e da governança no território. As suas ações, justificadas por ser um governo recente, de orientação participativa e que não teve o tempo necessário para reconstruir a presença do Estado na região, ainda se mostram tímidas em relação às demandas socioeconômicas das comunidades do Sul e, em especial, a do Extremo Sul da Bahia. Os documentos produzidos pelo Governo do Estado como instrumentos de diagnóstico e planejamento de Políticas Públicas (o “Diagnóstico da Silvicultura” e a “Avaliação Ambiental Estratégica” - AAE) apontam para uma realidade não desconhecida por aqueles que habitam o território, cuja dinâmica e carência requerem uma atuação mais efetiva e proativa, o que quicá seja o espaço hoje encontrado pelo Fórum Florestal.

A região tem carências básicas de infraestrutura, de serviços de saúde e educação; a economia é basicamente a silvicultura, tendo o turismo e a pecuária como outras presenças, já que a atividade de agricultura é tímida. Há problemas como falta da agricultura familiar, êxodo rural, roubo ilegal de madeira nativa e plantada, carvoejamento - comprometendo a saúde e a dignidade do trabalhador, tráfico de drogas e outras mazelas a que uma localidade pode estar submetida quando não há o mínimo existencial para ela.

Ademais, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, que desenhava ser um ambiente esperançoso de governança e de estabelecimento de Políticas Públicas, enfrenta um momento de afirmação legitimidade e um distanciamento da sociedade, que o faz, e não é esse somente o seu papel, estar preocupado apenas com a governabilidade, a partir da anuência em relação aos processos de licenciamento ambiental.

O cenário rico em elementos a serem analisados, imbricados por uma rede de assuntos complexos e perante um objeto de pesquisa inusitado em seu contexto e proposição, tornou instigante a análise da dinâmica e funcionamento do Fórum Florestal. Essa apreciação, à luz da democracia, quanto à efetiva participação da sociedade civil, correlacionada com o exercício da cidadania, a contribuição para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do território e para a elaboração de Políticas Públicas, pretende responder a esse desafio.

Fóruns da Sociedade Civil surgem como um intrigante desenho institucional. O Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, um exemplar desses, se coloca nesta dissertação como uma oportunidade de observação do protagonismo da sociedade civil e da possibilidade de, através da palavra, caminhar para a resolução de conflitos e para a consolidação e ampliação de espaços públicos.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA

A construção da participação se dá pelo processo de amadurecimento das relações, complexas e contraditórias, entre os diversos atores sociais e o Estado, devendo ser analisada sob a ótica de condições que transcendem a determinação do Estado ou a vontade da sociedade.

Os espaços públicos seriam os cenários apropriados para a construção democrática. Como característica da democratização, esses *lócus* de debates e negociações, após a Constituição de 1988, passaram a vincular-se à estrutura do Estado na forma de Conselhos, Conferências, Comitês, Câmaras e outros Fóruns, de caráter deliberativo ou consultivo, com a

participação da sociedade civil, atendendo o que prescreve a própria Carta Magna do Brasil em seu art. 1º: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição" (BRASIL, 1988, p. 1).

Importante para o conceito de público, a presença de fóruns não estatais tem sido a direção do governo de participação democrática. Como sujeitos ou no formato de Organizações da Sociedade Civil, o povo passa a contribuir na formulação de Políticas Públicas, num modelo de gestão pública contemporânea, configurando modernização e demonstrativo de progresso político e social, além de fazer emergir muitos atores sociais fora do ambiente público.

Percebe-se, no entanto, que a sociedade, tanto a mundial e, especificamente, a brasileira, já dá sinais de fadiga desse padrão, questionando o consorciamento do modelo representativo com o participativo, principalmente seus resultados quanto, não à ampliação e consolidação do regime democrático que já demonstra solidez e amadurecimento, mas à efetividade das ações para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente no aspecto referente à sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Há de se inventar e reinventar as alternativas democráticas para que se possa, sem destituir os ganhos com esse regime político, atender às demandas sociais prementes (SANTOS; AVRITZER, 2007, p. 71; CARVALHO, 1998, p. 8; VIZEU; BIN, 2008, p. 2; COELHO; NOBRE, 2004, p. 11; MARQUES, 2008, p. 32; D´ARAÚJO, 2003, p. 23).

O que se verifica atualmente é o surgimento de Fóruns da Sociedade Civil, imbuídos do espírito dialógico, mas vertidos para ação deliberativa, capazes de resolver dentro da própria sociedade civil as questões que emergem de determinado território. O propósito parece ser não o da substituição do Estado e da ideia da representação política, mas uma iniciativa de resolução de conflitos em determinado local e sob a égide de temática específica.

Este trabalho teve por objetivo apresentar a experiência do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, cujo desenho institucional assemelha-se ao de Fóruns da Sociedade Civil, apresentados por alguns autores (DAGNINO, 2002; COHEN, 2000; CARVALHO, 1998; TEIXEIRA, 2002), mas com a peculiaridade de ser um diálogo entre a sociedade civil e empresas privadas.

O Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, por seu desenho institucional e sua dinâmica de funcionamento, configura-se como uma possibilidade de construção e

consolidação de espaço público. Sua existência e pertinência foram analisadas à luz da democracia e da possibilidade do diálogo para resolução de conflitos.

1.2 OBJETIVO

Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise da estrutura e da dinâmica de funcionamento do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia entre julho de 2005 a março de 2010, a partir da perspectiva da consolidação e do fortalecimento de espaços públicos, considerando a possibilidade do diálogo para resolução de conflitos no território.

A premissa é a de que, num País de tamanha dimensão, diversidade de conflitos e contextos históricos e culturais diferenciados, a existência de Fóruns da Sociedade Civil, a exemplo do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, ajuda na ampliação de regimes democráticos e no encaminhamento de soluções para questões de agenda local.

1.2.1 Objetivos específicos

- Avaliar a dinâmica do Fórum Florestal segundo critérios de democracia participativa (regularidade das reuniões, seus processos deliberativos, características organizacionais e presença de comissões específicas).
- Aferir em que medida o desenho institucional adotado tem promovido o fortalecimento de espaço público.
- Averiguar a efetividade da participação da sociedade civil nesse desenho institucional.
- Correlacionar Fóruns da Sociedade Civil com o exercício da cidadania.
- Verificar a contribuição do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental no território em questão.

1.3 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO ADOTADOS PELA PESQUISA

Este trabalho situa-se no campo das Ciências Sociais, particularmente da Ciência Política, com interface para as áreas da Administração Organizacional e das Políticas Públicas.

Do ponto de vista teórico, o trabalho sistematiza categorias de análise centrais, como democracia participativa, democracia deliberativa, sustentabilidade socioeconômica e ambiental, espaço público, cidadania, participação social, governança e cogestão, buscando construir um referencial teórico que possa orientar a investigação de campo.

Na parte empírica, foram usados procedimentos descritivo-qualitativos, e o método de pesquisa foi um estudo de caso. Em relação à coleta de informação e análise dos dados, trabalhou-se, metodologicamente, com duas principais fontes. A primeira foram entrevistas semiestruturadas e documentos. As entrevistas foram realizadas com membros do Fórum Florestal, representantes de cada organização ou empresa, escolhidos intencionalmente, considerando o tempo de atuação neste Fórum Florestal, a sua colocação nas reuniões observadas e a disponibilidade de acesso; com atores ligados ao Governo do Estado da Bahia e organização da sociedade civil que não participa do diálogo (ver Apêndice 1). A análise documental, por sua vez, contemplou todas as atas das 28 reuniões plenárias realizadas desde a sua criação em 2005 até março de 2010, os e-mails dos grupos de mensagem de 2008 a março de 2010 e outros documentos disponíveis. A segunda fonte foram observações presenciais realizadas em sete reuniões do Fórum Florestal em 2009 e março de 2010.

A avaliação da dinâmica de funcionamento do Fórum Florestal quanto ao critério de regularidade das reuniões, seus processos deliberativos, características organizacionais, presença de comissões específicas e mecanismo da escolha dos membros foi realizada a partir da análise dos referidos instrumentos já mencionados. A contribuição às Políticas Públicas foi examinada por meio de verificação de encaminhamentos de proposições desse Fórum Florestal ao Governo e seus órgãos, quando foi averiguada a ajuda deste no estabelecimento de decretos, portarias e instruções normativas. Além disso, teve como objeto de estudo a colaboração da participação cidadã deste Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do território.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação foi dividida em quatro capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo, denominado *Nas Trilhas da Democracia, Construindo a Cidadania*, teve como objetivo apresentar a trajetória do regime democrático e da construção da cidadania, desde o seu início na Grécia Antiga, no séc. V a.C., ressaltando seus princípios filosóficos, até a sua reconsideração após as Revoluções Americana e Francesa, nos séculos XVIII e XIX, quando

foi rebatizada de democracia moderna. Maior ênfase é dada à democracia participativa, fomentada na década de 1960, que vem em resposta aos modelos elitistas cuja origem se deu no início do século XX, ressaltando a importância da participação cidadã, e, por fim, à democracia deliberativa, surgida nos anos 1980, que traz consigo as noções de esfera pública, proposição dialógica, deliberação e consenso, que muito contribuíram para o entendimento do desenho institucional estudado. Neste capítulo também é feita uma análise sobre as possibilidades da instituição do regime democrático num contexto capitalista e, em especial, na América Latina.

O segundo capítulo, *Democracia, Cidadania e Construção de Espaços Públicos no Brasil*, começa fazendo um histórico da construção da democracia e da cidadania no Brasil, para depois discutir a adoção do modelo de participação social na estrutura política do Estado brasileiro e o controle social deste, ressaltando o desenho institucional dos Conselhos de Gestão de Políticas Públicas. Após a análise do funcionamento desse arranjo institucional, parte-se para apresentar a construção de novas formas de espaços públicos, na modalidade de Fóruns da Sociedade Civil.

O capítulo terceiro, nomeado *O Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia: Contexto, controvérsia e atores sociais envolvidos*, apresenta o objeto de estudo, a dinâmica socioeconômica do território em questão, a controvérsia a partir da decisão de dialogar, a posição de sustentabilidade deste e uma descrição dos atores sociais envolvidos no diálogo, dando ênfase à necessidade da sustentabilidade empresarial, à participação social e à ausência do Estado.

O quarto e último capítulo, *Avaliando o funcionamento e a dinâmica do Fórum Florestal*, propõe-se a considerar a existência do Fórum Florestal a partir do seu funcionamento e da sua dinâmica enquanto espaço dialógico para resolução de conflitos do território, a partir de algumas categorias de análise: presença de elementos de um espaço democrático (o uso da palavra, a publicidade, a transparência, a visibilidade e a coletividade); da democracia participativa (regularidade das reuniões, características organizacionais, processos deliberativos, presença de comissões); de alguns itens da democracia deliberativa (o diálogo, o consenso, a razão pública, o veto, a efetividade do falante, a deliberação, as opressões de poder); por fim, a possibilidade da cooptação e questões éticas.

Nas considerações finais, aprofunda-se a discussão sobre a existência do Fórum Florestal, ponderando sobre a hegemonia do modelo econômico neoliberal e a prática

democrática, o protagonismo da sociedade civil, o exercício da cidadania, a influência desse Fórum Florestal na formulação e na implementação de Políticas Públicas e a análise do apoio deste para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do território, culminando na reflexão sobre a contribuição de Fóruns da Sociedade Civil, tomando como base o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, para a consolidação e o fortalecimento de espaços públicos.

2 CAPÍTULO I – NAS TRILHAS DA DEMOCRACIA, CONSTRUINDO A CIDADANIA

O Soberano pode, em primeiro lugar, confiar o Governo a todo o povo ou à maior parte do povo, de modo que haja mais cidadãos magistrados do que simples cidadãos individuais. A essa forma de Governo dá-se o nome de *Democracia* (ROUSSEAU, 2008, p. 79).

Para compreensão do contexto político em que o objeto desta dissertação está inserido, faz-se necessário recorrer ao histórico da construção da democracia e da cidadania, desde a antiga Grécia, onde os ideais democráticos e de cidadania foram idealizados; passando por Roma, onde foram institucionalizados; pela França, quando retomados após as Revoluções Americana e Francesa; até o século XX, onde serão encontradas diferentes vertentes da aplicação do modelo democrático, chegando numa crescente aproximação com as características originais da democracia ateniense, ao serem concebidas as democracias participativa e deliberativa, numa tentativa de colocar o cidadão mais perto do poder de governo, sem estar diretamente ligado a ele, mas exercendo o controle social.

Um destaque é dado à participação cidadã, devido à importância da atuação dos indivíduos na construção democrática, sendo o Fórum Florestal composto por um conjunto de pessoas com iniciativa voltada para a cidadania.

Por fim, far-se-á uma discussão acerca das possibilidades e limites da aplicação do modelo político democrático em um contexto econômico capitalista, especialmente na América Latina, onde o projeto neoliberal influenciou na forma e na aplicabilidade da democracia.

Regime Político é “[...] o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições” (BOBBIO et al., 2007, p. 1081); já a estrutura do regime (modo de organização) condiciona a vontade política. A opção do regime norteia a escolha de valores. A tipologia do regime é retratada pelos diversos modos de conquista e manutenção do poder, ou seja, suas condições sociais e políticas da luta por esse poder (BOBBIO et al., 2007, p. 1081).

A partir da concepção do materialismo histórico, em que a superestrutura política está diretamente ligada à estrutura social, os tipos de regime político correspondem às diversas fases do modo de produção, ou seja, relação estabelecida entre o Estado e a sociedade civil

(BOBBIO et al., 2007, p. 1083). Para Bobbio et al. (2007, p. 1083), há de se considerar, também como um outro fator de influência no funcionamento dos regimes políticos, a ordem do sistema internacional de poder, apreciando, assim, em suas análises a teoria da razão de Estado.

Um Regime Político, portanto, pode ter o caráter democrático, totalitário ou autoritário, a depender das suas características quanto à concessão de direitos civis e políticos a um povo.

Dentre os modelos de regime, destaca-se hoje no Ocidente o regime democrático, cuja forma se delineia pela possibilidade de participação popular, ainda que muitas vezes de forma indireta, como na democracia representativa, ou com maior atuação da sociedade civil na gestão de Políticas Públicas, a exemplo da democracia participativa. Segundo a ONG *Freedom House*¹ (2009), na tabela de *ranking* de países livres no mundo, dos 193 países pesquisados, 46% estão em liberdade, 32% são parcialmente livres e 22% não são livres, sendo que 62% possuem democracia eleitoral (FREEDOM HOUSE, 2009).

Para esta Organização, liberdade significa

a oportunidade para agir espontaneamente em uma variedade de campos fora do controle do governo e/ou de outros centros de potencial dominação. *Freedom House* mensura a liberdade de acordo com duas principais categorias: os direitos políticos e a liberdade civil. Direitos políticos habilitam pessoas a participar livremente no processo político, através do direito de voto, competir na administração pública e eleger representantes que têm um decisivo impacto nas políticas públicas e são responsáveis pelo eleitorado. Liberdade civil permite a liberdade de expressão e crença, direitos à associação e organizacional, regras de lei, e autonomia pessoal sem interferência do estado (FREEDOM HOUSE, 2009).

A democracia nasce em Atenas, na Grécia, cerca de cinco séculos a.C. O termo é construído a partir das palavras “demo”, que significa “povo”, e “kratos”, “poder”. Ribeiro (2001, p. 8) afirma não se tratar de que o povo governe, mas que alguém, representante do povo, tenha o poder em nome deste. Seria a escolha do povo, e este controlaria como o escolhido governa. Essa é uma acepção moderna do termo democracia, pois na Grécia o exercício democrático era direto - todos os cidadãos participavam do governo.

¹ A *Freedom House* é “uma independente organização não governamental que apóia à expansão da liberdade no mundo [...] *Freedom House* funciona como um catalisador para a liberdade, democracia e as regras legais, através da análise, advocacia e ação” (FREEDOM HOUSE, 2009).

Alguns aspectos caracterizam a democracia, a saber: o uso da palavra, a transparência, a visibilidade, a publicidade, a igualdade entre os cidadãos, a ideia de coletividade e a construção de espaços públicos.

O primeiro deles é o uso da palavra. Para Vernant (2009, p. 11), “[...] a vida política grega pretende ser o objeto de um debate público, em plena luz do sol, na *ágora*, da parte de cidadãos definidos como iguais e de quem o Estado é questão comum [...]”. A grande mudança no governo democrático é a expressão do poder “nas ruas”, adquirindo transparência e visibilidade. A *pólis*, mais do que o espaço de uma cidade, é um marco para a vida social. A palavra torna-se instrumento político por excelência, de forma a controlar o Estado, e de comando e domínio sobre o outro, e é a persuasão (*peithó*) que assegurará um caminho após a discussão (VERNANT, 2009, p. 53-54). A arte oratória pressupõe a conclusão de um debate pelo poder de persuadir que fará uma ideia predominar sobre a outra, tornando a “arte política” um exercício da linguagem, da retórica e da sofística (VERNANT, 2009, p. 54).

Um segundo ponto como de característica da *pólis*, também abordado por Vernant (2009, p. 55-56), é a publicidade das coisas relevantes da vida social. Os valores e os conhecimentos eram levados à praça pública e expostos às críticas e controvérsias. A regra do jogo intelectual, o qual não pertence mais ao íntimo devido à sua publicização, é composta, portanto, pela discussão, argumentação e polêmica. A “prestação de contas” mostra a retidão da dialética.

O terceiro destaque desse governo é o de ser o regime “do povo comum, em que todos são iguais” (RIBEIRO, 2001, p. 9). A unidade da *pólis* expressa ideia da agregação pela semelhança e substitui o sistema hierárquico antes dominante pela relação de reciprocidade. A despeito das oposições encontradas na vida social, Vernant (2009, p. 65) afirma que

[...] os cidadãos se concebem, no plano político, como unidades permutáveis no interior de um sistema cuja lei é o equilíbrio e a norma é a igualdade. Essa imagem do mundo humano encontrará no século VI sua expressão rigorosa num conceito de *isonomia*: igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder.

A democracia define todos os cidadãos como iguais e detentores dos mesmos direitos quanto à sua participação na vida pública. Vernant (2009, p. 103) relata que “a única ‘justa medida’ suscetível de harmonizar as relações entre os cidadãos é a igualdade plena e total”.

A ideia da coletividade conformaria um quarto aspecto da democracia. Os gregos discutiam as questões de interesse da coletividade, num exemplo de democracia direta, tendo como presunção a liberdade.

Vitale ressalta a importância desse pressuposto, afirmando que:

Somente o estabelecimento [na Grécia do séc. IV a.C.] de um sistema formado por vários mecanismos de participação, nas diversas funções do governo, marcado por princípios e regras que asseguravam direitos e obrigações, pôde lançar as bases para um processo de participação integral dos cidadãos na vida pública da cidade (VITALE, 2004, p. 31).

Observa Vernant (2009, p. 68) que “até na guerra, a *Eris*, o desejo de triunfar dos adversários, de afirmar sua superioridade sobre outrem, deve-se submeter-se à *Philia*, ao espírito de comunidade; o poder do indivíduo deve-se inclinar-se diante da lei do grupo”.

O advento da democracia vem substituir modelos tribais gregos na constituição da cidade, dando coerência às relações sociais, garantidos pela igualdade, simetria e reciprocidade.

O quinto e último ponto a ressaltar é a consequência da instituição do regime democrático, que possibilita a criação de um espaço político, centrado em relação ao grupo humano e em igual distância dos extremos. Por isso, a *ágora* localizava-se no centro da cidade e constituía-se, simbolicamente, em um espaço público e comum, povoados por *isois* – iguais, mas destinados à argumentação, ao debate e à confrontação.

Em consonância com o nascimento da democracia na Grécia clássica, surge a noção de cidadania. Para Aristóteles, ser cidadão era ter o direito (e o dever) de contribuir para o governo, participando das assembleias, tomando decisões que diziam respeito à coletividade e ocupando cargos públicos (GOHN, 2005, p. 19).

É através da análise etimológica da palavra *societas* (sociedade) que se pode falar da aliança entre as pessoas para um fim específico, lembrando que o social é uma condição humana fundamental. Quando Hannah Arendt se debruça no pensamento grego acerca da capacidade humana de organização política, apresenta-nos o que há de mais rico na tradução do homem político: a concepção de cidadania. Segundo Arendt (1995, p. 33), para os gregos, “[...] o homem recebera, além de sua vida privada uma segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)”, e a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*) eram reconhecidamente atividades humanas da ordem da política.

Havia, portanto, a separação entre a esfera da vida privada (família) e a esfera da vida pública (política). Arendt assinala a dificuldade do homem contemporâneo de entender essa divisão, já que o corpo dos povos e as comunidades políticas estão imersos em uma concepção de que são uma família e que os negócios cotidianos devem ter uma grande administração doméstica nacional. Para o homem moderno, “sociedade é um conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é a nação” (ARENDDT, 1995, p. 39).

Na Grécia, pontua Arendt (1995, p. 41-42), a liberdade era praticada na *pólis*, diferentemente do poder hierárquico dos lares. Assim, podia-se conhecer “iguais”. Ser livre era não ter desigualdades, nem governantes, nem governados.

O conceito de cidadania atualmente vem sendo usado, por vezes, de forma equivocada e leviana, até porque, por ser um conceito histórico, varia conforme o tempo e o espaço. A diferença se dá pela concepção de quem é cidadão e de quais direitos e deveres estão sendo discutidos. Ao longo dos tempos, a cidadania tem ampliado o seu escopo, tanto na titularidade quanto no grau de participação política, bem como com relação ao que é direito cidadão, especialmente no que diz respeito aos direitos de segunda geração – os sociais.

A cidadania, segundo Vieira (2001, p. 227-228), está intimamente ligada à ideia de direitos individuais e de pertença a uma comunidade particular, sendo alvo de debates entre interpretações comunitaristas (Charles Taylor, Michael Walzer, entre outros) e liberais (John Locke, John Rawls e diversos autores). A primeira abordagem tem uma herança de Aristóteles, que prega uma cidadania ativa, em que os indivíduos fazem parte de uma comunidade política e sua identidade é fruto de tradições e instituições comuns. Na segunda, o cidadão é visto de forma individualista e instrumental e os indivíduos são pessoas privadas, externas ao Estado, e seus interesses são pré-políticos.

A cidadania política grega idealmente previa uma cultura política em que a sociedade é justa e os indivíduos são portadores de virtudes cívicas, ainda que o *status* de cidadão não fosse universal (com exceção das mulheres, crianças e escravos). Já o estatuto legal da cidadania foi estabelecido pelos romanos, calcado na ideia de direito, de dever e de pertencimento a uma comunidade política – a *res publica*. Para ser cidadão em Roma, também era considerada a propriedade da terra (GOHN, 2005, p. 18-19).

Contudo, existia uma diferença entre os romanos, segundo Arendt, no que diz respeito à possibilidade de institucionalizarem a ação e a política – crítica que esta autora vai fazer aos

gregos. Na Grécia antiga, utilizava-se dos recursos da igualdade e da palavra para estabelecer relações na esfera pública, porém não era apresentada possibilidade de ser renovada por outras gerações. Em Roma, no entanto, havia a preocupação com a institucionalização da ação, e este elemento de continuidade juntamente com a ideia de fundação – que para Arendt é um exemplo de exaltação do espírito público e da tradição – é que farão sentido para a autora. Todavia, o funcionamento das instituições políticas em Roma não agradava a Arendt, pois esta sinalizava para o risco de transformação do espaço público em local de manipulação política. A solução dada pelos romanos passava pela questão hierárquica, o que também não se mostrava satisfatório. Arendt, então, enfatiza a importância do conceito de natalidade, do começar de novo, também uma característica romana, como oposição à institucionalização (AVRITZER, 2006, p. 158-161).

Embora escravagistas, as sociedades gregas e romanas promoveram a cidadania, mas no período que se sucedeu a esses séculos, até o século XIII, sob a égide do feudalismo e do mundo rural, a cidadania é esquecida, até porque a esfera pública foi absorvida pela esfera do lar, que por sua vez sucumbiu-se ao religioso (ARENDR, 1995, p. 43). A ideia de “bem comum” limitava-se ao interesse de indivíduos privados em bens materiais e espirituais comuns (ARENDR, 1995, p. 44).

O ideal republicano de cidadania ressurgiu durante o Renascimento, na Itália, aliado ao sentimento de nacionalidade e de Estado-nação, caracterizando a democracia moderna e o entendimento liberal acerca do assunto. Assim, o pensamento republicano entende a cidadania calcada pela noção de direitos civis e políticos, e o pensamento liberal vai compreendê-la como sociedade de mercado, posses, propriedades e contratos.

Em consideração aos direitos civis, que estão atrelados de forma natural ao sujeito, fala-se, primeiramente, em liberdade de pensamento e de expressão, igualdade perante a lei e direito à propriedade; e também nos direitos da nação, soberania nacional e separação dos poderes (executivo, legislativo e judiciário).

Com a Revolução Francesa, em 1789, a partir da Declaração dos Direitos do Homem e das Cartas Constitucionais, nasce o cidadão na concepção liberal: proprietário, um sujeito político burguês. Há, portanto, uma nova definição de cidadania, pois deixa de estar atrelada ao pertencimento à cidade, como na Grécia Antiga. Nas concepções de Diderot e de Locke, não só a propriedade faz o cidadão, mas o governo passa a existir em função de garantir os direitos naturais, inalienáveis. O povo não precisaria e não poderia, assim, ter cidadania, pois

não forma uma massa pensante, apenas usa a sua energia para o trabalho braçal (GOHN, 2005, p. 21). A cidadania baseada na propriedade, então, serviria à dominação.

Para Bobbio (1992, p. 85), a Revolução Francesa e consequentemente a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão marcaram, pelo menos simbolicamente, “[...] o fim de uma época e o início de outra, e, portanto, indicam uma virada na história do gênero humano”, por proclamar a liberdade, a igualdade e a soberania popular e derrubar definitivamente o antigo regime e, com ele, o sistema feudal de produção. A Revolução Francesa faz uma verdadeira transformação ao acabar com a sociedade estratificada, com os privilégios da nobreza e do clero. Era o reconhecimento de que um povo pode decidir seu próprio destino, “e esse era o direito da liberdade num dos sentidos principais do termo, ou seja, como autodeterminação de si mesmo, como a antítese de todo o poder paterno ou patriarcal, que caracterizavam os governos despóticos tradicionais” (BOBBIO, 1992, p. 86).

Então, os fatos que se seguiram à Revolução Francesa e à nova concepção de Estado fizeram estabelecer o Estado de Direito, a igualdade de direitos a todos, mesmo que somente perante a lei, apontando para o fim das desigualdades entre os homens.

Bobbio, contudo, sinaliza que a Revolução Francesa foi ainda mais individualista que a sua inspiração – a Revolução Americana, pois se baseava no fato de que cada indivíduo, mesmo que conjuntamente com outros, dava fundamento à sociedade, ao contrário da ideia que atravessou séculos, de homem político e social desde as origens. Os homens eram considerados singulares e os direitos pertencentes aos indivíduos um a um, antes mesmo de ingressarem em alguma sociedade. O objetivo da associação política era a conservação destes direitos naturais – a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão, e firmava-se em uma sociedade baseada em contrato (BOBBIO, 1992, p. 86-94).

A liberdade era descrita na Declaração, segundo Bobbio (1992, p. 94-95), como o direito de fazer tudo, desde que não prejudique os outros, e a propriedade como um direito que não podia ser violado, pois era sagrado.

Para John Locke, ideólogo do liberalismo, filósofo cujo pensamento influenciou a Revolução Francesa, a conservação da propriedade e da liberdade seria a razão para um indivíduo entrar na sociedade (BOBBIO, 1992, p. 95). Os homens, para este pensador, vivem segundo a razão, e seus interesses os tornam sociáveis. O Estado é um instrumento de fazer valer os direitos que a sociedade racionalmente expressou (BOBBIO, 2007, p. 275).

O homem da Revolução Francesa era um burguês, e se falava de direitos burgueses. Essa é uma grande crítica à Revolução Francesa feita por Karl Marx, pois este sinalizou a luta pela emancipação de uma classe contra a aristocracia e sem se preocupar com o chamado “Quarto Estado”. Marx, segundo Bobbio, diz que este homem é egoísta, separado de outros homens e da comunidade, e que a Declaração se inspirou numa concepção individualista (BOBBIO, 1992, p. 99-100).

Em escritos de Locke, um contratualista², encontram-se justificativas para o surgimento de uma nova forma de relação de trabalho, estabelecendo uma condição exploratória dos burgueses sobre os trabalhadores. Locke vai associar a propriedade do corpo ao pertencimento de cada um, mas o que é propriedade de fato é o fruto do trabalho produzido pelo corpo ao se associar à natureza. Para essa apropriação não se precisaria de consentimento, desde que fosse seu, inclusive um criado. A ideia da posse do corpo, para este autor, estabelecia a cidadania. Como para Locke apropriar-se do corpo do outro era uma possibilidade para aqueles que são dirigentes e racionais, estabelece-se uma cidadania desigual (MANZINE-COVRE, 2007, p. 26).

Na visão liberal, o indivíduo, para além do grupo e da identidade coletiva, é capaz de redefinir seus próprios fins. Independentemente da cultura e da sociedade, a racionalidade e a formação da identidade acontecem anteriormente à vida social. A comunidade política é apenas instrumental para os esforços dos indivíduos em dar sentido à sua vida (VIEIRA, 2001, p. 231).

O ideal igualitário vai ser retomado por Rousseau, quando este aborda o contrato entre os homens, preservando os direitos e deveres de todos, conciliando a igualdade à liberdade.

A ideia de Contrato Social, segundo Bobbio (2007, p. 283-284), é

um conjunto de meios de intervenção, quer positiva ou negativa, acionada por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir ou desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo.

² “Escola que floresceu na Europa entre os começos do século XVII e os fins do século XVIII” (BOBBIO, 2007, p. 272); vem no contrato a única forma de progresso da sociedade e da emancipação política do homem, mas mantendo a clara distinção entre o Governo e a sociedade civil, entre o poder social e poder político (BOBBIO, 2007, p. 274).

Rousseau, em seu Contrato Social, critica “o direito do mais forte, a superioridade do forte e do rico, julgando-os privados de legitimidade” (BOBBIO, 2007, p. 284). Para Rousseau, o direito estaria na vontade do povo.

Destarte, a concepção liberal preconiza direitos como contratuais, prevendo como premissa a reciprocidade, em que cada direito corresponderia a uma obrigação.

Nasce, segundo Bobbio (1992, p. 100), o Estado moderno, inicialmente liberal, depois democrático, e posteriormente social, juntamente com os direitos cidadãos.

Somente no século XVIII é que a concepção de cidadania muda, privilegiando não mais a posse da terra, mas os direitos sociais, através da educação. O povo passa a ter a possibilidade de ser respeitado como um sujeito político. Contudo, apenas no século XIX a massa é considerada em sua cidadania, com o direito à instrução, no propósito de transformá-la em estado de obediência, de forma ordeira, a pensar no bem comum, disciplinando-a para uma convivência harmônica. Essa cidadania passiva criou um novo ator: o Estado. A cidadania passa a ser uma questão de poder, outorgado aos cidadãos pelo Estado (GOHN, 2005, p. 22-23).

Alexis de Tocqueville, por sua vez, traz a importância do comunitarismo e da comunidade como eixo estruturante – ideias já defendidas por Rousseau. “A sociedade sustenta-se pela ação e pelo apoio de grupos, contrariamente às decisões atomistas do indivíduo no âmbito liberal” (GOHN, 2005, p. 23).

Com o advento da sociedade feudal, entre os séculos V e VIII, a cidadania e a democracia ficaram esquecidas. O retorno da cidadania se dá, paulatinamente, quando da luta da burguesia contra o feudalismo, no início do capitalismo, já no século XV. O ideal democrático retorna no século XVIII no ocidente após as Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789) exigirem nova configuração política para seus Estados, que acompanhasse as mudanças econômicas e sociais encadeadas a partir dos liberalismos econômico e político, advindos destes dois movimentos, e que pudesse gestar a “coisa pública” através de um regime jurídico centralizado, intitulado Estado de Direito. Essa forma de pensar o Estado está presente na obra de Emmanuel Kant, quando vislumbra a necessidade de estabelecer “ [...] direitos iguais a todos os homens, ainda que perante a lei, e acenar com o fim das desigualdades a que os homens sempre foram relegados” (MANZINE-COVRE, 2007, p. 17), pois, para Kant, o Estado de Direito é um instrumento pelo qual se pode viver civilizadamente (MANZINE-COVRE, 2007, p. 17). Na opinião de Manzine-Covre (2007, p. 28 e 29), “[...] o

Estado de Direito, o governo pelas leis, foi uma conquista histórica e deve ser irreversível da humanidade. Com toda a sua ambiguidade, a lei pode ser também instrumento da maioria dos cidadãos”.

A ideia de democracia, então, se consolida no século XX, nos pós-guerras.

2.1 A DEMOCRACIA MODERNA

A democracia contemporânea confluencia a junção do pensamento clássico, ao estabelecer o governo como sendo do povo; o medieval romano, ao reconhecer a soberania popular; e o moderno baseado no espírito republicano. Traz também a novidade de constituir-se voltada a um conceito anterior – o dos direitos humanos, que vem na tentativa de limitar o poder do governante e considerar a representatividade.

A própria definição de liberdade da ONG *Freedom House* (2009) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas - ONU, em 1948, quanto ao respeito pela dignidade humana. Os direitos enumerados nesse documento incluem a liberdade religiosa, de expressão e de assembleia, liberdade de tortura e o direito de fazer parte do governo de seu país (ONU, 2010).

A ideia de representação aparece no ocidente, no séc. XVIII, e ao longo do séc. XIX, na forma de governos representativos, passando a ser ponto central da formação das nações modernas, diferenciando da democracia direta praticada na antiguidade. Devido ao enredamento social e ao crescente pluralismo das classes sociais, o surgimento de uma estrutura sofisticada e independente – o governo estatal, que vem a ser constituído para dar conta da administração da coisa pública, e reificado a partir do domínio do modo de produção capitalista (VIZEU; BIN, 2008, p. 5), constitui-se impeditivo para que a democracia direta seja exercida em grandes sítios, e a ideia de representatividade vem dar contorno à possibilidade de cidadãos participarem de forma indireta de um governo. Os representantes seriam os interlocutores da vontade popular, com alguma liberdade de ação, mas sempre focando o bem comum.

Em contraposição às ideias liberais de cidadania, Karl Marx tem uma grande contribuição para o conceito, ao chamar a atenção para o uso dos direitos pela burguesia como domínio de outros grupos sociais. A denúncia é da exploração do capitalismo, que vai de encontro aos supostos lemas das próprias revoluções burguesas: liberdade, igualdade e fraternidade. A concepção de cidadania impõe a necessidade de uma remuneração digna,

condizente com as possibilidades de um sujeito de suprir a si e a sua família das carências básicas, através do trabalho. Estes bens que complementam a sua vida (educação, saúde, habitação) são os direitos sociais, conquistados por meio do exercício do direito político. A cidadania plena, nos moldes dos ideais marxistas, é esvaziada por uma noção superficial, voltada ao consumo e ao imobilismo (MANZINE-COVRE, 2007, p. 32-37).

Destaca-se no século XX o pensamento de Charles Taylor e Michael Walzer, comunitaristas, o de T.H. Marshall e o de John Rawls, este último com ideias liberais.

Os comunitaristas dão ênfase à cultura e ao grupo social, pois estes conferem identidade aos indivíduos, outrora “atomizados” pela sociedade liberal. O indivíduo se constitui por vivência e compartilhamento dos contextos culturais com a sociedade. A organização do *self* se daria a partir de elementos culturais e políticos da comunidade. A instrumentalidade da comunidade política se faz para que haja uma identidade coletiva e é “um bem em si mesma”. A ideia de contrato dos liberais é substituída pela busca do consenso, pelo diálogo (VIEIRA, 2001, p. 232).

Taylor enfatiza a prática efetiva de pequenos grupos contra os efeitos da globalização, mas é Marshall o autor que se preocupou em sistematizar a questão da cidadania na forma de direitos.

A concepção de cidadania de Marshall, analisada dentro do contexto inglês, prevê elementos, chamados por ele de civil, político e social. Esses elementos, separados para efeitos didáticos, coexistiam anteriormente, dentro da teoria política, como um só. O primeiro é relativo à liberdade individual: liberdade de ir e vir, de imprensa, pensamento e fé, à propriedade e à justiça. O elemento político, segundo elencado por Marshall, é o direito de participar do exercício do poder político, votando e sendo votado, quando da sua candidatura a cargos do governo. Pelo social, refere-se a tudo que diz respeito às necessidades básicas, relativo ao bem-estar econômico, e à possibilidade de participar da sociedade. Marshall também atribuiu uma ordem à instituição desses elementos na sociedade (assim como foi enunciado: civil, política e social), que sabe-se não ser verdadeira para todas as sociedades (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Segundo Marshall,

a cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a

cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida (MARSHALL, 1967, p. 76).

Para esse autor, a cidadania irá fazer uma ligação naturalmente diferente, um sentimento de participação na comunidade:

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos (MARSHALL, 1967, p. 84).

Por fim, Walzer desenvolve o conceito de cidadania política, em que a participação política significa manifestação da humanização dos indivíduos e na direção da vivência no social. O autor amplia o conceito aos moldes gregos, onde se concebe uma sociedade justa, cujos sujeitos são possuidores de virtudes cívicas, num espírito de unidade e incorporação social. Assim, a cidadania só pode ser conquistada através de práticas identitárias e no exercício do bem comum, que permite, então, a convivência solidária.

É por meio da expressão da cidadania que se pode verificar a lógica da solidariedade presente em um conjunto social, pois esta presume que haja redes e conexões entre pessoas ou grupos e o estabelecimento de normas e valores que norteiam a vida social. A cidadania é respaldada por essas normas e valores. Além dos direitos fundamentais de cidadania previstos em lei, há de se contemplar também aspectos da vida em grupo, a dinâmica da sociedade e a rede de relações, como a desigualdade social, a predominância atual do privado sobre o público – marca de uma economia neoliberal, e a consideração da diversidade em todos os seus aspectos.

Rawls, por seu turno, dentro do ponto de vista liberal, concebe a justiça como equidade: “[..] não como uma concepção de justiça que é verdadeira, mas como uma concepção que pode servir de base a um acordo político informado e voluntário entre cidadãos vistos como pessoas livres e iguais” (RAWLS, 1992, p. 33).

A consideração dos valores de igualdade e de liberdade torna-se mais fácil quando se julgam os cidadãos pessoas dotadas de necessárias capacidades de personalidade moral que as habilitam a participar da sociedade, vista como um sistema de cooperação justa para o benefício mútuo. Assim, Rawls (1992, p. 30-31) expõe os dois princípios de justiça, a saber:

1. Igualdade de direitos e liberdade básicas iguais, compatível para todos.
2. Sobre as desigualdades socioeconômicas: devem estar ligadas a cargos e posições abertos a todos, em condições de justa igualdade de oportunidade, beneficiando maiormente os menos favorecidos. Dizem respeito não somente a direitos, liberdade e oportunidades básicas e demandas de igualdade; também subscreve o valor dessas garantias institucionais. O conjunto, priorizando o primeiro, regula as instituições básicas que realizam esses valores.

A concepção de justiça como equidade tem de permitir que os cidadãos possam examinar, um perante os outros, se suas instituições políticas e sociais são justas ou não, pois são públicas. As instituições da sociedade e a forma de cooperação social deverão ser examinadas pelos cidadãos, independentemente de sua posição social ou interesses particulares. Dessa forma, a justificação não é apenas um argumento válido, ainda que seja verdadeira; há de se proceder sempre a partir de um consenso, de premissas reconhecidas por todos, para chegar a um acordo operativo sobre as questões fundamentais da justiça política, ao qual deverá se dar publicidade, ser livre de coerções e alcançados por todos, como pessoas livres e iguais (RAWLS, 1992, p. 33-39).

Com base no contrato social de Rousseau, lembra o autor, é que os termos equitativos da cooperação social são concebidos entre as pessoas livres e iguais, leia-se cidadãos, como objeto de uma negociação. Esses acordos devem ser firmados de forma a não estabelecer maiores poderes de barganha e sem ameaça de força ou coerção, mentira ou fraude (RAWLS, 1992, p. 39).

Para a Organização das Nações Unidas, em sua Carta de Direitos:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 2010).

Manzine-Covre (2007, p. 11) define a cidadania como “[...] o próprio direito à vida no sentido pleno”. Para Gohn (2005, p. 23), “a cidadania é uma virtude a ser conquistada no exercício das práticas identitárias; é uma prática em busca do bem comum”.

Dagnino et al. (2006, p. 52) salientam que uma revisão da visão clássica de cidadania, conforme descreveu Marshall, foi empreendida por movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, adequando as necessidades à luta pelo aprofundamento democrático, principalmente no que diz respeito a *direito a ter direitos*. Essa nova noção de cidadania, dizem os autores, procura articular mobilizações por demandas específicas com a luta de forma mais ampla na direção da construção democrática. Tais direitos são acionados a partir de uma cidadania que assegura os direitos coletivos e até, em certos casos, reconhece o direito à participação na gestão pública e nas decisões políticas. Ressaltam ainda os autores a importância do vínculo entre o direito à igualdade e o direito à diferença, além de ter essa forma de cidadania uma visão de sociabilidade, quando reconhece os limites da relação com o Estado e se volta para as relações sociais em seu conjunto, a partir de parâmetros de convivência em sociedade.

Ao citarem Chauí (1981), Dagnino et al. (2006, p. 53) afirmam que “esta visão de cidadania expressa assim uma ampliação da noção de democracia, que extrapolaria o estatuto de regime político para designar uma sociedade democrática ordenada por relações presididas por matrizes culturais mais igualitárias [...]”.

Para Bobbio (1992, p. 101), “hoje, o próprio conceito de democracia é inseparável do conceito de direitos do homem. Se se elimina uma concepção individualista da sociedade, não se pode mais justificar a democracia do que aquela segundo a qual, na democracia, os indivíduos, todos os indivíduos, detêm uma parte da soberania”.

Ao discutir a pertinência da democracia no decorrer do século XX como melhor modelo de regime político, foram levadas em consideração a complexidade administrativa das sociedades modernas, a diluição dos limites entre as esferas pública e privada e a sociedade de massa (PEREIRA, 2007, p. 423). O sufrágio universal é uma das justificativas para a criação dos partidos, como forma de garantir a defesa de ideia única e coletiva, pois a complexidade das sociedades industrializadas e o surgimento da burocracia colocavam em dúvida, para muitos teóricos, a prática da democracia, como se fosse necessária a escolha entre as organizações e a própria democracia. Contudo, a complexidade e os padrões de diferenciação encontrados na modernidade fazem com que a representação seja a solução indispensável para a sustentação do modelo democrático (PATEMAN, 1992, p. 10).

O elitismo democrático foi a corrente teórica que respondeu a esses anseios de maneira mais contundente, argumentando pela restrição da participação política no intuito da

própria preservação da democracia. Dessa forma, tornou-se a corrente teórica da democracia hegemônica no século XX.

Bobbio et al. (2007, p. 323) assinalam que a democracia representativa seria a única forma compatível com o Estado Liberal, baseada na liberdade individual e sua relação com o Estado, que garantiria a liberdade de pensamento, religião, imprensa, reunião, entre outras.

No entanto, as questões da ordem do controle dessa representação passam a surgir como necessidade de averiguar as ações dos representantes e de estes guiarem-se “[...] por um processo deliberativo por meio do qual justifiquem suas decisões com base em argumentos racionais” (VITALE, 2004, p. 51). Esses fatores vão de encontro, diz a autora, a um princípio basilar da democracia: o da publicidade, ou seja, “[...] transparências nos atos dos representantes e das instituições políticas” (VITALE, 2004, p. 52).

Outro fator apresentado por Vitale (2004, p. 44) é o grande tempo dos mandatos do executivo e do legislativo, que afastam a avaliação popular, deixando apenas para a hora do voto a validação das ações dos seus representantes. Assim, faz-se necessária a criação de mecanismos e de instituições que permitam maior aproximação dos debates e das decisões mais relevantes dos representados, a partir da participação popular, que venha a complementar o trabalho de representação na condução e nas tomadas de decisão de assuntos públicos. Para Vizeu e Bin (2008, p. 6), “mesmo com o sistema da representatividade vemos a não-conformação da vontade do cidadão, pois a gestão burocrática do Estado suprime a vontade política individual em nome de um pretense interesse pela coletividade, justificada pela competência técnica”.

Por conseguinte, as esferas deliberativas necessitam ser revistas para incorporar e responder à necessidade da presença direta do cidadão em momentos de discussão e de encaminhamentos de assuntos coletivos.

A crítica ao modelo de democracia representativa – do paradoxo ao pregar a igualdade de direitos e ser um instrumento coercitivo da vontade individual – poderia justificar a sua falência pela vinculação a um padrão tecnicista oriundo de uma racionalidade instrumental e da escolha dos representantes pelo voto, não garantindo o cumprimento da vontade coletiva e a liberdade individual (VIZEU; BIN, 2008, p. 7).

Pereira (2007, p. 421) propõe, para efeitos analíticos, uma divisão das correntes teóricas da democracia em dois grandes grupos, cuja distinção se faz pela interpretação das decisões coletivas: a agregativa – centrada no voto; e a deliberativa – centrada no diálogo.

Vejam, portanto, algumas naturezas de regimes democráticos que surgiram a partir da década de 1940, quais sejam: o modelo Competitivo Elitista, o Pluralismo, o Legal, o Participativo e o Deliberativo. A atenção maior será dada aos dois últimos, pela contribuição e alinhamento ao objeto de estudo em questão.

2.2 OS MOLDES DAS DEMOCRACIAS COMPETITIVO ELITISTA, LEGAL E PLURALISTA

O modelo “competitivo elitista”, também conhecido como “elitista”, surgido na década de 1940, tem na figura de Joseph Schumpeter seu maior representante, mas possui outros defensores, como Bernard Berelson, Robert Dahl, Giovanni Sartori e Harry Eckstein. Essa teoria apresenta como premissa que a democracia é “[...] a luta entre políticos rivais, pertencentes a partidos e disputando o direito de governar. [...] E que não há um mesmo conjunto de valores últimos partilhados por todos os membros do corpo político” (NOBRE, 2004, p. 31).

A idéia elitista vai de encontro aos teóricos clássicos, que entendiam como necessária uma maior participação do povo, por temerem pela estabilidade do sistema e pela instauração de um regime totalitarista. Questionavam a falta de interesse do povo, em especial das classes menos favorecidas economicamente, e o descaso com a política e pelas atividades políticas e por demonstrar atitudes não democráticas ou autoritárias, afirmando que o homem democrático seria uma ilusão, justificando assim a opção pela não participação do povo. Desse modo, para Schumpeter, o que vale é a competição daqueles que tomam a decisão pelo povo, importando somente a questão do voto (PATEMAN, 1992, p. 10-13).

A característica diferencial da democracia para outros regimes políticos seria a disputa pela liderança, que a princípio poderia ser exercida por qualquer pessoa em eleições livres. Respeitando-se as liberdades civis, era necessária a tolerância pela opinião de outros, caráter, hábitos nacionais e leais aos princípios da sociedade em que está inserido. Schumpeter não julgava ser importante o sufrágio universal; para ele, a democracia combinava com qualificações de propriedade, raça ou religião, até porque, em sua teoria, a participação não é uma preocupação central – basta que um determinado número de cidadãos participe para garantir a máquina eleitoral, assegurando ao cidadão o voto ao líder e a discussão. Os líderes, por sua vez, que não precisam ser muitos, devem ser ativos, ter iniciativa e poder de decisão

para que haja a disputa entre eles. O método político da democracia elitista é a competição (PATEMAN, 1992, p. 14-15).

O cidadão não tem oportunidade de participação e situa-se à parte do processo de “decisão pública regular”, pois apenas a minoria sempre é detentora do poder, pertencendo a um restrito círculo de pessoas (BOBBIO et al., 2007, p. 385). As concepções schumpeterianas, segundo Boron (2002, p. 8), “reduzem a democracia a uma questão de método, dissociado completamente dos fins, e interesses que animam à luta dos atores coletivos [...]”.

Berelson, por sua vez, ressalta a importância da heterogeneidade, admitindo que “funções contraditórias” existem e, sendo distribuídas pelo eleitorado, se resolvem sem afetar a estabilidade do sistema. Este, por se colocar flexível, acolhe as tradições políticas de grupos familiares e étnicos e suas lealdades políticas, ajudando a sua estabilidade. A apatia política e a pouca participação amorteceriam o choque das discordâncias, dos ajustes e da mudança, sendo positivo ao sistema. Assim como para Schumpeter, o que se torna importante é a participação de uma minoria (PATEMAN, 1992, p. 16-17).

Conhecido como “a nova direita”, o modelo “legal”, nascido também nos anos de 1940 através de Friedrich Hayek e reforçado nos anos 1970 com Robert Nozick, é normativo e com fortes elementos libertarianos. Esse padrão propõe a advocacia das liberdades negativas como valor maior, impondo-se em qualquer conflito de princípios políticos e jurídicos. Há uma defesa do *laissez-faire* como valor da vida social e a existência de um Estado Mínimo. Com base em Weber e retomando Schumpeter, a “tirania da maioria” é seu elemento central e vai de encontro a esta, por considerá-la prejudicial à liberdade e à “ordem do bem-estar”. A intervenção do Estado só seria admitida em favor do indivíduo e sob a égide do Estado de Direito. A democracia colocar-se-ia, desse modo, como um instrumento meio, a serviço de um fim: a liberdade. E teria um limite: a lei.

O terceiro modelo abordado é uma crítica ao pouco realismo do “elitista”. Trata-se do “pluralista”, que surge na década de 1970 e desfaz do anterior por considerar o cidadão individual frente à liderança eleita, tornando-o frágil em suas associações políticas e nas dinâmicas de grupos. O autor, Robert Dahl, referência desta teoria, diz que é importante desvendar a lógica da distribuição de poder dentro da concepção da democracia ocidental. A centralidade deste modelo está, portanto, na questão do poder “[...] definida como a capacidade de impor objetivos em face da oposição de outrem” (NOBRE, 2004, p. 32). Sem

arranjos hierárquicos e competitivos, o poder é uma forma de negociação, uma “barganha” entre os grupos e seus interesses, a partir de rupturas, que podem ser de ordem econômica, cultural, religiosa ou outra. “É uma luta travada em nome da concepção de uma sociedade articulada em grupos de poder que se situem, ao mesmo tempo, abaixo do Estado e acima dos indivíduos [...]” (BOBBIO et al., 2007, p. 928).

Dahl também considera a eleição o ponto forte da prática democrática, pois significa o controle dos líderes pelos não líderes, instituindo uma competição entre os líderes para angariar o voto do povo, possibilitando, nesse método poliárquico/pluralista, a ampliação do número, do tamanho e da diversidade das minorias. A participação em si, para Dahl, tendo em vista a falta de interesse dos cidadãos para com a política, não se faz necessária e pode ser até perigosa, devido à complexidade do relacionamento, já que as classes menos favorecidas economicamente, e menos politizadas, tendem ao autoritarismo, ameaçando a estabilidade do sistema democrático. A igualdade política se daria pelo sufrágio universal, e o caráter democrático não é valorizado, posto que os cidadãos participam diferentemente de várias formas de controle social. As normas devem ser de consenso, pelo menos entre os líderes, e deve-se instituí-las através de um treinamento social (PATEMAN, 1992, p. 18-20).

Outro autor a ser destacado é Sartori, que adota a democracia poliárquica, mas afirma que não só a minoria governa, mas que esta é a elite, cujos membros competem entre si. A grande ameaça para esse autor não seria mais a aristocracia, e sim a mediocridade, que poderia destruir seus líderes, substituindo-os por contraelites não democráticas. A falta de interesse político pelo cidadão médio, para Sartori, não deve ser um tema debatido, porque tentar mudar a situação colocaria em risco o sistema (PATEMAN, 1992, p. 22).

Eckstein também defende que as eleições decidem o resultado da disputa por políticas e poder, mas a forma de governo deve ter capacidade de ajuste à mudança, de realização de ações políticas, de fidelidade e tomadas de decisão políticas efetivas, garantindo a sobrevivência do sistema, muito mais que a longevidade. Para esse autor, um governo estável é aquele em que seu padrão de autoridade é congruente com outros padrões de autoridade da sociedade em que está inserido, ou seja, não precisa ser puramente democrático, necessita conter os elementos “díspares”, mas revelar “um saudável elemento de autoritarismo”. Para ele, só se alcança a estabilidade se o autoritarismo estiver presente. Do ponto de vista psicológico, os homens precisam de líderes e de lideranças firmes (PATEMAN, 1992, p. 22-24).

As teorias supracitadas privilegiam a competição entre os líderes para a ocupação do poder e o domínio político. Essa disputa acontece no processo eleitoral pelo voto do povo, dando o caráter democrático pelo fato de as eleições serem periódicas, livres e um momento em que a maioria pode controlar a minoria (candidatos da elite). O receio de não obter o voto das classes menos favorecidas economicamente faz com que os líderes atendam ao anseio do povo. A igualdade política se constitui pelo sufrágio universal e os canais de influência sobre os líderes. Participar, portanto, seria decidir quem toma as decisões. Pateman (1992, p. 25) afirma que essa é uma participação de proteção em relação às decisões arbitrárias dos líderes eleitos e com relação aos seus interesses privados. A estabilidade do sistema é garantida por meio do controle do nível de participação e da existência da máquina eleitoral funcionando. O treinamento para a democracia é importante, mas pode ocorrer dentro das muitas estruturas de autoridade existentes não governamentais.

A visão reducionista da democracia, limitando a participação política, faz com que o Estado seja

[...] entendido como um aparato administrativo especializado em alcançar objetivos coletivos. A sociedade é vista dentro de uma lógica de mercado onde os cidadãos estão inseridos na busca de seus objetivos pessoais. A política tem a função de garantir os interesses privados contra os possíveis abusos estatais (PEREIRA, 2007, p. 424)

2.3 A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

O início do debate político sobre democracia participativa nos anos de 1960 configura-se num quarto modelo a apresentar. Contrapondo-se a outras ideias de democracia, principalmente a de que esta deveria se limitar à simples contribuição do cidadão como eleitor, o conceito de democracia participativa pondera que a participação é um aspecto central na prática política, deixando para trás as visões focadas na racionalidade estratégica. Reconhecendo o *déficit* material produzido pelo mercado capitalista, defende que, além de sanar as desigualdades materiais, faz-se necessário um ajuste na formação política da opinião e da vontade nos indivíduos, ou seja, ampliar a participação nos processos decisórios. Não se desvencilhando do modelo capitalista de produção, que funciona como um embaraço para a própria democracia, esta coloca o governo e as instituições como meio de realização da vontade dos cidadãos, não permitindo, portanto, uma divisão rígida entre o Estado e a sociedade civil.

Três argumentos são sustentados por Vitale (2004, p. 77) para justificar as demandas e as propostas de implementação de uma democracia participativa, a saber: a necessidade de aprofundamento da democracia – construção da cidadania e ampliação do exercício político; a maior participação, devido a uma ligação direta com a redução das desigualdades sociais; e a necessidade de desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada sujeito. Esses três fatores convergiriam para um mesmo objetivo: “[...] fortalecimento do espaço público e do processo de tomada de decisões coletivas” (VITALE, 2004, p. 77).

Não significa, esclarece a autora, fazer uma substituição da democracia representativa pela democracia participativa, pois ambas são complementares, e sim poder obter um misto de modelo em que também a participação e a deliberação direta possam ser exercidas.

Os teóricos clássicos da democracia participativa são: Bentham, que centraliza as suas ideias no poder do povo; Jean Jacques Rousseau, que prega a igualdade econômica, a participação política como mecanismo de aprendizagem, a liberdade e o pertencimento à comunidade; John Stuart Mill, com a importância da ação política em nível local e a democratização dos espaços de trabalho; e G.D.W. Cole, no interesse pela organização social e o autogoverno (PATEMAN, 1992, p. 34). A democracia participativa defende a “[...] necessária identidade entre governantes e governados resultantes de um único contrato social que institui um único corpo político” (NOBRE, 2004, p. 34).

Para Bentham, o povo seria capaz de barrar interesses “sinistros” por parte do governo, e esse fato daria a segurança ao cidadão, o que faz com que desperte o empenho deste em evitar o mau governo. Mill tem um pensamento semelhante: de que os cidadãos não vão se unir àqueles que têm interesses diferentes dos seus. Há uma crença dos dois autores, segundo Pateman (1992, p. 31), de que se poderia impedir a influência da propaganda por uma opinião lógica. Bentham acreditava na opinião pública e Mill defendia a importância da educação para o voto socialmente responsável, escolhendo o melhor representante. Contudo, para esses autores, a participação ainda estava resumida ao poder de redução de mandato e continuava a ter uma função protetora. São teóricos de uma democracia representativa e não traduzem, na atualidade, a amplitude das possibilidades democráticas.

Rousseau é o teórico por excelência da participação, que alarga os horizontes quando sai da função protetora, e argumenta que há uma modificação psicológica nos indivíduos inseridos no ato de participar. Rousseau defendia a igualdade e independência econômica como garantia da igualdade política: “[...] quanto à riqueza, que nenhum cidadão seja bastante

opulento para comprar um outro, e nenhum o bastante pobre para ser forçado a vender-se” (ROUSSEAU, 2008, p. 67). A relação de interdependência, para esse autor, é que asseguraria a igualdade e a independência.

Para Rousseau (2008, p. 23), “o homem nasceu livre e em toda parte é posto a ferros. Quem se julga o senhor dos outros não deixa de ser tão escravo quanto eles”. A questão da igualdade é crucial no pensamento desse autor. Rousseau diz que “o mais forte nunca é bastante forte para ser sempre o senhor se não transformar sua força em direito e a obediência em dever. [...] ceder à força é um ato de necessidade e não de vontade; quando muito, é um ato de prudência.” (ROUSSEAU, 2008, p. 26). Renunciar à liberdade, para Rousseau, é renunciar à condição humana e aos seus deveres; portanto, as palavras escravidão e direitos são contraditórias (ROUSSEAU, 2008, p. 28-29 e 31).

A ordem social para ele não é nada, advém de uma convenção, pois somente a família teria um caráter natural, e a partir da independência dos filhos as relações se dão voluntariamente, o que também se manterá por convenção. Rousseau (2008, p. 24) afirma que essa liberdade é da natureza do homem. Primeiramente ele zelaria pela sua sobrevivência, e os cuidados, todavia, são para si mesmo; quando alcança a idade da razão, é responsável pela sua sobrevivência, torna-se seu próprio mestre. A família pode ser o primeiro modelo das sociedades políticas; o que a diferencia do Estado é que nela existe o amor dos pais pelos filhos, e no Estado o prazer de comandar substitui o amor.

Rousseau (2008, p. 33) pondera que, se nenhum homem tem autoridade natural sobre outro, só restam as convenções. O autor propõe um pacto social como solução para a necessidade de defender e proteger a pessoa e seus bens; quando cada um se unir a todos, obedeça a si mesmo e continue livre, pois,

Enfim, cada um, dando-se a todos, não se dá a ninguém, e, como não há um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que lhe concedem sobre cada um, ganha-se o equivalente de tudo o que se perde e mais força para conservar o que se tem (ROUSSEAU, 2008, p. 34).

Rousseau diz que essa associação produz um corpo moral e coletivo. A união de todos, outrora chamado cidade, passa a se chamar República ou corpo político, o qual é denominado de Estado pelos seus membros, se passivo, e Soberano, quando ativo. O povo passa a se chamar Cidadãos, quando participam da autoridade soberana, e Súditos, quando estão submetidos às leis do Estado, mesmo que por vezes se confundam; contudo, basta saber distingui-los quando empregados, diz o autor (ROUSSEAU, 2008, p. 4-35).

A substituição do estado de natureza pelo estado civil produz significativas mudanças no homem, “[...] substituindo, em sua conduta, o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava” (ROUSSEAU, 2008, p. 37); assim, ele se vê forçado a agir a partir de outros princípios, diferentemente do que fazia anteriormente, quando pensava somente em si mesmo, e consultar a razão antes de “escutar suas inclinações” (ROUSSEAU, 2008, p. 37). Apesar de se privar de vantagens da sua natureza, o homem exercita e desenvolve suas faculdades, amplia as ideias, enobrece os seus sentimentos, eleva a alma e faz, nas palavras do autor, “[...] um animal estúpido e limitado, um ser inteligente e um homem” (ROUSSEAU, 2008, p. 37). Rousseau (2008, p. 38) reconhece que há perdas com o contrato social, a exemplo da liberdade natural e do direito a tudo, mas os ganhos são da ordem da liberdade civil, que é ilimitada pela vontade geral e pela posse da propriedade, além da liberdade moral, a única que torna um homem dono de si, pois a obediência à lei a que está prescrito é liberdade.

Retomando a questão da igualdade, Rousseau (2008, p. 41) pontua que “[...] o pacto fundamental substitui por uma igualdade moral e legítima o que a natureza pode ter criado de desigualdade física entre os homens; podendo ser desiguais em força ou em gênio, eles se tornam todos iguais por convenção e direito”.

Sobre a vontade do povo, Rousseau (2008, p. 46) repele a representação, por não ser mais, segundo o autor, a vontade dos homens, prevalecendo a opinião particular. Cada cidadão deve opinar por si só, e o autor faz uma opção clara pela democracia direta. Diz Rousseau (2008, p. 107): “A Soberania não pode ser representada pela mesma razão que não pode ser alienada; ela consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não se representa: ela é mesma ou é outra, não há meio termo”.

O Estado é contemplado, pois é a vontade de todos e, através do pacto social, o corpo político adquire poder absoluto. Ao cumprir os deveres estabelecidos pelo pacto social, está se trabalhando para si mesmo por fazer parte da coletividade (ROUSSEAU, 2008, p. 47).

Para Rousseau, “sendo todos os cidadãos iguais pelo contrato social, todos podem prescrever o que todos devem fazer, ao passo que ninguém tem o direito de exigir que um outro faça o que ele próprio não faz” (ROUSSEAU, 2008, p. 109).

John Stuart Mill e Cole vão retomar as ideias rousseauianas e analisá-las num contexto moderno. Mill não renegou a democracia representativa ao defender uma maior participação cidadã; ele estava bastante preocupado com a questão do poder. Diz Mill: “o

homem nunca pensa em qualquer interesse coletivo, em qualquer objetivo a ser buscado em conjunto com os outros, mas apenas na competição com eles, e em certa medida à sua custa” (MILL, 1910, p. 217 apud PATEMAN, 1967, p. 45). O interesse em ganhar dinheiro e no individualismo se modifica ao compartilhar de assuntos públicos, por isso a participação, assim como para Rousseau, é fundamental para o autor. Mill também defende a participação local, pois é nessa esfera que o sujeito aprende a se autogovernar, cumprindo o efeito educativo da participação, aprendendo a democracia. Mill considerava que esse regime era inevitável para o mundo moderno, mas que precisava de pessoas adequadas, e a maioria necessitava confiar na minoria política que iria governar. A “elite” deveria prestar conta à maioria, e esse ponto era o mais delicado para Mill. O autor, porém, não coaduna com Rousseau quanto à importância da igualdade política para a participação efetiva.

Cole aborda a democracia como algo mais abrangente. Baseado, assim como Rousseau, no poder da vontade do indivíduo para a organização social e política, Cole irá examinar as razões que os mantêm juntos e os modos que agem enquanto associações. Entusiasta da participação, o autor acredita no autogoverno e evoca a liberdade dos sujeitos.

Para Cole, em sua teoria das associações, a sociedade é um “complexo de associações que se mantêm unidas pelas vontades de seus membros” (MILL, 1910, apud PATEMAN, 1992, p. 53), impulsionando assim o indivíduo que deseja mudar algo em sua vida social e a participar das tomadas de decisões das associações de que participa. Cole teme a interferência do Estado nas associações e fala da igualdade de poder político entre elas. A democracia deve estar presente em qualquer e toda forma de ação social, considerando, assim como para Mill, a função educativa da participação, privilegiando a atuação local.

Cole se aproxima bastante de Rousseau ao considerar que a igualdade de poder político precisa de uma igualdade econômica. Para Cole,

[...] grandes desigualdades de riquezas e de posição social, que resultavam em grandes desigualdades de educação, poder e controle do ambiente, são necessariamente fatais para qualquer democracia verdadeira, seja em política ou em qualquer outra esfera (COLE, 1920, p. 14 apud PATEMAN, 1992, p. 56).

Autores contemporâneos se debruçaram na teorização e na defesa da importância da democracia participativa, destacando-se C. B. Machperson e Carole Pateman. Machperson, estudioso do tema, considera como importante para o processo de participação democrática a consciência do povo enquanto consumidor e a desigualdade econômica. Afirma esse autor que

a participação ajudaria na remoção de obstáculos, porém as próprias condições de vida dos sujeitos impedem a participação (TEIXEIRA, 2001, p. 29). A teoria defendida por ele combina o mecanismo de democracia direta e os partidos competitivos. Defende ele que os indivíduos devem ser mais ativos e menos consumidores, implicando assim uma mudança na consciência dos indivíduos, para que estes deixem de ser apáticos frente à questão da política. A mudança de postura deveria ocorrer, para Macpherson, de forma coletiva, fortalecendo assim a comunidade em que o indivíduo está inserido. Outra mudança necessária, para o autor, se daria no âmbito da sociedade, ao reduzir as desigualdades sociais e econômicas, quebrando um círculo vicioso, que condiciona a participação às condições de vida mais igualitárias, sendo estas, contudo, dependentes da participação democrática para mudança de seu *status* na sociedade (PEREIRA, 2007, p. 429).

Em resumo, sobre a democracia participativa, Pateman coloca:

A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou treinamento social precisa ocorrer em outras esferas de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Este desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico, quanto no de aquisição de práticas, de habilidades e procedimentos democráticos. Por isso, não há nenhum problema especial quanto a estabilidade de um sistema participativo; ele se auto-sustenta por meio do impacto educativo do processo participativo. A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. As hipóteses subsidiárias a respeito da participação são de que ela tem um efeito integrativo e de que auxilia aceitação de decisões coletivas (PATEMAN, 1992, p. 60-61).

Pateman (1992, p. 62) justifica a necessidade de sustentação de uma democracia participativa pelo efeito positivo nos homens, por exigir uma participação e, além das decisões, o desenvolvimento de capacidades sociais e políticas.

O caráter educativo para essa autora é de fundamental importância e, dentro do sistema democrático, deve ser construído a partir das estruturas políticas da sociedade e não se restringir ao sistema político.

Para demonstrar a sua teoria, Pateman (1992, p. 62) faz um estudo analítico acerca da participação em ambientes laborais — em particular, as indústrias. A partir da observação e da análise do comportamento de sujeitos em ambientes de trabalho participativo e não

participativo, Pateman, além de enfatizar a importância da vivência da participação em ambientes sociais cotidianos para a formação política do cidadão, ressalta aspectos da democracia participativa, justificando assim a sua adoção como modelo de regime político adequado para a boa estabilidade social e política.

Pateman (1992, p. 65-113) afirma que tanto a democracia contemporânea como a participativa falam da necessidade de um “treinamento” em democracia para além do processo político convencional. A democracia participativa, segundo a autora, requer que as estruturas sejam democratizadas; dessa forma, haveria uma conexão entre a participação no local de trabalho e na esfera pública mais ampla, e a experiência tornaria o indivíduo psicologicamente melhor para outras participações no futuro.

Por meio da análise do livro “A Cultura Cívica” de Almond e Verba, que investigaram os efeitos da participação em organizações, e da reflexão acerca de outras pesquisas, Pateman (1992, p. 68) conclui que os teóricos da democracia participativa estavam certos ao considerarem que o indivíduo, a partir da participação em estruturas não governamentais de autoridade, tenderia a ampliá-las para a política nacional.

Apesar de para alguns pesquisadores o aprendizado cívico se dar com maior propriedade ainda na fase infantil (EASTON; DENNIS, 1969), Pateman centra a sua atenção na experiência adulta. Em consonância com o ponto de vista de Almond e Vista, Pateman vai considerar as experiências adultas essenciais, pois é no local de trabalho que o homem médio se encontra em sua atividade diária com a estrutura de autoridade, cujas experiências nesse ambiente de tomadas de decisões são de fundamental importância. Pateman (1992, p. 71) afirma que “sem dúvida, as experiências do trabalho afetam o desenvolvimento de um sentimento de eficiência política nos adultos”.

Outro aspecto observado na pesquisa, ressalta Pateman (1992, p. 71), é o fator cumulativo da participação, pois, quanto maior era a participação do indivíduo, mais aumentava a sua pontuação na escala de eficiência política. A autora considerou também que, quanto maior o nível socioeconômico, maior a oportunidade de participação, especialmente no local de trabalho, concluindo que o indivíduo de baixa classe socioeconômica controla pouco o seu trabalho e as condições deste, não participando da tomada de decisão da empresa e recebendo instruções dos seus superiores sobre o que fazer, levando-o a sentimentos de ineficiência, reforçados pela falta de oportunidade de colaborar, intensificando o mesmo sentimento, sendo um ciclo vicioso... a desvantagem econômica levaria à desvantagem

psicológica, retraindo a participação além do normal, diz Pateman citando Knupfer (1992, p. 71-72),

A autora afirma ainda que a tecnologia pode ter um caráter de subordinação para algumas pessoas, tomando como referência indústrias automobilísticas em sua linha de montagem, que não permitem que o indivíduo resolva problemas e contribua com suas próprias ideias, não tendo controle sobre o ritmo ou a técnica de seu trabalho, afetando a sua autoestima, diminuindo o sentimento de eficiência pessoal, se posicionando ainda mais à *mercê* dos supervisores graduados. Por outro lado, diz Pateman, o trabalhador que possui controle sobre o seu trabalho demonstra destreza e responsabilidade, a partir de padrões internos, e um grau de liberdade quanto ao controle externo impulsiona a uma personalidade, citando Blauner, de forte senso de individualismo e autonomia, por aceitação da cidadania nas esferas mais amplas da sociedade (PATEMAN, 1992, p. 73-74).

Após análise de outros estudos e principalmente o de Argyris (1964), Pateman (1992, p. 75) chega à conclusão de que “o desenvolvimento de um senso de eficiência política parece depender do fato de sua situação de trabalho lhe proporcionar alguma perspectiva de participar das tomadas de decisões”. A noção de trabalho para Pateman (1992, p. 78) é mais ampla que o desempenho de um indivíduo para prover seu sustento. Para a autora, trabalho pode referir-se também às ações coletivas, que são “públicas”, relacionadas à sociedade e às suas necessidades.

Os experimentos, diz Pateman (1992, p. 82), “[...] forneceram a confirmação empírica ainda maior para a discussão dos teóricos da democracia participativa sobre a importância da interação entre as orientações psicológicas dos indivíduos e a estrutura de autoridade de suas instituições”.

Pateman (1992, p. 83) conclui que a condição primordial para a democracia é uma sociedade que participa e, ainda, uma esfera industrial participativa. Portanto, a questão está na forma com que se dará a transição e os meios, que, segundo a autora, seriam os contratos coletivos.

Pateman afirma:

O aumento da harmonia do grupo e o senso de cooperação que a experiência de participação invariavelmente faz surgir corroboram a sugestão dos teóricos da democracia participativa de que a participação tem uma função de integração; a ênfase atribuída a resultados desse tipo na literatura sobre participação também apóia a idéia de que essa participação auxilia no acatamento das decisões (PATEMAN, 1992, p. 88).

Para a teoria participativa, a experiência da participação desenvolve a personalidade democrática, ou seja, as qualidades necessárias para o funcionamento do sistema democrático, ao contrário do que pensam os contemporâneos, que temem que personalidades autoritárias possam emergir, ameaçando o sistema político democrático (PATERMAN, 1992, p. 88).

Pereira (2007, p. 428- 429) classifica tanto a teoria de Macpherson como a de Pateman de agregativa, por não considerarem em suas argumentações a deliberação como elemento determinante para a formação da vontade dos indivíduos, mesmo discutindo aspectos qualitativos da participação, mas sem debater as preferências dos sujeitos nos processos decisórios.

Barber (1984, apud PEREIRA, 2007, p. 429-430), por sua vez, enfatiza que os conflitos de interesse, no intuito de estabelecer uma mudança, devem estar abertos à deliberação, decisão e ação, numa crítica à redução da participação a apenas presença e opiniões.

Para Pereira (2007, p. 430), o processo deliberativo “[...] promove mudanças de atitudes e constrói a ideia do ‘nós’”. Esse autor apresenta como crítica ao modelo participativo o fato de que há uma preocupação com o aumento quantitativo da participação de decisões públicas e a criação de outras esferas de decisão, porém sem se preocupar com o qualitativo, ou seja, em relação ao processo de formação e às motivações de preferência dos cidadãos.

Dagnino et al. (2006, p. 17) explicam bem a diferença entre os modelos anteriores de democracia, com características elitistas, onde predomina a democracia representativa, e a democracia participativa, pois, para os autores, “[...] a teoria democrática convencional não admite o conflito social dentro de seu próprio marco e limita o conceito de política à luta pelo poder entendida como a obtenção da autorização e da representação por meio de eleições”. Eles assinalam que a democracia participativa deve considerar a participação cidadã e a deliberação em espaços públicos, derivando a noção de que a democracia é um “sistema articulado de instâncias e intervenção dos cidadãos nas decisões que lhes concernem e na vigilância do exercício do governo”.

2.3.1 A participação cidadã

Ao falar de participação cidadã, torna-se necessário definir o que seja a participação política, tomando a concepção de Teixeira (2001, p. 25), baseada em Sani (1986) e Costa

(1979), que a situa como “comparecer a reuniões de partido, comícios, grupos de difusão de informações, até o inscrever-se em associações culturais, recreativas, religiosas, ou, ainda, realizar protestos marchas, ocupação de prédios”.

Teixeira (2001, p. 27) faz uma distinção entre a participação orientada para a decisão, cuja característica é a intervenção organizada e não episódica de atores da sociedade civil em um processo decisório, e a participação orientada para a expressão, que tem um caráter mais simbólico e preocupa-se em marcar presença na cena política que possa impactar ou influenciar a decisão. Ambas, segundo o autor, podem fortalecer a democracia, porque participar é “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas”, considerando as relações entre a sociedade civil e o Estado, os seus interesses, valores e recurso de poder, observando a possibilidade do corporativismo e particularismos dos atores. Há de se construir, propõe Teixeira, espaços públicos, onde se contribua para que ocorram negociações e compromissos e as argumentações expostas de forma livre gerem consenso e possam ser traduzidas em decisões do sistema político.

A participação, enfatiza Teixeira (2001, p. 27), pressupõe poder, tanto pelo Estado que a materializa quanto pelos próprios atores. Mesmo considerando a importância dos atores em busca da participação, torna-se necessário analisar o contexto socioeconômico e político favorável à participação e o seu desenvolvimento histórico.

Assim, Gohn (2007, p. 14-20) classifica e descreve algumas formas de entendimento sobre participação a partir de diversas concepções, a saber:

- Liberal - objetiva a democracia representativa e está vinculada aos marcos capitalistas; valoriza a liberdade individual e a participação busca o fortalecimento da sociedade civil enquanto possibilidade, não de participação da vida do Estado, mas para evitar as ingerências deste sobre a vida dos indivíduos; portanto, participar seria o meio e instrumento para satisfação das necessidades.
- Cooperativa - uma derivação da liberal, vem de um movimento natural do indivíduo, por um sentimento de identidade e concordância com a ordem social para o “bem comum”.

- Comunitária - também oriunda da liberal, prega o fortalecimento da sociedade civil em termos de integração entre os órgãos representativos, deliberativos e administrativos do Estado; portanto, é uma forma institucionalizada.
- Autoritária – orientada para a integração e o controle social da sociedade e da política, geralmente ocorre em governos autoritários, mas pode acontecer numa democracia representativa, cuja participação possui uma natureza cooptativa, visando apenas diluir os conflitos sociais.
- Democrática – a soberania popular é o princípio regulador; a participação é concebida como um fenômeno que acontece na sociedade civil e no plano institucional. A representação é o critério da organização dos indivíduos e há a delegação de poder; defende-se a disputa de poder no interior da sociedade civil, e no Estado as hierarquias devem ser respeitadas.
- Revolucionária – são coletivos organizados para lutar contra as relações de dominação, advogando o controle do poder nas mãos da comunidade.
- Democrático radical – objetiva fortalecer a sociedade civil para caminhos onde possa haver uma nova realidade social, tendo o pluralismo como marca; os partidos políticos são tão importantes quanto os movimentos sociais e os indivíduos são vistos como “sujeitos sociais”, em que a participação é uma cultura de dividir responsabilidades na construção coletiva, na comunidade e no governo.

La Jara (2006, p. 346) faz um levantamento sobre a previsão da participação cidadã nas constituições de países na América Latina e afirma que, “considerando a participação como a inclusão dos cidadãos na tomada de decisões sobre os assuntos públicos, não surpreende que, na maioria das Constituições, a soberania resida no povo ou na nação”, podendo ser exercida por meio de representantes ou pela democracia direta. Essa previsão também é encontrada em leis secundárias setoriais, leis regionais e regulamentos, abrindo a possibilidade de inovações participativas. Esse autor afirma ainda que “assegurar o exercício da soberania de forma direta, sem intermediação da classe política, por meio da sua inclusão nas Constituições, abre a possibilidade de inovações participativas [...]”, (LA JARA, 2006, p. 347).

Os princípios de participação, como denomina La Jara (2006, p. 347), presentes na maioria das constituições latinas são argumentos de fortalecimento e inclusão de participação cidadã. São vários os tipos de princípios de participação: a declaração participativa do Estado, que inclui argumentos, porém não se expressa em mecanismos precisos; a participação como direito em si mesma, em que se define a participação na gestão dos assuntos públicos como parte essencial da cidadania; a participação em políticas setoriais específicas, em que a participação é um princípio orientador da política setorial; com intenção de propiciar a participação de certos setores da sociedade, privilegiando a participação dos diretamente interessados na temática setorial; e a participação territorial, a mais comum de todas, onde há o privilégio do espaço local como organismos específicos para assegurar tais mecanismos.

A participação cidadã para Teixeira é um

processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se definem pelo fortalecimento da sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. [...] implica no controle social e do mercado, segundo parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos pelos diversos atores sociais e políticos (TEIXEIRA, 2001, p. 30).

Para Milani,

[...] a participação dos cidadãos vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais, declarado e repetido em foros regionais e internacionais, dos processos de deliberação democrática, sobretudo no âmbito local. Fazer participar os cidadãos e as organizações da sociedade civil (OSC) no processo decisório de algumas políticas públicas, foi erigida em princípio político e em “boa prática” administrativa. Fomentar a participação de diferentes atores sociais em sentido abrangente e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas tornou-se o paradigma de inúmeros projetos de desenvolvimento local (auto)qualificados de inovadores e de políticas públicas locais (auto)consideradas progressistas (MILANI, 2007, p. 215).

Existem, para La Jara, pelo menos duas ideias que vão dar sentido à participação “[...] compreendida dentro da arena política, isto é, no espaço do conflito, da luta por projetos diversos que se resolve por meio de regras que todos os atores acatam e compartilham” (LA JARA, 2006, p. 359), quais sejam: a legitimidade e a eficiência. A ideia de legitimidade está, segundo o autor, diretamente associada ao fato de que o poder reside nos cidadãos que o exercem diretamente ou por representação. Acrescenta-se a esta ideia a eficiência, quando se aplicam os princípios a políticas específicas, colaborando para melhor eficiência e eficácia

destas, otimizando os recursos públicos escassos, entregando informação e valoração àqueles que tomam as decisões, fortalecendo o controle. La Jara afirma que, “quando a participação não possui essas duas dimensões ao mesmo tempo, perde sua efetividade como ação política, como ação de mudança. Ao contrário, quando vão juntas, [...], ambas potencializam a inovação e a capacidade democratizadora dos mecanismos concretos que existem” (LA RAJA, 2006, p. 359).

A participação cidadã utiliza-se dos mecanismos já institucionalizados, mas cria seus próprios; não desconsidera a representação, mas atua na cobrança da responsabilização política e jurídica desta, agindo no controle social e exigindo transparência nas decisões.

La Jara (2006, p. 363-364) postula hipóteses para complementar e fortalecer os sistemas representativos com a inclusão de mecanismos de participação cidadã:

- 1) manter politizada a participação – ampliar o político para o público e não temer o conflito na disputa de interesses;
- 2) não monopolizar o político nos políticos – principalmente no que se refere à arena de conflito e negociação, incluindo diversos atores sociais;
- 3) aumentar os vínculos dos partidos políticos com a causa social, para sair da lógica puramente eleitoral; e
- 4) fortalecer os instrumentos de controle e vigilância social – exigindo a transparência e a prestação de contas.

Assim, as instâncias de comunicação entre o governo e os cidadãos são interfaces socioestatais em que os participantes são os atores do governo e os não governamentais, onde anteriormente caracterizavam-se “[...] mais pelo conflito de interesses e pelo choque cultural do que pela cooperação e a colaboração” (LA JARA, 2006, p. 355).

La Jara (2006, p. 345) cita os mecanismos institucionais de participação cidadã, propostos por Cunill (1997), que se desenvolveram na América Latina nas décadas de 1980 e 1990: a ação legislativa direta (iniciativa legislativa popular, referendos, plebiscito, revogação de mandato); a formulação de interesses particulares nas políticas públicas (*cabildo* aberto, conselhos consultivos, assembleias cidadãs); e a cogestão na prestação de serviços públicos.

A partir dessa caracterização, La Jara (2006, p. 345-346) chama o primeiro de participação política direta, e o segundo e terceiro de ISE - Interface Sócio-Estatais; o

segundo diz respeito à representação de interesses, e o último, à participação cogestionária, diferenciando-as quanto às funções e à intensidade da participação.

Teixeira (2001, p. 31) considera que a participação cidadã é mais ampla do que a relação da sociedade civil com o Estado, devendo se estender para o mercado, aliando atuações deste com os interesses da sociedade “numa lógica de desenvolvimento sustentável”, resultando em debates públicos e negociações entre diferentes atores e no monitoramento das ações empresariais.

Para La Jara (2006, p. 360), “[...] a institucionalização dos mecanismos de participação não assegura por si mesma que exista ou se fortaleça uma democracia participativa, o que não quer dizer que ela não seja necessária e positiva”. Esse autor defende a incorporação da participação em todos os níveis dos marcos legais, implicando um resguardo legal; contudo, sugere uma ampliação da participação no que diz respeito aos direitos, provocando uma mudança na relação sociedade-Estado, ao impor uma obrigatoriedade do Estado em cumprir e fazer cumprir os direitos pela implementação de Políticas Públicas, bem como a exigibilidade do cidadão quanto ao cumprimento dos direitos. Até porque a inclusão em marcos legais não assegura a estabilidade nem a governabilidade (LA JARA, 2006, p. 360 e 362).

O processo da educação política, diz Teixeira (2001, p. 37), também deve ser considerado, preferencialmente amparado por instituições, ressaltando, ao citar Sartori (1994), que a informação, apesar de importante, por si só não é suficiente, pois ela deve vir acompanhada de compreensão, reflexão, inter-relações. Atualmente, pontua Teixeira (2001, p. 170), as instituições estão aprendendo com seus próprios erros e avaliando suas potencialidades de eficácia, partindo da reflexão para a ação.

A participação como extensão da cidadania ativa, exercida por ONGs, movimentos sociais e grupos de cidadãos, em espaços públicos construídos para “serem vistos e ouvidos por todos” (ARENDR, 1981, p. 59), vem sedimentar um sentimento identitário e integrativo; reafirma a soberania popular; exerce o controle social sobre as instâncias de poder (executivo, legislativo e judiciário); como também atua no sistema econômico, contribuindo para a melhor qualidade das decisões por meio de debate público e da construção de alternativas, compatibilizando a participação com a representação.

Gohn (2007, p. 56) enfatiza a importância da construção de novos espaços de participação, instituindo-se não pelo espaço físico, mas pelas relações sociais que se fazem estabelecer entre o público e o privado, originando o público não estatal. Característica de um

novo protagonismo social, calcada em um modelo de cidadania e ações de cunho coletivo e voltada para a sociedade, a participação cidadã (também chamada de participação social) vem aproximar a esfera de decisão pública dos locais de participação popular. Gohn (2007, p. 57) relata a tendência à institucionalização dessa participação, sendo incluída no arcabouço jurídico do Estado, quando se criam estruturas que possam comportar a presença da sociedade civil na proposição de Políticas Públicas. A intervenção social, ressalta a autora, passa a se dar de forma periódica e planejada, e seus representantes são eleitos diretamente pela própria sociedade.

Devido ao acirramento de conflitos, à crise do Estado e ao descrédito no sistema partidário, novas alternativas de participação têm surgido, exercitando a solidariedade e o consenso normativo junto a questões como meio ambiente e exclusão social, fazendo emergir outros tipos de participação, de caráter mais amplo, contestador, que contribuem para a formação de uma nova cultura política, valorizando a ação coletiva, a construção de identidades, a busca pelos direitos cidadãos e a resolução de conflitos cotidianos (TEIXEIRA, 2001, p. 28).

2.4 DEMOCRACIA DELIBERATIVA: DIÁLOGO, ESFERA PÚBLICA E CONSENSO

O quinto modelo de democracia a apresentar é a deliberativa, que tem como principais autores Junger Habermas e John Rawls, os quais propõem um modelo misto entre o republicanismo (e a ideia de soberania popular) e o modelo liberal (centrado na liberdade individual). Essa teoria foca-se no diálogo em detrimento apenas da limitação do voto e na deliberação pública, que, segundo Pereira, é algo “essencial para a democracia”, pois seu elemento determinante é o processo de formação de vontades para as decisões coletivas, construído pela “livre deliberação entre indivíduos que serão governados pelas decisões que tomarem. É necessário, portanto, que os cidadãos ofereçam argumentos racionais para seus pares de forma a justificarem suas decisões” (PEREIRA, 2007, p. 439).

Marques (2009, p. 11) ressalta a importância do referencial da democracia deliberativa para o entendimento da relação das instâncias formais do governo com os espaços informais de discussão entre os cidadãos, bem como entender os conflitos políticos e sociais contemporâneos.

A democracia deliberativa parte da premissa de que, na modernidade, a harmonia social foi quebrada à medida que as pessoas deixaram de compartilhar da mesma visão de

mundo, da mesma eticidade, tornando a vida da sociedade cheia de tensões e conflitos entre as diferenças lógicas de cada uma das esferas culturais de valor (a ciência, a religião, a moral, a política, o direito, a economia, a arte, entre outras), diferentemente do que ocorria nas comunidades tradicionais, nas quais a religião dava sentido às ações individuais e coletivas e era compartilhada por todos, gerando harmonia (NOBRE, 2008, p. 15). No entanto, a vida cotidiana moderna possui demasiados conflitos e tensões entre as muitas esferas culturais de valor. Referindo-se ao pensamento de Habermas sobre a sociedade moderna, cita Nobre (2008, p. 20):

[...] a sociedade moderna se reproduz materialmente porque neutraliza os potenciais de conflito e de dissenso sob a forma de uma ação orientada para o êxito, para o sucesso de produzir mercadorias, de comprar e vender mercadorias segundo regras, de administrar e aplicar leis segundo critérios impessoais, de assegurar a infraestrutura necessária para a circulação de bens e pessoas e muitas outras coisas mais.

Os sujeitos, dentro dessa lógica, deixariam de ser atores de opinião, de visão de mundo e de crença, tornando-se meros objetos. Essa lógica, para Habermas, seria uma ação instrumental. A ação instrumental não eliminaria totalmente as tensões, os conflitos e os dissensos, mas teria, por função, limitar o campo em que ocorrem, sem colocar em risco a reprodução material da sociedade, porém realizando intervenções técnicas no estado das coisas e nos acontecimentos (NOBRE, 2008, p. 20-21).

Habermas apresenta outra forma de lidar com a tensão e os conflitos sem neutralizar o sujeito e defende a possibilidade da discussão racional, em que as regras do debate seriam apresentadas pelos participantes. Chamou essa ação de comunicativa, cujo objetivo é o entendimento entre os participantes da contenda, através da linguagem, em oposição à ação instrumental, que visa ao sucesso, o fim desejado - são ações racionais com respeito a fins (NOBRE, 2008, p. 21; REPA, 2008, p. 57). Habermas, dessa forma, se afasta da visão liberal de contrato entre participantes de um mercado, enfatizando a importância do diálogo e do consenso, e, assim como os comunitaristas, reconhece que as diferenças culturais devem ser uma questão política. Contudo, rejeita a solidariedade social e a visão limitada de comunidade, quando são consideradas dependentes de laços étnicos e culturais como entendimento dessa corrente, bem como a ênfase na dimensão individual dos liberais. A proposta, então, é uma “[...] concepção de comunidade política como expressão republicana de uma identidade ‘cívica’, em que a participação política nos negócios públicos é elemento central na conceituação de cidadania” (VIEIRA, 2001, p. 232).

Repa (2008, p. 57) introduz ainda a noção de ação estratégica, aquela em que “está em jogo a influência dos atores uns sobre os outros, ou seja, as medidas calculadas e escolhidas por cada parte isoladamente, para influenciar a decisão de outra parte”. Esse autor enfatiza que somente as ações estratégicas e comunicativas são ações propriamente sociais.

Focando na ação comunicativa, parte-se do princípio de que se deve “ouvir o maior número possível de vozes, de opiniões e de questionamentos, sem restrição” (NOBRE, 2008, p. 21), permitindo a reprodução simbólica da sociedade, que consente que o conflito e o dissenso possam ter interesses conciliáveis, levando a não destruição da sociedade (NOBRE, 2008, p. 21).

Ressalta Repa (2008, p. 59) que não se trata do fato de as ações comunicativas não terem uma finalidade, pois os atores envolvidos tendem a buscar um objetivo. O que diferencia é que, ao se reportar ao outro, a intenção seria, através de uma atitude orientada, buscar o efeito de validade do que é dito, pois

[...] os falantes erguem com seus atos de fala determinadas pretensões de validade para o enunciado, de modo que o acordo se mede pelo reconhecimento dessas pretensões de validade, o que na prática comunicativa cotidiana acontece com uma tomada de posição, muitas vezes implícita, de sim ou não (REPA, 2008, p. 59).

Há, portanto, de se travar um processo de argumentação, de discussão, regulado por instrumentos, garantindo a ausência de coerção, mas impelido por aquela ideia melhor argumentada. O enunciador da ideia, o falante, tem de provar a validade dela, pois o ouvinte, que confiou nessa garantia, é autorizado a esperar uma sequência de fatos a partir do que é dito. Assim, a qualquer momento se pode retornar a uma pretensão de validade, e as condições do que é dito, e em algum instante os atores podem fazer uso do seu poder de dizer não, suspender um acordo e se culminar em um dissenso. É o risco, ressalta Repa (2008, p. 60). Habermas, contudo, considera que, na constituição racional do mundo da vida, nas sociedades modernas há um maior envio de energia em busca de acordos.

Assim, prevaleceria o diálogo em detrimento da competição de interesses, muito própria ao mercado. Para Marques (2008, p. 86), a democracia deliberativa, porém, centra-se na necessidade da discussão e da efetiva participação pública para que haja legitimidade política, considerando, entretanto, os pressupostos liberais, quais sejam: a autonomia do indivíduo e a estabilidade e eficiência do sistema.

Segundo Vizeu e Bin (2008, p. 8):

A democracia deliberativa é um tipo de entendimento sobre o processo democrático centrado na prática discursiva, onde a argumentação racional e os procedimentos equitativos para a participação discursiva e decisória são os critérios de igualdade democrática. Neste tipo é concebida exclusivamente sob o ponto de vista político, já que pressupõe as diferenças naturais da individualidade dos sujeitos participantes, não exclui a natureza individual em nome da coletividade, como pretende o requisito da vontade da maioria no modelo da democracia representativa.

Para Habermas, a ação do tipo comunicativo possibilitaria um diálogo não desvirtuado em prol de uma comunicação, percebendo assim os obstáculos que distorcem o entendimento mútuo, e dificulta a pura comunicação, permitindo uma emancipação nas relações sociais. Habermas vai chamar o domínio da vida instrumental de “sistema” (mercado – com a lógica do dinheiro, e o Estado – segundo a lógica do poder) e o da ação comunicativa de “mundo da vida” (com lógicas autônomas e específicas), causando também tensão e conflito entre os dois domínios e suas lógicas, direcionando o predomínio do domínio da vida pelo sistema, mas sofrendo, este primeiro, grandes interferências do último (REPA, 2008, p. 65).

A resistência a esse processo se daria muitas vezes informalmente, através de redes de comunicação, de discussão, de ação, na tentativa de barrar a ação instrumental. Nobre (2008, p. 23) enfatiza que o objetivo visado por essa emancipação, que sustenta a expansão dos domínios sociais, vai além da defesa aos ataques da lógica instrumental e tem por função também a redução ao mínimo necessário desse domínio, a somente o que é inevitável do sistema (mantendo a reprodução material da sociedade). “Com isso, a razão comunicativa teria ampla margem para comandar processos coletivos democráticos de decisão a que deveriam se submeter os imperativos sistêmicos. E não ao contrário” (NOBRE, 2008, p. 23).

Eis um dos motivos de crítica de autores como Mészáros (2007, p. 79) que pontua a teoria de Habermas como uma “[...] atitude positiva em relação às tendências dominantes de acomodação política e celebra as realizações ‘pós-maxianas’ da ordem socioeconômica e política dominante”. Para esse autor, a teoria habermasiana tenderia a excluir a luta de classes e suas categorias analíticas (classe, consciência de classe, exploração, forças e relações de produção) do contexto de sua análise. A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas não apresentaria, assim, outra forma de caminho de enfrentamento da questão da sobreposição do mundo do sistema, mais claramente do domínio do capital e sua cooptação em relação ao Estado e sobre o mundo da vida, ou seja, no cotidiano, as questões inerentes ao modo de produção capitalista e as suas consequências para uma comunidade e um território.

Conforme Nobre (2008, p. 22), um tipo de ação em que os participantes têm direito ao argumento e à discordância a qualquer tempo não é uma tarefa fácil e menos complexa, ainda mais se considerarmos os obstáculos materiais que hão de impedir a realização dessa discussão por parte dos atores sociais.

Segundo Neves e Lubenow (2008, p. 251), para Habermas,

o objetivo não é mais substituir um sistema econômico capitalista e um sistema de dominação burocrática, mas erigir uma barragem democrática contra a visão colonizadora dos imperativos sistêmicos em áreas do mundo da vida. [...] um novo balanço entre as forças de integração social para que o poder sócio-integrador da solidariedade possa prevalecer sobre os poderes dos dois recursos de controle, isto é, dinheiro e poder administrativo, e com isso asseverar as demandas orientadas pela prática, oriundas do mundo da vida.

Essa crítica a Habermas, feita por alguns pensadores contemporâneos, a exemplo de Mészáros (2007, p. 79 e 201), amplia-se para apontar a visão eurocêntrica do autor, ignorando o contexto da maior parte da população mundial, que se encontra em dificuldades de existência. Para muitos, a exemplo de MÉSZÁROS (2007); a deliberação trata-se de um processo pontual e elitista de elaboração de decisões, porém outros autores (COELHO; NOBRE, 2004; AVRITZER; NAVARRO, 2003; DAGNINO, 2002) rebatem esta afirmativa.

No tocante à questão da supremacia do mundo do sistema, principalmente o capital, nas relações cotidianas do mundo da vida, Habermas irá se basear na existência de um Estado Democrático de Direito. Segundo esse autor, a política vai além da questão instrumental e toma elementos comunicativos no processo político, a exemplo do parlamento e das redes de esfera pública política; ele ressalta a necessidade de se considerar que os fluxos políticos devem ser alimentados por influxos comunicativos para que possam ir além do sistema e obter reconhecimento dos cidadãos, fato esse necessário à sua existência e manutenção da ordem de dominação vigente (NOBRE, 2008, p. 24). Portanto, “[...] quanto mais ativa a esfera pública política, maior o volume dos fluxos comunicativos que penetram no sistema administrativo” (NOBRE, 2008, p. 25).

A democracia deliberacionista ressalta a ideia de esfera pública, “cuja ênfase se encontra na necessidade de participação da esfera civil, quando da produção da decisão política” (MARQUES, 2008, p. 90). Para Gohn (2007, p. 36), “trata-se de uma esfera que comporta a interação entre os grupos organizados da sociedade, originários das mais diversas

entidades, organizações, associações, movimentos sociais, etc. A natureza desta esfera é essencialmente política argumentativa”.

Lord, ao comentar a importância do conceito de “esfera pública” como herança habermasiana para os estudos políticos, cita Costa para defini-la como uma “instância intermediadora entre impulsos comunicativos gerados no mundo da vida e os colegiados competentes que articulam, institucionalmente, o processo de formação da vontade política” (COSTA, 1997, p. 182).

Para Lord, por ser

um espaço socialmente produzido a partir da interação comunicativa – em que a opinião pública é formada e que, por guiar as concepções sociais, torna-se cenário de reivindicações por legitimidade – a esfera pública ofereceu uma concepção mais ampla e elaborada da política em relação às abordagens tradicionais de vertente poliárquicas (LORD, 2007, p. 454).

Dessa forma, após ingressarem na esfera pública, os temas da sociedade chegam até as instâncias deliberativas, como ao legislativo e aos Conselhos. Haveria, pois, segundo Lord (2007, p. 455), duas configurações para a esfera pública: uma informal, “que emerge do cotidiano da sociedade e em seus locais de encontro e discussões são autônomas em relação a Estado” [...]; e outra, “normatizada e procedimental, composta por conselhos, parlamento, eleições, sistema político como todo, e atrelada ao Estado”.

Para Habermas, a esfera pública é um fenômeno elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo e a coletividade; portanto, ela não exclui demais fenômenos sociais referenciados por outras abordagens teóricas. Neves e Lubenow (2008, p. 249) afirmam que a esfera pública: “funciona como uma caixa de ressonância, onde ecoam os problemas que precisam ser processados pelo sistema político”.

Habermas utiliza a metáfora da eclusa para explicar como os fluxos comunicativos chegam à administração, ou seja, como transformar o poder comunicativo em poder administrativo. A eclusa seria a junção de influxos comunicativos, gerando volume para atingir o centro da decisão política do Estado de Direito, que, por sua vez, retorna ao mundo da vida. Como a lógica instrumental presente no sistema não estaria preparada para receber os influxos comunicativos, é necessário haver uma instância que não seja unicamente ligada ao sistema e ao mesmo tempo pertencente a ele (já que o poder comunicativo se coloca de forma caótica, necessitando de uma administração), que possa ser capaz de receber esses influxos, mas sem ser encapsulada por estes. Para Habermas, essa instância seria o direito, pois o

dinheiro e o poder seriam “surdos à linguagem cotidiana”, funcionando com códigos especializados, e o direito seria o *medium* tradutor das demandas da vida cotidiana para essa *media* sistêmica (NOBRE, 2008, p. 25-27).

Com base na teoria de Habermas, Nobre (2004, p. 35) cita três modelos normativos básicos de democracia: o “republicano”, o “liberal” e o “procedimental”. O primeiro, inspirado em Aristóteles e no ideal do Humanismo Político do Renascimento, deu à autonomia pública do cidadão o *status* precedente em detrimento das liberdades não políticas dos indivíduos privados. Essa concepção acredita que o processo de mediação não pode ocorrer sem a formação de opinião e da vontade, que vai produzir uma autocompreensão dos atores políticos e sociais, bem como uma elaboração consciente de solidariedade social.

Vitale e Melo definem bem a posição republicana:

[...] a liberdade está associada ao exercício ativo da cidadania na definição das leis. É a participação de todos os membros da comunidade na vida política, na prática da autolegislação, que garante a autonomia do povo. [...] os direitos políticos são compreendidos como liberdades positivas, garantindo a possibilidade de os cidadãos participarem de uma prática comum a partir da qual se constituem como sujeitos politicamente responsáveis, livres e iguais (VITALE; MELO, 2008, p. 238).

Há uma valorização da soberania popular no modelo republicano e a ideia de autodomínio de indivíduos livres e iguais, que conferem a constituição do poder e sua legitimidade aos próprios cidadãos, não cabendo a delegação da representação. A sociedade é estabelecida por laços de identidade e comunidade, regida por uma vontade comum, a partir do *ethos* da comunidade construído, que vem a ser ratificada moral e politicamente por cada deliberação (VITALE; MELO, 2008, p. 238-239). Desse modo, as leis fazem sentido para os cidadãos, e as virtudes cívicas e o patriotismo são especialmente necessários. Vitale e Melo assim resumem:

No modelo republicano há o privilégio de uma integração social por meio de um campo de solidariedade independente da lógica do mercado e do poder administrativo. A política permanece orientada a resguardar essa solidariedade originária, ou, em outras palavras, a sociedade se constitui como um todo firmado politicamente através da coletividade que age sobre si mesma por meio da vontade coletiva dos cidadãos (VITALE; MELO, 2008, p. 242).

O Liberalismo, por sua vez, inspirado em John Locke, denuncia o perigo da maioria tirânica e prega o respeito aos Direitos Humanos, que precederia a vontade do povo. Defende a liberdade individual e a liberdade como um valor pertencente à esfera privada. Há uma

distinção entre a sociedade civil e o Estado. Liberdade é possibilidade de escolha e de definir caminhos de vida, e a participação política, por ser uma atividade secundária, pode ser delegada a terceiros. A preocupação é assegurar os direitos individuais, através do Estado de Direito, e a possibilidade de escolha dos seus representantes. Os indivíduos são desobrigados a um compromisso moral em relação à coletividade, dificultando a ideia de bem comum. Os valores dizem respeito a equidade, tolerância, regramento de procedimentos e garantias individuais (VITALE; MELO, 2008, p. 240).

Por último, o procedimentalismo, no viés habermasiano, retoma os Direitos Humanos pela visão kantiana sobre as liberdades subjetivas da ação: nem tanto a vontade do legislador soberano no limite externo, nem tão instrumentalizada.

Para essa concepção,

[...] a democracia é um mecanismo de agregação de interesses e de imposição de fins coletivos à sua execução político-estatal, processo em que o Estado (como aparato da administração pública) e a sociedade (como sistema estruturado em torno da economia de mercado) são tomados como os dois pólos que cabe ao processo democrático mediar (NOBRE, 2004, p. 36).

Os indivíduos e a coletividade estariam concorrendo a uma forma de poder, diferentemente do republicanismo, cujo princípio fundamental é a valorização do espaço público e do parlamento, atribuindo força legitimadora política à discussão e à deliberação.

A teoria procedimental, que não é tão radical quanto o modelo republicano, visa à importância da formação de opinião e da vontade comum, sem ser menos importante que o Estado de Direito. Na teoria do discurso, como é chamada, há um respeito aos limites do Estado e da sociedade, como na teoria liberal, mas a perspectiva da sociedade civil é outra, pois esta irá ser a base social dos espaços públicos autônomos, não sendo igual nem à ação econômica nem à administração pública. Estaria a perspectiva habermasiana de democracia deliberativa, segundo Marques (2008, p. 89), na tensão entre o formato republicano e o liberal, tentando equilibrar um modelo que “[...] não abdique da interação forte e discursiva entre cidadãos e entre representantes para a formação de opinião e da vontade e, de outro, que não deixe de reconhecer direitos, liberdades e reivindicações individuais”.

O procedimento seria a garantia de que um cidadão possa exercer a sua liberdade comunicativa e estar em acordo com um Estado Democrático de Direito. Há de se manter uma distinção entre o Estado e a sociedade e articular o político e o econômico com a esfera de integração social, baseada na solidariedade.

Para Habermas, segundo Nobre, é um “[...] processo capaz de permitir o surgimento do maior número possível de vozes, de alternativas de ação e de formas de vida, garantindo seu direito de expressão e de participação” (NOBRE, 2008, p. 34). Dessa maneira, ele tenta assegurar que as instituições livres e democráticas não sejam restringidas na sua possibilidade de discurso, favorecendo uma das formas de vida em detrimento de outras. Para este autor, a formação da opinião e da vontade dos cidadãos deve ser institucionalizada, assegurando uma maior participação. O formato procedimental garantiria a discussão, participação e deliberação de um maior número de vozes, valores, temas e interesses, legitimando o processo (NOBRE, 2008, p. 35).

Segundo Vitale e Melo (2008, p. 241), a democracia, no modelo procedimental, seria “[...] um processo comunicativo, atribuindo posição central à formação da opinião e da vontade política coletiva. O paradigma democrático permanece sendo o diálogo, e não a competição de interesses”.

Da democracia deliberativa extrai-se outra abordagem de caráter democrático, enfatizando a necessidade de um espaço dialógico, necessário para a consolidação do espaço público. Tendo como base a Teoria da Ação Comunicativa, a democracia deliberativa não só pressupõe o embate argumentativo como forma de alcançar a verdadeira democracia, como conclama todos a pensá-la de forma deliberativa, em que o discurso estaria, necessariamente, voltado para a concretização de ações.

Conforme Mészáros (2007, p. 81, 95 e 101), Habermas admite o conflito e que este deve ser tratado na direção do consenso, com base na “competência comunicativa universal da espécie”, mas esse autor anuncia que Habermas tem de “[...] *provar* que é uma estratégia praticamente viável de emancipação em relação às restrições mutiladoras dos sistemas de dominação estabelecidos” (MÉSZÁROS, 2007, p. 81), já que para Habermas o conceito de trabalho havia perdido a sua importância emancipatória, devido à sua própria desvalorização no mundo da vida.

Citando Vizeu e Bin (2008, p. 9):

A democracia deliberativa privilegia, sobretudo, o reconhecimento do outro como um sujeito com direito de fazer valer a sua vontade individual dentro de um processo que visa o acordo coletivo. Apesar de aparentemente utópica, essa premissa se fundamenta na possibilidade de aceitação ou não de argumentação dos “outros” falantes, e na reconsideração dos próprios motivos e alegações tendo como base outros motivos mais razoáveis que os “nossos”.

Como bem salienta Bohman (2009, p. 32), seria muito fácil não encarar o conflito ou evitar deliberar, principalmente em questões controversas, porém esse autor enfatiza a importância do diálogo, considerando a fala, a escuta e os pontos de vista diferentes para que seja possível exercer a capacidade deliberativa. Assim, ressalta Bohman, o diálogo público³ é viável mesmo entre discordantes.

O acordo é possível de ser obtido à medida que o outro é reconhecido como sujeito competente e de igualdade política. Nobre (2004, p. 34) enfatiza que o processo deliberativo deve ter as seguintes características:

- 1) A participação na liberação deve ser regulada por normas de igualdade e simetria e todos têm a mesma chance de iniciar atos e falas, questionar, interrogar e abrir o debate;
- 2) todos têm o direito de questionar os tópicos fixados no diálogo;
- 3) todos têm o direito de introduzir argumentos reflexivos sobre as regras do procedimento discursivo e o modo pelo qual elas são aplicadas ou conduzidas.

Em relação à possibilidade de se optar pelo método da votação, Bohman (2009, p. 36-37) argumenta que ele não exaure as possibilidades democráticas quando se está falando de sociedades complexas e pluralistas, não resolvendo as questões de preferências e de possibilitar a todos o acesso à fala equitativamente, e aponta como caminho a deliberação pública, por ser uma troca de diálogo inclusiva, que possibilita respostas mútuas. O autor recorre a Kant para definir a ordem política legítima quando permite ao cidadão “expressar sua objeção ou veto sem obstáculos ou impedimentos” (KANT, 1970 apud BOHMAN, 2009, p. 44). Complementando essa ideia, Bohman (2009, p. 45) acrescenta a importância da não tirania como regra básica no processo deliberativo, protegendo dos perigos impostos pela regra da maioria e condicionando que as decisões, baseadas na razão, sejam convincentes, e não calcadas em assimetrias de poder, em que se “[...] precisa aceitar uma decisão que imponha sentimento de exclusão”.

Críticas existem quanto à utilização desses mecanismos nas sociedades complexas, relata Bohman (2009, p. 38), pois se deparam com “[...] conflitos entre igualdades e deliberação, entre a opinião pública informal e o processo institucional de tomada de decisão, entre a soberania popular e a complexidade social”.

³ Para Bohman (2009, p. 34), o termo “público” “[...] se refere não só ao modo como os cidadãos deliberam, mas também aos tipos de razões que oferecem na deliberação”, não só o corpo de cidadãos, em esferas de decisão, discussão e sondagem de informação, aberto a todos, mas precisam ser convincente para todos.

O consenso só seria legitimado enquanto resultado de discussões abertas e não hierárquicas, ou seja, nenhum sujeito tem poder econômico e político sobre o outro, nem para impor sua opinião, a não ser pelo próprio argumento (LORD, 2007, p. 462). Bohman (2009, p. 34), citando T. H. Scanlon, diz que os cidadãos deverão encontrar e construir um “acordo geral informado e sem constrangimentos”, ou um “consenso não coercitivo”, fazendo alusão ao termo habermasiano, restando para o convencimento, apenas, segundo o autor, “[...] as razões oferecidas por ou para cidadãos que também exercem livremente suas capacidades deliberativas” (BOHMAN, 2009, p. 34).

Desse modo, Bohman (2009, p. 42) compreende que a deliberação é iniciada num contexto social específico, cujo início é uma situação social problema, em que há um rompimento e uma retomada quando os atores voltam a cooperar. Um resultado bem sucedido, portanto, da deliberação, diz o autor, é aceitável por todos, mas isso não quer dizer que todos devem concordar com os resultados, e sim que os interlocutores são convincentes para continuar sua cooperação no processo. Assim afirma Bohman: “A deliberação alcança sucesso quando os participantes da atividade conjunta reconhecem que eles contribuíram para ela e influenciaram seus resultados, mesmo quando não concordam com eles” (BOHMAN, 2009, p. 42).

Diante de tal premissa sobre a forma dos proferimentos, as opiniões irracionais tendem a ser excluídas, e as pessoas têm o conhecimento de que nem todas as falas podem ser levadas a público devido a normas de civilidade e regras do próprio discurso público. Bohman (2009, p. 34) acredita que a publicidade traz um ganho no sentido de propiciar uma qualificação das razões, aperfeiçoando-as. Os atores cooperam na deliberação porque esperam ser atendidos em suas demandas através da incorporação dos seus pontos de vistas nas decisões, favorecendo-os (BOHMAN, 2009, p. 42).

A razão, para ser pública, necessita ser capaz de ser entendida, aceita e respondida livremente por todos os outros cidadãos tratados politicamente iguais. Bohman (2009, p. 34) ressalta que, assim se constituindo, as razões passam a ser mais propensas à aceitação de sua legitimidade; mesmo quando não há unanimidade, consegue-se que os cidadãos continuem a cooperar com a deliberação.

Na posição de Bohman (2009, p. 33), em democracias atuais, os cidadãos têm voz igual no processo de deliberação e acesso aos mecanismos de decisão, empoderados e autorizados a participar da deliberação coletiva e de troca de razões sobre decisões que

venham a afetar as suas vidas, já que a cidadania democrática confere igualdade política, atribuindo a eles direitos civis equivalentes perante a lei e o uso da voz na tomada de decisões. Entretanto, o autor ressalta que “os participantes entram na deliberação com recursos, capacidades e posições sociais desiguais. Se amplas o suficiente, essas diferenças podem afetar os resultados de forma não democrática, mesmo com garantias formais de aplicação da fórmula de ‘uma pessoa, um voto’”.

O pressuposto de igualdade nas deliberações é uma crítica recebida pela teoria habermasiana (MARQUES, 2009; FRASER, 1999). Para Habermas, aqueles que discutem, num pressuposto democrático, não de ter condições iguais ou semelhantes, para que se possa garantir a liberdade de escolha no sentido da opinião dos cidadãos em relação ao poder ou a fatores econômicos.

A crítica vem da realidade da desigualdade econômica em vários países do mundo, em especial, nesse caso, da latino-americana e do sistema político de poder. É uma condenação ao conceito de sociedade adotado por esse autor, restrito ao modelo ocidental europeu. Marques (2009, p. 14) comenta sobre esse ceticismo e lembra Manin, quando este fala da habilidade para se mostrar em público, pois falar é um ato determinado pelas hierarquias sociais e culturais. A autora sugere então que, em nome da simetria e legitimidade do processo deliberativo, os envolvidos entrem em acordo sobre regras e princípios normativos (igualdade, publicidade, reciprocidade, reflexividade, prestação de contas, autonomia, ausência de coerção, respeito mútuo) que definam a natureza do vínculo dos participantes e a dinâmica das suas trocas argumentativas. Marques (2009, p. 14) admite serem os princípios bem exigentes, e recebe críticas por isso. Bohman (2009, p. 40) acrescenta, ainda, a necessidade de se considerar a efetividade do falante, e não somente a oportunidade de ter consideradas as suas razões.

Diante de tal ponderação, Marques (2009, p. 14-15) salienta que “[...] a deliberação não é unicamente uma busca pontual por soluções racionais e imediatas, nem um processo restrito aos contextos institucionais formais nos quais os autores se enfrentam face a face”. Portanto, a deliberação seria o resultado de constantes discussões, “[...] de maneira a alimentar uma prática de intercompreensão, cujo objetivo é a constituição de um espaço público de debate, de confrontação e revelação dos antagonismos constitutivos das identidades políticas” (MARQUES, 2009, p. 15). Ao deliberar, constrói-se uma negociação, de forma racional, do problema público, oferecendo a seus participantes a melhor forma de se expressar, articular e revisar seus interesses e necessidades. A autora defende a ideia de que a deliberação é um

processo social e comunicativo, por meio de práticas de intercompreensão entre atores e arenas comunicativas (MARQUES, 2009, p. 15).

Marques aponta que é necessário observar ainda as situações e os contextos em que se dá a troca argumentativa, as regras vigentes, as opressões simbólicas, as desigualdades econômicas, a invisibilidade social, a habilidade para usar racionalmente a linguagem, como possíveis barreiras ao engajamento na liberação. Nesse sentido, a autora ressalta que os “constrangimentos impostos por relações sociais e econômicas desequilibradas, assim como os desafios impostos pela deliberação, são dois dos principais fatores que afetam o desenvolvimento de processos comunicacionais ligados à troca argumentativa e à orientação dos sujeitos em direção ao mútuo entendimento” (MARQUES, 2009, p. 21).

Bohman (2009, p. 40-41) faz referência a alguns teóricos deliberativos por suas preocupações com condições procedimentais necessárias para a igualdade política, destacando “as características gerais do processo democrático” de Dahl, que envolve o foco do processo na tomada de decisão, nos votos iguais, na participação efetiva e igual, a mesma oportunidade de descobrir e validar razões, o controle final das agendas pelos cidadãos e a inclusividade; e citando Cohen, com o “quadro analítico para a deliberação pública livre”, centrado no processo de deliberação, onde defende que este tem que tomar a forma argumentativa, em que a troca de razões se dê à luz das informações disponíveis. Essas premissas necessitam estar abertas a revisões, devendo ser asseguradas pela igualdade dos votos e oportunidades.

Na política deliberativa habermasiana, ao deliberar sobre algo, fazer uma reflexão informada e negociar, o cidadão estaria determinando o rumo da própria vida (VITALE; MELO, 2008, p. 236). Os opositores de Habermas vão questionar justamente se o sujeito tem as condições necessárias e oportunidades, ao estar inserido num modelo cuja economia é marcada pela predominância do capital de forma hegemônica e a desigualdade por essência impera, de definir os destinos e opções a serem tomados em relação à sua existência privada ou pública.

A suposição de imparcialidade do jogo para a democracia pensada por Habermas, em que prevalecem a opinião e a vontade, assim como a orientação acerca das concepções de bem e visão de mundo diferente (VITALE; MELO, 2008, p. 237-238), parece não caber em determinados contextos, ou ser mais difícil de ser efetiva, pois fatores econômicos e políticos norteiam e interferem na condução democrática.

Para Vitale e Melo (2008, p. 234), “pelo fato de que a política deliberativa consiste num modelo de legitimação democrática no qual todos os conflitos devem poder ser

resolvidos pelos cidadãos de um modo imparcial, não resulta que Habermas esteja excluindo do processo político as dimensões estratégicas e as relações de poder.” Esses autores, a exemplo de Lord (2007, p. 456), ao considerarem as críticas a esse ponto da teoria habermasiana, ressaltam que ele estabeleceu “procedimentos ideais” dentro de uma teoria normativa e apontam para a importância da observância, correções e adaptações quando da utilização desta teoria na América Latina, pois nem toda ação comunicativa é orientada para o autoentendimento ou direcionada para um senso de justiça (LORD, 2007, p. 462).

Nobre (2004, p. 22) afirma ainda que a participação e a deliberação devem encontrar seu lugar no Estado de Direito, considerando uma disputa entre espaços públicos autônomos e as macroestruturas do regime democrático em forma de novas institucionalidades; e só haverá progresso se, neste jogo político, se afastar a opressão do poder administrativo e do capital.

Pereira ressalta que Habermas apresentou uma grande contribuição ao formular a teoria da democracia deliberativa, mas, a partir das críticas recebidas, outros teóricos fizeram modificações, adaptações e desenvolveram pontos que julgaram ainda ser embrionários. Nancy Fraser, por exemplo, crítica contundente de Habermas, propõe a reformulação do conceito de esfera pública para que se possa ser capaz de lidar com as diversidades existentes nas sociedades atuais, reconhecendo outros espaços públicos formados por minorias, pois estes permitem a publicização de temas que não encontravam espaço na esfera pública hegemônica, já que existem relações de poder desiguais, desfavorecendo a minoria. Outra defesa de Fraser é que têm os espaços públicos fracos – onde a deliberação não chega à decisão que vincule seus participantes; e fortes – que geram ações vinculantes (PEREIRA, 2007, p. 442-443).

Diversas críticas fazem referência à ligação demasiada ao processo discursivo racional. Existem situações, ressalta Pereira ao citar Young (2002, 2003), em que os indivíduos são proibidos de participar e em outras podem participar, porém as suas condições de vida o impedem de interagir, seja porque a interação está direcionada a um tipo específico de expressão, seja porque a sua manifestação não é levada em conta, ou porque os pressupostos são definidos *a priori* (PEREIRA, 2007, p. 443).

A deliberação pública, antes de ser uma decisão, é um procedimento defendido por Habermas, quando se acredita que “[...] todo poder político deve ser extraído de poder comunicativo dos cidadãos” (VITALE, 2004, p. 83). O que daria legitimidade ao resultado seria a forma discursiva e deliberativa com que o assunto foi tratado, sendo dessa forma um

processo eminentemente democrático. Bohman assim define a deliberação pública: “[...] um diálogo com um objetivo particular. Ela almeja superar uma situação problemática através da solução de um problema ou resolução de um conflito. A atividade conjunta através da qual a deliberação se constitui na esfera pública é dialógica e não meramente discursiva” (BOHMAN, 2009, p. 69).

Para Nobre, a solidariedade social não pode ser retirada apenas da ação comunicativa, ela tem que ser desenvolvida

[...] com base em espaços públicos autônomos, amplamente diversificados e em procedimentos de formação democrática de opinião e da vontade políticas, institucionalizada em Estado de Direito e, com base no meio do Direito, deve ser capaz de afirmar-se também contra os outros dois poderes – o dinheiro e o poder administrativo (NOBRE, 2004, p. 37).

Ressalta-se ainda no modelo deliberativo “uma extraordinária premência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder” (VERNANT, 2009, p. 53), o que é decisivo para o desenvolvimento da democracia e a manutenção da harmonia social, como estabelecido na democracia grega. A comunicação que interessa a Habermas é “[...] aquela em que os participantes debatem temas e concepções comuns aos demais, sempre assumindo uma postura de reconhecimento de legitimidade da fala do outro” (LORD, 2007, p. 264).

A publicidade, segundo Pereira (2007, p. 439), e também em consonância com a democracia ateniense, é outra característica do modelo deliberativo. As razões para a tomada de decisões, segundo o autor, devem ser partilhadas por todos aqueles que serão atingidos por elas e compreensíveis para todos aqueles que participam da deliberação, a fim de que a proposta seja clara e compreensível. A publicidade serve para “prestar conta” das decisões tomadas, bem como para que os cidadãos envolvidos no processo possam justificar suas preferências perante a comunidade afetada pelas deliberações. Bohman (2009, p. 47) acrescenta que a publicidade cria um espaço social para a deliberação, governa o processo de deliberação e as razões nele produzidas e providencia um padrão para julgar acordos.

A democracia é entendida como uma forma de vida, uma cultura política, pois “foi no seio de um espaço comum, formado por homens livres e iguais, mediado pelas palavras controversas, que o poder foi compartilhado e diversos meios instituídos para isso” (VITALE, 2004, p. 30).

Sunstein (2003), segundo Pereira (2007, p. 443-444), critica a importância relativa dada às participações de indivíduos de origens distintas, pois os indivíduos de *status* social

mais elevado têm uma atenção maior na escuta e suas posições são mais levadas em consideração do que aqueles menos favorecidos socialmente, fazendo com que estes indivíduos sofram de baixa confiança, receando por manifestar, temendo represália. Outro questionamento apresentado por esse autor, relatado por Pereira (2007, p. 444), é a possibilidade de produção de consensos quando dos processos deliberativos, já que há uma tendência a polarização de grupos heterogêneos, a partir, segundo Sunstein, da necessidade do indivíduo de reconhecimento de pertença, exigindo lealdade ao grupo. Este autor também não acredita nos pressupostos dos teóricos deliberativos quanto à uniformidade das ideias comuns dos participantes em relação à igualdade política, ausência de comportamento estratégico, informações completas e objetivo de “alcançar o entendimento”.

Outro crítico, apontado por Pereira (2007, p. 444), é Shapiro, que afirma que não há nada que possa garantir a intencionalidade do consenso, pois essa posição, como premissa, poderá ser opressiva e, mesmo que haja a predisposição, nada garante o alcance deste.

Pereira reconhece as limitações da teoria, porém as vê como alertas e não como inviabilizadoras do processo democrático deliberativo. Para o autor, há de se

[...] desenvolver mecanismos que garantam a paridade entre indivíduos de diferentes backgrounds e que também inviabilizem as polarizações que possam vir a ocorrer. Por isso, devemos nos ater às formas organizativas dos processos deliberativos, de forma a garantir uma participação igualitária e equitativa entre diversos participantes, independentemente de suas condições socioeconômicas (PEREIRA, 2007, p. 445).

Pereira conclui que é preciso, sim, pensar na qualidade da participação, mas não pode ser em detrimento da quantidade dos participantes nos processos decisórios. Esse autor propõe que

somente abrindo mão de alguns preceitos do que aqui vamos chamar de modelos ortodoxos deliberativos (que defendem a argumentação racional como o único mecanismo de definição de escolhas políticas) poderemos ampliar o processo deliberativo para além de uma minoria letrada e que partilhe uma identidade ligada ao discurso racional que possa gerar uma uniformidade sufocante (PEREIRA, 2007, p. 445).

Diante do exposto, Pereira apresenta formatos alternativos sugeridos por alguns autores. Pereira (2007, p. 446-447) cita Young (2002, 2003) quando propõe uma democracia comunicativa e reforça a importância da ação direta, uma forma de publicização de lutas que não são por vezes reconhecidas como legítimas no processo deliberativo, aprimorando a

deliberação, evitando as formas de exclusão interna, considerando na pauta as demandas e percepções da minoria, além da inclusão de outras maneiras de comunicação afora a argumentação racional, como o cumprimento (comunicação que antecede a troca de razões durante a discussão), a retórica e a narrativa ou testemunho (partilha de experiências da vida).

Dryzek (2000), outro autor apresentado por Pereira (2007, p. 447), em sua proposta de democracia discursiva, amplia a noção de deliberação comunicativa de Young, pois pondera que os mecanismos propostos podem coagir: a retórica, ao manipular as emoções; quem conta a história, se somente um tipo de história for aceito; e o cumprimento pode ser usado como mecanismo de intimidação. Assim, defende o autor, nenhum tipo de comunicação poderá ser coercitivo, devendo ser capaz de conectar a experiência de cada indivíduo do grupo ou categoria a algum princípio mais geral.

Pereira (2007, p. 448) sugere o reconhecimento das desigualdades nas esferas públicas, onde haveria espaço para o dissenso e outras formas de interação social poderiam tomar forma.

Quanto às dificuldades que as democracias enfrentam que não cedem às ações sociais, Bohman (2009, p. 39) destaca obstáculos de escala, diversidade cultural e desigualdades sociais persistentes. As soluções dadas por teóricos da democracia, critica Bohman, envolvem o Estado, como caminho para implementar normas que assegurem os direitos civis e humanos, e a sociedade civil, por meio de associações voluntárias para manter as condições da vida democrática que não podem ser preenchidas pela estrutura formal. Contudo, o autor pergunta onde as pessoas se encontram e deliberam sobre o assunto público. Bohman pontua que, apesar da importância de ambos, a sociedade civil e o Estado, somente eles não são suficientes para garantir a deliberação pública, mesmo a sociedade civil resistindo às incursões das forças de mercado ou de grandes instituições poderosas. O autor pondera sobre que mecanismos se teria para evitar cair no pluralismo competitivo por recursos institucionais. Finaliza o autor: “talvez o principal desafio da democracia deliberativa seja solucionar os crescentes conflitos comuns sem abrir mão da igualdade política dos cidadãos, da não tirania dos resultados e da publicidade do diálogo” (BOHMAN, 2009, p. 81).

Cohen (2009, p. 87), por seu turno, afirma: “a razão é que, em uma sociedade justa, oportunidades políticas e poderes precisam ser independentes da posição econômica ou social – as liberdades políticas precisam ter um valor justo – e o fato que elas são independentes precisa ser mais ou menos evidente para o cidadão”.

2.5 CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA E CAPITALISMO

A discussão sobre a questão da consolidação da democracia em todo o mundo é atual e pertinente. Trata-se de um regime político que ressurgiu há pouco mais de 200 anos, depois das Revoluções Francesa e Americana, e cuja reflexão tem sido feita a partir dos ideais desses movimentos: liberdade, consolidada nos direitos civis e políticos, estendendo-se para os de igualdade e fraternidade, concernentes aos direitos e relações sociais.

Marshall, ao situar a ocorrência da cidadania na Inglaterra capitalista, questiona a possibilidade da convivência desse sistema com este conceito, já que este prevê a igualdade, e o referido sistema econômico, por essência, a desigualdade: “Como é possível, que estes dois princípios opostos possam crescer e florescer, lado a lado, no mesmo solo?” (MARSHALL, 1967, p. 76).

A indagação de Marshall nos leva a uma breve, porém importante, reflexão sobre a coexistência e, se é que é possível, a cumplicidade entre cidadania, democracia e capitalismo. A grande questão parece emergir da forma com que a democracia se apresenta e a serviço de que ideais. No tocante à forma, Baqueiro (2007, v. 16) sinaliza que o problema “[...] reside na ênfase ilimitada que se colocou na dimensão procedural, como dispositivo único capaz de resolver os dilemas de natureza substantiva” se esgotando na “normalização” das instituições políticas, com a apresentação das “regras do jogo” democrático, tentando reduzi-las a uma questão de método, como bem enunciavam as concepções schumpeterianas. Essa observação diz respeito, principalmente, aos países da América Latina, o que poderia justificar a baixa qualidade da democracia nessa parte do continente americano, onde a marca do capitalismo, em sua forma autoritária, se mostra singularmente presente (BAQUEIRO, 2007, p. 15). Há, diante do exposto, de se pensar na democracia como uma questão de “[...] valores e interesses que animam os atores coletivos” (BORON, 2002, p. 8) e se assim foi ou está sendo implantada na América Latina, *vis-à-vis* a influência e hegemonia do capitalismo como sistema econômico vigente.

Para Boron (2002, p. 9), a verdadeira democracia nunca existiu na América do Sul. Esse autor atribui à ingenuidade o fato de dirigentes acreditarem que apenas a

redemocratização fosse suficiente para acabar com os problemas estruturais do capitalismo. Contudo, os anos 90 chegaram para marcar a era de uma economia neoliberal nessa região, levando a uma piora nas condições de vida dos sujeitos, muitas vezes à beira da pauperização. Na América Latina, o que existe são movimentos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que se integram as massas, a “política de ajuste econômico” as exclui; o valor do Estado é reafirmado enquanto justiça, na redistribuição de renda e recursos, mas a competitividade “darwiniana” impera no mercado.

Boron afirma que

a questão crucial é até que ponto pode progredir e se consolidar a democracia em um quadro de miséria generalizada como o que hoje afeta as nascentes democráticas sul-americanas, que corrói a cidadania substantiva das maiorias precisamente quando mais se exalta a participação política (BORON, 2002, p. 12).

Wood também pondera:

A separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas tem, assim, dois lados: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição econômica – e, neste sentido, o capitalismo coexiste com a democracia formal -, de outro, a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe (WOOD, 2003, p. 173).

Apesar da dissociação entre a identidade cívica e o *status* econômico presentes tanto na democracia grega quanto na moderna, nesta última, a comunidade cívica une a desigualdade social e os interesses conflitantes; “o ‘bem comum’ partilhado pelos cidadãos passa a ser uma noção muito mais tênue e abstrata” (WOOD, 2003, p. 183), refletindo relações diferentes entre o social, o político e o econômico.

Na democracia capitalista, como também é conhecida a democracia moderna, o que é somente democrático é o fato de a posição socioeconômica não determinar o direito à cidadania. Diz Wood:

[...] como o poder do capitalista de se apropriar do trabalho excedente dos trabalhadores não depende da condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. [...] a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta (WOOD, 2003, p. 184).

Diferentes pensadores do assunto sugerem uma outra perspectiva de análise da questão econômica e da ‘qualidade de vida’. Sen (2000, p. 30), por exemplo, traz a possibilidade de reflexão quanto ao desenvolvimento econômico, ao falar de insegurança econômica e ao associá-la à ausência de direitos e liberdades democráticas. Os governos democráticos, por estarem expostos a disputar o eleitor pelo voto e, conseqüentemente, à opinião pública, podem tomar medidas contra os males da fome.

Mas a democracia não é um regime de extremos, seja na pobreza ou no fortalecimento da plutocracia, diz Boron (2002, p. 13). Esse autor afirma que há “[...] novas preocupações pela justiça e pela igualdade que, graças à secular luta das classes subalternas, se converteram em componentes essenciais das novas reivindicações democráticas”, porém questiona: “É solucionável a contradição capitalista entre democracia política e autocracia econômica?” (BORON, 2002, p. 15). Segundo o autor, faltam evidências dessa possibilidade, afirmando que mudar da democracia capitalista para a socialista somente seria possível através da revolução, ou seja, de uma mudança na sociedade.

Ao falar do espírito de democracia, relembra Boron que se faziam necessários agentes sociais concretos onde os interesses e ideologias eram compatíveis com a *pólis*; todavia, a democracia capitalista está, tão-somente, imersa em tensões e em conquistas provisórias (BORON, 2002, p. 18).

Santos (2002, p. 33), acerca da visão minimalista da democracia liberal, a denomina de “fascismo societal”, em que, em vez de “sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove a democracia até o ponto de não ser necessário nem sequer conveniente sacrificar a democracia para promover o capitalismo”.

Então, se a democracia está a serviço do capitalismo, sendo a organização política deste sistema econômico, há de se perguntar: para que classe existe a democracia?

Boron (2002, p. 93) sinaliza haver uma brecha entre as teorias clássicas da democracia — leia-se Aristóteles e Rousseau — e as atuais teorias liberais. Essa lacuna, afirma o autor, diz respeito à questão da igualdade, substituída pelos procedimentos do processo e pela máquina governamental, contra os atributos substantivos da cidadania, esvaziando-se em uma “democracia elitista”. Descreve assim Boron:

[...] o significado substantivo da democracia se evaporou quando esta sofreu uma dupla redução: o simples procedimento desvinculado de todo conteúdo concreto e a simples ideologia legitimadora da supremacia estatal. Nesse prolongado processo — pelo qual a ideologia democrática foi se acomodando às demandas liberais de uma

burguesia em ascensão e atarefada na construção de sua própria hegemonia – a democracia foi lentamente perdendo sua medula igualitária e degenerando em um puro mecanismo formal de constituição e organização do poder político [...] (BORON, 2002, p. 94)

Para Wood (2003, p. 157), há uma ruptura radical entre a democracia moderna e a ateniense. A autora afirma que a ideia democrática grega foi substituída por uma nova democracia, diluindo o significado desse regime político. O sufrágio universal e a conquista da democracia formal foram, para Wood, uma aquisição importante, mas o capitalismo deixa clara a separação entre a esfera política (a democracia) e a economia, restringindo o alcance da cidadania, mesmo não tendo uma limitação constitucional. Apesar de mais inclusiva (acabou com a escravidão e permitiu a cidadania para as mulheres e trabalhadores), além de adotar o respeito às liberdades civis e aos “direitos humanos”, na democracia moderna os direitos políticos são menos exclusivos, mas perderam seu poder (WOOD, 2003, p. 203).

Quanto à construção democrática, Boron (2002, p. 96) retoma os propósitos e ideais burgueses da Revolução Francesa, para afirmar que “o que faltava era o Estado capitalista, que fosse burguês e liberal, mas não necessariamente democrático. Sua progressiva democratização foi resultado de um longo e violento processo de extensão dos direitos civis, políticos e sociais [...]”, consequência, segundo o autor, da mobilização política das classes subalternas, por meio de partidos e sindicatos, utilizando-se de protestos e reivindicações, e que fez mudar o Estado liberal.

Até porque, segundo Bobbio (2009, p. 24), as relações dos indivíduos com a sociedade são vistas diferentemente pela democracia e pelos liberais, pois o liberalismo separa os indivíduos da comunidade; na democracia, o indivíduo reúne os homens singulares, semelhantes a ele. A união artificial da sociedade produziria entre os homens uma associação de livres indivíduos.

A revolução burguesa, portanto, não fez ressurgir a democracia burguesa em si, mas o Estado liberal, fundamentado em base eleitoral. O que ajudou a brotar a democracia, para Boron, foram as mobilizações populares e as lutas de classe: “Foi a prolongada rebelião da classe operária – guiada, na maioria dos casos, por uma ideologia socialista – que democratizou o Estado capitalista” (BORON, 2002, p. 97).

Bobbio, porém, possui uma outra visão desse processo que imbrica o Estado liberal ao ressurgimento da democracia. Diz esse autor que ambos são interdependentes, já que “são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático [...]”, bem como

“[...] é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais” (BOBBIO, 2009, p. 33).

Pensando mais além, Wood, citando Alexander Hamilton (2003, p. 186), afirma que o advindo da democracia representativa, ideal democrático federalista americano, trouxe a possibilidade de pessoas comuns serem representadas por seus superiores sociais e o direito à palavra (voz política) deveria ser dado a outrem, conservando assim o “espírito democrático” na escolha do seu representante. Para a autora, o federalismo evita a democracia, pois ele defende que a distância maior e a proporção menor entre os representantes e representados seriam melhores, tendo um efeito de filtro. Consistiria, então, para esta autora (WOOD, 2003, p. 187), uma renúncia ao poder político ao transferi-lo a outros, uma alienação. Conclui Wood (2003, p. 196):

Num tempo de mobilização de massa, o conceito de democracia foi submetido a novas pressões ideológicas pelas classes dominantes, exigindo não somente a alienação do poder “democrático” mas a separação clara entre a “democracia” e o “demos” – ou, no mínimo, o afastamento decidido do poder popular como principal critério de valor democrático. O efeito foi a mudança de foco da “democracia”, que passou do exercício ativo do poder popular para o gozo passivo das salvaguardas e dos direitos constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e o isolamento do cidadão individual. Mais e mais, o conceito de “democracia” passou a ser identificado com *liberalismo*.

A democracia representativa é a forma encontrada hoje em funcionamento e, segundo Bobbio (2009, p. 38), é por si mesma uma renúncia ao princípio de liberdade como autonomia.

Dagnino et al. são bem precisos quanto a limitações e intenções da democracia representativa num contexto neoliberal:

Enclausurada nas instituições tradicionais da democracia representativa, a reduzida política neoliberal é acompanhada de uma visão também minimalista da democracia. Ambas devem ser limitadas ao mínimo indispensável. Tal como na capacidade de alocação do recurso do Estado, esse acolhimento é seletivo e suas consequências são o aprofundamento da exclusão exatamente daqueles sujeitos, temas e processos que possam ameaçar o avanço do projeto neoliberal (DAGNINO et al., 2006, p. 59).

Particularmente na América Latina, através do Estado oligárquico, que desprezou a participação das classes subalternas e da cultura popular, o modelo liberal assim se configurava quanto à garantia da igualdade dos cidadãos no exercício das liberdades básicas (pensamento, palavra, reunião, associação); transcrevia uma jurisprudência liberal; garantia a propriedade individual; lutava contra a Igreja, confiscando seus bens terrenos; declarou a

divisão dos poderes públicos e adotou os princípios da república democrática; aboliu a servidão e a escravidão, criando um mercado de homens livres; e, por fim, estabeleceu o positivismo. Contudo, trazia arraigada a sua cultura latifundiária (que oscilava entre o extremo burguês e o caráter de um velho estamento senhorial), da burguesia compradora e do capital imperialista (BORON, 2002, p. 104).

No Estado oligárquico, as imensas contradições de classe e instituições democráticas e liberais que evocavam uma inexistente democratização substancial das relações sociais e frustrações em construir um Estado democrático burguês foram resolvidas com o Estado populista, afirma Boron (2002, p. 105).

A luta de classes, através da classe operária, introduziu a revolução socialista no lugar da revolução burguesa. Contudo, o movimento foi contido quando taticamente foi integrado ao Estado populista e lhe conferido acesso a níveis mínimos de bem-estar material; promoveu-se uma ascensão da classe burguesa nacional (afastando os oligárquicos); houve uma reorganização do Estado, fomentando a industrialização com severas políticas de proteção, medidas econômicas e investimento no desenvolvimento econômico; acrescentou-se também uma política de redistribuição de rendas para as camadas populares urbanas, controle de salário e preço, expansão da seguridade social e de verbas para a saúde, educação e habitação (BORON, 2002, p. 104-107).

Havia, entretanto, uma grande contradição ao estabelecer políticas para estimular a acumulação capitalista (autônoma, vigorosa e expansiva) e o desenvolvimento de forças produtivas (integração de classes populares, particularmente o proletário industrial), ao mercado e ao Estado. Todas as alianças previstas foram desmoronadas, o modelo econômico não se sustentou e deu espaço para um novo capitalismo de exceção, comandado por regimes militares, marcados pelo autoritarismo e repressão (BORON, 2002, p. 107).

Seguindo a definição de ideologia para Manzine-Covre (2007, p. 24) como “[...] expressão do embate entre várias formas de pensar e agir dos grupos que formam a sociedade”, pode-se observar, como enfatiza Boron (2002, p. 10-11), ao analisar o capitalismo latino-americano, que se apresentam dois movimentos frustrados: por um lado, a burguesia, “cujos processos de desenvolvimento transitaram por vias inequivocadamente ‘junkerianas’”, e, por outro, a socialista, que impulsionou lutas populares nas décadas de 1960 e 1970. Após anos árduos de ditadura, a democracia chega como uma grande esperança, soando, segundo o autor, com um tom messiânico e em desespero pelo tempo de repressão.

Mas, por que a democracia e não a revolução? Pergunta feita por um assessor da embaixada americana no Brasil ao então Ministro da Cultura Francisco Weffort (in: BORON, 2002, p. 11).

O debate, segundo Pereira (2007, p. 432-433), sobre a democracia, para além do período de transição dos regimes políticos, abrange a própria consolidação da democracia na América Latina; a insatisfação desta enquanto resolução para as injustiças sociais, eficácia governamental e inclusão política; e a análise de inovações democráticas que estão ocorrendo no continente, quanto ao reconhecimento da importância da participação cidadã, à criação de espaços decisórios em combinação com a democracia liberal representativa, à consideração de que a prática democrática fortalece a própria democracia, às formas de ação direta.

Dagnino et al. (2006, p. 45-69) apresentam três modelos de projetos políticos⁴ possíveis na América Latina, salientando que eles podem aparecer de forma híbrida:

- 1) Autoritário – encontra-se em estado de latência, pois é moralmente inaceitável, mas, com o baixo rendimento social das democracias nesse continente, pode-se pensar em aceitação por parte da população de algum tipo de restauração autoritária no continente, pois o fracasso do neoliberalismo, com relação à resolução de demandas sociais, estaria por enfraquecer a democracia; anula ou proíbe a operação de instituições democrático-liberais; adquire traços personalistas, onde a figura do ditador/presidente é o principal ator político; não reconhece a sociedade civil; sustenta que não há separação entre sociedade e Estado, representando a sociedade civil ao mesmo tempo em que governa; ocupa todos os níveis de governo; invalida a cidadania e os direitos políticos; é marcado por relações clientelistas, de repressão e cooptação; tem a política pública como campo de decisão do Estado e este é usado de forma clientelista e particularizada;
- 2) Democrático-participativo – contribui para a desprivatização do Estado, tornando-o mais permeável ao interesse público e menos subordinado à apropriação privada; a participação é concebida como o compartilhamento do poder decisório do Estado; realização de controle social sobre as ações do Estado, através de acompanhamento e monitoramento – prestação de contas; a sociedade civil é concebida como ampla e inclusiva, assegurando o caráter público do Estado por meio da participação e controle social; valorização da cidadania, que assegura as ações coletivas, e dos direitos, com proposta de sociabilidade; perspectiva de sociedade democrática ordenada por matrizes culturais mais igualitárias;
- 3) Liberal – transferência de responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil e para o setor privado; privatização de empresas estatais; mercado como eixo reorganizador da economia e se estende ao conjunto da sociedade; governos como “provedores de serviço” e os cidadãos como “clientes” e “usuários”, obedecendo à lógica de mercado; administração pública como extensão da administração privada; a prestação de contas diz respeito a assegurar uma melhor comunicação, contribuindo com a governabilidade; a sociedade civil é considerada como termômetro das demandas sociais e como executoras capacitadas para atender as demandas de políticas públicas, culminando na

⁴ Projeto político é um “[...] conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política de diferentes sujeitos” (DAGNINO et al., 2006, p. 38).

seletividade e exclusão; os direitos sociais muitas vezes são obstáculos à ação do mercado; substituição da concepção de direitos universais como parâmetro de igualdade por esforços emergenciais e focalizados a setores em situação de risco; o cidadão é formado para integrar-se individualmente ao mercado, como consumidor e produtor, sendo o mercado um substituto da cidadania e esta, reduzida à solidariedade para com os pobres, como mera caridade; visão minimalista da política – redução de terrenos, sujeitos, temas e processos constituintes da política.

Na América Latina, atualmente o que se verifica é uma predominância de projetos políticos liberais, com alguma tentativa de implementação de projetos democrático-participativos, como no caso do Brasil. Portanto, o problema não está na presença dos governos, já que são eleitos por voto popular, mas no déficit de legitimidade devido à incapacidade de melhorar as condições de vida da maioria, pontua Boron (2002, p. 38), citando

o aumento da violência e da criminalidade, a decomposição social e a anomia, a crise e a fragmentação de partidos políticos, a prepotência burocrática do Estado, a capitulação do Congresso, a inação da justiça, a corrupção do aparelho estatal e da sociedade civil, a ineficácia do Estado, o isolamento da classe política, a impunidade para os grandes criminosos e ‘mão dura’ para os pequenos delinquentes e, *last but not least*, o ressentimento e a frustração das massas constituem a síndrome dessa perigosa decadência institucional de uma democracia reduzida a uma fria gramática do poder e purgada de seus conteúdos éticos.

Há uma profunda insatisfação na América Latina com os resultados da democracia, principalmente no que concerne à justiça social, à inclusão política e à eficácia governamental (DAGNINO et al., 2006, p. 13).

Percebe-se que a sociedade civil, particularmente as classes subalternas, vítimas do capitalismo selvagem, tem suas demandas aumentadas, derivadas de injustiça, privações e sofrimento, provocadas pela própria crise do capitalismo, pelos ajustes econômicos e pela recomposição global, somadas e potencializadas pelo clima de liberdade, de pluralismo e tolerância que caracterizam a democracia na América Latina, gerando reivindicações, frente à ausência do Estado em suas responsabilidades de produzir políticas.

Uma pergunta lançada por Boron (2002, p. 112) traduz o dilema: “Quais são as alternativas disponíveis, que sejam ao mesmo tempo democráticas e capitalistas?”. Para esse autor, a convivência entre democracia e capitalismo não é só teoricamente conflitiva, mas a sua prática mostra a dificuldade, pois “os ‘excessos de democracia’ não se ajustam às necessidades de reprodução ampliada do capital [...]” (BORON, 2002, p. 113). Há limites no capitalismo, reconhecidos tanto pelos marxistas quanto pelos próprios capitalistas, frente à sua “[...] possibilidade de desenvolver as forças produtivas sem destruir suas próprias condições

para construir uma sociedade democrática e igualitária”, uma prova de que não cabe à burguesia a reconstrução democrática (BORON, 2002, p. 113).

Portanto, diz o autor, “[...] são as forças sociais que podem democratizar o Estado” (BORON, 2002, p. 116), e o novo caráter da democracia latino-americana se verte para a conquista da igualdade, da liberdade e da participação, facetas de uma luta contra o capital.

Segundo Boron,

as transformações experimentadas nos últimos anos foram em alguns casos muito importantes, mas nenhuma teve a virtude de dissolver o antagonismo classista fundamental que caracteriza especificamente o modo de produção capitalista. Apareceram novos sujeitos sociais, variou a forma e a intensidade do conflito de classe e se modificaram as modalidades de processamento e regulação política das contradições sociais [...] (BORON, 2002, p. 223).

Quanto aos atores sociais, na opinião de Boron (2002, p. 225), houve “[...] decomposição do antigo proletariado e a reconstituição complexa das classes subalternas [...]”, incitando o aparecimento de estudos sobre novos movimentos sociais e seus papéis na dinâmica das sociedades latino-americanas e da “invenção” de atores sociais a partir da dialética do discurso e o esvaziamento das discussões acerca das classes sociais — crítica do autor em alusão às teorias deliberativas; a despeito da importância da luta das classes sociais, mesmo fracassando quanto à construção de uma sociedade sem classes, ela influencia na transformação do próprio capitalismo, inserindo as dimensões da liberdade, da democracia e da igualdade.

Para Boron (2002, p. 227-228), o que passa a ocorrer é uma cena social e política mais complexa, pois o aumento do número e da qualidade dos atores sociais não exclui a existência das classes sociais, nem seu conflito como eixo das sociedades capitalistas. Há de se pensar a natureza dessa classe operária contemporânea e as novas estruturas do capitalismo tardio, mas sem perder a noção de que continua se tratando das relações de classes e suas contradições estruturais, presentes nos movimentos sociais, seja de que ordem for. Reflete Boron:

[...] como interpretar os organismos defensores dos direitos humanos, se esquecêssemos por um instante que, nestes países, a burguesia e o imperialismo reiteradamente apoiaram políticas repressivas para preservar uma ordem social escandalosamente injusta? Como entender a rejeição que a burguesia sente pelos ‘verdes’, se desconhecemos que a sua proposta conservacionista é profundamente antagonista à racionalidade predatória do capitalismo? [...] (BORON, 2002, p. 229).

Giddens (2007, p. 18-19), por sua vez, faz uma análise das duas vias de pensamento político existentes após a Segunda Guerra Mundial, constatando que ambas fracassaram ou perderam a força. A primeira é a via do pensamento socialista tradicional, mais radical e reformista, em que a economia de mercado era vista como “irracional e refratária à justiça social”, porém, afirma o autor, como teoria econômica, o socialismo quase já não mais existe; a “segunda via”, o neoliberalismo (ou fundamentalismo de mercado), se mostrou ineficiente devido à experiência desastrosa de mercados desregulados e ao pouco que fez por ajudar a mitigar as desigualdades existentes entre países, somando-se à reação dos eleitores quanto à posição de que os indivíduos devem se virar sozinhos para resolver seus problemas frente às incertezas e mudanças tecnológicas, dando a sensação de desproteção.

Giddens, assim, propõe uma “terceira via” de pensamento político, que poderá ter várias versões, mas que abrangeria reformas estruturais: 1) Do governo e do Estado, redescobrir seu papel ativista e restaurando/renovando as instituições públicas; 2) o governo e o Estado necessitam se empenhar em promover o desenvolvimento e a justiça social, não devendo, assim como também não deve a sociedade civil, dominar o mercado, deixando fluir uma economia de mercado efetiva, permitindo a livre concorrência, porém confinado restritamente à sua área, pois gera insegurança e desigualdade, requerendo intervenção/regulação do governo; 3) desenvolver a sociedade civil em seu papel, não para substituir o governo, mas para levar as questões à agenda política e assegurar a discussão pública, tendo o Estado como regulador, além de extrair seu sustento, impulsioná-la à modernização, sem imiscuir-se a ela, apoiando-a financeiramente ou proporcionando recursos a tais iniciativas; 4) elaborar um novo contrato social, vinculando direitos a responsabilidades; 5) não renunciar ao objetivo de uma sociedade igualitária; 6) criar uma economia dinâmica, de pleno emprego; 7) conectar as políticas sociais e econômicas; 8) proporcionar a reforma do estado de bem-estar social; 9) elaborar políticas ativas para combater o crime; 10) criar políticas para lidar com a crise ambiental, aliando-as às preocupações da democracia social; e 11) estabelecer o arcabouço do capitalismo responsável, reduzindo os custos sociais e ambientais das empresas (GIDDENS, 2007, p. 23-33).

Giddens pensa que o neoliberalismo não traz o desenvolvimento de uma sociedade coesa e integrada, e não é o mercado sozinho que pode dar conta da desigualdade e insegurança que ele mesmo gera. Segundo o autor, “os neoliberais recorrem à tradição como meio de prover continuidade e solidariedade social. Entretanto, o mercado desregulamentado

é uma das principais fontes de corrosão da tradição no mundo contemporâneo” (GIDDENS, 2007, p. 40).

Latham (2007, p. 51) defende que “uma economia e uma sociedade fortes se revigoram mutuamente”; a terceira via para esse autor refere-se à justiça e decência da sociedade e que uma economia de mercado crescente pode ser reconciliada com uma boa sociedade, podendo coexistir a competição econômica com a social.

A terceira via seria, portanto, segundo Allen (2007, p. 391), uma “busca por reconciliar polaridades convencionais: por casar equidade e eficiência, individualismo econômico e solidariedade social, empresa privada e responsabilidade corporativa”.

Segundo Baqueiro (2007, p. 16), “[...] parece não haver mais divergências a respeito da necessidade de incorporar a dimensão social na conceituação de democracia no continente latino-americano”. Para o autor, pensar assim tornou-se imperativo frente à situação paradoxal “[...] que possibilitou que, nas últimas décadas, democracia e desigualdade caminhassem juntas, inibindo não somente o desenvolvimento sustentável, mas o processo de democratização”. Porque também, reflete o autor, o desenvolvimento econômico estava fora da dimensão política e, conseqüentemente, longe da elaboração de políticas sociais. Baqueiro cita alguns autores, a exemplo de Kilksberg e Putnam, para enfatizar a necessidade de a democracia estar amparada na capacidade de criação de “um triângulo virtuoso entre a coesão social, a governabilidade democrática e a integração regional, “[...], levando à estabilidade política e ao desenvolvimento sustentável” (BAQUEIRO, 2007, p. 17).

Portanto, sinaliza Baqueiro (2007, p. 17), necessita-se de institucionalização de “políticas redistributivas que incorporem uma melhor e mais eficiente representação política, uma educação voltada para a dimensão emancipatória e diretrizes que objetivem concretamente diminuir as diferenças sócio-econômicas no país”, pois em países que estão em construção democrática, como os da América Latina, a dimensão material ainda não está resolvida, colocando em questão o regime político, produzindo incerteza, principalmente quanto ao social, “e para que o processo de democratização sobreviva e tenha sucesso é fundamental o apoio normativo da população e a existência de condições econômicas e sociais que assegurem a dignidade do ser humano” (BAQUEIRO, 2007, p. 19).

Esse autor não aponta a democracia como responsável pela desigualdade social, mas sinaliza a forma de sua implementação, que leva a uma inércia em relação a avanços na qualidade de vida, devido também à alta concentração de riqueza e poder existente na

América Latina, configurando-se na região mais desigual do mundo, beneficiando elites em detrimento da grande maioria da população. Então, necessitar-se-ia, para Baqueiro (2007, p. 20 e 25), “reinventar” a democracia latino-americana para enfrentar os problemas sociais e possibilitar, assim, a implementação de um desenvolvimento sustentável, dificultado pelo fato de os países terem que atender e se ajustar às demandas neoliberais. A precária condição social obstaculiza a promoção da democracia substantiva, pois se sabe que “[...] as desigualdades extremas de oportunidades e possibilidades da vida incidem diretamente nas capacidades do ser humano” (BAQUEIRO, 2007, p. 28).

Boron (2002, p. 17) não acredita na irreversibilidade do progresso democrático e pontua que retrocessos e avanços, construção e destruição, sempre estiveram presentes em qualquer lugar. Contudo, Dagnino et al. (2006, p. 13) sinalizam que se consolidou a democracia eleitoral na América Latina, afastando o risco de uma reversão autoritária, parecendo, ressaltam os autores, ser para os cidadãos e instituições internacionais o único horizonte possível. Todavia, ponderam Dagnino et al. (2006, p. 48) que o modelo autoritário alcançou formas novas e precárias recentemente na América Latina.

Bobbio (2009, p. 19) afirma que “a democracia não goza no mundo de ótima saúde, como de resto jamais gozou no passado, mas não está à beira do túmulo”. Para esse autor, a democracia está sempre em transformação, pois esse é seu estado natural. Bobbio (2009, p. 34-49) compara a democracia ideal com a democracia real e aponta, de fato, quais foram, para ele, as promessas não cumpridas:

- 1) ser uma sociedade de indivíduos – hoje ela é uma sociedade pluralista, formada por grupos, associações, sindicatos, etc. Os grupos, não os indivíduos, são protagonistas da vida política;
- 2) distinguir o interesse do grupo, dos propósitos da coletividade – o grupo tenderia a identificar o interesse nacional com o do seu próprio grupo, sendo difícil encontrar um representante que não defenda interesses particulares;
- 3) a persistência das oligarquias - a promessa seria a derrota do poder oligárquico, fato este que não ocorreu;
- 4) o espaço limitado – a democracia não é capaz de ocupar todos os espaços;
- 5) o poder invisível – a democracia acabaria com a presença deste tipo de poder e daria vida a um governo de ações públicas, em que seus atos seriam

publicizados para que o cidadão pudesse controlá-los, sendo a própria publicidade uma forma de controle; e

- 6) a educação para a cidadania – crença de que a participação em processos democráticos educaria o cidadão para esse fim.

Um questionamento de Wood (2003, p. 203) nos ajuda a refletir sobre a situação atual e o destino da posição cidadã e da democracia:

Qual o significado, numa democracia capitalista moderna, de não apenas preservar os ganhos do liberalismo, das liberdades civis e da proteção da sociedade civil, não apenas para inventar concepções democráticas de representação e novos modos de autonomia, mas também para recuperar os poderes perdidos para a “economia”? O que seria necessário para recuperar a democracia da separação formal entre o “político” e o “econômico”, quando o privilégio político foi substituído pela coação econômica, exercida não apenas pela propriedade capitalista diretamente, mas também por meio do mercado? Se o capitalismo substituiu o privilégio político pela força da coerção econômica, qual o significado da extensão da cidadania – e isso quer dizer não somente maior igualdade de “oportunidades”, ou direitos passivos de bem-estar, mas também a responsabilidade democrática ou independência ativa - na esfera econômica?

Para Dagnino et al. (2006, p. 14):

[...] é possível construir um novo projeto democrático baseado nos princípios de extensão e generalização do exercício dos direitos, da abertura de espaços públicos com capacidades decisórias, da participação política da sociedade e do reconhecimento e inclusão das diferenças.

Bobbio (2000, p. 52) é contundente ao dizer que “em nenhum país do mundo o método democrático pode perdurar sem tornar-se um costume”, mas necessitaria do reconhecimento da “irmandade que une todos os homens num destino comum”, e a consciência desse fato levaria a, “por aquele pequeno facho de razão que clareia nosso caminho, agir de modo conseqüente”.

A multiplicação de experiências de inovação democráticas no continente, a partir de princípios de participação e controle social, segundo Dagnino, varia conforme os contextos nacionais (Orçamentos Participativos, Conselhos Gestores de Políticas Públicas, conselhos cidadãos, vedorias, mesas de concertação, mecanismos de prestação de contas, monitoramento, entre outros) e tem chamado a atenção de analistas, que reconhecem as suas

importâncias “mesmo num contexto adverso da hegemonia neoliberal” (DAGNINO, 2006, p. 49).

Edwards (2007, p. 555-556) fala em humanizar o capitalismo, “preservando o dinamismo de mercado, o comércio e a energia empreendedora, ao mesmo tempo em que procuramos maneiras melhores de distribuir o excedente que eles geram e remodelar os processos que produzem”. Contudo, a humanização, diz o autor, requer uma mexida nas estruturas entrelaçadas de poderes social, econômico e político que excluem grupos de pessoas. Entretanto, se se aumentar a segurança e o poder de voz, afirma Edwards, “[...] a possibilidade de diálogos significativos cresce, e com ela cresce a probabilidade de que as pessoas encontrarão soluções que distribuam os custos e benefícios da mudança mais igualmente em meio à sociedade” (EDWARDS, 2007, p. 557).

Se o movimento não é pela mudança do sistema econômico, uma via considerada pelos autores, porém de pouca eficácia na atual circunstância da economia e da política mundiais, o viés da busca pela alternativa de se construir, dentro do próprio capitalismo, uma solução que possa apaziguar as diferenças econômicas, realizar a justiça social e obter um desenvolvimento com sustentabilidade socioeconômica e ambiental pode se configurar num bom caminho.

A proposta da construção democrática passaria por esses propósitos, ao que parece, mesmo imersa num contexto de hegemonia do capital e subjugada pelas influências e confluências do sistema — a pior delas a imposição de desigualdade social. A via da participação social nos traz a possibilidade de alcançar um caminho de acesso a uma situação menos desfavorável para a maioria ampla da sociedade, bem como a possibilidade de o diálogo levar os anseios de uma população à agenda das grandes corporações e do Estado.

Com toda a história de opressão política e econômica vivenciada pelo povo da América Latina, é deste mesmo *lócus* e das massas subalternizadas que têm surgido as iniciativas mais inovadoras no que diz respeito à construção democrática e à luta pela justiça social (SANTOS, 2000; DAGNINO, 2002; GOHN, 2003a).

Se o processo de retomada do ideal democrático veio pela necessidade de se reconfigurar justamente o sistema político e econômico de uma era, por revoluções que mudaram o cerne da sociedade, a busca pela situação mais confortável para o povo poderá estar na construção de espaços, onde o poder da palavra possa ser escutado, respeitado e considerado para empreendimento de ações, visando à mudança de comportamento tanto na

relação com o mercado quanto com o Estado e em todo o tecido social. Esses espaços públicos, que por diversas características (a valorização da palavra, a transparência a igualdade, a publicização) se propõem a funcionar inspirados na *àgora* ateniense, já se mostram profícuos na resolução de conflitos. Autores (TEIXEIRA, 2002; DAGNINO, 2002; CARVALHO, 1998) citam muitas experiências em que os Fóruns da Sociedade Civil, formados como espaços públicos, têm trabalhado tanto na construção democrática quanto no embate sobre a força do capital, constituindo-se em um espaço legítimo de expressão de um povo. A experiência de redemocratização do Brasil, abrindo a possibilidade da participação cidadã, nos conduz a esse caminho. A força de uma sociedade munida de poder e articulação social e a premência em resolver situações de confronto e tensões no âmbito local e dentro de um escopo temático fazem surgir novas experiências democratizantes fora do seio e do julgo do Estado.

É para esta direção, do novo e inquietante movimento da sociedade civil, que esta dissertação lança o olhar quando discorre sobre este objeto de pesquisa e dedica-se a analisá-lo nas páginas que se seguem.

3 CAPÍTULO II – DEMOCRACIA, CIDADANIA E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO BRASIL

Considerando todo o histórico vivenciado na construção democrática para consolidar-se como regime político predominante nos países do ocidente, e diante do desafio da implementação da democracia na América Latina, pela sua intermitência, confronto com regimes autoritários e imposição de uma economia capitalista de cunho neoliberal, faz-se salutar refletir neste capítulo sobre como todo esse movimento se deu no Brasil e de que forma foi edificado esse regime no País, juntamente com as suas conquistas cidadãs.

Ademais, verifica-se, quando se realiza uma revisão acerca do “estado da arte” desse tema, que os autores (DAGNINO, 2002; GOHN, 2003a; TEIXEIRA, 2001; SANTOS; AVRITZER, 2007; CARVALHO, 1998, entre outros) apontam o ineditismo de modelos, institucionalizados ou não, de atuação cidadã na construção participativa da democracia no País, onde se destaca o Conselho de Cogestão de Políticas Públicas, por se assemelhar em seus propósitos ao objetivo do Fórum Florestal quando se fala em governança do território, além de apresentarem modelos de fóruns não estatais, próximos à estrutura do objeto desta pesquisa.

Na história da formação política do povo do Brasil, alguns autores identificam fatores sociais, econômicos e culturais que, por muitas vezes, segundo estes, impediram que se desse a devida apropriação, por parte dos brasileiros, dos seus direitos cidadãos e da construção de regime democrático para o País.

Primeiramente, enfocando a questão cultural, atribuiu-se uma vagareza ao próprio espírito do ser brasileiro, concluindo que o liberalismo democrático nunca havia sido incorporado, de fato, pelo povo, a despeito das pequenas revoluções sempre engendradas pelos intelectuais e pelas elites. Nem mesmo a independência do País foi um movimento civil, passando ao largo do entendimento popular, porque, como sinaliza Carvalho (2007, p. 18), não havia, até então, nem pátria nem cidadãos. Seria, portanto, da índole do “homem cordial” brasileiro a pacificidade (HOLANDA, 1936, p. 146-147), não cabendo grandes embates, dando espaço para que houvesse desaparelhamento, por parte do Estado, das ações menos harmoniosas do povo, realçando a característica separatista entre a vida social e a política.

A escravidão é o aspecto social a ser ressaltado e foi um dos grandes entraves para a construção da cidadania. Ela impediu qualquer possibilidade de tratar-se de direitos, pois

escravo não possui pátria, liberdade, vida digna e, muitas vezes, nem a própria vida. Avaliada a atitude dos senhores escravocratas, pode-se dizer, como bem ressalta Carvalho (2007, p. 21), ser isenta de postura cidadã, pela cômoda prática da desigualdade social.

Tratava-se de valores a serem cultivados. A liberdade e a manutenção dos direitos não haviam sido enraizadas no Brasil e impediram a integração social e política do País.

As relações humanas, não baseadas na igualdade, pautaram-se no espírito cristão da caridade, amenizaram as relações sociais e criaram a figura do paternalismo, presente nos senhores de escravos e também nas figuras de domínio mais recente – os coronéis. Dava-se, como favor, as condições mínimas de sobrevivência sem a possibilidade de construção da autonomia (leia-se emprego e educação). A refletir acerca da formação do sujeito, a inexistência da educação, somada a outros elementos, torna mais difícil a construção da cidadania e da consciência dos direitos. As implicações, até hoje, são sentidas nas populações economicamente menos favorecidas, restando-lhes o emprego informal, os menos qualificados e de pouca ascensão social.

Configurou-se, conseqüentemente, uma sociedade, como observa Carvalho (2007, p. 24), cujos “direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos e dos direitos sociais ainda não se falava [...]”. A exclusão desses direitos e a falta de pertencimento a uma nação marcaram a ausência da democracia no País.

Por último, a economia, de características oligárquica, latifundiária e exploratória, cuja produção se voltava para a exportação de bens primários, configurava um contexto de pouca importância dada aos trabalhadores rurais e à sociedade civil em geral.

As primeiras manifestações em prol da cidadania vieram de movimentos operários urbanos, mas estes foram coagidos, limitando-se aos pleitos de caráter civil, pois, segundo Carvalho (2007, p. 43), “não houve experiência política prévia que preparasse o cidadão para suas obrigações cívicas”, inclusive a do voto, ironiza o autor, quando fala dos equívocos dos críticos da participação popular, achando que, de uma hora para outra, os brasileiros iriam virar cidadãos atenienses ou das comunidades americanas. Realmente, o estabelecimento da postura cidadã no Brasil deu-se de forma lenta e gradativa, mas a ação de cidadania não pode ser reconhecida apenas nas manifestações formais e restritas ao voto.

Na visão de Carvalho (1998, p. 1), em contraponto, a participação democrática dos brasileiros tem sido duramente conquistada. A autora aponta dificuldades como a cultura de um Estado privatista e “[...] de relações simbióticas e corporativas com grupos

privilegiados”. Não houve, para Carvalho, uma atitude bestializada e apática do povo do Brasil; inclusive, esses atributos fazem parte de um discurso desqualificador de uma cultura, da forma de agir, pensar e participar do povo brasileiro. Para ela, a participação popular sempre existiu e é exemplificada por movimentos em diversas fases da história do País. Esta também é a visão de Gohn (2003, p. 15), quando identifica a participação popular por meios de manifestações em todo o território brasileiro, como as Revoltas do Malês, dos Búzios, a Balaiada, e nas contestações populares, como a Cemiterada e a Revolta da Vacina, entre outras. A autora mostra a trajetória de resistência e de combatividade do povo, que veio a formar a “frágil cidadania conquistada, paulatinamente, pelas camadas populares e pela sociedade civil em geral” (GOHN, 2003, p. 15).

O povo não era apático, inerte e inoperante, era espontâneo, mas faltava-lhe o espírito pró-ativo, fruto de uma consciência cidadã. “Cidadãos em negativo”, expressão cunhada por Carvalho (2007, p. 75), vem retratar a atitude reativa e não propositiva do brasileiro em geral, que vai se perpetuar até os idos de 1930, com a queda da Primeira República, quando da instalação, com maior propriedade, dos direitos civis e políticos, e atuação de movimentos camponeses e urbanos. Todavia, foi intermitente. Logo após, o País passa a conviver com o regime ditatorial, restando esses avanços. Até mesmo a concordância popular ao golpe militar de 1930 demonstra a fragilidade da democracia outrora estabelecida. O regime autoritário do Estado Novo, como era chamado, negava os embates sociais e tratava as relações desiguais como resolvíveis tecnicamente. Faltavam avanços nas áreas da política (proibiu-se o direito à greve) e cível, que foram compensados por uma expansão dos direitos sociais, como os trabalhistas: a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), vigente até hoje; os grupos de pensão e previdência; e em 1946 fez-se uma nova constituição, ampliando a anterior (1934). O voto passou a ser secreto, direto e obrigatório para aqueles alfabetizados maiores de 18 anos (afora os soldados), mas a forma com que os direitos sociais foram barganhados e o seu caráter compensatório os descaracterizaram como ganho democrático. Os movimentos, ressalta Carvalho (1998, p. 2), sofreram pressões cooptadoras dos partidos políticos, do legislativo e do executivo.

A possibilidade da experiência democrática se restabelece após a queda do varguismo. Em 1950, Vargas é reconduzido ao poder pelo voto popular, fruto de sua gestão populista, de ênfase em aspectos sociais. O avanço da cidadania trazia no seu cerne a dependência do

cidadão diante das lideranças locais, em reconhecimento aos favores sociais por elas concedidos, configurando-se ainda uma cidadania passiva e não reivindicatória.

O governo de apelo popular adotado por Vargas chega ao seu fim quando os militares questionam os poderes dados aos trabalhadores e não suportam a presença do Partido Comunista em cargos na previdência e na cúpula sindical, pressionando Vargas. Este, em 1954, num ato suicida, abre caminho para o que poderia ser a instalação, de fato, de um regime democrático, mas que se configurou em uma luta ferrenha de interesses políticos. Juscelino Kubitschek, novo presidente do Brasil, traz a vertente desenvolvimentista, mas não a justiça social. Os anos 1950 e 1960, aponta Carvalho (1998, p. 2), são marcados por intensa mobilização na sociedade, a exemplo dos movimentos sindicais, da luta camponesa e dos que pleiteiam “Reforma de Base” de caráter democrático.

O curto governo de Jânio Quadros configurou-se como de pouca expressão na conquista dos direitos e da participação política do povo. O período seguinte, após a renúncia de Jânio, governado por João Goulart, foi caracterizado pela ligação com o Partido Comunista, pelos movimentos populares solicitando reforma agrária e de base, ampliação do direito a voto aos sargentos e demonstração de insatisfação funcional destes, supostamente prenunciando uma revolta, o que “justificou” o golpe militar e interrompeu, mais uma vez, a trajetória democrática já delineada.

O Golpe de 1964, além de seguir um movimento de mudança de regime político para o autoritarismo compartilhado por outros países da América Latina, demonstrou falta de crença das elites na democracia, motivada pelo receio da tênue opção do povo pelo comunismo e pela ausência de organizações civis fortes e representativas, mobilizadoras de massa, capazes de assegurar um estado democrático.

O governo militar caracterizou-se pela restrição aos direitos civis e, sobretudo, aos políticos. Os Atos Institucionais foram retratos da repressão e do autoritarismo. A situação econômica do País, que chegou a apresentar espantoso crescimento, camuflava o empobrecimento da população, o aumento da desigualdade social e as manobras políticas. Os direitos mais essenciais foram infringidos: de liberdade de ir e vir, de expressão e de integridade física e psíquica. A tênue cidadania e as conquistas de espaços públicos foram desconstruídas, com a devida resistência dos movimentos estudantis e sociais e de grupos que acreditavam na guerrilha armada, porém sem grandes amplitudes e resultados.

Durante os anos da ditadura, a falta de espaço político deu lugar a inquietações da sociedade civil quanto às questões de ordem social e relacionadas às demandas do cotidiano,

como discussões acerca de moradias, raça e gênero, dando lugar a “novos movimentos sociais”, diferenciando das formas de organização dos sindicatos ou partidos (CARVALHO, 1998, p. 2).

A redemocratização do País foi processual, seguindo também uma abertura política latina, e em 1984 sinaliza a possibilidade das eleições diretas para presidente, o que mobilizou um milhão de pessoas em São Paulo no movimento “Diretas Já!”. O País demonstrava o anseio pela mudança de regime de governo e por participação maior na vida política.

A eleição ainda não foi direta, mas o eleito pelo Colegiado Eleitoral foi Tancredo Neves, tradicional político da oposição. A morte inesperada do presidente Tancredo Neves conduziu, de forma frustrante, José Sarney, político conservador do Nordeste, ao poder. Mesmo com tamanha decepção, todo esse movimento popular veio dar nova “esperança” ao brasileiro, o que se chamou de “Nova República”.

Com o fim do regime militar e os direitos políticos e civis reconsiderados, abriu-se caminho para uma Constituinte, que, em 1988, promulgou a Constituição Cidadã, conhecida assim por ser a mais liberal e democrática de todas. E mais: instituiu a ampliação dos direitos sociais e políticos, bem como investimentos na educação, fatores decisivos para os movimentos cidadãos que se seguiram.

As eleições diretas no Brasil só foram possíveis em 1989, quando Fernando Collor de Mello veio a assumir a Presidência, trazendo também um período de turbulências econômicas e sociais e atos ilícitos no seu governo, culminando no seu afastamento por aclamação popular. Se, por um lado, a eleição de Collor foi demonstração de ingenuidade do povo, que ainda buscava a salvação milagrosa, o processo de *impeachment* do presidente sinalizou, por outro, maior amadurecimento da população para as questões políticas.

Pode-se dizer que as quatro eleições posteriores, as de 1994 e de 1998, que elegeram Fernando Henrique Cardoso, e as de 2002 e de 2006, elegendo Luiz Inácio Lula da Silva, demonstraram, pelas características do processo, a consolidação do modelo democrático no País, ainda que predominantemente representativo.

Particularmente, é importante ressaltar a condução de Lula à presidência levando-se em consideração a sua trajetória e ascensão política, por estarem ligadas aos movimentos sindicais dos metalúrgicos, dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores – PT, criado em 1980.

A eleição e a reeleição de Lula para a presidência do País viriam a ser a possibilidade de ver implantado, e em funcionamento, o modelo político de democracia participativa, posto que a atuação do PT, como partido de esquerda opositorista, mudou paradigmas quanto à forma de confrontação com as tradições autoritárias, na orientação para a negociação em detrimento da luta armada. Segundo Teixeira (2001, p. 165), “para o PT, a participação popular é um processo de formulação, decisão, execução e fiscalização de políticas públicas [...]”

Citando ainda Teixeira (2001, p.120),

[...] caminha-se não apenas para mitigar antigos traços do atraso, mas também para construir outras formas de convivência e sociabilidade, de relação com o poder político. Nessa construção, foram de grande peso as ações coletivas que ocorreram no país a partir do momento em que se dá a redemocratização e que, embora objetivassem mudanças mais gerais nas instituições ou nas políticas públicas, tiveram impacto ou sedimentaram-se sobre o local, contribuindo para que estes se dinamizassem, gerando outros tipos de ação e organização.

Depois de um percurso de batalhas e conquistas sociais da sociedade civil organizada a partir dos anos 1960, cujo símbolo se expressa na promulgação da Constituição de 1988, pressupunha-se que o modelo delineado de coexistência entre a democracia representativa e democracia participativa respondia aos anseios do povo brasileiro. Dessa forma, atenderia ao que os cidadãos pleiteavam: maior atuação na análise e deliberação de assuntos públicos e na formulação das políticas públicas, bem como em construir e atuar nos mecanismos de conhecimento e controle da gestão pública.

Segundo Souza (2007, p. 16), em seu trabalho sobre Conselhos Municipais,

a temática da participação popular em instâncias de poder e de definição e operacionalização de políticas públicas – em especial os conselhos gestores – vem adquirindo crescente relevância, despertando o interesse de pesquisadores para a análise dessas múltiplas experiências institucionalizadas de “democracia participativa”.

Assim como no restante da América Latina, a democracia veio trazer a ilusão de que, além de uma conquista política, esta também representaria uma guinada no “economicismo”. No entanto, o que vai ser verificado na década seguinte é que os fatores econômicos voltariam a dominar a cena (BORON, 2002, p. 11), inclusive ditando as conduções ligadas às questões sociais. Boron (2002, p. 12) ressalta: “A ingenuidade e inexperiência de nossos dirigentes os levou a pensar que bastava a redemocratização para que certos problemas estruturais do

capitalismo latino-americano se dissolvessem no ar”. A democracia não aliou a liberdade política com os ganhos sociais esperados, marcando uma piora nas condições de vida da população, com a presença da pauperização, “o que só pode colocar sombras sobre o futuro da democracia nos nossos países” (BORON, 2002, p. 12).

Segundo avaliação da Freedom House, de 2009, o Brasil possui o escore⁵ 2, tanto para os direitos políticos quanto para a liberdade civil, o equivalente na América Latina à Argentina e ao Suriname, perdendo para o Chile e o Uruguai, conferindo ao País o *status* de país livre.

Alguns pontos negativos do Brasil foram levantados pela Instituição, entre eles a falta de transparência e a corrupção⁶. Ela sinaliza que a Constituição brasileira garante a liberdade de expressão, inclusive sem restrição ao uso da internet, mas cita a morte de jornalistas que fazem a cobertura de crimes organizados, de corrupção e que divulgam a impunidade. A liberdade de associação e de assembleia é admitida, bem como a existência de federações de trabalhadores industriais que são bem organizadas e, apesar de políticas, não são controladas por partidos políticos, como em outros países da América Latina. Aponta a intimidação de líderes ruralistas como um problema. Faz uma crítica ao judiciário, pela sua crônica corrupção e por não conseguir fazer face ao crime organizado.

A Freedom House (2009) cita o Brasil como possuidor de uma das mais altas taxas de homicídio do mundo, e a maior quando a ocorrência é com arma de fogo, relacionando isso, segundo a ONG, ao comércio ilegal de drogas, que enfrenta a polícia militar e outros representantes da Lei. As milícias, relata a ONG, institucionalizaram formas de extorsão. A ONG faz crítica à violência e à corrupção da polícia brasileira e ao uso por ela de tortura e execuções policiais e cita a superlotação dos presídios. A discriminação racial, que culmina no sofrimento e na alta taxa de homicídio, a pobreza e as taxas de analfabetismo também são abordadas. A desigualdade social, a ação do MST – Movimento dos Sem-Terras (com o suporte do PT), o trabalho escravo, a situação dos índios (pobreza, ausência de infraestrutura sanitária e educação), a homofobia com traços de violências fatais (apesar do respeito à

⁵ Baseadas em uma escala de 1 a 7, em que o 1 representa o mais alto nível de progresso democrático e o 7 o mais baixo. Os valores de 2008 refletem o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Países como Estados Unidos e França possuem escore 1, enquanto outros, como o Azerbaijão e o Cazaquistão, que estão sob domínio de um regime autoritário consolidado, possuem um escore entre 6 e 7 (FREEDOM HOUSE, 2009 – traduzido pela autora).

⁶ Atualmente, na pesquisa da *Transparency International's 2008 Corruptions Perceptions Index*, o Brasil ficou na 80ª posição, num *ranking* de 180 países pesquisados (FREEDOM HOUSE, 2009 – traduzido pela autora).

orientação sexual do sujeito), a agressão contra mulheres e crianças, a prostituição infantil e o tráfico de pessoas são assuntos também citados no relatório (FREEDOM HOUSE, 2009).

Na tabela de *ranking* e *status* dos países em liberdade da Freedom House (2009), que analisa a situação deles durante os anos de 1973 a 2009, em 1973 o Brasil era parcialmente livre, obtendo o escore 5; em 1982 há uma melhora para o nível 3; e em 1985/86 é considerado pela primeira vez país livre, quando aprimora a seu desempenho em termos de liberdade civil. Contudo, nos anos de 1992 e 1993, esse mesmo item tende a piorar, chegando a 4, e apenas em 2002 ele volta a ser considerado um país livre. O escore de 2 veio em 2006 e permanece até os dias atuais. Segundo essa mesma Organização, em avaliação sobre a liberdade no mundo a partir da democracia eleitoral, realizada no período de 1989 a 2009, o Brasil foi considerado um país democrático.

Para o Índice de Desenvolvimento Democrático na América Latina da Organização dos Estados Americanos - OEA, o Brasil mantém um índice baixo, atrás de países como Costa Rica, Chile, Uruguai e Panamá, entre outros (OEA, 2005 apud BAQUEIRO, 2007, p. 22-23).

Como podemos considerar, a democracia no Brasil não vem sanar sérios problemas de ordem social e econômica. Uma das implicações da nova força do exercício da cidadania, em busca de uma resolução acerca das questões sociais que a democracia por si só não foi capaz de equacionar, fez surgir a emergência de um maior controle social das ações do Estado. A consequência dessa visão tem sido a experiência de construção de espaços públicos que possam trabalhar com temas, inicialmente excluídos da agenda pública. Assim, a mobilização de sujeitos e o fortalecimento do tecido social podem garantir às comunidades de um território o acesso ao poder social e político, em busca de objetivos coletivos e tangíveis.

Lord (2007, p. 456) ressalta que, ao observar os estudos empíricos no Brasil e a teoria que adotam, existem lacunas relevantes no conhecimento produzido. Observa esse autor que, no momento em que se situam os movimentos sociais como atores no estabelecimento de temas presentes na esfera pública, falta clareza nos procedimentos de análise que possam subsidiar tais conclusões, pois não oferecem explicações de como a sociedade teria influência na configuração da esfera pública por meio dos movimentos sociais e suas experiências alternativas.

O autor justifica em parte essa deficiência pela dificuldade de instrumentalização do conceito de esfera pública. Alguns autores, como Avritzer e Costa (2004), que fazem alusão à

necessidade de adaptações e correções ao modelo discursivo, e Andrews (2002), citado por Lord, concluem que há interpretações equivocadas de conceitos da teoria de Habermas. Costa (1999) e um grupo de pesquisadores do CEBRAP⁷ em direito e democracia vêm apontando para essa problemática, significando existir inúmeras formas de abordagem do conceito (LORD, 2007, p 457).

Na tentativa de esclarecimento, adoção e utilização da melhor forma do conceito, Lord (2007, p. 458) apresenta os referenciais teóricos que embasam alguns autores, importantes para a análise das suas abordagens e que consubstanciam o trabalho de dissertação ora apresentado. Ressalta Lord que tanto Leonardo Avritzer quanto Sérgio Costa estão preocupados nos seus estudos em verificar as experiências locais (especialmente Avritzer) e os encontros entre a sociedade e o Estado, com base no conceito de esfera pública de Habermas.

Da mesma forma trabalham Evelina Dagnino e Vera Telles, porém o referencial de espaços públicos das últimas autoras vem da concepção republicanista e da produção de Hannah Arendt, que concebe a política além do Estado. A noção de política para esses autores é a mesma, mas a forma como é pensada e a arena em que é trabalhada se diferenciam.

Para Arendt, uma das precursoras do conceito na modernidade tardia, o espaço público é politicamente organizado, local de reconhecimento e legitimidade, *lócus* de definição da coisa pública, da construção e negociação de consensos, diferentes dos produzidos pelo Estado e pelo sistema político, mesmo se relacionando com esses através das leis. Seria, para Arendt, a normatização da conduta comum, diferentemente da proposta clássica de redução da noção política à atividade ligada ao Estado e seu funcionamento (LORD, 2007, p. 458).

Habermas, por sua vez, manteve a esfera pública atada ao Estado e ressalta a melhoria dos canais de absorção do Estado para as questões da sociedade por meio de instâncias como os conselhos e o legislativo; pensando esse autor na consolidação da democracia através do Estado está, assim, se afastando da teoria de Arendt (LORD, 2007, p. 458-459).

A ação, portanto, só poderia acontecer no espaço público, e é nesse espaço, para Arendt, que a política tem lugar (AVRITZER, 2006, p. 154).

Teixeira (2001, p. 20) estabelece a noção de espaços públicos:

⁷ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. “É uma instituição de pesquisa na área de ciências humanas, onde sociólogos, cientistas políticos, filósofos, economistas, antropólogos, demógrafos, advogados, historiadores e geógrafos desenvolvem estudos sobre a realidade brasileira” (CEBRAP, 2009).

No espaço público (fóruns, redes, plataforma) tematizam-se questões de interesse geral, realizam-se negociações, formulam-se proposições de políticas públicas e pode-se exercer o controle social dos atos e decisões do poder político. Auto-organizados, são efetivos espaços de interação entre atores da sociedade civil, diversamente da esfera pública [...].

Para Habermas, os espaços públicos, como os conselhos e fóruns, podem servir de base inicial para publicização de temas, sem, contudo, serem capazes de empreender fluxos comunicativos da esfera pública, que podem ocorrer fora desses espaços físicos e institucionalizados. Em outra concepção, esses espaços de negociação e enfrentamento ocorrem diretamente sob a ação do Estado, por propiciarem a negociação direta e incidirem sobre a política, dentro da sua concepção republicana.

Em conclusão, a esfera pública se desliga da presença física, enquanto as atividades dos espaços públicos podem ser observadas empiricamente. Habermas admite que os espaços públicos podem alcançar a esfera pública, mas não se aprofunda nessa perspectiva, deixando a questão sobre que critérios permitiriam a um tema e concepções presentes no mundo da vida cotidiana ingressarem na vida pública. Um deles poderá ser, para o próprio Habermas, a construção de consensos e a condição de igualdade (LORD, 2007, p. 460-461).

Sobre a atuação de novos atores sociais, Neves e Lubenow (2008, p. 258) enfatizam a importância da criação de espaços e fóruns a partir de uma ampliação das reflexões da sociedade civil e da esfera pública.

As questões possíveis que emergem seriam: “Quais são as condições que garantem a uma interação comunicativa simples ter um potencial para gerar, ao final do processo, a esfera pública?” Quais interações geram fluxos comunicativos? (que vão se transformar em ação comunicativa e propiciar à esfera pública influências nas deliberações políticas); Quando o público debate presencialmente ou à distância, formal ou informalmente um tema, como se dá essa discussão? (LORD, 2007, p. 463).

Para Lord (2007, p. 463), “[...] uma proposta de instrumentalização da esfera pública deve dar conta das interações simples internas ao público, ou seja, deve abarcar as discussões públicas materializadas em encontros físicos e comunicações que se utilizam de códigos decifráveis empiricamente”.

Portanto, cabe aqui ressaltar e esclarecer que, para efeito desta dissertação, estamos adotando o conceito republicano de espaço público sugerido por Dagnino, apresentado por Lord, qual seja: “o espaço público constitui-se como materialização física de um espaço de

negociação intersubjetiva a respeito de assuntos políticos. Este espaço que é múltiplo, pois são os diversos espaços públicos, é parte fundamental da vida cidadã” (LORD, 2007, p. 459).

A construção de espaços públicos no Brasil é uma consequência do movimento democrático em prol da cidadania e da formação de uma convivência social (DAGNINO, 2002, p. 10). Os espaços públicos constituídos, segundo Dagnino (2002, p. 10), visam promover “[...] o debate amplo no interior da sociedade civil sobre temas/interesses até então excluídos da agenda pública, como aqueles que se constituem como espaços de ampliação e democratização da gestão estatal”. Nesse momento, a autora está falando de Fóruns de Cogestão de Políticas Públicas e outros mecanismos de participação social, como o Orçamento Participativo - OP e as Conferências Temáticas, todos vinculados à estrutura do Estado e ao controle social. Dagnino ressalta ainda a mudança de postura dos atores, antes movidos pelo enfrentamento, para uma atitude mais voltada para a negociação e cogestão, através de maior participação da sociedade civil no governo e nas decisões públicas, por meio de fóruns deliberativos (DAGNINO, 2002, p. 13).

Dagnino (2002, p. 10 e 11) também sinaliza a dinâmica desse movimento democrático, que impõe ritmo tanto de avanço em alguns aspectos quanto de estagnação e retrocesso em outros, pois se dá de forma diferenciada em diversas áreas da vida social, indica para um “processo multifacetado”, faz transparecer vários projetos políticos e aponta para diferentes concepções, tanto dos limites desse processo quanto da sua natureza, que, ao se debaterem na década de 1990 com um projeto neoliberal, alteram o ritmo da democratização.

Tatagiba (2002, p. 47) assinala a intensidade do movimento de atores e forças sociais em suas diversas formas, resultado do agravamento das condições sociais, a falta de respostas dos governos e a crise no setor público (crítica ao padrão centralizador, autoritário e excludente que determina a relação Estado e beneficiários das Políticas Públicas), dando ênfase à necessidade de democratização.

A participação, portanto, é apontada como melhor caminho em prol de efetivos resultados e para o processo democrático. Devido ao déficit no modelo puramente democrático representativo, pois não garante a emancipação do cidadão e a justiça, é que vem surgindo a necessidade de retomar o modelo de participação direta no processo decisório, e esta, empiricamente, configura-se em espaços públicos, agregados à macroestrutura política do Estado (VIZEU; BIN, 2008, p. 7). Esperava-se, afirma Tatagiba (2002, p. 47), que a participação cidadã nos espaços formais institucionalizados pudesse contribuir para a

melhoria no planejamento e na execução das Políticas Públicas no País, através da transparência e sob controle da sociedade. A proximidade do Estado, supõe a autora, facilitaria a fiscalização, o controle e o estabelecimento de prioridades na alocação de recursos públicos.

Esse espaço formal institucionalizado, temático, de cogestão, é o modelo de participação adotado pelo Estado brasileiro que mais se aproximaria, no momento, da possibilidade de responder às demandas sociais e que poderia, teoricamente, assumir formalmente o papel dos espaços públicos constituídos pela sociedade civil — a exemplo do Fórum Florestal, objeto desta dissertação. Desse modo, justificamos um maior detalhamento sobre os Conselhos de Cogestão e Políticas Públicas.

3.1 A ABERTURA BRASILEIRA PARA A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DELIBERATIVA

Neves (2007, p. 295) sinaliza sobre os mecanismos de incentivo à participação, a partir de uma nova relação entre o Estado e a Sociedade Civil, por meio do processo de democratização nos anos de 1980. A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabeleceu como princípio fundamental da República a democracia semidireta, mais conhecida como participativa. Há previsões, nesse documento, de participação dos cidadãos nas decisões públicas, pois, além do art. 1º, que reconhece a soberania popular, outros dispositivos constitucionais estabelecem a participação popular, como o Direito Político da existência do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular (art.14), a ação popular (art. 5º, LXXIII), a previsão da participação da sociedade nos setores da saúde (art.198, III), cultura (art. 216, § 1º), criança e adolescência (art. 227, §1º), seguridade social (art. 194, VII) e educação (art. 206, VI) (BRASIL, 1998).

Destarte, com a força da previsão constitucional, diversas lutas, emanadas na década de 1960, vão ressurgir no final dos anos de 1980 no Brasil. Após o fim do regime militar, eram necessárias reformas de base no País. A partir da luta de sindicatos, movimentos populares e profissionais da saúde, conseguiu-se aprovar o Sistema Único de Saúde – SUS (Lei nº 8.080, de 19/9/1990), instituindo o sistema de cogestão, em regime tripartite (profissionais, usuários e Estado). Outros movimentos são desencadeados, com a participação popular e em prol do bem coletivo, a exemplo da Reforma Urbana. Leis como o Estatuto da Criança e da Adolescência – ECA (Lei nº 8.069, de 13/7/1990) e a Lei Orgânica de

Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 7/9/1993) fazem dessas políticas um marco para os direitos cidadãos, instituindo a universalidade, a participação democrática e a possibilidade do controle social.

A criação de Ouvidorias, em diversos níveis de governo e agências estatais, segundo Dagnino (2006, p. 51), tem impactos variados. Avançou-se também, sinaliza a autora, na transparência de vários setores do governo, com acesso a despesas públicas e ao resultado das eleições.

Outro fato importante foi a implantação dos Orçamentos Participativos - OPs, experiência de gestão pública pioneira no mundo, que teve seu início ainda na década de 1980 nas cidades de Vitória e Vila Velha, no Estado do Espírito Santo. Segundo Carvalho (1998, p. 5),

[...] estas práticas têm, apesar dos seus limites, um grande potencial para contribuir na superação do particularismo que caracteriza as organizações populares. Ao propiciar o conhecimento e a disputa entre as demandas das diversas regiões da cidade, contribuem para que as lideranças sociais desenvolvam uma compreensão mais geral dos problemas da cidade, um sentido de solidariedade, a capacidade de construir parâmetros públicos, procedimentos de transparências e regras de funcionamento que tencionam práticas corporativas, construindo uma racionalidade mais universal que evita e pode superar critérios particulares, comunitários, ideológicos, ou partidários.

Para essa autora, os OPs podem contribuir ainda para a articulação de políticas setoriais, para a segmentação e a setorização tecnocrática e clientelista nas secretarias de governo e para a possibilidade de destinação de recursos públicos voltados à política social, através de uma inversão de prioridades na agenda governamental (CARVALHO, 1988, p. 5).

Outros modelos, destaca Carvalho (1998, p. 6), também contribuíram para a construção de espaços de gestão participativa, a exemplo das Câmaras Setoriais; entretanto, a maior contribuição seria a construção de uma cultura participativa que valorizaria a participação direta e o controle social.

3.2 OS CONSELHOS DE COGESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – CONTRIBUIÇÕES E DIFICULDADES NA REALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Foi uma conquista difícil a de inserir nas decisões políticas e administrativas do Brasil a participação da sociedade civil, até porque a condição de cidadania no Brasil foi reconhecida há pouco tempo. Fruto do movimento dessa própria sociedade para o

estabelecimento de um regime democrático no País, a participação social culminou no que os movimentos populares e a sociedade civil organizada almejavam atingir, no que tange a uma maior atuação na análise e na deliberação de assuntos públicos e na formulação das Políticas Públicas, bem como em construir e atuar em mecanismos de conhecimento e de controle da gestão pública. A sociedade civil passa a contribuir num espaço público não estatal, na forma de Conselhos de Cogestão de Políticas Públicas.

Assegurar os direitos cidadãos e a participação social, a partir do estabelecimento destes na Constituição, foi, seguramente, um marco histórico e uma vitória social. O movimento que se organizou em torno do combate a um Estado autoritário mostrou-se de suma importância para a transição democrática, conferindo, ressaltam Dagnino (2006, p. 10), o fortalecimento da visão de que foi no terreno da sociedade civil que se fez a luta pela democracia e não somente no Estado.

Por meio do “tensionamento saudável” sobre o Estado, como aponta Gohn (2007, p. 8), pode-se definir a participação institucionalizada da sociedade civil, na forma de Conselhos Gestores, e ajudar a constituir sujeitos democráticos.

Existem, segundo Gohn (2007, p. 70), três tipos de Conselhos:

- os criados pelo poder executivo, para mediar suas relações com os movimentos e com as organizações populares (Conselhos Comunitários da década de 1970);
- os populares, construídos pelos movimentos populares ou setores organizados da sociedade civil em suas relações de negociação com o poder público (Conselhos Populares da década de 1980); e
- os institucionalizados, com possibilidade de participar da gestão de negócios públicos criados por leis originárias do poder legislativo, surgidos após pressões e demandas da sociedade civil (Conselhos Gestores, após a década de 1990).

A diferença está, segunda a autora, na possibilidade, por parte dos Conselhos Gestores, “[...] de reordenação das políticas públicas brasileiras na direção de formas de governanças democráticas” (GOHN, 2007, p. 83); ela afirma ser este um caminho de maior interação entre o governo e a sociedade.

Tatagiba (2002, p. 53 e 54) também apresenta outras formas de Conselho (comunitários, populares e administrativos) e destaca a diferença destes para os Conselhos Gestores por estes:

- serem espaços públicos com composição plural e paritária (sociedade civil e Estado), com interesses, muitas vezes, distintos e antagônicos, cuja clivagem se dá também dentro do próprio segmento. A pluralidade confere legitimidade democrática e a natureza pública desse espaço deliberativo;
- terem o processo dialógico como instrumento privilegiado, em prol da resolução dos conflitos, natural do embate de interesses divergentes. O caráter público dos acordos os protege de favorecimentos de qualquer natureza. A sustentação dos argumentos é baseada na ética relacionada à vida pública; e
- funcionarem como instâncias deliberativas, legalmente constituídas, com direitos a formular políticas e fiscalizá-las, democratizando a gestão, quando influenciam em políticas públicas, nas prioridades, no orçamento público, enfim, compartilhando o poder.

A autora assinala o ineditismo desse arranjo institucional, mas salienta para a necessidade de averiguar sua real atuação e resultados quanto à eficiência da gestão dos negócios públicos. Independentemente do significado político da sua existência, Tatagiba já analisa, a partir do início desse arranjo, a dificuldade de se desprender do protagonismo do Estado na definição de políticas e prioridades sociais (TATAGIBA, 2002, p. 54-55).

Assim, os Conselhos possuem o papel de mediador nas relações da sociedade com o Estado e têm demasiada importância por serem frutos de lutas e da demanda popular por um estado democrático. E são, segundo Carvalho (1998, p. 17), “[...] a forma de participação e controle social mais enraizada na reivindicação dos movimentos sociais” e “[...] uma das formas de participação mais permanentes, que resiste às mudanças e aos diferentes graus de abertura dos governos e à participação social”. Esses Conselhos, para Carvalho (1998, p. 17), já se mostram sólidos e democráticos e cumprem o papel de cobrança em relação à sua conduta financeira e administrativa. Contudo, a autora ressalta a dependência de uma mínima resposta do governo para que haja informações, pois, sem elas, a negociação e a cogestão não seriam possíveis.

Essa nova estrutura, de iniciativa da administração pública, está vinculada ao executivo e foca-se nas Políticas Públicas de determinado tema. De composição preferencialmente paritária (sociedade civil e Estado), os Conselhos devem ser deliberativos e incidir na gestão pública de forma indireta. Apesar de depender de ato do executivo para a sua implementação, no seu nível de atuação, sua existência, ressalta Gohn, já significa novos instrumentos de

expressão, representação e participação, que podem se constituir em uma forma de transformação política (GOHN, 2007, p. 85). Entretanto, a sua efetividade depende, além de outros fatores, da sua real representação, pois só assim poderá se voltar à construção de Políticas Sociais, quando na ajuda para instituir Políticas Públicas e no exercício de tomada de decisão. Gohn (2007, p. 91) fala em “representatividade qualitativa” por todos que compõem o Conselho (os representantes devem ter vínculos com a comunidade), bem como na necessidade de capacitação destes, principalmente os das OSCs, sendo esse um dos principais entraves da atuação das representações não governamentais nos Conselhos apontados em pesquisas no País, conforme relatado por Tatagiba (2002, p. 70), atingindo de forma diferenciada os diversos Conselheiros.

As questões que permeiam a efetividade da ação dos Conselhos, após alguns anos de existência aos moldes da democracia participativa, são inúmeras e vão desde a sua estrutura ao seu funcionamento, quanto às manobras por parte do Estado para sua desqualificação. Gohn cita a existência de Fóruns não estatais apenas consultivos, contrariando as próprias leis brasileiras, configurando-se como órgãos auxiliares da gestão pública ou, pior, por muitas vezes, instrumentos de manipulação de políticos e das elites, falando oficialmente como representantes da comunidade e longe de serem “mecanismos de controle e fiscalização dos negócios públicos” (GOHN, 2007, p. 89).

Mesmo já se sabendo da insegurança do Estado quanto à divisão da tarefa de gestão das Políticas Públicas com a sociedade e dos interesses privados que muitas vezes se fazem presentes na ação do Estado, os Conselhos Gestores estão cada vez mais consolidados, permitindo que atores antes ausentes de espaços de decisão possam participar na construção das Políticas Públicas. Todavia, segundo Tatagiba (2002, p. 71), esse avanço é insuficiente, pois “[...] não é capaz de assegurar que estes setores ocupem de forma eficaz esse espaço e neles realizem os seus interesses”. A autora comenta essa fragilidade dos Conselhos e o oportunismo do Estado na gestão direta desses, mesmo com a indicação de paridade entre o poder público e a sociedade civil, e aponta caminhos de manipulação do Estado para comandar as tomadas de decisão ou enfraquecer o próprio Conselho, desqualificando-o e diminuindo seu papel (TATAGIBA, 2002, p. 73-74).

Seja pela forma de controle da agenda temática, da pauta, da prioridade dos assuntos e da condução das reuniões, a ação do Estado diante da operacionalização desses espaços denuncia a resistência deste em compartilhar o poder de decisão, visto que a gestão tem sido

unilateral e impositiva quanto ao desejo do próprio Estado e, segundo a mesma autora, poderia ser motivo de inibição da participação da sociedade civil, demonstrando também a dificuldade que esta encontra para ocupar os espaços institucionais de direito. Gohn (2007, p. 91) ressalta também o difícil acesso às informações inerentes ao trabalho dos Conselhos por parte da Sociedade Civil.

Para alguns autores, lembra Tatagiba (2002, p. 84), a turbulência cotidiana a que as reuniões e o funcionamento dos Conselhos estão submetidos representa “[...] uma prova de que os mesmos não eram os espaços mais profícuos à luta pela ampliação da democracia nem tampouco instrumentos para mudanças significativas no campo das Políticas Públicas”.

O poder do Estado se expressa, inclusive, quando da composição do Conselho, formando uma “falsa paridade”, já que, dentro do segmento da sociedade civil, há de se ocupar as vagas, tanto as OSCs como o segmento empresarial, muitas vezes com interesses conflitantes e também, por vezes, tendo o Estado como aliado ao detentor do capital. Em verdade, mesmo considerando a força da sociedade civil, o Estado possui a possibilidade de ocupar 50% das vagas e, na prática, tem exercido esse poder por algumas ocasiões. Tatagiba (2002, p. 59) faz a mesma consideração, dizendo que a composição sempre dá vantagens ao governo, levando a profundos desequilíbrios no processo decisório. A autora fala em “[...] contínua disputa pela hegemonia no interior dos Conselhos” (TATAGIBA, 2002, p. 59). Essa “disparidade”, igualmente abordada por Gohn (2007, p. 92), ressalta o que acontece também na possibilidade de acesso às informações e no tempo despendido para o exercício do ofício, já que não há remuneração para os Conselheiros, apenas o reembolso de despesas de transporte, de hospedagem e de alimentação, quando das reuniões e diligências. Os representantes do Governo, funcionários públicos, já são remunerados para essa função e têm o hábito de lidar com a linguagem tecnocrata.

La Jara (2006, p. 361) sinaliza que nos mecanismos mais inovadores, como os Conselhos de Cogestão, onde a participação se mantém politizada, o sucesso ou o fracasso destes parece depender da vontade política e não de outra coisa.

Gohn (2007, p. 89) aponta algumas lacunas referentes à existência dos Conselhos, como a necessidade de criar mecanismos que assegurem o cumprimento do que foi planejado; instrumentos de responsabilização dos Conselheiros por suas resoluções (o Ministério Público tem começado a atuar nesse sentido); estabelecimento de limites e de possibilidades de decisão; restrições orçamentárias e suas origens; e existência de multiplicidade de Conselhos,

que competem entre si, em espaço político e verba a eles destinada e sem intercomunicação entre eles.

A “[...] falta de tradição participativa da sociedade civil em canais de gestão dos negócios públicos” também é apontada por Gohn como fator a ser considerado, bem como a “existência de concepções oportunistas que não se baseiam em postulados democráticos e veem os Conselhos apenas como instrumento/ferramentas para operacionalizar objetivos predefinidos [...]” (GOHN, 2007, p. 90).

Alguns estudos, segundo Gohn (2007, p. 93), apontam para um particularismo; dificuldades de conciliar forças sociais divergentes e de articular o público estatal e o não estatal; a fraca participação da sociedade civil e o absenteísmo dos membros do governo; a necessidade de destacar aspectos da institucionalidade dos Conselhos; e a possibilidade de serem vistos como substitutos da democracia representativa ou de “braços auxiliares do Estado” e como suplentes da participação popular.

Por fim, a existência do espaço dialógico e deliberativo não assegura sua efetiva implementação por parte do executivo, pois não há mecanismos jurídicos que amparem legalmente e o obriguem a executar o que foi decidido pelos Conselhos, nem garantem a sua aplicabilidade (GOHN, 2007, p. 91).

Igualmente, a prerrogativa de a lei ser imperativa em relação às Resoluções dos Conselhos confere ao Legislativo o poder de definir o rumo das Políticas Públicas, restando ao Executivo o afinamento dessa direção, determinando inclusive, em muitos casos, a estrutura e o funcionamento desses Conselhos.

Gohn (2007, p. 95) aponta algumas necessidades a serem cuidadas para que os Conselhos de Cogestão de Políticas Públicas possam ocupar o espaço previsto para a participação da sociedade civil na condução da vida pública. Para a autora, é necessário definir as competências e as atribuições dos Conselhos; obter instrumentos jurídicos que assegurem a efetividade de suas deliberações; esclarecer acerca da participação nesse espaço de definição de Políticas Públicas, em especial as de caráter social; capacitar os Conselheiros; e garantir a igualdade das condições de participação entre os membros.

Sem a resolução de muitas dessas questões, os Conselhos poderão ser meros reprodutores e ratificadores de Políticas Públicas elaboradas unicamente pelo Estado e pelas forças que este defenda. Gohn (2007, p. 108) fala da possibilidade dos Conselhos de serem um

[...] instrumento valioso para a construção de gestão democrática e participativa, caracterizada por novos padrões de interação entre governo e sociedade em torno de políticas sociais setoriais, como poderão ser também estruturas burocráticas formais e/ou simples elos de transmissão de políticas sociais elaboradas por cúpulas, meras estruturas para transferência de recursos para a comunidade, tendo o ônus de administrá-los; ou ainda instrumentos de acomodação dos conflitos e de integração de indivíduos em esquemas definidos previamente.

Nessa perspectiva, para Gohn (2007, p. 108), os Conselhos têm um caráter duplo, que pode resultar numa ampliação do espaço público ou reafirmar antigas práticas do fisiologismo. Carregam, portanto, segundo a autora, contradições e contraditoriedades, mas possuem, se devidamente representativos, uma possibilidade de influenciar o poder local e denunciar conchavos econômicos.

3.3 OUTROS DESENHOS INSTITUCIONAIS: A BUSCA PELA EFETIVIDADE DA DEMOCRACIA

Encontramos atualmente no Brasil outras práticas participativas, traduzidas em Fóruns, em que a pluralidade dos sujeitos, representados por movimentos sociais, ONGs, sindicatos, entidades profissionais, associações e academia, compõe a cena. Muitas vezes legisladores e funcionários públicos são convidados a participar. Carvalho menciona, além do MST e da Pastoral da Criança, como exemplos o Fórum Nacional de Reforma Urbana e o Fórum da Defesa da Vida e contra a Violência, em Campo Limpo-SP (CARVALHO 1998, p. 26). Para essa autora, “nem todas as questões ou aspectos da gestão da sociedade podem ou devem ser normatizadas ou assumidas pelo Estado”, razão pela qual, segundo ela, vem sendo retirado do Estado o “monopólio da gestão da sociedade”, pois a própria sociedade assume essa tarefa.

Teixeira (2001, p. 155-160) cita inúmeras articulações e redes de organização da sociedade civil no Brasil: Fórum Nacional de Reforma Agrária; Fórum Nacional de Reforma Urbana; Fórum Nacional de Ação da Cidadania contra a Fome a Miséria e pela Vida; Fórum Nacional de Entidades de Saúde; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento; Fórum de ONGs Ecológicas e Populares, entre muitas outras.

Dagnino (2002, p. 11) também menciona a existência de outros espaços públicos, constituídos unicamente pela sociedade civil, preocupados em debater e consensuar acerca de assuntos que possam contribuir para agendas públicas e ser considerados pelo Estado. A

referência do Estado está presente, mas há uma valorização das organizações e dos atores da sociedade civil e suas articulações. São espaços, diz a autora, que facilitam a interlocução entre interesses diversos, sendo efetivado de forma democratizante e na direção da resolução de conflitos, através do consenso, que podem:

[...] constituir espaços de construção de uma dimensão propriamente pública na sociedade brasileira, distinta da regulação produzida pela lógica estrita do Estado ou do mercado. Sendo espaços de convivência e debate, esses espaços potencialmente requereriam e fortaleceriam o aprendizado e a consolidação de uma “cultura de direitos”, por meio efetivo da cidadania (DAGNINO, 2002, p. 12).

Ademais, são lugares que podem estar isentos de manipulação, por não existir uma orientação estratégica (Vizeu & Bin, 2008, p. 10).

Os teóricos, segundo Coelho e Nobre (2004, p. 11), apontam para a criação de diversos mecanismos de fortalecimento das esferas pública e política, diferentes do Estado e do mercado, a partir dos discursos e no uso da razão pública, com vistas a “[...] elaborar projetos coletivos que reivindicam não apenas serem reconhecidos e acolhidos pelo Estado, mas também serem identificados socialmente como projetos legítimos”.

Teixeira (2001, p. 139) afirma que,

[...] ao lado dos conselhos, esferas públicas híbridas, devam atuar fóruns, plataformas, conferências, adequados espaços públicos autônomos. As primeiras inserem-se na estrutura do Estado, mas funcionam de modo diferente do órgão estatal. Os outros são próprios da sociedade civil, embora tendo relacionamento e interlocução com o poder político.

Portanto, são estabelecidas, segundo Dagnino (2002, p. 14), duas naturezas de relações entre a sociedade civil e o Estado:

- a) as formalizadas, inclusive por meio da legislação, já praticamente definidos objetivos, funções e procedimentos, podendo ser permanentes ou temporários; e
- b) as menos formalizadas, pontuais e de diferentes iniciativas (por parte do Estado ou da sociedade civil). Suas funções, objetivos e procedimentos variam e são definidos conjuntamente.

A construção de novos espaços públicos, consolidando a participação social dentro de um regime democrático, já é um tema que ocupa muitos estudiosos do assunto. Por mais que as abordagens sejam diferentes, devido a recortes de estudos diversos, todos apontam para um novo protagonismo da sociedade civil, expresso nas suas mais diversas formas de atuação em

diferentes instituições e formatos participativos, seja junto a Conselhos de Cogestão de Políticas Públicas, do Orçamento Participativo ou no exercício de *accountability* (GONH, 2006; AVRITZER, 2007; DAGNINO, 2006). O que se aponta nesta dissertação como objeto de estudo já vem sendo analisado por alguns autores que reconhecem a existência de Fóruns da Sociedade Civil como mais um instrumento de consolidação de espaços públicos.

A informalidade da estrutura dos Fóruns leva a uma certa dispersão diante da necessidade de cuidar das próprias prioridades e rotinas de trabalho de seus integrantes, que dependem sempre de alguém que possa convocar para tal atividade, comenta Carvalho (1998, p. 26-27). Outro desafio apontado pela autora é a heterogeneidade e a assimetria de saberes e de acesso ao poder, bem como a capacitação técnica e política, que possam “[...] melhorar a capacidade de argumentação, de diálogo, de negociação, de construção de alianças” (CARVALHO, 1998, p. 27). Contudo, a autora ressalta a leveza na estrutura, a descentralização e a pouca formalidade, não possuindo interlocução direta com o Estado, mas com canais de encaminhamento e recepção de reivindicações sociais, tornando-os mais independentes e ágeis.

Para Carvalho, “são também novas formas de ação e de organização, mais ágeis e informais, que interpelam os governos, desafiando-os e participando da elaboração de políticas públicas mais voltadas ao interesse comum, ao mesmo tempo em que provocam mudanças na cultura da sociedade” (CARVALHO, 1998, p. 27).

Cohen (2000, p. 1) defende a necessidade de criação de novos espaços públicos para dar conta do que ele denomina internacionalização⁸ e novo igualitarismo⁹ e da tensão advinda da conciliação de ambos, que requerem maior envolvimento do cidadão na solução de problemas coletivos, com a possibilidade de construção de uma democracia mais direta, deliberativa, prática e cívica. O novo igualitarismo propõe uma

[...] nova forma de política, que envolve o desenvolvimento e a descentralização de certas responsabilidades consideradas caracteristicamente como atribuições do Estado, principalmente a responsabilidade em resolver problemas coletivos, transferidos, nesta nova articulação, a redes de arenas deliberativas que tornam menos rígidas as fronteiras entre o público e o privado (COHEN, 2000, p. 3).

⁸ Para Cohen (2000, p. 2), trata-se de um conjunto de condições econômicas (existência de multinacionais em diversos lugares, aumento de investimentos diretos estrangeiros e movimento financeiro além fronteiras).

⁹ Conceituado por este autor como “uma família de concepções de justiça que objetivam garantir tanto a liberdade quanto a igualdade” (COHEN, 2000, p. 2).

O autor correlaciona o fato da ocupação, por parte dessas redes de arenas deliberativas, desse papel regulatório outrora realizado pelo Estado com um sentimento de limitação das capacidades deste de resolver problemas de maneira eficaz e competente (COHEN, 2000, p. 6).

Quiçá pela razão supracitada, pela manipulação ou pelo fato de o Estado muitas vezes estar ausente, bem como pelo descrédito e pela desconfiança da própria sociedade civil com relação a Conselhos de Cogestão, apontada por Gohn (2007, p. 105), é que surgem os Fóruns da Sociedade Civil, a exemplo do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, objeto deste trabalho, com o objetivo de dar celeridade e obter eficiência nas resoluções de conflitos de uma região. Assim, constituídos em Fóruns próprios, segundo a autora, poder-se-á cobrar diretamente as ações do Estado. Essa possibilidade está em consonância com a hipótese de Coelho e Nobre (2004, p. 12), de que “[...] a criação de mecanismos de participação e deliberação mais diretas e ativas nos processos de definição de políticas poderá levar as formas mais eficazes de respostas a carências e necessidades sociais”.

A intenção desta dissertação foi realizar uma análise da dinâmica e funcionamento do Fórum Florestal, conhecendo a realidade local, seus atores sociais e seus resultados, no intuito de balizar uma opinião sobre a efetividade desses novos arranjos institucionais, o que será apresentado nos três capítulos seguintes.

4 CAPÍTULO III – O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA: CONTEXTO, CONTROVÉRSIA E ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS

Faz-se necessário para compreensão do contexto em que está inserido o objeto de estudo desta dissertação, inicialmente, historiar a ocupação desse território, bem como apresentar uma visão geral dos seus aspectos socioeconômicos e ambientais. A compreensão do contexto dará uma maior possibilidade de entendimento acerca da controvérsia relativa à iniciativa de algumas ONGs ambientalistas em se predispor a dialogar com a iniciativa privada em contraposição a um movimento ativista que questiona a atividade de silvicultura no território do Extremo Sul do Estado.

Considerando o dinamismo social do território, apresentam-se também neste capítulo os atores sociais que compõem esse cenário e as suas motivações, ou não, para o diálogo: as empresas privadas e a pressão de mercado para considerar as comunidades no entorno de seus empreendimentos, visando à sustentabilidade empresarial, ao considerar na sua atuação o desenvolvimento sustentável socioeconômico e ambiental; as organizações da sociedade civil e o movimento ambientalista, sobre os aspectos da representatividade de uma coletividade e do capital social; e o Estado, que se encontra ausente, não exercendo a sua governabilidade nem participando da governança do território.

Ressalta-se, portanto, primeiramente o isolamento físico do Sul e do Extremo Sul durante o processo de colonização e ocupação do Estado da Bahia. As atividades nesse território concentravam-se nas Capitânicas da Baía de Todos os Santos e de São Jorge dos Ilhéus, onde os fluxos econômicos da Capitania de Porto Seguro (ao qual pertenciam) dirigiam-se para o norte, dificultando a dinamização do referido espaço territorial, ainda mais por ser essa região de difícil acesso pelo Estado do Espírito Santo, em razão da presença do Rio Doce. Esses fatos contribuíram para retardar o processo de ocupação regular de suas terras, encontrando sérias dificuldades durante o século XVI, perdurando assim até o século XVII (MOTA et al., 2003, p. 6-8).

O século XVIII apresenta-se mais dinâmico, com a criação de novos núcleos urbanos e vilas, consolidando-se somente a partir da penúltima década do século XX, quando são desmembradas áreas correspondentes aos atuais municípios. Somente depois da década de 1980 é que outros municípios são emancipados.

A dinâmica territorial acompanhava os ciclos econômicos, a exemplo da expansão da lavoura do cacau, a exploração madeireira, além da abertura da BR-101 e sua pavimentação. Somente no final do século XX, assim sendo, criam-se redes de cidades e observam-se investimentos de infraestrutura por parte do Estado e a possibilidade de atração de novos negócios para a região.

Em relação à educação formal, segundo Mota et al. (2003, p. 58), “o acelerado crescimento populacional, combinado com os baixos níveis de renda, a velocidade do processo de urbanização e o incremento da migração formam parte do conjunto de fatores de ordem econômica e demográfica que prejudicam o desempenho do sistema educacional”. Há desestruturação da rede de ensino, baixa oferta de vagas no ensino infantil e falta de formação qualificada para a demanda da região, que exige cursos médios, técnicos, profissionalizantes e mesmo universitários.

As questões ambientais aparecem devido à falta de infraestrutura de esgotamento, fornecimento de água, coleta de lixo e seu correto armazenamento, interferindo em questões de saúde, de assistência precária, com altos índices de doenças contagiosas, a exemplo da tuberculose.

A rede de transporte encontra-se debilitada, apesar de ter importantes rodovias, mas algumas sem devido asfaltamento.

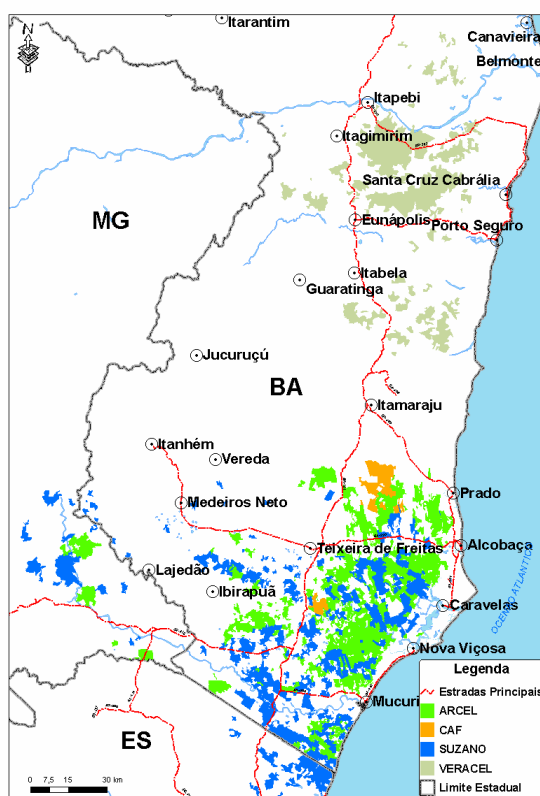
Do ponto de vista do desenvolvimento da economia, as regiões Sul e Extremo Sul foram historicamente prejudicadas pelo modelo de concentração econômica espacial e setorial adotado ao longo de décadas no Estado, vindo o Produto Interno Bruto (PIB) a concentrar-se em poucos municípios, predominantemente da região metropolitana de Salvador.

A pecuária ocupa um lugar de destaque no sistema produtivo regional, especialmente o rebanho bovino e o bubalino. No litoral, desenvolve-se a pesca, a qual várias famílias têm como atividade de sobrevivência, praticada artesanalmente.

A agricultura caracteriza-se como de porte médio, destacando-se a economia cacauzeira no Sul, que por motivos fitossanitários e econômicos vem a ter um forte declínio. Mesmo com uma diversidade de produtos agrícolas no Extremo Sul, poucos se destacam no cenário estadual, a exemplo das culturas permanentes do coco-da-baía e do mamão. Após a redução do extrativismo madeireiro, a cultura do mamão aparece como atividade dinâmica e geradora de empregos, destacando-se na produção regional e nacional.

Outras culturas têm crescido, como o cultivo de limão, pimenta-do-reino e maracujá. Em se tratando de lavoura temporária, ressalta-se a produção de cana-de-açúcar.

A região, devido a suas características edafoclimáticas, vem desenvolvendo nas últimas décadas a produção da silvicultura para abastecimento da indústria de papel e celulose, voltada para o mercado externo, utilizando-se de terras que foram sendo trabalhadas pela pecuária extensiva, plantações de mamão, agricultura de subsistência ou incorporando novas áreas improdutivas, totalizando cerca de 558.033,90 ha (ver Quadro 1, pág. 138, relativo às empresas de celulose) de áreas pertencentes às empresas Veracel Celulose S.A, Fibria S.A., Suzano Papel e Celulose S.A e CAF ArcelorMittal S.A¹⁰ (FIBRIA, 2009; SUZANO, 2010; VERACEL, 2009). A ocupação territorial dessa atividade é demonstrada na figura 1:



Fonte: Aracruz Celulose, 2009 (dados de 2008).

FIGURA 1 - Área ocupada pela atividade de silvicultura pelas empresas ligadas à ABAF no Sul e Extremo Sul da Bahia.

¹⁰ Plantios florestais para abastecimento de siderúrgica da ArcelorMittal em Minas Gerais.

Nota-se que as terras ocupadas com a atividade de silvicultura concentram-se próximas ao litoral, devido às condições climáticas, restando ainda toda uma parte no interior do território, que, por não ser ocupada pelas atividades das empresas reflorestadoras da cadeia de celulose da região, não está contemplada na descrição do contexto.

O plantio de espécies exóticas na região de domínio do bioma Mata Atlântica no Brasil (litorais sul, sudeste e nordeste) tem seu início na década de 1950 e se caracteriza por ocupação de grandes áreas de terra, onde, em particular, espécies dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*, oriundas da Austrália e de outras localidades da América, Caribe e Ásia, trazidas originalmente para servir de dormente para estradas de ferro, são usadas hoje em dia como matéria-prima para as indústrias moveleiras, de limpeza, alimentos, bebidas, siderurgia e, sobretudo, papel e celulose.

A silvicultura na região iniciou-se no final da década de 1960 e teve maior incremento nos anos 70 e 80, devido à carência de celulose no mercado e aos aportes financeiros dos incentivos fiscais para a atividade por parte do Governo federal. A agricultura tradicional se encontrava em declínio em razão da presença de pragas, atraindo ainda mais grandes investimentos para o local, a fim de implantar florestas exóticas (IMA, 2009, p. 10).

Com a abertura e pavimentação da BR-101, houve incremento na atividade industrial ligada à produção de celulose e papel, acarretando diversos e significativos efeitos indiretos, a exemplo do fortalecimento financeiro do poder público (via geração de impostos), da ampliação da infraestrutura viária, de comunicação e de serviços, do crescimento do setor terciário local, entre outros, e contribuindo para o aumento do emprego formal na região.

Para o Governo,

deve-se ter em mente que o caso do setor de celulose de fibra curta na região, cujas características principais são o uso intensivo de capital, a produção de um bem intermediário, um perfil exportador voltado para a geração de divisas e alta concentração de terras, o seu potencial de encadeamentos produtivos é bastante limitado. Nesse caso, as grandes oportunidades estariam no estabelecimento de parcerias para promover o desenvolvimento regional, no apoio para a construção de infraestrutura nas comunidades locais, nas diversas atividades relacionadas ao meio ambiente, nas políticas de contratação de mão-de-obra e no desenvolvimento de fornecedores locais (IMA, 2009, p. 19).

Contudo, sobre esse movimento, sabe-se que:

o novo perfil da economia que vem sendo desenvolvido no meio rural brasileiro - marcado pela redução da produção de subsistência, progressivo aumento do número

de trabalhadores rurais assalariados e expansão de modernas atividades agropecuárias e agro-industriais, organizadas para a produção em larga escala — vem produzindo excedentes de mão-de-obra rural e está alterando os padrões de fluxos e movimentos migratórios (SEI, 1998 apud MOTA et al., 2003, p. 45).

Outro fator a ser considerado na análise do contexto do território é a supremacia do conglomerado de produção de celulose, que por questões ambientais vem a se localizar na região, conferindo a ela uma excelente produtividade florestal (o ciclo de rotação de corte é mais curto do que em outras regiões do planeta: em média, 7 anos), além de disponibilidade de mão de obra, infraestrutura de transporte e comunicação, proximidade de mercado para produtos e subprodutos, conhecimento técnico/científico (FÓRUM FLORESTAL, 2006d). A posição privilegiada de produção, em se tratando de uma *commodity*, influencia no equilíbrio financeiro da organização, extremamente importante em tempos de crise e de queda no preço do produto. O fator econômico traz o olhar internacional para a região, não só de empresas competidoras, mas de organismos internacionais ligados ao trabalho (sindicatos, associações, etc.), pela ameaça do desemprego e da instabilidade quando da concorrência acirrada por preços no mercado. O volume produzido e as condições adequadas de produção permitem a essas empresas uma boa competitividade, evitando uma possível falência, o que ocorre em outras unidades industriais no mundo, devido à baixa escala de produção e ao alto custo operacional.

A presença de índios e comunidades quilombolas na região retoma uma outra discussão acerca do domínio do “homem branco”, da exterminação do povo indígena, da aculturação dos povos pelos homens da “civilização ocidental”, do reconhecimento do direito à propriedade e da demanda pela demarcação de terras que outrora pertenceram a esses grupos, além do modelo de ocupação territorial da atividade de silvicultura.

No Brasil, sétimo país no mundo em área plantada com essas espécies arbóreas (0,6% do seu território), a silvicultura está em franca expansão. Atualmente, o desenvolvimento tecnológico e a demanda de mercado firmam o Brasil como grande produtor de celulose. Por ser, portanto, uma monocultura de larga escala e exportadora de produtos semielaborados, a atividade trouxe consigo benefícios, mas também impactos socioeconômicos e ambientais (DIÁLOGO FLORESTAL, 2008, p. 9).

Além disso, como contextualiza Gomes (2005, p. 1), o modelo adotado pelo setor de celulose e papel, ao implantar suas florestas para produção, recebe críticas severas por parte da sociedade civil organizada e até mesmo de organizações públicas, pois atribuem a ele a

responsabilidade pela exclusão econômica e outros conflitos sociopolíticos nas localidades do entorno do seu empreendimento, em função de um conjunto de características e processos inerentes ao perfil da atividade, como: elevados níveis de concentração da propriedade da terra; uso intensivo de capital; produtor essencialmente de um bem intermediário (a celulose), cuja articulação na cadeia produtiva se dá, principalmente, com o exterior e em menor escala com outras regiões fora do Estado; e baixa capacidade de encadeamentos produtivos, além de competir, aos olhos de ambientalistas e moradores de algumas comunidades, com a atividade do turismo.

4.1 O DIÁLOGO: ABERTURA E CONTROVÉRSIA

Considerando o espaço territorial como uma “construção social”, o contexto apresentado precisa ser mais bem discutido no âmbito do desenvolvimento socioeconômico para que possa ser apreendido e internalizado no percurso de elaboração das propostas de ações direcionadas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Avritzer chama o processo de democratização na América Latina de “terceira onda”, com a característica do empoderamento da sociedade civil, a ponto de limitar o poder do Estado e a organização da própria sociedade civil e as possibilidades alternativas de organização social e política. Para Barber (2001, p. 378), “[...] o governo democrático não é senão uma extensão do poder comum dos cidadãos, e os cidadãos devem usar esse poder comum ao mesmo tempo em que procuram reformar sua suscetibilidade ao abuso”.

Portanto, que elementos existem, motivadores da constituição desse espaço público dialógico? Por que uma iniciativa como esta é difícil de ocorrer? Que interesse há por parte da iniciativa privada? Qual a abertura da sociedade civil para o diálogo? Como é a posição do Estado em relação ao território?

Verificamos iniciativas correlatas junto às diversas organizações empresariais no Brasil e não encontramos esse mesmo desenho institucional e de atuação similar, afora os próprios Fóruns Florestais regionais, vinculados ao Diálogo Florestal da Mata Atlântica. Na Bahia, temos o exemplo do Conselho Comunitário Consultivo (CCC), implantado no ano de 1994 pelo Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), no Polo Industrial de Camaçari-BA (Polo), sendo uma experiência de Responsabilidade Social Corporativa entre o Polo e as comunidades vizinhas, através do Programa Atuação Responsável (BARBOSA, 2003, p. 85).

O CCC foi formado por 20 conselheiros representantes de diversas lideranças, a exemplo de padre, presidentes de associações de bairros, presidente de ONG ambiental de Camaçari, professores, presidente do sindicato rural, diretor dos Bombeiros Voluntários de Dias D'Ávila, diretor do Rotary Club de Camaçari, médico, e do poder público, como: Secretário de Meio Ambiente de Dias D'Ávila, Vereadora e Secretária de Educação de Dias D'Ávila, representante do Centro de Recursos Ambientais – CRA (atual IMA) e coordenador da Defesa Civil municipal (BARBOSA, 2003, p. 85)

Segundo este autor:

O Conselho Comunitário Consultivo é uma experiência de diálogo entre o Pólo e as comunidades vizinhas. De forma pioneira no país, um conjunto de empresas químicas investiu na construção de um relacionamento estável e permanente entre as indústrias do Complexo Industrial e a população residente no entorno, através de uma representação abrangente e diversificada. Tendo como fundamentos a transparência, a credibilidade e a efetividade das propostas e ações, o Conselho Comunitário tem oportunizado a ambas as partes (indústria/comunidade) o exercício maduro da parceria e de uma convivência mutuamente construtiva (BARBOSA, 2003, p. 128).

O CCC tinha um escopo de discussão definido em torno dos temas relativos à segurança, saúde e meio ambiente relacionados à atividade do Polo. O COFIC organizava e gerenciava a iniciativa e possuía regras rígidas quanto à frequência e ao tipo de representação. Servia de intermediação de demandas para o Estado e as empresas, e que muitas vezes foram atendidas. Era mais um programa de Atuação Responsável do que um uma iniciativa de construção de espaço público, mas não deixou de ter um caráter democrático e inovador.

Outras iniciativas nesse sentido foram implantadas, a exemplo do Conselho Comunitário Consultivo do Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo-RS, dentro do Programa de Responsabilidade Social das empresas, com ênfase também na saúde, segurança e meio ambiente (POLO PETROQUÍMICO, 2010).

Quando da escolha da localização e implantação da fábrica de celulose da Copener¹¹, foi criada uma Comissão Comunitária para “saber a verdade sobre a Fábrica de Celulose” (COMISSÃO COMUNITÁRIA, 1989, p. 01). Por iniciativa também do setor empresarial, que, após reuniões públicas polêmicas, convidou ambientalistas e pessoas ligadas à comunidade (pescadores, trabalhadores rurais, veranistas, Pastoral Rural, fazendeiros,

¹¹ Projeto que foi adquirido pela NORCELL S.A. e que seria implantado no Litoral Norte do Estado, no município de Entre Rios, mas que foi abortado.

comerciantes), representantes das secretarias de saúde e educação dos municípios envolvidos com o projeto e do poder legislativo de um dos municípios, além do Ministério Público, para comporem a comissão, no intuito de esclarecer sobre o projeto e ouvir as “queixas” da comunidade, contemplando a possibilidade de “buscar soluções dos problemas em benefício de toda Comunidade” (COMISSÃO COMUNITÁRIA, 1989, p. 02-03).

Verifica-se nessa iniciativa, da qual a autora desta dissertação fez parte como membro e coordenadora, que já havia acordos com a empresa e sugestões tanto para a Copener, quanto para o Estado (COMISSÃO COMUNITÁRIA, 1989, p. 10-13). Como exemplo de diálogo entre empresas privadas e a sociedade, foi o primeiro que há registro no País, e fez-se importante do ponto de vista democrático, apesar do seu caráter restritivo quanto ao acesso às reuniões e aos membros selecionados e de a coordenação ser feita pela própria empresa.

A Comissão Comunitária da Copener certamente contribuiu para que os atores das empresas de celulose vinculados ao Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia estivessem abertos ao diálogo como uma iniciativa já experienciada no setor, especialmente na figura do ex-Gerente Regional Florestal da Aracruz, que propôs o diálogo com as ONGs em 2005, formando o Fórum Florestal, pois este participou ativamente dessa experiência dialógica do final da década de 1980¹².

Em se tratando do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia e considerando os atores presentes no território e suas representações, quais sejam a iniciativa privada, representada pelas indústrias de celulose e papel, as organizações da sociedade civil e o Estado (presente na análise pela sua ausência), há de se imaginar a dificuldade para a construção de um diálogo, pois ao longo de anos se colocaram em posições antagônicas, apesar de coexistirem no mesmo espaço e vivenciarem, de maneira interdependente e correlacionada, a dinâmica da região. A posição de oposição não era um privilégio local, sendo tradição no País o distanciamento entre esses atores, que trocavam acusações mútuas, mas não haviam construído um espaço de entendimento, apesar dos conflitos existentes e da grande tensão social estabelecida. A apresentação do “Sementes para o Diálogo” (DIÁLOGO FLORESTAL, 2008, p. 9) relata esse contexto:

Ambientalistas e empresários do setor de base florestal sempre protagonizaram uma relação conflituosa. E não há como ser diferente, uma vez que defendem interesses e possuem visões de mundo, na maioria das vezes, inconciliáveis. Entretanto, por

¹² Informação concedida em entrevista realizada em 30/09/09 pelo entrevistado 05.

trabalharem nos mesmos espaços geográficos e atuarem condicionados pela situação dos ecossistemas naturais, estes dois setores são obrigados a conviver.

O diálogo pró-ativo para resolução das questões, como coloca o próprio Diálogo Florestal (2008, p. 10), seria um imperativo, pois os produtos oriundos da atividade de silvicultura são importantes, tanto quanto o equilíbrio ambiental.

Não é bem assim que pensam os não adeptos ao diálogo. Para estes, dialogar só faz permitir que as empresas se beneficiem em imagem e reputação e que “os ambientalistas que participam deste diálogo ‘tornam-se automaticamente reféns e defensores das empresas’” (DIÁLOGO FLORESTAL, 2008, p. 10).

Vejam a posição dos integrantes da “Rede Alerta Contra o Deserto Verde”¹³, nesta dissertação denominada de Rede Alerta, referindo-se à monocultura do eucalipto no Espírito Santo:

A Rede Alerta Contra o Deserto Verde continuará, de forma intransigente, suas denúncias e sua luta contra a expansão do plantio de eucalipto no Estado do Espírito Santo e nos estados vizinhos. Acreditamos que esta seja a forma de garantir para agricultura familiar, para a reforma agrária, para a preservação ambiental e dos recursos hídricos, para demarcar as terras indígenas e das comunidades negras no Norte do Estado. Defendemos um futuro para o Espírito Santo, baseado na dignidade de todos, e não um futuro baseado apenas nos lucros de poucos [...] (REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2002, p. 2).

As empresas rebatem argumentando que é possível uma silvicultura responsável (sustentável), do ponto de vista ambiental, social e econômico, que “só pode ser alcançada com desenvolvimento tecnológico e participação social” (DIÁLOGO FLORESTAL, 2008, p. 10).

Para a Rede Alerta, a questão, além do impacto da monocultura, está no modelo de geração e de distribuição de riquezas e de ocupação do solo, estando a problemática para além da questão da sustentabilidade, e sim de posição ideológica, justificado como se segue:

¹³ A Rede Alerta Contra o Deserto Verde é “uma ampla rede, da sociedade civil, composta de entidades, movimentos, comunidades locais, sindicatos, igrejas e cidadãos, [...], preocupados com a contínua expansão das plantações de eucalipto na sua região, assim como a venda de “créditos de carbono”, ao mesmo tempo, a Rede tenta mostrar a viabilidade de modelos alternativos de desenvolvimento que têm sido implementados localmente por vários movimentos e comunidades que participam da Rede” (CEPEDES, 2010); Movimento contra a monocultura de espécies exóticas como o *eucaliptus* e o *pinus*, usada para a fabricação da celulose e presente no território; A Rede Alerta Contra o Deserto Verde é uma articulação que envolve mais de 100 entidades dos movimentos sociais dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro (REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2002).

- a) o desastre sócio-ambiental causado nos últimos 35 anos pela monocultura de eucalipto e pinus, integrado aos complexos siderúrgicos e de celulose, atingindo diversos ecossistemas e populações de nosso território, empobrecendo nossa diversidade biológica, social e cultural, causando expropriação, desemprego, êxodo e fome;
- b) a necessidade de outro modelo de geração e divisão de riquezas e de ocupação de nosso território, que respeite e coloque como protagonista as populações rurais e o interesse da sociedade brasileira e não do capital global (REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2004, p. 01).

A Rede Alerta conclui, portanto, que não há espaço para o diálogo e reivindica uma mudança nas Políticas Públicas:

Para as populações tradicionais e entidades componentes da Rede Deserto Verde, não cabe apenas negociar limites e condicionantes aos excessos do setor de monocultura de árvores. Os licenciamentos ambientais e os selos verdes só têm aprofundado as desigualdades socioambientais. O modelo por inteiro está comprometido com a lógica excludente do latifúndio de exportação, se apropriando de órgãos públicos e se legitimando através de certificações não participativas, nem independentes. Ao contrário do atual ordenamento monocultor do território, propomos um novo modelo agrícola e agrário, onde as prioridades possam ser reorientadas para a Reforma Agrária, a Agroecologia, a Segurança Alimentar e a defesa das Florestas, Cerrados e de seus povos tradicionais. Somente um novo modelo de desenvolvimento pode garantir a diminuição das desigualdades socioambientais no campo e de seus efeitos colaterais nos centros urbanos.

Neste sentido, a Rede reafirma que monoculturas não são florestas e que as populações atingidas reivindicam deste governo a criação de políticas públicas que recuperem esse passivo socioambiental desastroso e incentivem ações que fortaleçam nossas diversidades biológicas, culturais e agroecológicas (REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2004, p. 01).

Em e-mail recente, o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia - CEPEDDES, uma das ONGs da região participantes da Rede Alerta, ao receber o convite para tomar parte do encontro do Fórum Florestal, através da rede de e-mails da qual faz parte, justifica a recusa em estar presente nesse espaço, ratificando, coloca o autor, o que já foi posto em 2005, quando da primeira reunião do Fórum Florestal, por entender que:

conhecendo profundamente e tendo acompanhado ao longo dos anos a história e o comportamento das empresas, as quais sempre fugiram do diálogo com as entidades sérias e comprometidas com o meio ambiente, e somente depois de ter destruído social e ambientalmente a região e tendo o seu nome envolvido em ilegalidades, começa a provocar certos setores e até formar entidades para o “diálogo florestal”, o que entendemos que nada mais é do que legitimar o processo que comprovadamente vem causando irreparáveis prejuízos a nossa região.

Entendemos que o diálogo não pode ser simplesmente com a sociedade civil de pessoas ligadas às empresas de alguma forma. A nossa conversa tem amplitude que envolve a justiça nos vários níveis por conta dos inúmeros crimes praticados pelas empresas de celulose, por questões políticas onde o estado tem que cumprir o seu

papel (atender a todos e não submisso a um setor). Entendemos ainda que em 5 anos de diálogo, promovido por sua entidade, não se chegou a nenhum resultado a não ser o uso por parte da empresa para marketing e para promover-se internacionalmente [...] (MELQUÍADES, 2010).

Em resposta a essa assertiva do CEPEDES, o Fórum Florestal, através da sua Secretaria Executiva (MENEZES, 2010c), pondera que: 1) o CEPEDES não é a única entidade séria e comprometida na região, nem a única conhecedora desse território; 2) é uma das poucas que se recusam a dialogar sobre a questão com os principais atores, fugindo do processo; 3) há concordância em vários pontos e críticas à atuação das empresas na região, principalmente com relação a questão fundiária, ocupação excessiva de áreas agrícolas de alguns municípios e uso exclusivo de madeira para celulose; 4) a grande maioria das 32 organizações ambientalistas que participam do Fórum não possui vínculo contratual ou profissional com as organizações, e as que fazem é um direito inquestionável; 5) discordância em relação a que os únicos resultados alcançados tenham sido oportunidade de marketing para as empresas, citando exemplos de acordos atingidos por meio do diálogo; e 6) desconhecer os resultados de benefícios ambientais ou sociais das organizações que não participam do diálogo, que seria importante serem divulgados, para comparar a eficácia das diferentes estratégias em um ambiente de debate democrático.

Algumas ONGs e movimentos sociais, a exemplo do GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia, MST, da Flora Brasil (esta última faz parte do Fórum Florestal) e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, reivindicam a “moratória” do plantio de eucalipto, ou seja, a proibição de plantios em novas áreas, limitando a expansão da atividade (REDE DE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2009; OLIVEIRA, s/d; ALVES, 2009).

Segundo o Diálogo Florestal (2008, p. 11), “[...] quem participa dos diálogos deixa de lado a confortável posição da crítica generalizada e genérica, de ambas as partes, e propõe-se à construção de soluções concretas, aplicáveis na prática, na medida e na urgência que a realidade socioambiental exige”.

A oposição ao diálogo é tão enfática que, em julho de 2010, algumas instituições, incluindo o CEPEDES, se retiraram da Rede Mata Atlântica - RMA¹⁴, pelo fato de a coordenação desta ter aceitado o convite para participar do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica. Eis o posicionamento das ONGs, exposto em e-mail:

¹⁴ “Criada a partir do Fórum de Organizações Não Governamentais Brasileiras e Movimentos Sociais, durante a Rio 92, a Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA tem o objetivo de unir forças e trocar informações entre as entidades que atuam no vasto domínio da Mata Atlântica” (REDE MATA ATLÂNTICA, 2010).

As entidades abaixo assinadas [...] pretendem se retirar do coletivo de entidades da Rede de ONGs da Mata Atlântica a partir do dia 03 de agosto de 2009 [...]. Dentre outros motivos, apontamos apenas alguns deles:

DIÁLOGO FLORESTAL (DS) – Embora quaisquer das entidades filiadas da RMA obviamente tenham total liberdade para decidir sua participação individual nesse e em outros fóruns, neste caso do DF, antes de aceitar o convite, a coordenação na época deveria ter apresentado a questão a todos os filiados e não tomado decisão apenas e tão somente individual. [...]. É exatamente a falta desse reconhecimento e dessa confiança por parte de inúmeras entidades da RMA, cientes do “modos operandi” dessas empresas, em especial as de celulose, que não lhes é nem oportuno nem ético manter tais diálogos. Afinal, são empresas que adotam recorrentes práticas agressivas de apropriação do nosso território e dos recursos naturais nele existentes, gerando impactos políticos, sociais, culturais e ambientais extremamente graves e de difícil possibilidade de remediação, para atender a um modelo de produção e consumo absolutamente insustentável de uma minoria da humanidade. [...] (IN-PACTO, 2009, grifo da autora).

Em contraposição a essa decisão, um membro do Fórum Florestal comenta em rede:

Como reflexão, respeitando o posicionamento destas entidades, me ocorre como é ruim a negação ao debate, sempre remoendo problemas oriundos de um passado infeliz!

[...]

Ao ler mensagens como esta, como membro “inicial” do Fórum Florestal lá pelos idos de 2005, percebo a responsabilidade que o fórum florestal tem, com seus compromissos balizados pelas pessoas sérias que o compõem, para que as entidades que as guardam tenham certeza que estão construindo um novo modelo de gestão coletiva, republicana e inclusiva! (AZEVEDO Jr, 2009).

No sentido do diálogo, entidades que outrora assinaram documentos compondo a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, a exemplo do Movimento em Defesa de Porto Seguro – MDPS e a Flora Brasil, fazem parte do Fórum Florestal.

Primeiramente, é importante ressaltar que tanto as OSCs como as empresas possuem ativos que permitem troca e *expertises*, capazes de contribuir para mudar a realidade regional e das comunidades. As empresas possuem ativos físicos (florestas plantadas e nativas – ver Tabela 1, p. 138), tecnologia, experiência (corpo técnico qualificado), capacidade de investimento e interesses institucionais que “[...] irão repercutir no resultado operacional e na sua imagem/reputação, necessária a um processo de certificação, além da redução de tensões sociais e de conflitos” (GOMES; OLIVEIRA, 2008, p. 8).

As entidades civis, como representantes da comunidade, por sua vez, possuem “experiência e capacidade em articulação e mobilização social, gestão compartilhada e

trabalho em rede, um corpo técnico também qualificado e legitimidade para negociar os pleitos da comunidade a que representam [...]” (GOMES; OLIVEIRA, 2008, p. 8).

Uma análise mais detalhada das motivações dos segmentos mostra as razões e a constituição de cada um deles, que justificariam a abertura para a formação e para o desejo de efetividade dessa iniciativa dialógica.

4.2 ENTRE O E A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O termo Desenvolvimento Sustentável – DS, cunhado na década de 1990, em torno da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, conhecida como ECO 92, traz não só a sua vaguidão e a dificuldade em explicitar exatamente o que é DS (NOBRE, 2002, p. 2; BAQUEIRO, 2007, p. 29), mas a possibilidade de conciliação sobre posições anteriormente contraditória entre a necessidade de se barrar o crescimento, em prol da permanência da vida na terra, defendida pelos ambientalistas, e continuar usufruindo dos recursos naturais do planeta e poluindo-o, posição adotada pelo meio empresarial. A noção de Desenvolvimento Sustentável, segundo Nobre (2002, p. 10), “é o carro-chefe de uma estratégia de institucionalização da problemática ambiental.”

Na década de 1960, afirma Nobre (2002, p. 27), a questão ambiental toma um novo pulso, aliada às discussões sobre aumento populacional e suas consequências, em que a liberdade de cada um poderia trazer uma situação de destruição para todos. Essa era a mensagem de alguns autores, como Paul Ehrlich (*The population bomb* - 1968), Garret Hardin (*The tragedy of the commons*, 1968), acompanhado posteriormente por Meadows e outros (*The limits to growth*, 1972). O texto de Hardin foi bem incisivo quanto à ameaça do aumento demográfico, mas foi *The limits to growth* que balizou as discussões na conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, na Suíça, em 1972. Para Nobre,

[...] podemos dizer que *Limits* introduziu a finitude na discussão econômica de uma nova perspectiva: não apenas aduziu as problemáticas da poluição e da utilização de recursos naturais finitos como variáveis fundamentais do processo econômico e social, mas também popularizou, de maneira antes impensada, a questão ambiental (NOBRE, 2002, p. 28 e 29).

O modelo adotado por Meadows em *The limits to growth* abordava variáveis como a industrialização, a população, a malnutrição, a extinção dos recursos naturais não renováveis e a deterioração do meio ambiente. Os cenários de catástrofes predominavam, sinalizando os limites de crescimento para o suporte do planeta.

O livro trazia pontos delicados na sua forma de abordar a questão, ressalta Nobre (2002, p. 30), a despeito de sua publicidade e utilização de recursos de computação. O fato de ser agregado e não distinguir regiões, países, cidade e campo, aliado ao episódio de não oferecer uma análise quanto a possíveis mudanças de ordem social, econômica, política ou técnica, além de ter como premissa o “crescimento zero” como solução, norteou a discussão por mais uma década. Outras esferas da vida podem ser incentivadas, acreditavam alguns, a exemplo da educação, arte, religião, pesquisas científicas, esportes, interesses sociais, entre outros, somados à problemática do desenvolvimento, que sempre esteve atrelada ao crescimento econômico.

Na própria conferência de Estocolmo, ideias como a do crescimento zero foram refutadas e consideradas alarmistas, dando espaços a novas constatações, a exemplo do conceito de ecodesenvolvimento. Maurice Strong foi o criador desse termo, que vincula a um princípio de *welfare economics*, ou seja, “[...] o bem estar aumenta quando melhora o padrão de vida de um ou mais indivíduos sem que decaia o padrão de vida de outro indivíduo e sem que diminua o estoque de capital natural ou o produzido pelo homem” (NOBRE, 2002, p. 35).

Nobre (2002, p. 38) também afirma que não há notícias de quem criou o termo “Desenvolvimento Sustentável”, mas que ele aparece formalmente pela primeira vez em 1979 no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos Ambientais e Desenvolvimento, que ocorreu em Estocolmo, quando W. Burger apresentou o *paper* “A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento”, e teve repercussão quando publicado em texto da WCS – *World Conservation Strategy*. Assim, estabelece-se uma relação menos comprometida entre ecologia e desenvolvimento econômico e abre-se, então, espaço para pensar em conservar, preservar e na reorganização das velhas questões.

Quando da publicação do relatório *Brundtland*, conhecido como *Our common future* (Nosso futuro comum), já se falava que os estoques de capital ecológico estavam sendo consumidos mais rapidamente do que podiam se regenerar; assim, o crescimento econômico precisava contemplar o viés da preservação. Mais que um relatório técnico, o “Nosso Futuro Comum” teve um caráter político de sensibilização das agendas governamentais em diversos países do mundo para a questão ambiental (NOBRE, 2002, p. 41).

Sobre o relatório *Brundtland*, Nobre afirma: “bastante imperfeito como relatório ambiental, é uma importante contribuição para a politização dos problemas ambientais e sua

inter-relação com problemas de desigualdade, pobreza e políticas de comércio internacionais” (NOBRE, 2002, p. 41).

A abertura para uma aliança com os países em desenvolvimento foi decisiva para o que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. A ONU, por seu turno, necessitava de uma “bandeira” para ganhar a força perdida com o abrandamento da Guerra Fria, e a problemática ambiental era global o suficiente para tais ganhos. Após a RIO-92, o que restou foi “[...] um pouco mais de desenvolvimento e um pouco mais de proteção ambiental” (NOBRE, 2002, p. 66).

A inflexão do debate reside no recuo de posições anticapitalistas, indo de encontro à tese do “crescimento zero”, admitindo um aumento de forma ordenada. Não só o conceito é deliberadamente impreciso, mas também inerentemente contraditório, como aponta Nobre (2002, p. 45). Para esse autor, “tratava-se nada menos do que realizar o movimento duplo e simultâneo de lançar as bases de uma nova ordem político-econômica mundial e de pôr a problemática ambiental no reto caminho, tudo isto sob o bordão ‘desenvolvimento sustentável’” (NOBRE, 2002, p. 56).

Havia a necessidade de atender, na década de 1990, às demandas dos países do sul do planeta no que diz respeito à mitigação da pobreza, segurança alimentar e por um crescimento moderno. Já para os países do norte, sustentabilidade era basicamente melhorias de tecnologia para afastar a ameaça de mudanças ambientais globais. Os acordos firmados eram ambientais ou referentes aos recursos e não aos direitos e necessidades das pessoas (NOBRE, 2002, p. 63 e 65).

Existe, portanto, uma hegemonia do conceito, favorável à prevalência de uma leitura da teoria econômica ambiental de extração neoclássica. Dessa forma, “[...] a noção de DS mostrou-se como o resultado de uma operação diplomática, ideológica e social de grande envergadura [...]” (NOBRE, 2002, p. 71), permitindo a conciliação entre “desenvolvimentistas” e “ambientalistas”, que outrora pareciam inconciliáveis. O viés econômico contribuiu para a noção de DS e é importante entender as conseqüências da primazia da economia nas discussões ambientais e a própria noção do que é “econômico”.

Segundo Nobre, há duas posições relativas ao DS: a primeira seria “uma concentração cada vez maior em objetivos econômicos, com a idéia de que alcançar tais objetivos seria simultaneamente a solução de problemas ecológicos essenciais”, e a segunda, baseada num “[...] conceito de bem-estar ampliado, incorporando elementos ambientais, de justiça, de

segurança, de participação ou mesmo elementos éticos; e uma economia que não ponha em perigo a preservação no longo prazo de potenciais ecológicos, o que só pode ser obtido por meio de mudanças estruturais no pensamento, na produção e no consumo” (NOBRE, 2002, p. 76).

O que se coloca como questão então é “[...] definir quem deve pagar pelo desenvolvimento sustentável e quem determina (e como determina) o que deve ser um desenvolvimento autenticamente sustentável” (NOBRE, 2002, p. 57).

Portanto, considera-se uma orientação de cunho neoliberal para que iniciativas empresariais contemplem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, e há de se ponderar a hegemonia do conceito de DS, acoplada a uma globalização econômica.

Para Baqueiro,

a premissa fundamental do desenvolvimento sustentável reside na crença compartilhada por todos os atores políticos e sociais de que seus resultados podem redundar, por exemplo, na melhor qualidade de vida da população, a eliminação da desnutrição, na promoção da cooperação coletiva e na cristalização de uma base de redução da pobreza e da exclusão social. Uma segunda premissa refere-se à constatação de que o progresso ou desenvolvimento econômico não ocorrem necessariamente com custos humanos. Rompendo, desse modo, com a idéia estabelecida, ao longo do tempo, de que desenvolvimento implica em sacrifícios para pessoas, grupos e culturas, que devem desistir de bens essenciais, no presente, para garantir esses bens para as futuras gerações. O desafio, portanto, é o de como alcançar o progresso e o bem-estar sem sacrifícios e necessidades materiais mínimas para a população (BAQUEIRO, 2007, p. 33).

Assim, entende-se nesta dissertação por sustentabilidade os processos e não os resultados, e seus elementos-chave são:

[...] equidade (estímulo à participação dos interessados, proporcionando-lhes poder de decisão); a futuridade (precaução e uso consciente dos recursos); a preservação da biodiversidade; o respeito aos direitos humanos; e a incorporação do conceito de ciclo de vida e responsabilidade sobre os produtos (WELFORD, 1997 apud GOMES, 2005, p. 13).

Chris Lazlo, em “O Valor Sustentável”, defende que as “corporações, como as formas de organizações mais poderosas e globais do planeta, são os únicos entes apropriados para prover soluções inovadoras a problemas sociais e ambientais aparentemente não tratáveis” (LAZLO, 2008, p. 66), pois para ele “a criação de valor sustentável é um modo de as empresas avançarem suas prioridades de negócios, estimularem inovações e obterem vantagens competitivas” (LAZLO, 2008, p. 113). Diferentemente do conceito de sustentabilidade encontrado em Lazlo, em que todo o ganho de imagem é revertido apenas em

valor econômico, acredita-se que as empresas possuem responsabilidades e devem implicar as suas ações para que haja sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Baqueiro (2007, p. 30), citando Gallopin et al. (2001), considera que “[...] a busca pelo desenvolvimento sustentável exige a integração de fatores econômicos, políticos, culturais, ecológicos e sociais”. Esse autor também enfatiza que a dimensão social sempre foi relegada, dentro das políticas públicas, a um segundo plano, porém na última década foi incorporada à noção de desenvolvimento sustentável, considerando as pessoas, suas necessidades e como podem ser satisfeitas de forma equitativa, buscando o equilíbrio entre os diversos fatores apresentados, na direção do bem-estar. Baqueiro (2007, p. 31) considera, além disso, que meio ambiente, necessidades humanas e qualidade de vida são interdependentes.

Entende-se nesta dissertação como modelo de sustentabilidade, portanto, o que propõe o Tripé da Sustentabilidade (*The Triple Bottom Line*), em que “[...] as empresas não são focadas apenas no valor econômico que geram, mas também nos valores ambientais e sociais que produzem ou destroem” (GOMES, 2005, p. 13), entendendo-se que o social abrange as dimensões políticas e culturais de uma sociedade.

Estrategicamente falando, a adoção do “Tripé de Sustentabilidade” vai dar suporte ao aumento de valor das empresas, criando maiores oportunidades e reduzindo riscos. O atendimento aos sistemas de certificação, como o *Forest Stewardship Council* (FSC) e o Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR), avalia também a sustentabilidade empresarial.

A certificação florestal, “um mecanismo de controle de mercado, não-governamental e voluntário, no qual uma organização independente, após um processo de auditoria, garante que a unidade de manejo florestal está sendo manejada de acordo com normas socioambientais pré-estabelecidas” (GOMES, 2009, p. 3), tem como princípio “estimular a promoção da adoção voluntária de práticas de manejo mais sustentáveis, [...] bem como a participação e priorização de benefícios às comunidades sob influência do empreendimento florestal (GOMES, 2009, p. 01).

Assim, entende-se como sustentabilidade empresarial que

[...] a empresa não é somente um agente econômico produtor de riqueza e gerador de lucros, mas também um ator social, com participação e influência sobre a comunidade – empregados e não-empregados, tendo como objetivo a criação de valor para os seus acionistas, bem como na geração de bem-estar social, desenvolvimento da comunidade onde atua, colaboração na conservação do meio ambiente e criação de condições de trabalho favoráveis (GOMES, 2005, p. 34).

Para Gomes, a sustentabilidade empresarial é uma estratégia gerencial que visa ao sucesso do negócio a longo prazo, “garantindo a conservação ambiental e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social” (GOMES, 2005, p. 28). Ou seja, o desenvolvimento sustentável ajudará na sustentabilidade empresarial.

A orientação às empresas para uma gestão social em empreendimentos privados é adotada pelo Banco Mundial, através do IFC - Corporação Financeira Internacional, cuja missão é “promover o investimento sustentável do setor privado dos países em desenvolvimento que sejam economicamente benéficos, financeira e economicamente saudáveis e ambiental e socialmente sustentáveis” (IFC, 2009). Eis os compromissos com o desenvolvimento sustentável dessa instituição:

- Garantirmos que nossos projetos alcancem altos padrões ambientais e sociais;
- Consultarmos comunidades locais sobre os impactos ambientais e sociais e as oportunidades relacionadas ao projeto;
- Trabalharmos com clientes e outros mutuários e ONGs locais responsáveis;
- ouvirmos ativamente e respondermos aos acionistas e às suas preocupações (IFC, 2009, grifos da autora).

Essa postura de um órgão internacional de financiamento e de orientação da política econômica mundial obriga a revisão das condutas das empresas beneficiadas por seus programas e das outras em geral, com relação à abertura para o diálogo, à responsabilidade social e a considerar a inter-relação delas com as comunidades no entorno de seus empreendimentos.

O Programa “Metas do Milênio”, objetivos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, também serve de orientação para os programas socioambientais das empresas. Vejamos o que diz a Suzano (2009) acerca do assunto: “Todas as ações da Suzano visam contribuir para a sustentabilidade socioambiental do país, tendo como referência as ‘8 Metas do Milênio’ [...]”.

Dois outros indicadores podem demonstrar as orientações de mercado para a questão da criação e manutenção de uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental por parte das empresas. O primeiro é o *Sustainability World Index* (DJSI World), mais conhecido como Índice Dow Jones de Sustentabilidade, que foi criado em 1999, sendo composto por ações de empresas de reconhecida sustentabilidade corporativa, ou seja, aquelas que são capazes de criar valor a longo prazo para os acionistas, por obterem aproveitamento de oportunidade de

negócios, bem como gerenciar os riscos associados a fatores econômicos, ambientais e sociais (SOUZA, 2008). Atualmente são 320 empresas no mundo, poucas no Brasil, entre elas a Aracruz e a VCP – Votorantim Celulose e Papel, que já fizeram parte dele, e hoje a Fibria incorpora essa colocação.

No Brasil, a BMF&BOVESPA (Bolsa de Mercadoria e Futuros & Bolsa de Valores do Estado de São Paulo), em parceria com várias instituições, criou um índice de ações referencial para os investimentos socialmente responsáveis: o ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial.

No âmbito nacional, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, detentor de parte do capital de empresas que pertencem ao Fórum Florestal (Fibria – 33,6%; Veracel - 16,8%, através dos 50% pertencentes à Fibria), adota atitudes semelhantes ao assinar a Declaração Internacional das Instituições Financeiras sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e passou a integrar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Iniciativa Financeira, bem como é também signatário do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, fruto da atualização dos compromissos previstos no Protocolo Verde (ratificado em 2008 com o Ministério do Meio Ambiente e outros brancos). Os princípios desse acordo são:

- Financiar o desenvolvimento com sustentabilidade, por meio de linhas de crédito e programas que promovam a qualidade de vida da população, o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental;
- considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de ativos (próprios e de terceiros) e nas análises de risco de clientes e de projetos de investimento, tendo por base a Política Nacional de Meio Ambiente;
- promover o consumo sustentável de recursos naturais, e de materiais deles derivados, nos processos internos; e
- informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição (BNDES, 2010).

Algumas empresas, a exemplo da Veracel (2010), utilizam o crédito do BNDES para programas socioambientais.

Amartya Sen, prêmio Nobel de economia e ex-diretor do Banco Mundial, traz o conceito de “desenvolvimento como liberdade” e defende que o elemento econômico é determinante para uma sociedade, e acrescenta que a liberdade depende de outros componentes ligados a fatores sociais, a exemplo da saúde, da educação e dos direitos civis, como também os atrelados à participação em discussões. Na compreensão de Sen, para o

desenvolvimento, é necessário acabar com a “pobreza e tiranias, carência de oportunidade econômica e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva do Estado repressivo” (SEN, 2000, p. 18).

Portanto, a ausência de liberdade estaria ligada à pobreza econômica, que retiraria das pessoas a possibilidade de acabar com a fome e a desnutrição, obter remédios para doenças tratáveis, morar e vestir-se de forma apropriada e condições infraestruturais, como a água tratada e o saneamento básico.

A liberdade comporia, desse modo, o principal objetivo do desenvolvimento, mas também seu elemento constitutivo na forma de liberdades substantivas (acesso à assistência médica, educação e participação política), e seria uma contribuinte do progresso econômico (SEN, 2000, p. 19-20).

Sen (2000, p. 22) acrescenta ainda, fazendo uma correlação entre a importância do mercado e a do investimento social para um desenvolvimento substancial, que

é difícil pensar que qualquer processo de desenvolvimento substancial possa prescindir do uso muito amplo de mercados, mas isso não exclui o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução de negócios para o Estado quando eles podem enriquecer – ao invés de empobrecer – a vida humana.

Segundo esse autor, a economia em favor do mercado, característica de um sistema capitalista, leva a uma inclinação para que o sujeito passe a considerar a utilidade¹⁵ das pessoas e a desprezar a sua própria liberdade, tomando esse termo como condição plena de decidir sobre a sua vida, sem necessitar se subordinar ao outro para que possa obter as necessidades imprescindíveis para uma vida digna (SEN, 2000, p. 43). “O desafio do desenvolvimento inclui a eliminação da privação persistente e endêmica e a prevenção da destruição súbita e severa” (SEN, 2000, p. 216).

Aplicando esse conceito à realidade empresarial, verifica-se, como bem enfoca Gomes (2005, p. 29), que “as questões sociais devem ser gerenciadas, principalmente devido aos seus impactos sobre os elementos intangíveis de valor para uma empresa”.

Daí surge o conceito de empresa socialmente responsável, aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes e de conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades (ETHOS, 2009).

¹⁵ A visão utilitarista “[...] restringe os juízos sobre os estados das coisas às utilidades nos respectivos Estados. [...] toda escolha deve ser julgada em conformidade com as respectivas utilidades que ela gera” (SEN, 2000, p. 78).

Gomes (2005, p. 26) ressalta que a responsabilidade social corporativa é uma estratégia de negócio e “requer o engajamento em um diálogo aberto e parcerias construtivas com os vários níveis do governo, organizações intergovernamentais, organizações não governamentais, outros elementos da sociedade civil e, em particular, as comunidades locais”.

4.2.1 A disposição das empresas privadas para o diálogo

A partir desse entendimento, pode-se concluir que a disposição para o diálogo por parte de iniciativas privadas vem da necessidade de atender às demandas de mercado, em forma de certificações ambientais, linhas de financiamento e investimentos e demanda do mercado internacional, e da importância de se obter uma sustentabilidade empresarial, agregando valor ao seu negócio, acrescido da dificuldade de desmobilizar o capital investido na atividade florestal e conseguir implantar uma floresta em outro lugar.

Não se pode deixar de assinalar também um maior amadurecimento social local, consciente das problemáticas advindas da atividade na região, gerando conflitos e tensão, além de uma legislação ambiental das mais rígidas do mundo.

Por conseguinte, apresenta-se as três empresas privadas que participam do diálogo, fazendo uma breve análise dos seus enfoques de sustentabilidade e da indicação para o diálogo.

A Aracruz Celulose foi a empresa responsável pela proposição do diálogo com as ONGs dos territórios do Sul e Extremo Sul da Bahia (MESQUITA, 2006). Com a compra da Aracruz em 2009 pela VCP, a nova empresa, de nome Fibria (VCP, BNDESPar e ações do mercado), tornou-se a maior empresa de celulose do mundo (REUTERES NEWS, 2009). Mesmo tendo capital nacional, a posição de liderança mundial no mercado traz a presença do grande capital para o território, que é também ocupado pelas plantações da Fibria, objetivando abastecer a sua unidade industrial no Espírito Santo (unidade Barra do Riacho). A Fibria, na Bahia, possui ainda a Aracruz Produtos de Madeira (*joint venture* com a americana Weyerhaeuser de produtos florestais), uma serraria localizada em Nova Viçosa; e a Veracel, no município de Eunápolis, em parceria com a Stora Enzo (empresa sueco-filandesa do ramo de celulose). Tendo a Fibria sua base industrial distribuída no País, a unidade Barra do Riacho, a maior do conglomerado, é a que atrai mais atenção, concentrando os questionamentos acerca da sua atuação tanto florestal como industrial; contudo, os seus

plantios no Estado da Bahia, somados às outras áreas florestais do território do Extremo Sul, marcam a presença da monocultura do eucalipto e as questões inerentes a essa atividade, sendo alvo de questionamentos e posições adversas.

A Veracel (antiga Veracruz Florestal LTDA), localizada mais ao norte do território, possui no seu capital acionário uma empresa internacional (50% Fibria, 50% Stora Enzo). Por estar em processo de ampliação da sua unidade industrial e, conseqüentemente, da sua base florestal, tem sido alvo de controvérsias.

A Suzano Papel e Celulose (antiga Bahia Sul Celulose S.A), localizada em Mucuri, foi a primeira a se implantar na região. Com a composição acionária pertencente à Suzano Holding S.A., divide a ocupação de áreas mais ao sul do território, juntamente com a Fibria.

Em acréscimo às questões sobre a base florestal plantada, as empresas também são alvo de questionamentos sobre o programa de fomento, a concentração de terras, a expulsão do homem do campo e o desmatamento ilegal da Mata Atlântica (SILVESTRE, 2008; BAHIA NEGÓCIOS, 2009, p. 3; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2009).

Além da sua base florestal própria, as empresas têm adotado o programa de fomento florestal como incentivo aos produtores rurais da região para o plantio de eucalipto, através de apoio técnico e financeiro, além da garantia de compra de mais de 95% da produção (cada empresa possui um contrato comercial diferente em seus programas de fomento). A iniciativa das empresas ao realizarem programas de fomento florestal tem sido motivo de críticas da sociedade civil e de questionamentos do Ministério Público Estadual - MPE quanto à concessão de licenciamento ambiental das áreas fomentadas, levando o Conselho de Meio Ambiente do Estado da Bahia - CEPRAM a rever instrumentos de controle sobre a atividade, delegando ao Instituto de Meio Ambiente - IMA a responsabilidade desse licenciamento, outrora exercido pelos órgãos municipais (CEPRAM, 2009).

Outra questão inerente ao programa de fomento é a concentração de terras, que dessa forma não aparece como pertencentes às empresas, mas está a serviço da atividade e do grande capital. Pela rentabilidade da atividade de silvicultura e adesão de proprietários rurais ao fomento, esse modelo de produção parece ser economicamente interessante, para além das querelas que possam existir entre os fomentados e as empresas, com relação às negociações comerciais. Entretanto, há de se pontuar que, pelo histórico de ocupação do território, predominando a pecuária como atividade rural, o fomento atinge, em sua grande maioria, o médio proprietário de terra, pouco sendo estendido ainda aos pequenos agricultores, não

sendo este uma política corporativa de redistribuição de renda. Na Avaliação Ambiental Estratégica do Extremo Sul da Bahia - AAE, encomendada pelo Governo da Bahia (IMA, 2009, p. 19), assim é colocada a questão do fomento florestal:

O modelo de fomento praticado tende a diminuir a pressão negativa da opinião pública, que percebe uma maior internalização dos benefícios da cadeia produtiva (Nardelli & Griffith, 2003; Oliveira, 2003). Por outro lado, não evita o comprometimento da agricultura familiar para a produção de bens alimentícios e, em termos ambientais, percebe-se poucos ganhos, já que o fomento é realizado por pequenos proprietários rurais que, em muitos casos, negligenciam controles ambientais, começando pelo licenciamento.

A seguir encontra-se tabela demonstrativa das áreas pertencentes às empresas, fomentados e os seus usos:

TABELA 1 - Áreas das empresas de celulose no Sul e Extremo Sul do Estado da Bahia

EMPRESA	ÁREA TOTAL	PLANTIOS	NATIVAS	OUTROS USOS	FOMENTO (efetivo plantio)
SUZANO	150.300,00	88.600,00	55.500,00	6.200,00	57.100,00
VERACEL	211.689,00	90.870,00	104.192,00	16.627,00	19.213,00
FIBRIA	172.511,90	98.579,70	64.498,50	9.433,70	35.517,74
TOTAL	534.500,90	278.049,70	224.190,50	32.260,70	111.830,74

FONTE: Aracruz, 2009; Suzano, 2010; Veracel, 2008, adaptado pela autora.

Seguindo exigências do mercado e recomendação da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA, 2004), as empresas do segmento de papel e celulose

necessitam realizar substanciais investimentos em favor do bem-estar social e da infra-estrutura das comunidades onde atuam, porque as instalações industriais e áreas florestais estão situadas em locais distantes dos centros urbanos, onde, geralmente, os governos locais não dispõem dos recursos para atender às necessidades básicas da população, como educação, saúde e segurança, fazendo com que a comunidade se volte para as empresas em busca desses serviços sociais.

Desse modo, as empresas são levadas a incorporar às suas diretrizes organizacionais as práticas de sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Verifica-se, por exemplo, esse entendimento nos princípios expressos no Código de Conduta da Aracruz em vigor atualmente na Fibria (CARMO, 2010), que fala de integridade e do respeito aos Direitos Humanos, “buscando o engajamento e a cooperação; sendo sensíveis as suas aspirações e preocupações; priorizando o diálogo na resolução de conflitos; respeitando a diversidade e a

liberdade de opinião e expressão; sendo transparentes em nossas ações e comunicações” (ARACRUZ, 2009).

A questão da responsabilidade social também é citada nesse documento: “disseminando conhecimento e induzindo o desenvolvimento sustentável das comunidades; estabelecendo parcerias, investindo em projetos e apoiando redes de relacionamento com o setor privado, entidades da sociedade civil e setor público” (ARACRUZ, 2009).

O Código de Conduta da Veracel, quando apresenta os seus valores, fala em “relacionamento baseado em diálogo constante, integridade e transparência” e a coloca como uma empresa que “apóia o desenvolvimento socioeconômico das comunidades nas quais está inserida” (VERACEL, 2008, p. 5). Quanto à sustentabilidade, afirma:

[...] compreende crescimento e desenvolvimento mediante utilização responsável dos recursos disponíveis, evitando esgotá-los ou extingui-los, de modo que estes recursos perpetuem-se para prover as necessidades das gerações futuras. Portanto, o objetivo da sustentabilidade é assegurar que a potencialidade de geração de riqueza pelos recursos de uma empresa não se extinga, perpetuando-se pelas gerações seguintes.

A Veracel espera e envidará seus melhores esforços para que seus parceiros permanentes e os fornecedores que venham prestar serviços de forma temporária compartilhem do comprometimento e do respeito ao meio ambiente e as necessidades das comunidades locais, adotando políticas de preservação ambiental e de redução dos impactos adversos que suas atividades possam causar nas áreas onde atuam (VERACEL, 2008, p. 11).

A definição de sustentabilidade para a Suzano (SUZANO, 2009) é “a satisfação das necessidades da sociedade atual sem prejudicar as futuras gerações”. E ainda: “Acreditamos no processo político democrático; nossa atividade político-partidária, se houver, será sempre em caráter pessoal e de forma a não interferir em nossas responsabilidades profissionais”.

Sobre fóruns e compromissos, compõe o princípio da Aracruz (2009) “participar da elaboração de programas, políticas e regulamentações que buscam promover o desenvolvimento sustentável”. A empresa participa de “fóruns de discussão em âmbito nacional e internacional, assumiu compromissos formais por meio da assinatura de pactos”, a exemplo do Pacto Global, Pacto pela Mata Atlântica, e segue a Declaração Universal dos Direitos Humanos e Fóruns, como o Instituto *Ethos*, *World Business Council for Sustainable Development - WBCSD*, *The Forests Dialogue*, Diálogo para Mata Atlântica e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS (ARACRUZ, 2009).

A Veracel tem na sua visão estratégica:

- [...]
 - As melhores práticas ambientais no manejo florestal;
 - As melhores práticas ambientais na produção de celulose;
 - Um forte compromisso social;
 - Um diálogo ativo com as partes interessadas;
 - A geração de impactos econômicos positivos para a região.
- (VERACEL, 2009)

A Suzano, por seu turno, possui os diálogos sociais: “Em busca de uma relação transparente com as comunidades próximas às nossas áreas de operação, mantemos diversos canais de comunicação para esclarecer dúvidas e receber sugestões” (SUZANO, 2010). A empresa também proporciona os “Fóruns Regionais”, que são

reuniões realizadas com organizações, lideranças comunitárias e representantes do poder público, são uma oportunidade para discutirmos o desenvolvimento local. Nesses fóruns, facilitados por uma consultoria, participamos dos debates como mais um ator da sociedade, em posição de igualdade (SUZANO, 2010).

Quanto à participação das empresas no Fórum Florestal, elas compareceram a quase todas as reuniões através de seus representantes, que variaram conforme a época e o assunto a ser tratado em plenária (ver apêndice 05). A força da representatividade é um ponto a ser enfatizado, já que, dependendo de quem participa, pelas suas características pessoais e pelo cargo que ocupa, não só os assuntos tramitam de forma diferenciada nas organizações, como também o diálogo e as deliberações fluem diferentemente.

As empresas se reúnem, na maioria das vezes, antes da reunião plenária do Fórum, para alinhar conduções e deliberações. Os Grupos de Trabalho também têm a participação ativa das empresas, não só com seus representantes, mas na indicação de especialistas que podem contribuir para o entendimento acerca dos assuntos tratados.

Destarte, considerando as diferenças na cultura e clima organizacionais, a conduta das empresas que integram o Fórum Florestal, motivadas por pressões internacionais de mercado, mobilização social e presença de tensões e conflitos no território, indica a incorporação dos conceitos de sustentabilidade empresarial, tendo como um dos instrumentos o diálogo com representantes da comunidade, em busca da licença social para operar e de um desenvolvimento socioeconômico e ambiental para o Sul e Extremo Sul do Estado da Bahia. Isso porque, como bem coloca Baqueiro (2007, p. 30), o desenvolvimento sustentável implica mudança, ou para melhorar ou transformar o sistema, ou para mudá-lo para aprimorar as suas políticas.

4.3 O PROTAGONISMO SOCIAL E O MOVIMENTO AMBIENTALISTA

O estudo sobre sociedade civil ainda tem pouco tempo e sua reconstrução enquanto conceito, segundo Teixeira (2001, p. 42), é recente, retomado a partir da reflexão sobre autoritarismo na América Latina e a redemocratização do Leste europeu, nas décadas de 1970 e 1980.

Para a vertente “enfática” do pensamento político (frankfurtianos, habermaseanos e comunitaristas), a sociedade civil é “[...] como uma rede de associações autônomas, com interesses comuns, que devem exercer um controle sobre o Estado, utilizando-se para isto de meios não só institucionais, como não convencionais” (TEIXEIRA, 2001, p. 42); para a vertente “moderada”, “[...] a sociedade civil seria constituída de cidadãos e instituições dotadas de virtudes cívicas, cujo desenvolvimento exigiria o mercado como princípio ordenador e a ordem liberal-democrática como seu substrato” (TEIXEIRA, 2001, p. 42).

Em consonância com Teixeira, foi adotada nesta dissertação a primeira vertente – a “enfática” – para analisar a sociedade civil, justificada a partir da visão dessa do contexto político e econômico e do objeto em estudo. Para isso, consideram-se as noções de sociedade civil, como propõem Cohen e Arato (TEIXEIRA, 2001, p. 42- 43): pluralidade – interações de estruturas legais (instituições de comunicação e cultura, movimentos sociais, associações e pessoas que articulam em espaços públicos autônomos, com base em processos de diferenciação, integração e reprodução cultural); publicidade – interações entre atores (de forma subjetiva, por uma ação comunicativa na execução de seus direitos, transparência e na existência de espaços públicos); privacidade (domínio do autodesenvolvimento e da escolha moral, preservando a intimidade, autonomia e reconhecimento do outro); e legalidade (estruturas de leis gerais e direitos básicos, na relação com o mercado e com o Estado).

A partir da análise dos princípios e dos objetivos do Fórum Florestal e da posição da sociedade civil pertencente a este, com relação à realidade socioeconômica e à presença do capital hegemônico no território, levam-se em consideração também as características da sociedade civil, apresentadas por Avritzer, relacionadas com a modernidade ocidental, quais sejam:

- a) processo de diferenciação entre mercado e Estado, ligando-se à idéia de limitação e de regulação de estruturas sistêmicas (poder e mercado) e não com a sua abolição;
- b) associação com as potencialidades do sistema legal moderno, permitindo o controle do exercício do poder;

- c) reconhecimento de instituições intermediárias entre indivíduo, mercado e Estado (AVRITZER, 1994 apud TEIXEIRA, 2001, p. 43).

Críticas existem quanto à adoção desses conceitos de sociedade civil. O próprio Habermas, em seminário no ano de 1994, questionou a utilização desse conceito na atualidade, pois é aplicado em sociedades democráticas, diferentemente do que foi concebido, e indaga “[...] em que medida a esfera pública, dominada pela mídia e pelo poder econômico, oferece possibilidades de membros da sociedade civil mudarem valores e tópicos e terem uma visão crítica dos temas e razões canalizados do exterior” (TEIXEIRA, 2001, p. 43). A insuficiência do conceito também é criticada pela ênfase na ação comunicativa, por ignorar a capacidade de adaptação das elites e superestimar o papel político e de mudança da sociedade civil, quando a democracia exige que haja igualdade, autonomia e livre deliberação, diferentemente da lógica de mercado (COSTA, 1997; REIS, 1993 apud TEIXEIRA, 2001, p. 44).

Alguns autores (DAGNINO et al., 2006, p. 58-59); TREVISOL, 2007, p. 35) fazem consideração acerca da substituição do termo “sociedade civil” por “terceiro setor”, que, junto ao mercado e ao Estado, indicaria um novo papel desta, retirando-a do plano da política. O terceiro setor, ressaltam Dagnino et al. (2006, p. 58-59), é apolítico e reforça uma concepção elitista de poder e de polícia, bem diferente do que a sociedade civil é vista no projeto democrático.

Segundo a concepção do projeto democrático, a sociedade civil tem como objetivo, portanto, exercer um papel político sobre o Estado para que as necessidades do conjunto da sociedade sejam atendidas, não assumindo suas responsabilidades. Esse foi um ponto ressaltado por Teixeira (2001, p. 44), relatado por Nogueira (1994), ao comentar a delegação de atribuições de caráter público para atuação das ONGs e a supervalorização da sociedade civil, mecanismos próprios dos sistemas neoliberais como forma de esvaziamento das funções do Estado. O papel político da sociedade civil em um regime neoliberal também deverá ser exercido sobre o mercado e a conduta das empresas privadas. Devido à existência de interesses de indivíduos e grupos sociais, tornar-se-ia necessário, para intermediar as relações entre a sociedade civil e a sociedade política ou o mercado, compor instituições autônomas.

Segundo Teixeira (2001, p. 138), o processo da sociedade civil de constituição em ator político, através de instituições,

[...] vem se intensificando, sobretudo, em setores sociais como os de saúde, meio ambiente e, mais recentemente, assistência social, mas, ao mesmo tempo, é também apropriado, no plano do discurso, pelas elites do poder, que o utilizam conforme seus próprios interesses e estratégias.

La Jara (2006, p. 354) fala da ameaça da sobre-representação, salientando que melhor bem representados, em prejuízo dos mais pobres e vulneráveis.

A questão da representatividade é discutida por outros autores (DAGNINO et al., 2006; LUCHMANN, 2007), chamando a atenção para a importância da legitimação e da autoridade.

A análise da legitimação e da representação da sociedade civil vem desmitificar a ideia da sociedade civil como segmento homogeneizado, desprezando a existência das tensões, ambiguidades e reproduções inerentes à relação com o Estado e a sociedade política. Tende-se a subestimar as OSCs, ao atribuir-lhes um “polo de virtude”, contrapondo-se ao Estado como a “encarnação do mal” (LUCHMANN, 2007, p. 8; DAGNINO et al., 2006, p. 15). Verifica-se nas referências teóricas, principalmente latino-americanas, observam Dagnino et al. (2006, p. 15), uma tendência a tratar a sociedade civil como um ator unificado e inclinado a isolar a sociedade civil da sociedade política. Há de se considerar, dizem os autores, a existência de diversos projetos políticos, inclusive pouco democratizantes, dentro da própria sociedade civil, até mesmo que desenvolvem formatos institucionais diversos, agendas e interesses distintos (DAGNINO et al., 2006, p. 16 e 27).

Dagnino et al. (2006, p. 28) chamam a atenção também para a estimulação de criação de ONGs como o resultado de uma estratégia do Estado para repasse de suas atribuições, como implementação de políticas neoliberais.

Algumas características são analisadas quanto à representação individual ou coletiva, quando se dá de forma voluntária, diferentemente da política profissional, e com relação à escolha de seus representantes, ao verificar as regras e os critérios de representação nos espaços participativos.

Bobbio (2009, p. 21) lembra que a ação política atualmente é conferida a grupos organizados, diferentemente do que foi previsto na doutrina democrática, que não aceitava qualquer intermediário. Diz Bobbio (2009, p. 35): “[...] sujeitos politicamente relevantes tornaram-se sempre mais os grupos, grandes organizações, associações da mais diversa natureza, sindicato das mais diversas profissões, partidos das mais diversas ideologias, e sempre menos o indivíduo.”

Vieira comenta que

[...] há novas formas de ativismo e militância política, como demonstram os novos movimentos sociais ligados a questões de gênero, raça, ecologia, paz etc. Hoje, a solidariedade tem uma base cultural. Para o marxismo, era a condição econômica de classe, mas a solidariedade internacional de classe debilitou-se. Atualmente, é a cultura que é considerada a base para a solidariedade, muito mais do que a identidade nacional ou de classe (VIEIRA, 2001, p. 224).

Outro assunto a ser considerado quando abordamos a sociedade civil é a necessidade da capacitação de sujeitos para o exercício da democracia.

Dagnino et al. (2006, p. 51) salientam que a sociedade civil, composta por setores organizados da sociedade, é concebida de maneira ampla e inclusiva; tem como papel “[...] assegurar o caráter público do Estado por meio da participação e o controle social. Considerada como um mero terreno constitutivo da política, é nela que se daria o debate entre os interesses divergentes e a construção dos consensos provisórios que possam configurar o interesse público”.

Para Teixeira, “não se pode, por exemplo, esquecer as assimetrias existentes na sociedade quanto ao domínio das informações e as limitações cognitivas que dificultam a ação comunicativa nem obscurecer os diferentes interesses que permeiam as ações dos grupos sociais nos embates do espaço público, levando-os a também diferentes negociações e compromissos” (TEIXEIRA, 2001, p. 194).

Bobbio (2009, p. 46) salienta que tecnocracia e democracia são antitéticas e não cabe ao especialista da sociedade industrial ser o cidadão a qualquer hora, pois “a democracia sustenta-se sobre a hipótese de que todos podem decidir a respeito de tudo”.

É prudente considerar, a despeito da presença do grande capital nas relações sociais, a possibilidade de cooptação da sociedade civil por parte de empresas privadas. Sobre esse ponto, Teixeira coloca:

Mas o maior risco dessa forma de participação está na possibilidade de as organizações perderem sua autonomia, inserindo-se na lógica do poder, independentemente da composição partidária dos agentes políticos, e deixando o papel fundamental que lhes cabe – o do controle social do poder - ou de se perderem na malha burocrática, tornando-se apenas um lobby, em prejuízo das ações coletivas de maior expressão pública e do contato com as bases” (TEIXEIRA, 2001, p. 166-167).

Apesar dos alertas em relação à possibilidade de corrupção do poder privado e dos mecanismos invisíveis de manipulação, Barber (2001, p. 385) afirma que “a responsabilidade cívica, sendo uma parceria entre o governo, a sociedade civil e o mercado privado, depende necessariamente da colaboração ativa de líderes políticos, cidadãos e empresários”.

Considera-se também que a sociedade civil enfrenta alguns problemas e desafios. “Cada vez mais, as políticas são globalizadas e o âmbito de decisão da esfera local é reduzido, pois muitos campos de atividade são privatizados [...], transformando-se, na prática, em empresas, embora não mercantis, orientam-se pela lógica da produtividade, da competição” (TEIXEIRA, 2001, p. 198).

Promover a democracia das Políticas Públicas através da participação da sociedade em espaço de escassa infraestrutura cívica e cidadã é uma tarefa difícil, diz Milani (2007, p. 218). Para esse autor, “[...] o ideal democrático deliberativo encontra entraves na matriz de participação política no Brasil, marcada por uma ideia de ‘cidadania regulada’ (SANTOS, 1987), com baixas taxas de afiliação em órgãos de classe, sindicatos e organizações comunitárias” (MILANI, 2007, p. 218).

A participação de sujeitos na estratégia de tomada de decisão, segundo Gohn (2007, p. 50), surge a partir da década de 1980, por meio de associações de movimentos populares, juntamente com comunidades eclesiais de base, sindicatos de oposição, associação de moradores, etc. Nesse momento, relata a autora, falava-se em participação popular e a categoria central fazia alusão a “povo”, que remetia a uma figura genérica: os excluídos dos círculos de poder dominante. A luta era pelo acesso e reconhecimento dos direitos, por votar nos seus representantes e de manifestar-se e organizar-se livremente. Era necessário mudar as regras do controle social e da maneira de fazer política no Brasil. A demanda era ampla, não se restringindo às classes populares, pois os protestos e mobilizações eram em busca da democracia. Após o fim da ditadura militar e a possibilidade de redemocratização do País, o tema participação foi articulador das demandas e movimentos, configurando-se numa cultura contra-hegemônica à ordem dominante.

Analisando a realidade quanto à participação social no Nordeste do País, em comparação com o Sudeste, a média associativa no Nordeste é baixa, mas dentro das capitais essa diferença não parece ser muito evidente (AVRITZER, 2007, p. 15; MILANI, 2007, p. 219).

Avritzer (2007, p. 18) salienta que “[...] não houve no estado da Bahia um processo de modernização social que desse origem à urbanização e a um novo padrão de vida cultural com consequências na dinâmica associativa e participativa desde o final do século XIX”. Soma-se a esse fato a dominação política por um longo período exercida por um grupo ligado a Antônio Carlos Magalhães - ACM, enfatizando sua cultura política, conhecida como *carlismo*, que, segundo Mota (2007, p. 46), é emblemático como fenômeno do clientelismo e coronelismo, comuns no Nordeste. O que sustentou e impulsionou esse fenômeno na Bahia, para a autora, foi a aproximação fácil do *carlismo* com o mundo da política e do mercado (MOTA, 2007, p. 46).

Mesmo com esse histórico, Avritzer diz que a Bahia tem uma dinâmica associativista razoável, porém faz uma ressalva, porque, a partir de uma pesquisa sobre a participação social no Nordeste, este Estado aparece como o de menor impacto das políticas participativas sobre as Políticas Públicas. Sabe-se, contudo, segundo esse autor, que “[...] a efetividade das instituições participativas varia de acordo com uma tradição política anterior de participação [...]” (AVRITZER, 2007, p. 32-33).

Mota (2007, p. 45) faz a mesma ponderação ao observar que, mesmo com os entraves, a Bahia tem acompanhado as tendências democráticas contemporâneas brasileiras, principalmente no que concerne à ampliação de espaços de interlocução entre a sociedade civil e o governo. Para essa autora, “o Estado da Bahia vem experimentando os mesmos processos de ampliação democrática encontrados em outras localidades brasileiras. Os entraves causados pelo exercício antidemocrático experimentado por algumas lideranças partidárias importantes no Estado conseguiram, no máximo, retardar esse processo, não freá-lo” (MOTA, 2007, p. 45).

Trevisol (2007, p. 17) pontua que houve um grande crescimento de organizações sociais envolvidas em diversas questões, a exemplo da ambiental, desenvolvimento sustentável, cidadania, etc., após a década de 1980, e que as ONGs, em particular, em sua atuação local e regional, têm despontado. As ONGs, segundo esse autor, diferem quanto a volume dos recursos, orientações políticas e ideológicas, escopo de atividade, cultura organizacional e estatuto legal — parte delas atua de forma isolada, outras em rede — e movimentam, muitas vezes, consideráveis recursos. Podem ter em seu escopo de atuação desenvolver pesquisas, realizar campanha, organizar *lobbies*, pressionar governos e instituições intergovernamentais, entre outras atividades. Trevisol (2007, p. 19) também

ressalta o crescente poder político das ONGs, no que se refere à influência e pressão, quando da gestão de problemas coletivos locais e globais.

Sobre esse momento, Gohn destaca várias conquistas, entre elas a constituição de um campo democrático no seio da sociedade civil (formado inclusive por ONGs), que desenvolveu uma cultura política de mobilização e de pressão direta, como práticas de viabilização de suas agendas (GOHN, 2007, p. 52), e a conquista de canais de participação para assuntos relacionados à coisa pública, colocando os sujeitos demandatários em nova arena de luta na máquina estatal. Vários foram os obstáculos nessa fase de transição, afirma Gohn (2007, p. 52-53), citando os valores que predominavam, a exemplo do clientelismo, do paternalismo, do hábito de resolver questões públicas privilegiando interesses particulares, da descrença nas leis, do costume de querer levar vantagem em tudo, da naturalização da corrupção, entre outros.

Outro fato que também dificultava o processo era a utilização do mecanismo de participação para legitimar ações e dar prestígio àqueles que fomentavam a pseudoparticipação (GOHN, 2007, p. 53).

A partir dos anos 90, a assunção de algumas pessoas ligadas à elite tradicional brasileira ao governo de algumas cidades possibilitou requalificar a temática da participação, na dimensão de aprofundamento da democracia; construção de um novo paradigma; ações coletivas baseadas na cidadania; instituição de novos espaços de participação, com base nas novas relações sociais entre o público e o privado, constituindo-se no público não estatal e redefinindo a participação como “participação cidadã” (GOHN, 2007, p. 56).

Essa nova posição conduz a sociedade a uma categoria central, e para Gohn

trata-se de práticas que rompem com uma tradição de distanciamento entre a esfera em que as decisões são tomadas e os locais onde ocorre a participação da população. O conceito de participação cidadã está lastreado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e em uma nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, remetendo à definição das prioridades nas políticas públicas a partir de um debate público (GOHN, 2007, p. 57).

A sociedade civil, que veio a se formar, é institucionalizada nas novas estruturas de representação, atuando em redes e se constituindo em atores coletivos. As redes são uma forma descentralizada de organização e intervenção e servem para partilhar informações e organizar atividades. Gohn cita Barnes (1987) para definir redes como “[...] o conjunto das

relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, num dado campo social [...] (GOHN, 2005, p.59).

Para Dagnino et al. (2006, p. 32), “a sociedade civil expressa-se empiricamente como uma densa rede de movimentos sociais e associação de caráter diversificado”.

No Brasil, algumas redes exemplificam bem esse movimento, como a ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, criada em 1992 com o propósito de articular e trocar experiências entre as ONGs; a Rede de ONGs da Mata Atlântica, também instituída nesse mesmo ano, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de informações sobre esse bioma, visando à sua conservação; e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS, criado em 1990 para articulação da sociedade civil durante a RIO-92.

Assim como outros atores sociais, a sociedade civil vem se utilizando da internet como meio de comunicação, reflexão, articulação e mobilização. Esse fenômeno é ainda recente, mas certamente possui um grande significado social. Surge uma nova forma de comunidade – a virtual, que se reúne através de valores e interesses em comum, e muitas vezes a comunicação é a própria meta. Podem ser formalizadas, no caso de fóruns patrocinados, ou surgir espontaneamente, por meio de redes sociais (RHEINGOLD, s/d apud CASTELLS, 2005, p. 442-443). Ainda é cedo para se ter a dimensão das consequências culturais dessas redes eletrônicas, mas emergem novas formas de sociabilidade e de vida urbana, adaptadas à tecnologia. “[...] A tendência dos grupos sociais organizados é se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes” (GOHN, 2005, p. 59-60).

As redes de comunicação demonstram um grande potencial de democratização da informação, na função do debate popular e de expressão da vontade e do pensamento (a exemplo de consultas públicas e abaixo-assinados). A comunicação mediada por computador – CMC, segundo Castells (2005, p. 449), “não substitui outro meio de comunicação, nem cria novas redes: reforça os padrões sociais pré-existentes”; expande também as redes sociais e contribui para a atuação dos movimentos sociais.

Quando grupos de comunidade interagem com a sociedade política, formando-se a partir de um território, cria-se uma governança local, onde há criação de redes de pertencimento e de participação social, e está presente quando se articulam estruturas institucionais ao poder público. Surge, então, uma nova esfera pública articulada a uma nova sociedade civil organizada por meios de fóruns, conselhos, comissões, etc. (GOHN, 2005, p. 59-60).

4.3.1 O Capital Social como paradigma a ser considerado

Muitos autores (GOHN, 2001; BAQUEIRO, 2007; BAQUEIRO; CREMONESE, 2006; D'ARAUJO, 2003) colocam a necessidade de se considerar dentro do movimento social também a questão do capital social. “Na abordagem, o capital social é tão importante quanto o econômico, “pelo fato dele gerar inovações, contribuir para minorar as desigualdades existentes e aprofundar o processo democrático, ao ampliar a esfera pública demarcando-a com práticas associativas igualitárias e de caráter solidário” (GOHN, 2007, p. 60).

Gohn afirma que o ponto central da teoria do capital social é o valor que têm as redes, pois,

[...] capital social se refere-se conexão entre indivíduos, redes sociais e as normas de reciprocidade e lealdade que nascem deles. Nesse sentido, capital social é claramente relatado como algo chamado “virtude cívica”. A diferença é que “capital social” chama a atenção para o fato de que a virtude cívica é mais poderosa quando imersa numa densa rede de relações sociais recíprocas (GOHN, 2005, p. 57).

Gohn (2005, p. 57) ressalta o significado atual do termo capital social, voltado para compreendê-lo como fonte de energia e força de produção encontradas em grupos vulneráveis, gerado quando existe solidariedade e confiança mútua numa comunidade, criando e desenvolvendo forças para superar dificuldades. Outra maneira de ver o termo é instrumental, como forma de mobilização de uma população, numa nova organização da produção, que antes estava excluída na economia formal. A ênfase é dada nos esforços coletivos para entender os processos de mudança, porque são geradores de capital social. As comunidades são associadas à ideia de poder local, não mais funcionando a reboque das decisões do Estado, e sim convocada a participar e interagir com os poderes, fortalecendo-a.

Baqueiro e Cremonese (2006, p. 9) afirmam que “o conceito de Capital Social está fundado na importância da cultura política e da sociedade civil no processo de construção democrática”, pois consideram que “[...] o crescimento econômico, se não estiver acompanhado por valores que enfatizem a importância da participação dos cidadãos, a solidariedade e a confiança recíproca para resolver problemas coletivos, está fadado ao fracasso” (BAQUEIRO; CREMONESE, 2006, p. 10).

A despeito das críticas recebidas pelo conceito de Capital Social, Baqueiro e Cremonese (2006, p. 10-11), ao avaliarem os resultados práticos do conceito, concluem que há uma “[...] contribuição para revitalização de valores subjetivos e do fomento do sentimento de pertencimento e participação na vida política” que pode ser efetiva na construção democrática.

Para D´Araujo (2003, p. 7), o Capital Social pode ser um “[...] importante instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentado e para a revitalização da sociedade civil e da democracia”. Essa autora faz alusão ao uso do conceito pelo Banco Mundial, a partir dos anos 1990, que expressa

[...] a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. Segundo o Banco, o capital social refere-se às instituições, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma dada sociedade. A coesão social é a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum (D´ARAÚJO, 2010, p. 10).

Apesar de o conceito de Capital Social não ser novo, foi Robert Putnam que o fez repercutir nos meios acadêmicos (BAQUEIRO; CREMONESE, 2006, p. 111; D´ARAÚJO, 2003, p. 11). E Putnam faz questionamentos ao analisar o desenvolvimento entre o sul e o norte da Itália no que se refere ao resultado de instituições em diferentes contextos de atuação e seus impactos sobre as sociedades, concluindo que o contexto cívico é importante para as instituições, influenciando positiva ou negativamente (D´ARAÚJO, 2003, p. 13-14).

O que Putnam destacou é que uma maior cultura cívica produz melhor envolvimento da população com a *res publica*, com um maior compromisso com o bem público, mais comprometida e confiante. “A cultura cívica, associada à confiança interpessoal, traduz-se em um recurso fundamental de poder para os indivíduos e para as sociedades, em um capital – capital social – cujos benefícios são comuns a todo o grupo ou a toda a sociedade” (D´ARAÚJO, 2003, p. 15).

Três fatores se inter-relacionam para definir o Capital Social: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica, que permitem as pessoas cooperarem, se ajudarem, cuidarem do bem público e promoverem a prosperidade. D´Araujo, ao citar Edward Banfield, pontua que para este autor, onde há desconfiança, as instituições são frágeis e inviabilizam a democracia, bem como o desenvolvimento econômico (D´ARAÚJO, 2003, p. 32). Essa autora também faz referência à importância do fator confiança nas obras de Putnam e Francis Fukuyama. Este último, apesar de ser um defensor

do livre mercado, valoriza a sociabilidade espontânea, baseada em normas compartilhadas, a partir das tradições, religiões e da história (D´ARAÚJO, 2003, p. 33).

A ênfase na cultura dada pelo Banco Mundial (D´AJUDA, 2003, p. 38) faz com que cada projeto financiado por essa instituição considere o fator social do ambiente a ser implantado.

Albert Hirshman, citado por D´Araujo (2003, p. 40), afirma que o Capital Social aumenta com o seu uso. As sociedades baseadas em Capital Social geram riquezas, mas também maior justiça e igualdade. O desenvolvimento econômico viria atrelado ao aumento do bem comum. Esse também é o pensamento de Sen (2000).

D´Araujo (2003, p. 45) refere-se à sociedade civil como

[...] uma sociedade em que grupos organizados, formais ou informais, com independência do estado e do mercado, têm condições de promover ou facilitar a promoção de diversos interesses da sociedade. Capital social, isto é, as relações informais e de confiança que fazem com que as pessoas ajam conjuntamente em busca do bem comum, é fundamental para que novas e velhas organizações da sociedade civil possam prosperar e dar oportunidade de participação aos que ainda carecem de engajamento ou de proteção.

É a ideia de sinergia, uma confluência entre a sociedade civil, o Estado e o mercado.

Para Gonh (2005, p. 9), os atores sociais são novos sujeitos de poder que assumiram o seu protagonismo social e político, ao realizarem parcerias com o Estado e quando desenvolvem nova esfera pública. Entretanto, Baqueiro (2006, p. 45) ressalta que a democracia, numa situação de pobreza, não pode encontrar cidadãos empoderados e com ativa vida política e que, por outro lado, quando há maior participação do cidadão na agenda pública, a democracia prospera. Sem o intuito de reeditar a democracia direta ateniense, nem se desfazer da democracia formal, o sentido é de “tornar as pessoas mais protagônicas na política e não meramente entes passivos que se limitam a externar suas demandas via pesquisas de opinião pública” (BAQUEIRO, 2006, p. 55).

A consideração da importância do Capital Social e sua influência no contexto local são tão fortes que para Gomes “o estabelecimento de relações positivas com a comunidade local deve ser considerado pelas empresas como um ativo na forma de acumulação de capital social que deve ser capitalizado de forma a garantir a licença para operar” (GOMES, 2005, p. 47).

4.3.2 O movimento ambientalista no Brasil e na Bahia

O movimento ambientalista no País é mais antigo do que a efervescência dos movimentos pelos direitos sociais e políticos. Desde a década de 1970, em plena ditadura militar, os ambientalistas já agiam ativamente em prol das suas crenças e em defesa de um ambiente saudável, pois os grupos eram ativos nesse campo, até porque o espaço da contestação pelos direitos sociais e políticos lhes era caçado (CAVALCANTE, 1995, p. 17). Um exemplo é o fechamento da indústria de celulose norueguesa Borregard, em Guaíba (RS), após várias manifestações populares¹⁶ (CAVALCANTE, 1995, p. 7).

Avritzer e Costa (2004, p. 18) sinalizam que após a década de 1980 houve melhora da participação social quanto à tomada de decisão. A redemocratização, citam os autores, instituiu uma esfera pública mais permeável; a constituição do CONAMA – Conselho Nacional para o Meio Ambiente, em 1981, levou a sociedade civil organizada a decidir sobre questões ambientais. A criação de direitos de terceira geração, entre eles o do ambientalmente saudável, mecanismos de punir a violação ambiental (ação de interesse público e ação civil pública) e o fortalecimento do Ministério Público, como intermediador de conflitos, além de instrumentos como o EIA/RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental), aumentaram o controle social e a participação da comunidade através de audiências públicas.

Do ponto de vista legal, a questão ambiental no País é tratada desde o início do século passado, mas toma corpo nas décadas de 1980 e 1990, incentivada pelas discussões ambientais que permeavam a sociedade, o mercado e a política internacional.

A Constituição do Brasil, de 5 de outubro de 1988, aborda o tema ambiental em seu capítulo VI, art. 225 (BRASIL, 1988). As principais leis ambientais do País são:

- Lei nº 4.771, de 15/09/1965 - Código Florestal Brasileiro;
- Lei nº 5.870, de 6/03/1973 – altera o Código Florestal;
- Lei nº 7.751, de 7/07/1986 – altera o Código Florestal;
- Lei nº 6.938, de 31/08/1981 - institui a Política Nacional de Meio Ambiente;
- Decreto nº 99.274/1990, de 27/04/1981 - regulamenta a Lei nº 6.938/81;
- Lei nº 9.433, de 08/01/1997 – institui a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Lei nº 9.605/1998, de 12/02/1998 - Lei dos Crimes Ambientais;
- Decreto nº 3;179, de 21/09/1999 - regulamenta a Lei nº 9605/98;

¹⁶ A Indústria foi fechada entre 7 de abril de 1972 a 13 de março de 1974, pela pressão de movimentos de protesto, comandado por José Lutzemberg. A empresa reabriu após rever seu processo de produção e se tornou uma das fábricas de referência em relação à prevenção da poluição. Lutzemberg foi Ministro do Meio Ambiente do Brasil e ganhador do prêmio Nobel Alternativo de Ecologia. Foi convidado pela empresa a pensar no processo de aproveitamento de resíduo sólido (CAVALCANTE, 1995, p. 8-9).

- Lei nº 9.985, de 19/07/2000 – institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), alterando a Constituição Brasileira;
- Lei nº 11.284, de 02/03/2006 – dispõe sobre Gestão de Florestas Públicas para a proteção sustentável, alterando o Código Florestal;
- Lei nº 11.428, de 22/12/2006 - dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

No âmbito do executivo, foi instituído pela Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, o SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente, sendo composto pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e pelas fundações instituídas pelo Poder Público. Seu órgão consultivo e deliberativo, o CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, foi criado pela mesma Lei (regulamentada pelo Decreto 99.274/90. de 6 de junho de 1990). O CONAMA é um colegiado representativo de cinco setores, a saber: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil.

Seguindo o modelo nacional, o Estado da Bahia possui o SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente, composto pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação; Sistema Estadual de Recursos Hídricos; Secretaria de Meio Ambiente – SEMA (antiga Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH), criada somente em 2002, e seus órgãos executores: INGÁ – Instituto de Gestão das Águas e Clima, CERB – Companhia de Engenharia Ambiental, IMA – Instituto de Meio Ambiente (antigo Centro de Recursos Ambientais - CRA), CONERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos e CEPRAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente, além dos órgãos setoriais da administração pública, do poder público municipal e da Secretaria de Segurança Pública.

Na Bahia, as considerações pelas questões ambientais têm um marco com a criação do Conselho de Proteção Ambiental – CEPRAM (hoje Conselho de Meio Ambiente), em 1973, motivado pela implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, sendo o primeiro Conselho de Meio Ambiente do País.

A incorporação de assuntos ambientais nas leis da Bahia é encontrada na Constituição do Estado, de 05 de outubro de 1989, mas a primeira Lei ambiental (Lei nº 3.858 – que institui o Sistema Estadual de Administração de Recursos Ambientais) foi promulgada em 3 de novembro de 1980. Posteriormente, a Lei nº 7.799, de 7 de fevereiro de 2001 (regulamentada pelo Decreto nº 7.967, de 5 de junho de 2001), instituiu a Política Estadual de

Administração dos Recursos Ambientais. A Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006 - Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia (regulamentada pelo Decreto nº 11.235, de 10 de outubro de 2008) é a que está em vigor, norteando as Portarias e Instruções Normativas dos órgãos de meio ambiente, além das Resoluções do CEPRAM.

A composição do CEPRAM, segundo a Lei, é tripartite, mas não paritária no sentido da igualdade da participação entre os três segmentos da Sociedade: Estado, Sociedade Civil e empresas privadas. Assim está sendo representado: a) sete representantes de secretarias estaduais (Meio Ambiente; Infraestrutura; Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária; Turismo; Indústria, Comércio e Mineração), cinco entidades ambientalistas e outros sete membros, que representam organizações diversas da sociedade, como entidades de classe (patronal e de trabalhadores), e profissionais que representam legalmente categorias com atuação na área ambiental.

As instituições voltadas ao meio ambiente na Bahia mais antigas foram criadas na década de 1980 (o Germen – Grupo de Recomposição Ambiental e o Gambá surgiram em 1981 e 1982, respectivamente). Em 1986 aconteceu o 1º Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas Autônomas, em Belo Horizonte, e no ano seguinte, durante o 2º Encontro Nacional das Entidades Ambientalistas Autônomas, ocorreu também o 1º Encontro Baiano de Entidades Ambientalistas, marcando a atuação colegiada dessas entidades. Contudo, a história do movimento ambientalista na Bahia passou por um momento de cisão entre as organizações que atuavam no Estado no início da década de 1990. As mais representativas entidades faziam parte da Assembleia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado da Bahia – APEDEMA/Ba, um coletivo de ONGs ambientalistas, fundada em 1991, mas divergiram quanto ao voto no CEPRAM para a licença de localização da Veracel (na época Veracruz Florestal), no Extremo Sul da Bahia, no ano de 1995. Essa discórdia levou à criação de uma outra instituição, de nome “Liga de Entidades Ambientalistas da Bahia – Ligambiente” – composta por dissidentes da APEDEMA.

A citada divisão se expressa na atualidade, marcando a atuação das duas entidades, num ambiente de disputa subliminar, inclusive com relação à ocupação das vagas em espaços públicos, como o CEPRAM.

Com relação às atividades florestais, muitas organizações se pautaram a estudar, debater e enfrentar o assunto/problemática, haja vista as questões ambientais quanto à mono-

cultura, o uso da água, a falta da biodiversidade, a degradação do solo, somadas às querelas socioeconômicas devido à concentração de terra e à baixa e sazonal empregabilidade.

4.3.3 A sociedade civil no Fórum Florestal

As ONGs que participam do Fórum Florestal podem ser divididas na atualidade em duas modalidades: as que já estiveram no Fórum, mas que atualmente não se fazem presentes e acompanham pelo grupo de mensagem; e as que fazem parte atualmente da plenária do Fórum Florestal.

Analisando a plenária do Fórum Florestal atual, as instituições presentes possuem tempo de criação diferenciado: algumas com mais de 20 anos de atuação, não obrigatoriamente no território (ASCAE, Associação Flora Brasil, TNC, Instituto Cidade) e outras com menos de 10 anos (IBIO, Natureza Bela, Instituto Floresta Viva, Instituto Reciclar, COOPLANTAR). Poucas têm atuação fora do território (TNC, Instituto Cidade, IBIO), ou com projetos na região ligados à ação do Estado (Flora Brasil, Floresta Viva); outras também têm trabalhos voltados para as empresas de celulose que compõem o Fórum Florestal (ASCAE, Natureza Bela, Instituto Reciclar, COOPLANTAR, TNC).

As organizações possuem poucos membros efetivos, apesar de umas terem em seus quadros mais de 100 afiliados. São poucos os que trabalham, e em algumas instituições se atua voluntariamente, outras recebem pelos projetos que desenvolvem. A maioria não possui um sistema de contribuição financeira dos seus membros.

Este é um ponto bastante evidente quando se observa os posicionamentos das diversas instituições que compõem a sociedade civil do Fórum Florestal: as OSCs têm objetivos diferentes e se posicionam autonomamente nas suas participações. Tanto assim que instituiu-se uma reunião das OSCs antes do encontro da Plenária do Fórum Florestal, que normalmente ocorre na manhã que antecede a reunião (esta geralmente inicia-se à tarde), no intuito de alinhar entendimentos para o diálogo com as empresas privadas.

A maior parte dos membros da sociedade civil entrevistados não possui filiação partidária. Participam de outros fóruns não estatais, de cogestão, ou da sociedade civil, mas nenhum modelo semelhante ao do Fórum Florestal, a não ser os Fóruns vinculados ao Diálogo Florestal, e ocuparam/ocupam algum cargo de coordenação. Foram designados a participar do Fórum Florestal pela proximidade de trabalho/experiência com o tema. Nenhum

entrevistado relata ter passado por processo de capacitação. Quase todos os entrevistados da sociedade civil membros do Fórum Florestal participam de Grupos de Trabalho deste Fórum.

A maior parte das OSCs do Fórum Florestal são ONGs ambientalistas. Ao ser criado, entendia-se que o diálogo ocorria entre as ONGs ambientalistas e as empresas, apesar de se encontrar nas listas de presença pessoas físicas e instituições de outro caráter, pois o Fórum Florestal é aberto a qualquer cidadão e, por muitas vezes, tratou-se de assuntos relacionados aos interesses de outras associações. A importância da presença de outras organizações da sociedade civil no diálogo foi registrada em maio de 2009, quando se redigiu a Carta de Princípios (anexo 03) e se ampliou formalmente o escopo da participação (MENEZES, 2010b).

A maioria das organizações que pertencem ao Fórum Florestal se mostra profissionalizada, com um corpo técnico em seus quadros, mesmo quando somente composto por voluntários, constituindo-se, assim, como uma “elite de referência”. Luchmann (2007, p. 11) descreve essa representação como sendo “portadora de uma cultura cívica associativa caracterizada por um perfil socioeconômico superior e por maior grau de informação e de capacitação técnica e política se comparada à média da população em geral”. Essas organizações se propõem a defender as causas sociais, suas demandas e interesses, sejam relacionados a meio ambiente, qualidade de vida ou redistribuição de renda.

Diferentemente da representação delegada, esclarece Luchmann, citando Bobbio (1987), que representa vínculos estreitos com a comunidade, a representação da sociedade civil do Fórum Florestal, em sua maioria, enquanto ONGs ambientais, é presuntiva, no sentido de que ela representa genuínos interesses sociais, a partir da legitimidade pela competência e qualificação dos representantes. A representatividade, nesse caso, traz a ideia difusa dela mesma, pois, como observa Luchmann (2007, p. 11) ao citar Sorj (2005), constituem-se em um “ator sem mandato direto de sua base de referência”.

Posto isso, parte-se para analisar a aplicação do conceito de Capital Social junto às OSCs que participam do Fórum Florestal. Observa-se que existem, pelo menos, quatro tipos de OSCs compondo o Fórum Florestal: as ONGs ambientalistas que possuem projetos de trabalho no território, sejam ligados ao Estado e/ou as empresas privadas, cujos membros percebem valores para execução de trabalhos; as ONGs ambientalistas que contêm apenas voluntários em seus quadros, não angariando nenhum recurso econômico pela sua atuação; associações comunitárias; e associações/cooperativas comunitárias para geração de renda.

Essa categorização é útil para uma análise acerca da mobilização em torno do Capital Social. Percebe-se que a decisão de estar num espaço dialógico, a despeito de outros

interesses que possam existir em cada organização ou pessoa, conduz a uma reflexão sobre uma atitude cívica, na construção de um processo democrático, em prol da coletividade, e do trabalho a favor de um desenvolvimento sustentado. A argamassa necessária para, como observa D´Araujo (2003, p. 10), interligar as instituições e vincular o cidadão a favor do bem comum existe. Contudo, nota-se que as relações entre os indivíduos que compõem essas organizações e entre as próprias organizações traduzem-se em um maior ou menor Capital Social das mesmas.

Tomando como parâmetro a diferenciação das formas de ver o significado do Capital Social relatado por Gohn (2005, p. 57), podem-se aplicar as diversas apresentações da sociedade civil no Fórum Florestal. Infere-se que há aquelas próximas a grupos vulneráveis, em que a confiança mútua e a solidariedade se juntam para sanar dificuldades, a exemplo da comunidade Helvécia; ou o Capital Social, numa visão mais instrumental, é uma forma de mobilização de uma população, numa organização de produção anteriormente excluída da economia formal, como os casos da COOPLANTAR, da Associação dos Artesãos de Porto Seguro e da Cooperativa de Artesãos de Coroa Vermelha. Certamente, o Capital Social destas instituições se coloca diferentemente do das ONGs ambientalistas, sejam voluntárias ou não.

Nenhuma dos integrantes das ONGs entrevistadas se reporta à prática de responder formalmente a uma comunidade além da sua própria instituição, apesar de se colocarem, em plenária, nos escritos dos e-mails e nas entrevistas, como representantes da coletividade. Essa posição das ONGs se assemelha à ideia de “representação virtual”, à qual se refere Luchmann (2007, p. 17) ao citar Gurza et al. (2006), quando atores protagonistas da sociedade civil assumem a representação coletiva.

Quanto às associações comunitárias, que configura a minoria da participação, possuem uma representação delegada e trazem, na sua pouca expressão, as demandas e queixas dos grupos que representam. Contudo, por muitas vezes, mesmo que presentes à reunião, deixam-se representar pela voz das ONGs, quando da omissão da participação no embate argumentativo, ou até mesmo, e não é incomum, deixando que os atores das ONGs falem em seus nomes.

Gohn (2005, p. 34) menciona duas outras características importantes para a análise da sociedade civil: a identidade – um “conjunto de percepções e de visões do mundo que o grupo constrói no processo de experiência histórica”; e as ideologias – “que reúnem os valores e crenças, que permitem agregar, dar coesão e coerência interna a um dado coletivo”.

Entender-se-ia melhor certamente esta questão resgatando as redes de articulação e de comunicação das associações que compõem esse Fórum Florestal e a história do território em questão, porém não estão contempladas na dimensão deste trabalho.

O desenho institucional, segundo Avritzer (2008, p. 2), irá se apresentar de diversas maneiras, variando quanto à forma de participação, à organização e ao relacionamento com o Estado. Mesmo não se tratando de um espaço constituído pelo Estado, pois a partilha do poder se dá entre a sociedade civil organizada e a iniciativa privada, é sob as bases da democracia, da participação e da deliberação que será analisado o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia.

4.4 A AUSÊNCIA DO ESTADO

Primeiramente, torna-se necessário distinguir dois conceitos importantes para a noção de Estado e situá-los no contexto em questão. O primeiro deles é o sentido de governança. O termo “*governance*” foi utilizado pelo Banco Mundial para referir-se a um Estado eficiente, deslocando as preocupações outrora somente de cunho econômico da ação estatal para uma visão maior, que engloba as dimensões social e política (DINIZ, 1995 apud GONÇALVES, s/d). A avaliação da capacidade governativa, portanto, não seria mais pelo resultado das políticas governamentais, e sim pela forma com que o governo exerce seu poder.

Gonçalves (s/d, p. 1) salienta que dois aspectos devem ser considerados quando se fala em governança. O primeiro diz respeito à necessidade de se ter uma boa governança para que haja o desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentado; o segundo é a importância de se considerar o formato institucional do processo decisório, a articulação público-privado na formulação de políticas.

Por sua vez, a governabilidade, segundo esse autor, é a dimensão estatal no exercício do poder, ou seja, o sistema político, a forma de governo, as relações entre os poderes. A governabilidade é uma questão de Estado e é um atributo essencial ao exercício do governo. Ela presume a capacidade de identificar problemas críticos e formular políticas para seu enfrentamento, a competência governamental de fazer a devida mobilização para movimentar meios e recursos voltados à execução e implementação das políticas e a possibilidade de liderança do Estado necessária à efetividade das ações.

A governança refere-se à *performance* dos atores e sua capacidade no exercício da autoridade política e pode englobar a governabilidade, mas não se restringe aos aspectos

administrativos ou gerenciais, nem ao funcionamento do aparelho do Estado, pois contempla a sociedade como um todo (GONÇALVES, s/d, p. 2). Não significa a mesma coisa que governo, porque

[...] governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências (ROSENAU, 2000 apud GONÇALVES, s/d, p. 5).

Gonçalves (s/d, p. 5) ressalta que a governança não exclui o Estado, muito pelo contrário, comporta a participação deste e de outros atores, porém a dimensão não estatal predomina. Assim, esse autor infere que a má governança é a ausência dela.

Porquanto, como coloca bem Milani (2007, p. 217), “[...] a decisão pública não é mais exclusivamente governamental; o governo é central, mas é menos abrangente que os processos de governança. Exige, outrossim, distribuição de poder de decisão entre os diversos atores, implicando intensa negociação na definição das regras políticas e criando a necessidade de descentralizar as decisões e os recursos”.

No documento “Silvicultura de Eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia: Situação Atual e Perspectivas Ambientais”, elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente/Instituto de Meio Ambiente do Governo do Estado da Bahia (SEMA, 2008), está demonstrada a situação da ausência do Estado no território em questão, como ente público e facilitador da vida em sociedade. O documento descreve a situação no território:

Do conjunto de constatações trazidas pelo estudo deduz-se uma grave falta de governança, seja regional ou local, para lidar com a situação, que de longe ultrapassa os limites do controle ambiental.

Não há ordenamento nem zoneamento do território; não há coordenação das intervenções públicas relativas aos plantios de eucalipto na região; não há políticas agrícolas, não há políticas fundiárias; não há controle da legalidade da venda de terras; não há estudos/normas específicas estabelecendo índices recomendáveis de ocupação para as plantações por municípios.

Não há um mapeamento que proporcione uma visão de conjunto dos conflitos antigos e atuais, nem do status nem do tratamento dado aos mesmos nas esferas administrativas de diversos órgãos atuantes na região ou do judiciário. A impressão que se tem é que as condicionantes das licenças ambientais são percebidas como os únicos instrumentos de governança na região... (SEMA, 2008, p. 18).

Sobre governança (ou não governança), a situação é assim descrita:

Justamente a institucionalidade que poderia “pensar a região”, que integraria o poder público e as representações sociais nos processos de planejamento do desenvolvimento local, convocando os diversos atores locais e regionais, não avançou, deixando o processo político órfão de uma base social mais consistente e sem uma agenda de desenvolvimento que considerasse diversas demandas que evidentemente brotam do território. Historicamente essas decisões não são fortuitas, mas significam um posicionamento político defensivo que evita que a sociedade seja parte da construção de agendas políticas de alto interesse público, que incluiria a participação e o controle social, nos sistemas de governança e no aperfeiçoamento democrático (IMA, 2009, p. 56).

Diante da necessidade de buscar “uma real governança para a região, devendo ter continuidade com a agregação, sobretudo dos atores setoriais atuantes na região” (SEMA, 2008, p. 6), o “Diagnóstico da Silvicultura” propõe ações da Secretaria de Meio Ambiente, envolvendo os municípios, o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o IMA, o CEPRAM, e outras Secretarias de Estado, a saber:

TABELA 2 - Ações recomendadas ao Estado e outras a serem executadas no Sul e Extremo Sul da Bahia

AÇÃO	RESPONSABILIDADE
Rever o sistema de licenciamento ambiental (estadual e municipal) dos plantios, desenvolver um programa de normatização para orientar o Estado e as prefeituras para uma atuação harmônica e integrada.	IMA - CEPRAM
Repensar o modelo de plantios por fomento e estabelecer uma gestão de co-responsabilidade socioambiental das empresas com os fomentados.	IMA- SEMA-CEPRAM
Estabelecer um programa compartilhado de gestão das RLs e APPs (informações georreferenciadas e imagens das empresas).	IMA/SEMA
Propor às empresas uma forma de repartição mais justa, com a sociedade, dos benefícios obtidos pelo uso da biodiversidade.	IMA/SEMA/CEPRAM/SICM/SEAGRI
Obter mapeamento das empresas da cobertura vegetal e uso da terra de toda região Sul e Extremo Sul, utilizando imagens de satélite atualizadas e de alta resolução espacial.	SEAGRI, SEPLAN e SEMA
Elaborar mapas das áreas agricultáveis de todos os municípios que possuem plantios de eucalipto no Sul e Extremo Sul.	SEAGRI
Efetuar cálculos dos percentuais de ocupação dos plantios de eucalipto no Sul e Extremo Sul do Estado, considerando as áreas agricultáveis dos municípios, bem como as áreas efetivamente comprometidas por esta atividade.	IMA/SEMA
Instituição de um programa de desenvolvimento relacionado à cadeia produtiva de papel, celulose e madeira no Sul e Extremo do Estado, os incentivos e condições para a expansão da atividade na região, levando em consideração os benefícios	SICM/SEAGRI

socioeconômicos, as relações existentes entre as áreas agricultáveis e as restrições socioambientais (segurança alimentar, APP, Unidades de Conservação, terras indígenas, assentamentos rurais) de cada município, bem como a sua interação com outros programas previstos para a região.	
O mapeamento das áreas agricultáveis (considerar a aptidão agrícola e exclusão de APP) de todos os municípios que já possuem ou onde estão previstos plantios de eucalipto ou polos de biocombustíveis, relacionando-as à política agrícola, segurança alimentar, zoneamento e ordenamento.	SEAGRI
Realizar o levantamento, sistematização e análise de dados socioeconômicos de todos os municípios que possuem plantios de eucalipto, considerando especialmente o perfil socioeconômico dos municípios com as maiores áreas plantadas [...]. Análises desta natureza podem indicar se a atividade econômica de silvicultura de eucalipto tem contribuído para a melhoria dos indicadores socioeconômicos e a qualidade de vida das comunidades que vivem no Sul e Extremo Sul do Estado [...]. Também se recomenda a identificação e o mapeamento dos principais conflitos socioambientais na região.	SEPLAN

Fonte: Tabela construída pela autora a partir de dados da SEMA, 2008.

O entrevistado 01 ligado ao Governo do Estado ressalta que há uma confusão na aplicação de conceitos, pois, quando o Governo fala em governança, ainda está atrelado a atividades de comando e controle.

Segundo depoimento do entrevistado 03, integrante de Governo Jaques Wagner, a preocupação com a situação socioeconômica e ambiental já estava contemplada desde o período da transição entre os governos (out 2006/dez 2006). A SEMA, através do “Diagnóstico da Silvicultura”, relata essa apreensão:

o Instituto do Meio Ambiente – IMA, por meio da sua Diretoria Geral, logo percebeu que precisava contar com uma visão de conjunto da atividade de silvicultura na região, assim como compreender melhor os conflitos existentes para melhorar o controle ambiental da atividade. Assim, teve início em 2007 um processo de levantamento de informações (internas e externas) e a realização de reuniões, seminários e estudos¹⁷ (SEMA, 2008, p.)

O documento tinha por objetivo:

1. Propiciar uma visão espacial de toda a atividade de silvicultura no sul e extremo sul do estado;

¹⁷ “Em junho e novembro de 2007 foram realizados, em Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Eunápolis, seminários envolvendo a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, o IMA e a Secretaria do Planejamento – SEPLAN, as prefeituras, comunidades locais, organizações não governamentais – ONGs, associações e demais atores que vivem ou trabalham na região” (SEMA, 2008b).

2. contribuir para a qualificação dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental, nas esferas estadual e municipal;
3. gerar subsídios para avaliação da sustentabilidade ambiental e socioeconômica do plantio de eucalipto no sul e extremo sul do estado;
4. gerar subsídios para a Avaliação Ambiental Estratégica da atividade de silvicultura no sul e extremo sul do estado (SEMA, 2008a).

A Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, por sua vez, é um instrumento de planejamento em que há identificação de impactos ambientais e de alternativas que os minimizem na implantação de políticas e projetos governamentais. Previsto no art. 115 da Lei Estadual 10.431, de 20 de dezembro de 2006, estava sendo confeccionada pela SEMA no momento da elaboração desta dissertação, através do Instituto Luís Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia – COOPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo a referida Lei:

§ 1º - A Avaliação Ambiental Estratégica é um estudo coordenado pelo Poder Público Estadual que avalia os impactos socioambientais de suas políticas, planos e programas setoriais que envolvam o uso de recursos ambientais ou tenham interface com as políticas, planos e programas de proteção do meio ambiente, com a finalidade de subsidiar suas decisões, assegurando a inserção da variável ambiental na fase de planejamento.

[...]

§ 3º - A Avaliação Ambiental Estratégica caberá aos órgãos responsáveis pela formulação e implementação das políticas, planos e programas, com base em termo de referência por eles elaborado, juntamente com os órgãos vinculados à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e à Secretaria do Planejamento (SEPLAN) (GOVERNO DA BAHIA, 2006).

A participação social é uma prerrogativa dessa ferramenta, e a AAE do Sul e Extremo Sul da Bahia já começou a ser discutida em audiência pública na data de 26/01/2010, no município de Nova Viçosa-BA, criando uma comissão regional de acompanhamento. Segundo o Governo, a “AAE cumpre um papel totalmente diferente da Licença Ambiental, pois a avaliação é um planejamento, cuja intenção é analisar estrategicamente a sinergia entre os investimentos e os impactos cumulativos” (GOVERNO DA BAHIA, 2010).

A presença da sociedade civil nessa discussão, particularmente no Sul e Extremo Sul da Bahia, torna-se necessária, não só pelo envolvimento social no processo, mas para esclarecer à população os reais objetivos da AAE, pois esta é vista com desconfiança. Na opinião popular, ou é mais um instrumento “participativo” para referendar ações do governo previamente decididas, no caso, a concessão da licença para a duplicação da Veracel, ou para postergar, mais uma vez, as ações de Políticas Públicas que viriam a beneficiar o território,

haja vista que o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, previsto no art. 17 da Lei Estadual 10.431 (um dos integrantes do Zoneamento Territorial Ambiental), ainda não foi elaborado e trata-se de um instrumento também de planejamento.

Sobre a contemporaneidade de se realizar uma Avaliação Ambiental Estratégica ao mesmo tempo em que se tem um pedido de duplicação de um empreendimento do porte da Veracel, nas palavras do entrevistado 03 do Governo, a Licença da Veracel II (como é chamado o novo empreendimento) só veio a agravar a situação e acelerar uma decisão de avaliação ambiental do território outrora já tomada, pois, segundo depoimento do entrevistado 02, integrante do Governo, “perdemos ou nunca tivemos as informações necessárias à gestão do território”.

O Governo, segundo o entrevistado 02, aponta que não havia, e ainda estão em construção, regras para um ordenamento espacial que possa nortear o empreendedor e, portanto, não se tem um Estado para tomada de decisão. A AAE, desse modo, veio impulsionada por possíveis acontecimentos econômicos, e se optou, como requer o instrumento, pela análise de três atividades presentes e com potencial de crescimento na região (cana, eucalipto e pecuária). Era necessário focar em atividades dentro dos programas do Governo, quais sejam: o BAHIABIO – Programa de Bioenergia da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI (implantação de 300.000 ha de cana-de-açúcar), 2.000.000 ha de pecuária e a ampliação da Veracel. Esse era o cenário e limitação do instrumento, “Podíamos ter incluído o turismo, reforma agrária? Poderá vir como recomendações do documento para outros estudos”, afirma o entrevistado 02 do Governo.

A declaração do entrevistado 02 do Governo reconhece que a economia é maior que o Estado, e esta impulsiona as ações de Governo, mesmo quando ele já possui elementos para estabelecer políticas públicas direcionadas a determinados contextos/situações. “Difícilmente seria implantada se não fosse o fato econômico”, referindo-se à AAE

O elemento econômico influenciando as decisões do Estado é também apontado pelo entrevistado 01 para o estabelecimento de medidas ambientais no território (a exemplo da criação de Unidades de Conservação e do programa Corredores Ecológicos), que recebem financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Sobre a pressão do mercado, o entrevistado 02 reflete que “o governo, como refém da globalização, aceitou passivamente [a presença do capital hegemônico no território], pois faz parte do capitalismo

mundial. Você não pode conter, mas pode mediar, como podemos direcionar para ganhos na comunidade”.

Uma das formas de atenuar as questões sociais seria, segundo o Governo, a contemplação do uso múltiplo da madeira (construção civil, transporte, embalagens, energia, construção naval, entre outros), pois poderia representar um ganho social, principalmente para os pequenos produtores (IMA, 2009, p. 17). Consiste numa forma, afirma o entrevistado 03, de se remunerar o território pelas condições naturais propícias à atividade silvicultural, trazendo benefícios sociais.

Os opositores da presença da silvicultura na região não se conformam com a indicação do Governo como sendo a região de vocação para um “Polo Florestal”, conforme descrito no AAE:

Nesse contexto, o Extremo Sul aparece como uma opção muito vantajosa para a produção de matéria-prima com foco no abastecimento de fábricas de papel fora de sua área de influência. Razão pela qual as empresas optam por um modelo que integra somente até a produção de celulose, deixando para outros locais do mundo a fase de maior agregação de valor, a produção do papel. E é assim que o padrão concentrador de terras adotado como referência para a expansão da base florestal no Extremo Sul foi, nada menos, que um ponto dessa estratégia (IMA, 2009, p. 16).

Outro elemento a ser considerado quando se aborda a questão da governança, governabilidade e territorialidade é o poder local. Para Teixeira (2001, p. 197) “com a redução do papel do Estado imposta pela política de privatização e descentralização, algumas atribuições são assumidas pelo poder local. Este não dispõe de recursos humanos e financeiros, o que agrava a situação de miséria e exclusão da população”. Gohn define poder local como força local organizada, em que “[,,] a comunidade não está mais de costas ou contra o Estado: ao contrário, ela é convocada a participar e a interagir com os poderes constituídos e parte de sua força advém desta interação. Portanto, o poder local se exerce no espaço de relação da sociedade civil com a sociedade política num determinado território [...]” (GOHN, 2005, p. 59). O território é visto como uma categoria articuladora de práticas políticas, suporte de práticas identitárias, está na base dos conflitos, mas também na construção de consensos (GOHN, 2005, p. 59).

Para essa autora, a atuação no plano micro possibilita a mudança e a transformação social. No local, observa Gohn (2005, p. 60-61), é que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo-se em poder, pois é neste *locus* que ocorrem as

experiências e se produz Capital Social, a partir da solidariedade como valor humano, gerando autoconfiança nos indivíduos, que encontram em suas localidades uma rede de solidariedade. O local, ressalta Gohn, promove coesão social e forças emancipatórias, onde se encontram as instituições que lidam com o cotidiano das pessoas. Contudo, o poder local tem de ser organizado, adensado, baseado na cultura e identidade locais, criando laços de pertencimento e identidade sociocultural e política, já que “forças sociais se constroem em processos, por meio de relações compartilhadas, pactuadas, interativas” (GOHN, 2005, p. 61).

Rabelo (2003, p. 14) salienta que o foco na ação local e em compartilhamento de recurso é a via política da democracia participativa para a construção da sustentabilidade. A esfera local, para essa autora, é o espaço das relações diretas de construção de identidades solidárias, “é onde pode ocorrer a metamorfose dos indivíduos isolados em cidadãos organizados [...]”.

O entrevistado 01 com vínculo governamental observa que o poder local atualmente é periférico, ocupado com agendas diárias. A real dimensão do problema não é apropriada por ele. O governo local (prefeitos) não tem prática de discutir com a comunidade e não tem interlocutores desenvolvidos para tal.

A Avaliação Ambiental Estratégica, em sua análise, considera a dimensão municipal, reconhecendo que, dos municípios do Extremo Sul, poucos apresentam condições de serviços e equipamentos públicos a contento para atender às demandas da população, em seus direitos e necessidades. Sobre a situação dos municípios, a AAE (IMA, 2009, p. 54) assim descreve:

A insuficiência de recursos nas prefeituras municipais é geradora de tensões políticas importantes que colocam os gestores municipais em delicada situação perante seus eleitores, partidos e instâncias públicas estaduais. Reduz, dessa forma, o poder e a liderança política dos prefeitos e vereadores, fator esse fundamental para as articulações que viabilizam o direcionamento de investimentos públicos nos respectivos municípios. Em última instância, acarreta um retrocesso e virtual sucumbência política do município e dos seus munícipes.

Encontra-se também estabelecida pelo poder público uma restrição a novos plantios de eucalipto, mas ele não oferece de forma efetiva opções econômicas para a sua população, e em muitos deles observa-se a atividade ilegal de carvoejamento para abastecimento das siderúrgicas de Minas Gerais e Espírito Santo, utilizando florestas nativas ou madeira roubada dos empreendimentos de silvicultura, trabalho infantil e escravo, ligação direta com a problemática das drogas e violência (OLIVEIRA, 2010, p. 3 e 7-8).

“Há uma deficiência estrutural de governabilidade. Antes das empresas era pior ainda... O Estado do Espírito Santo provinha dentro da Bahia, pela proximidade física, mas também e, principalmente, pelo apoio dado às prefeituras da Bahia, levando a quase uma confusão de governança pública”, analisa o entrevistado 01 do Governo. Contudo, as empresas já aprenderam que não podem suprir as demandas sociais de responsabilidade do Estado, observa ele.

Em 1988, a Bahia se mobilizou na campanha “A Bahia não se divide”, destinada a impedir que a nova Constituição Federal criasse o Estado de Santa Cruz, como parte do território da Bahia, um movimento para separar o Sul e Extremo do Sul do restante do Estado (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, 2010). Na época, a economia do cacau estava pujante e políticos da região julgaram ser possível e desejável que o território fosse emancipado como um novo Estado. Com o declínio da atividade cacauzeira, a região perde o seu valor econômico. O Extremo Sul passa a vivenciar a implantação, com mais ênfase, da silvicultura, objetivando não só abastecer a Aracruz no Espírito Santo, mas servir de matéria-prima para as novas unidades industriais da Bahia Sul Celulose (hoje Suzano Papel e Celulose) e a Veracruz Florestal (atualmente Veracel).

O desejo da separação do território contribui para a análise com relação ao isolamento, não só físico, mas de pertencimento da região ao restante do Estado, inclusive quanto às ações governamentais.

Segundo opinião do entrevistado 01 do Governo, a implantação da silvicultura, a partir de incentivos fiscais, ainda durante o regime militar, foi realizada de forma inconsequente. Para o entrevistado 03 do Governo, esse descaso com os impactos da atividade na região é intensificado na década de 1990, sendo “um bom exemplo do que se deseja como modelo de Estado Mínimo”, fazendo alusão à política neoliberal que estava sendo introduzida na ocasião no País e à presença desgovernada do setor privado, numa implantação “traumática” do polo de celulose no território, revelando a falta de gerência governamental.

Para o Governo, a AAE é um movimento de reapropriação ou apropriação do Estado na governança do território, que se iniciou com o “Diagnóstico da Silvicultura” e se junta a outras ações, como a criação do “ICMS ecológico¹⁸”; a Gestão Ambiental Compartilhada –

¹⁸ “[...] o nome “ICMS Ecológico” advém da possibilidade de estipular critérios ambientais para uma parcela desses ¼ dos 25% a que fazem jus os municípios, conforme previsto na Constituição Federal. [...] O ICMS Ecológico pode servir como um instrumento de estímulo à conservação da biodiversidade, quando ele compensa o município pelas Áreas Protegidas já existentes e também quando incentiva a criação de novas

GAC, em que este território teve prioridade; e o ZEE, cujo estudo da região terá preferência. Essas iniciativas do Estado, segundo o entrevistado 03 do Governo, configuram-se num programa de Governo, visando transformar o território, para além de um Polo de Celulose, ampliando a concepção da silvicultura para o multiuso e tornando a região um “Polo Florestal”.

O Estado não tinha uma cultura de planejamento, porquanto a tarefa da AAE ainda é mais difícil, pois se trata de institucionalizar essa cultura. “Há falta de capacidade de planejar, pois se perdeu na história...” constata o entrevistado 02 do Governo.

A Avaliação Ambiental Estratégica é a possibilidade de trabalhar o espaço geográfico, em sua dinâmica socioeconômica e ambiental, sem a premência e, portanto, pressão da sociedade e do setor empresarial, quando se tem que licenciar empreendimentos; além disso, a AAE vem inaugurar a prática da transversalidade dentro do próprio governo, afirma o entrevistado 03 do Governo.

Sobre a efetividade desta ferramenta a partir da intersecretorialidade, os entrevistados reconhecem a resistência de alguns agentes políticos em resolver questões, ressaltando a diversidade de posições políticas no Governo Jaques Wagner, que exige maior debate entre as Secretarias. O objetivo, portanto, segundo o entrevistado 02 do Governo, é também experimentar o instrumento como força para convencimento de outras instâncias do governo da efetividade dele, bem como um horizonte que vislumbre algo na frente, como subsidiar a ampliação da silvicultura para outros espaços do território que hoje, por razões econômicas, não se fazem interessantes¹⁹.

AAE (IMA, 2009, p. 68) faz alusão a um anúncio do Ministério da Integração Nacional, que coloca o território do Extremo Sul como “estagnado”, em referência à Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Esse documento expressa que as condições para o desenvolvimento do Extremo Sul do Estado “estão comprometidas pelos processos que ocorreram do passado e que ocorrem no presente”.

A Avaliação Ambiental Estratégica (IMA, 2009, p. 67) indica que:

Áreas Protegidas, já que considera o percentual que os municípios possuem de áreas de conservação em seus territórios. [...] Abarca, além das Áreas Protegidas, outros fatores, como a gestão de resíduos sólidos, o tratamento de esgoto e outros determinados de acordo com cada lei estadual” (ICMS ECOLÓGICO, 2010).

¹⁹ A possibilidade da implantação da monocultura da cana-de-açúcar no território não está mais em evidência, devido ao esfriamento dos programas de biocombustíveis dos Governos Federal e Estadual, após a descoberta das reservas brasileiras de petróleo na camada Pré-sal (CARVALHO, 2010).

Portanto, cabe ao Estado intervir no sentido de formar uma agenda de desenvolvimento do território a partir das expressões legítimas da sociedade e do mercado, dos poderes locais e dos propósitos políticos mais amplos, de tal maneira a conformar um conjunto de projetos que interatuem com as condições gerais e específicas de cada setor, dando uma unidade e sinergia aos investimentos e aos necessários complementos quanto aos bens públicos fundamentais.

A área ambiental vai sinalizar ao Governo para pensar estrategicamente, como também a sociedade irá se beneficiar do instrumento, saindo da monotemática do licenciamento para dar qualidade ao processo de gestão ambiental, acredita o entrevistado 02 do Governo. Segundo ele, “a nossa cultura ainda é de avaliação de projeto. É uma grande oportunidade de evoluir o pensamento do que seja o estratégico, avaliar o impacto das políticas e utilizar melhor essa metodologia. Ser mais abstrato, prospectivo. Em termos de Estado, é pensar onde estávamos e onde queremos chegar”, conclui.

A instância estatal que poderia auxiliar o governo na área ambiental quanto a uma aproximação com as comunidades, além dos seus órgãos e a Ouvidoria, seria o CEPRAM, por ser um colegiado onde há representatividade da sociedade civil. Contudo, nota-se que ele tem dificuldade de estar nesse lugar de mediador das relações entre o Estado e a sociedade civil.

4.4.1 O Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia

Os licenciamentos ambientais, seus processos, ritos e aprovação têm ocupado a maior parte da pauta de reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM. A crítica à sobrecarga de processos de licenciamento a serem aprovados pelo Conselho parece ser unânime. O CEPRAM está bem distante de ocupar a sua agenda com assuntos estratégicos, relacionado às Políticas Públicas, em cumprimento ao papel previsto no Decreto 11.235, de 10 de outubro de 2008, art. 338:

- I - acompanhar e avaliar a execução da Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade e estabelecer diretrizes complementares, normas e medidas necessárias para a sua atualização e implementação;
- II - pronunciar-se sobre o Zoneamento Territorial Ambiental do Estado, o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o enquadramento dos cursos d'água, o Plano Estadual de Meio Ambiente, acompanhando e avaliando a execução de tais instrumentos;
- III - manifestar-se sobre os planos, programas, políticas e projetos dos órgãos e entidades estaduais que possam interferir na preservação, conservação e melhoria do meio ambiente;
- IV - estabelecer diretrizes, normas, critérios e padrões relativos ao uso, controle e manutenção da qualidade do meio ambiente;
- V - estabelecer normas e diretrizes para o licenciamento ambiental;

[...]

VII - estabelecer normas relativas aos espaços territoriais especialmente protegidos instituídos pelo Estado, bem como aprovar os Planos de Manejo de Unidades de Conservação, ouvidos os respectivos conselhos gestores;

[...] (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2008, p. 82)

O CEPRAM, opinião uníssona dos entrevistados, deve se afastar da rotina do licenciamento, usando a prerrogativa de avocar um processo quando se fizer necessário. Ao se perguntar o porquê do surgimento de um espaço dialógico, como o Fórum Florestal, se existe o CEPRAM como Conselho de Cogestão, com participação social, o entrevistado 01 do Governo assim resume: “O CEPRAM deveria ser um órgão de gestão do Meio Ambiente do Estado, mas trabalha para a governabilidade e não para a governança”.

Infere-se, ao acompanhar as resoluções do CEPRAM no Diário Oficial do Estado da Bahia – D. O. E., que o instrumento de *ad referendum*²⁰ do Conselho, que tem concedido licenças a empreendimentos sem serem apreciadas pelo CEPRAM num primeiro momento, a exemplo da concessão da localização do Parque Eólico Cristal (CEPRAM, 2010), somados aos processos de Ação Civil Pública²¹ contra as Resoluções deste Conselho (MENDES, 2009; POMPEU, s/d; GUERRA, 2010; AGÊNCIA ENVOLVERDE, 2007), além de frequentes recomendações do Ministério Público Estadual, a exemplo da suspensão do processo de análise da Licença de Localização da Bahia Mineração - BAMIN (NUNES, 2010; SIQUEIRA, 2010), tem desqualificado a função do Conselho, prejudicando a sua consolidação como instância de deliberação e de Cogestão.

A página do CEPRAM na internet está desatualizada e não há mecanismos de contato entre a população e os seus Conselheiros, distanciando ainda mais o Conselho das demandas e do controle social da Sociedade Civil (SEMA, 2010).

²⁰ “XII. - decidir, *ad referendum* do colegiado, os casos de urgência ou inadiáveis, bem como conceder, com base em parecer da Secretaria Executiva, prorrogação de prazos impostos pelo CEPRAM, submetendo sua decisão à apreciação do plenário na reunião seguinte” (CEPRAM, 2002).

²¹ A ação civil pública contra a Resolução do CEPRAM sobre a Área de Proteção Visual do Litoral Norte do Estado, movida pelos Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, em outubro de 2006, resultou na anulação e conseqüentemente no licenciamento do empreendimento Paradiso Laguna, que se instalaria no local (POMPEU, s/d).

Outra Ação Civil Pública influenciou na anulação dos processos de licenciamento da PCH PAU FERRO (Resolução CEPRAM nº 3.870, de 25/07/2008), em Eunápolis, e da PCH CANTA GALO (Resolução CEPRAM nº 3.949, de 20/05/2009), pelo próprio CEPRAM (GUERRA, 2010).

A Licença da COOPEX, uma Cooperativa de Carcinicultura, foi suspensa pela Justiça Federal logo após ser concedida a licença de localização pelo CEPRAM (ENVOLVERDE, 2007).

Observa-se que em vez de ser um espaço profícuo, por ser plural e público, para a legitimidade da democracia, perde-se ao ter uma gestão centralizada pelo Estado, que secretaria o Conselho, define a pauta, distribui os processos e por vezes, e não tem sido exceção, delibera por ele.

As notícias do Conselho divulgadas na imprensa resumem-se a comentários sobre os processos de licenciamento, com frequência criticando a posição deste: “Estado da Bahia desrespeita a população e concede licença à Bahia Mineração Ltda” (PORTAL ECODEBATE, 2010); “Ibama recebe recomendação do MP para embargar Pituauçu de novo” (ROCHA, 2009).

Ao analisar a ausência do Estado no território do Sul e Extremo Sul do Estado da Bahia, constatamos que as causas dos problemas sociais e econômicos na região são conhecidas, mas as medidas tomadas ainda não foram suficientes. As discussões sobre diversos temas existem, mas não se aprofunda o espaço político para a construção de soluções, prevalecendo os interesses setoriais, as necessidades individuais, segmentando os problemas, transformando-os em agendas limitadas e insuficientes, aponta a AAE (IMA, 2009, p. 68).

A Secretaria de Planejamento do Governo na Bahia - SEPLAN, em documento referente ao Plano Plurianual - PPA 2008/2011, fala em ampliação da representação social nos Fóruns de Desenvolvimento Territorial, criação dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial e elaboração dos Planos de Desenvolvimento Territorial. O referido documento cita também a intenção do Governo de implantar a “Casa de Governo” – espaço para interação de todas as representações locais e regionais, com o objetivo de articular Políticas Públicas, programa e ação local, buscando sinergias (SEPLAN, 2008, p. 60).

O Estado prevê que

quanto à questão do envolvimento social na governança da área de estudo, deverão ser lembradas as diversas representações dos atores de atuação regional, a exemplo das comunidades indígenas, demais comunidades tradicionais, movimentos sociais, igreja, Poder Público dos municípios que integram essa região, os empreendedores da área de turismo, dos agronegócios, em especial os da silvicultura (IMA, 2009, p. 74)

Em nenhum documento do Governo do Estado da Bahia, consultado para fundamentar o posicionamento deste em relação à governança e às relações com a sociedade e o mercado

(Avaliação Ambiental Estratégica e Diagnóstico da Silvicultura), bem como nas discussões do CEPRAM, faz-se menção à existência do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia.

4.5 APRESENTANDO O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

O Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia é um espaço dialógico entre a sociedade civil e as empresas de base florestal que atuam nesse território.

Vejamos um resumo do histórico dos acontecimentos apresentados por membro do Fórum Florestal:

Em outubro de 2004 a gerência corporativa de meio ambiente da Aracruz Celulose demonstrou interesse em estabelecer com as organizações da Bahia, especialmente aquelas que atuam na região do Extremo Sul da Bahia (ao sul do rio Jequitinhonha), um canal de comunicação, à semelhança do que a empresa tinha, e mantém até hoje, com os ambientalistas do estado do Espírito Santo.

[...] a intenção da empresa era propor a abertura de um canal de comunicação com alguma instituição que representasse o coletivo dos ambientalistas do sul da Bahia.

Em novembro daquele mesmo ano, aproveitando um encontro entre parceiros promovido pela Conservação Internacional / Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos, o IBio conversou com algumas organizações da região sobre a idéia deste canal de comunicação, entre elas a Associação Flora Brasil e o CEPEDES, ambos filiados à Rede Mata Atlântica. Embora tenham manifestado desconfiança quanto às reais intenções da empresa com esta iniciativa, a recomendação de ambas foi que a empresa entrasse em contato com o Fórum Socioambiental do Extremo Sul da Bahia, coletivo que integra diversas organizações ambientalistas e movimentos sociais da região. Este fórum, ainda segundo as organizações consultadas, seria coordenado pelo CEPEDES, pela Flora Brasil e pelo Terra Viva, para os quais os representantes da empresa deveriam se dirigir.

Entre dezembro de 2004 e março de 2005, o representante da Aracruz Celulose enviou pelo menos três mensagens a estas organizações, em nome do Fórum Socioambiental do Extremo Sul, propondo o agendamento de uma reunião para abertura de um canal de comunicação direto entre ambientalistas e empresa. Estas mensagens foram copiadas ao Instituto BioAtlântica, por conta de ter sido o intermediário deste contato.

Como até abril de 2005 a empresa não havia recebido resposta, positiva ou negativa, por parte do Fórum Socioambiental, optaram por tentar outra forma de contato com as organizações ambientalistas da região. A partir de um diagnóstico do terceiro setor atuante no Corredor Central da Mata Atlântica, realizado pelo IESB em 2003, e consultando ainda a lista de afiliados da Rede Mata Atlântica, disponível na internet, além de outros contatos que possuía, a empresa montou uma lista de contatos com as 15 organizações ambientalistas com atuação no Extremo Sul da Bahia que conseguira identificar (MESQUITA, 2006).

Teve seu início, portanto, em julho de 2005, quando, atendendo a sugestão da Aracruz (atual Fibria), cinco entidades ambientalistas se reuniram com esta empresa, em Itamaraju-BA, para avaliar a possibilidade do diálogo – solução proposta pela Aracruz diante do nível de tensão social e de questionamentos das ONGs sobre a atividade de silvicultura das

empresas e seus impactos socioeconômicos e ambientais. Assim, a Aracruz descreveu a sua motivação para o diálogo:

O objetivo maior desta iniciativa é estabelecer um canal formal e permanente de comunicação entre a empresa e as ONGs locais. Esse canal deverá servir para as partes exporem seus pontos de vista e debater temas com vistas a busca conjunta de soluções. As ONGs são encorajadas a levar seus comentários, críticas, sugestões e observações a respeito da atuação da empresa, bem como aproveitar esse canal para redimir dúvidas sobre as operações e outros assuntos relacionados a empresa (FÓRUM FLORESTAL, 2005a).

A ampliação do diálogo para com o setor que atua na região foi solicitada pelas ONGs e a Aracruz se comprometeu a intermediar esse pleito junto às outras empresas. Também foi recomendado que as ONGs presentes indicassem nomes de outras instituições ambientalistas para compor o diálogo. No início dessa reunião, representantes do Fórum Socioeconômico do Extremo Sul da Bahia²² entregaram aos presentes um manifesto (ver anexo 01), explicando as razões para a recusa do convite, opondo-se ao diálogo com a Aracruz. Esse documento foi também disponibilizado no saguão do hotel do encontro e afixado nos para-brisas dos carros estacionados próximo ao local da reunião (FÓRUM FLORESTAL, 2005 a,b).

Por recear que mudanças na gestão da empresa pudessem causar modificação ou interrupção no diálogo, solicitou-se a formalização deste, por meio de uma carta de intenções da Aracruz (ver anexo 02). Também foi comentada a dificuldade logística de algumas ONGs para comparecer ao encontro.

Foi sugerida que a reunião seguinte ocorresse no mês de agosto, antecipando a audiência pública sobre eucaliptocultura, a ser realizada pelo IBAMA em Porto Seguro²³. A segunda reunião teve a presença ainda das mesmas ONGs e aconteceu tão-somente com a Aracruz, mas já se delineava um escopo de assuntos possíveis de serem tratados, ratificando interesses manifestados na primeira reunião. A decisão das ONGs de dialogar com a Aracruz foi confirmada, mas a partir de um desdobramento do diálogo setorial. Nesta mesma reunião,

²² Fórum composto por algumas instituições da sociedade civil do Extremo Sul da Bahia, a exemplo do CEPEDDES, MST, CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Teixeira de Freitas, Espaço Cultural da Paz – Teixeira de Freitas, SEC – Sindicato dos Empregados no Comércio de Alcobaça, STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medeiros Neto, SINDEC – Sindicato dos Empregados no Comércio de Teixeira de Freitas.

²³ Os debates públicos sobre a atividade não são incomuns na região, proporcionados pelo próprio processo de licenciamento das empresas, que prevê audiências públicas e outras demandas de caráter social, que fazem com que órgãos, a exemplo do Ibama, IMA e Ministério Público, promovam esse tipo de ação.

uma ação já foi deliberada em relação à visita à área de proprietária rural, fomentada pela Aracruz, devido à denúncia de danos ambientais (ver apêndice 06).

Na terceira reunião, em dezembro daquele mesmo ano, o Fórum Florestal passou a integrar todas as empresas de papel e celulose da região (Aracruz, Veracel e Suzano), além da CAF Santa Bárbara; tornaram, assim, a ser representadas tanto individualmente quanto pela Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantadas - ABAF. O número de ONGs também aumentou para nove participantes.

A discussão acerca do apoio financeiro foi levantada, decidindo-se pelo reembolso das despesas (transporte, refeições e hospedagem) feitas pela ABAF aos integrantes da sociedade civil participantes do Fórum Florestal. A partir desta reunião, já se estabeleceram ações com vistas a efetivas deliberações (ver apêndice 06).

Na quarta reunião, em março de 2006, percebe-se que o número de participantes cresceu, devido à adesão de mais ONGs ao diálogo (ver figura 03, p. 189). Esse fato é valorizado pelo grupo, a ponto de serem registradas nas atas essas presenças em destaque (ressaltando que nesse momento eram os representantes das empresas quem redigiam as atas).

A necessidade de transparência nos assuntos do diálogo foi discutida, bem como as prioridades (as questões que possuem dúvidas e incertezas para as ONGs), no intuito de facilitar o entendimento, gerar esclarecimentos e apontar sinergias (FÓRUM FLORESTAL, 2006a).

Outra questão acordada foi a necessidade de consubstanciar as denúncias com fatos concretos, para que as empresas pudessem realizar as devidas averiguações e tomar as providências cabíveis (FÓRUM FLORESTAL, 2005d).

Ao entrevistar os membros do Fórum Florestal e ouvir comentários nas reuniões de observação desta dissertação, foi confirmado o clima tenso dos primeiros encontros, em que havia desconfiança e animosidade. Às vezes, faltava-se com o respeito nas falas direcionadas aos representantes das empresas. Essa situação mudou ao longo do diálogo, mostrando que é possível uma conversa franca, sem ser agressiva, e a crença de que o objetivo é a melhoria do bem comum. Constatou-se esse ambiente nas reuniões do Fórum Florestal acompanhadas em 2009 e março/2010, que ocorreram de forma tranquila e, na maioria das vezes, descontraída, sem que isso tenha impedido palavras duras, objetivas e incisivas acerca dos assuntos tratados, seja por parte da sociedade civil ou das empresas, e entre a sociedade civil. Excessos

foram ponderados pela própria plenária, lembrando da importância do clima respeitoso como premissa para um bom diálogo.

O Fórum Florestal recebeu em suas reuniões, convidados, empresas e organizações da sociedade civil (ver tabela de participação nas reuniões do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia - apêndice 05). Como o Fórum Florestal é aberto, encontram-se ainda nas atas assinaturas de cidadãos comuns, que não representam entidades formalmente constituídas.

Não há estrutura formal no Fórum Florestal. As tarefas administrativas e de organização são realizadas, atualmente, por um Secretário Executivo, contratado a partir de 2008, para apoiar as ações internas, antes realizadas pelos próprios integrantes. O ocupante do cargo de Secretário Executivo é escolhido por uma comissão de seleção, cujos membros são organizações do próprio Fórum Florestal, a partir de uma convocação aberta à sociedade, com base em um perfil definido em plenária, e este percebe salário para a realização da tarefa.

A manutenção financeira do Fórum Florestal (pagamento do Secretário Executivo, local de reuniões, passagens, hospedagens, refeições, material administrativo e eventos – cursos e palestras) foi assumida pela Veracel, Fibria e Suzano (através da ABAF), que subsidiou os encontros, primeiramente de forma direta; entretanto, a partir de 2007, passou-se a alocar os recursos no Instituto BioAtlântica (IBIO)²⁴, que fez a administração das despesas, como hospedeiro do Fórum. O orçamento de custeio do Fórum Florestal e a prestação de contas foram aprovados em plenária do Fórum Florestal.

As reuniões ocorreram, ordinariamente, a cada dois meses (não se está computando os encontros dos Grupos de Trabalho - GTs), num total de 28 reuniões realizadas até o fechamento da pesquisa (março/2010). Nenhum integrante recebe valores para participar do Fórum Florestal, visando permitir uma igualdade na participação, já que a presença de todos é custeada pela administração do Fórum Florestal, exceto os representantes das organizações, que têm sua participação arcada pelas próprias empresas.

Os Governos (municipal, estadual e federal) não participam do Fórum Florestal, mas são convidados quando da necessidade de discutir determinados temas. Assim também se procede para funcionários públicos de qualquer instituição, pelo fato de eles serem obrigados ao dever público, antes mesmo da posição cidadã. Essa decisão está expressa na Carta de Princípios do Fórum Florestal (anexo 03) e foi deliberada na reunião de 14 de março de 2009,

²⁴ A partir de março 2010, o MDPS – Movimento de Defesa de Porto Seguro assumiu a hospedagem do Fórum, após processo seletivo composto por organização do Fórum (FÓRUM FLORESTAL, 2010).

consolidada em dezembro/2009, motivada pela presença do Ministério Público em reunião anterior, fato este que será descrito e analisado no Capítulo IV.

O Fórum Florestal aconteceu em diversas cidades, predominando Porto Seguro (ver tabela 03, p. 184). A permuta de local é uma tentativa de possibilitar que as diversas organizações sociais distribuídas no território possam participar do diálogo.

A partir de 2008, o Fórum Florestal passou a fazer parte dos Fóruns regionais do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica²⁵ (FÓRUM FLORESTAL, 2008f).

O Diálogo Florestal, como é chamado, é outro Fórum, de âmbito nacional, onde empresas de base florestal dialogam com as ONGs ambientalistas sobre a conservação da Mata Atlântica. Instituído em outubro de 2005, três meses depois da criação do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, essa iniciativa foi concebida após o primeiro encontro do *Forest Dialogue* no Brasil, ocorrida em outubro de 2003, na cidade de Santa Cruz de Cabrália, no Extremo Sul da Bahia. Por sua vez, o *Forest Dialogue*, são fóruns a nível mundial, criados em 1997 pelo Banco Mundial, o *World Resources Institute* (WRI) e o Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, que reúnem setores interessados no manejo florestal sustentável e na recuperação de biomas ameaçados (DIÁLOGO FLORESTAL, 2008, p. 21 e 24).

Apesar do pertencimento ao Diálogo Florestal, o Fórum Florestal tem uma agenda peculiar de discussão, considerando-se as particularidades e demandas locais.

Em termos de comunicação, o Fórum Florestal possui dois grupos de mensagens. O primeiro (forumflorestalba@googlegroups.com) é aberto a qualquer pessoa ou instituição interessada em acompanhar o trabalho e discussões do Fórum Florestal, além dos participantes das plenárias; o segundo (plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com), criado em 2009, está restrito aos participantes da plenária do Fórum Florestal e é usado para discussões ainda não consensuadas. Decidiu-se que só se daria ampla publicidade ao que fosse deliberado pelo Fórum Florestal em plenária, e não às discussões, para evitar entendimentos parciais das questões apreciadas. Assim, o primeiro grupo deixou de ter acesso às discussões do Fórum Florestal.

A partir de outubro de 2009, informações do Fórum Florestal (atas, acordo, boletins) podem ser encontradas no site do Diálogo Florestal (www.dialogoflorestal.org.br), em local

²⁵ Até o fechamento desta pesquisa, em março/2010, eram sete: Sul e Extremo Sul da Bahia, Fluminense, Paraná e Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mineiro, Espírito Santo e São Paulo.

destinado às publicações dos Fóruns regionais, porém até o momento do encerramento desta pesquisa nem todas as atas e documentos estavam postados no referido espaço.

As pautas das reuniões foram definidas em plenária, sempre nas reuniões anteriores, e, quando necessário, os assuntos passavam a ser discutidos em Grupos de Trabalho (GTs), formados pelos componentes do Fórum Florestal e convidados. Alguns assuntos surgiram na pauta, quando solicitados no grupo de mensagem, mas por algumas vezes, inseridos pela Secretaria Executiva, sem registro formal de solicitação. Os GTs, por sua vez, têm por finalidade um aprofundamento dos assuntos e a proposição de equacionamento e encaminhamento de questões específicas; funcionou como apoio da plenária, onde as proposições encaminhadas foram ou não deliberadas. Alguns GTs foram instituídos ao longo do período desta pesquisa, a saber: “Reserva Legal”, “Ordenamento Territorial” (dividido em subtemas “Uso do Solo” e “Ecologia da Paisagem”), “Certificação de Produtos e Serviços Florestais”, “Fomento” e “Monitoramento de Impactos Sociais”. Os GTs são extintos assim que encerrem seus propósitos, ou que o GT, pelo dinamismo do próprio Fórum Florestal, resolva desfazê-lo ou modificá-lo. Ao final desta pesquisa estavam funcionando os GTs de “Certificação de Produtos e Serviços Florestais” e “Ordenamento Territorial”, que passou a se chamar “Planejamento da Paisagem”.

No Fórum Florestal não há assentos limitados, estando aberto à participação de quem esteja interessado, desde que represente uma ONG ou organização comunitária, além de empresas de base florestal, porém todos os presentes são acolhidos.

As reuniões ocorrem sem ser necessário um quórum mínimo, mas solicita-se que os representantes das empresas estejam presentes para que o diálogo possa ser encaminhado às instâncias de deliberação, com o objetivo de produzir resultados concretos.

No Fórum Florestal não há critério de exclusão para a participação e todos estão incluídos, desde que aceitem os seus Princípios (anexo 03).

Não há preocupação com a paridade, já que as resoluções são tomadas por consenso; não há votação e cada membro tem o poder do veto.

Quanto aos assuntos em discussão, todos são apreciados em plenária e avaliados quanto à sua pertinência, em consonância com os propósitos do Fórum. Os presentes na reunião têm direito a voz, porém o veto tem de ser exercido por alguém que represente uma empresa ou organização, ainda que se considere a opinião particular de cada um. As

discussões muitas vezes chegam a uma deliberação ou encaminhamento na direção de acordos.

Essa dinâmica e o funcionamento é que serão objeto de apreciação do capítulo seguinte desta dissertação, juntamente com o objetivo de avaliar diversos outros aspectos que compuseram a análise sobre a efetividade do Fórum Florestal.

5 CAPÍTULO IV – AVALIANDO O FUNCIONAMENTO E A DINÂMICA DO FÓRUM FLORESTAL

Ao avaliar o funcionamento e a dinâmica do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, um encontro dialógico para resolução de conflitos do território, foram eleitas algumas categorias de análise, divididas por temas, a saber: 1) o uso da palavra; 2) a qualidade da participação; 3) o exercício deliberativo. Assim, pretende-se ter uma posição acerca da efetividade do Fórum Florestal enquanto espaço público democrático.

5.1 O USO DA PALAVRA

A começar pelos princípios da democracia, podemos analisar os seguintes aspectos: uso da palavra, discussão, argumentação, polêmica, persuasão, publicidade, prestação de contas, igualdade, ideia de coletividade e exercício do poder no diálogo entre desiguais.

A palavra é o instrumento, por essência, do Fórum Florestal, e não foi verificado outro meio de relacionamento entre as partes que compõem esse espaço, senão por essa forma: seja escrita (através do grupo de mensagens), seja falada (nas reuniões presenciais). Contudo, é na plenária que a palavra toma poder de discussão, argumentação, polêmica, persuasão e, por fim, deliberação. A fala, franqueada a todos os presentes, nos encontros que foram objetos desta dissertação, nunca foi cerceada; era, sim, ponderada quanto ao tempo (pelo Secretário Executivo, que fazia o papel de mediador da discussão) e a maneira de se dirigir ao outro – quando ocorria uma discussão ou afirmação mais agressiva, o princípio da civilidade era aconselhado por alguém do grupo. A forma de tratamento é lembrada por Penzza, quando intervém em um debate no grupo de e-mails:

Pessoal, vou entrar nesse momento para pedir a todos os envolvidos nesse belíssimo desenho democrático e participativo do FF para ficarmos atento. Estamos vivendo em tempos de ebulição e para tanto se faz de extrema urgência que não percamos o foco do propósito e que tenhamos a capacidade de superar as divergências com sabedoria, lucidez e discernimento, que assim possamos continuar cada um de nós, contribuindo, seja lá de que forma for para a manutenção dos propósitos (PENZZA, 2009).

Os assuntos trazidos pelos membros, organizados pela pauta, durante as reuniões observadas, foram todos levados em consideração, mesmo que somente para decidirem se seria ou não pertinente aprofundar o debate, muitas vezes por falta dos dados, como no caso

do Projeto de Lei sobre carvão em Eunápolis (FÓRUM FLORESTAL, 2009e); ou, como também ocorreu, por falta de amadurecimento da questão, a exemplo do código de ética (FÓRUM FLORESTAL, 2009f,g; FÓRUM FLORESTAL, 2010); ou, ainda, do não cumprimento das tarefas entre as partes envolvidas, como no caso do carvão ilegal (FÓRUM FLORESTAL, 2009e,g); ou por não conclusão dos assuntos nos GTs, exemplificado pelo afastamento das escolas rurais (FÓRUM FLORESTAL, 2009f).

As discussões acerca dos temas levantados nem sempre geravam discordância na plenária, mas continuamente seus integrantes solicitavam a palavra para expressarem seus conhecimentos e sentimentos acerca do assunto, como forma de precisar melhor a deliberação. Quando o objeto em discussão era percebido pelos presentes de forma divergente, o debate, acompanhado pelo esforço argumentativo, era mais acirrado, e o uso da retórica como instrumento de convencimento foi, por muitas vezes, presenciado. Somente após o pronunciamento de todos os interessados em se expressar, obedecendo à lista de inscrição para a fala, que não tinha limites quanto à quantidade de vezes, e percebendo que o assunto já estava sendo tratado de forma redundante, é que o Secretário Executivo chamava a plenária para o fechamento da matéria, que podia resultar num encaminhamento, deliberação ou num acordo.

A habilidade para a persuasão, que requer, certamente, uma boa retórica e poder de argumentação, fez-se presente quando se verificou que, ao final dos debates, pôde-se chegar a um consenso sobre determinados assuntos e que essa concordância foi construída ao longo das trocas de ideias, informações e expressões, a partir também do elemento persuasivo de um componente ou de um grupo de pessoas que pensavam de forma semelhante. Contudo, por muitas vezes, não predominava, ao ser consensuado um assunto, a ideia de ninguém, e sim uma solução advinda do próprio embate argumentativo da plenária, numa construção coletiva.

Outra característica do uso da palavra pelo grupo foi a força atribuída a ela, pela coerência e manutenção de um pensamento enquanto está sendo defendido. Nota-se que as pessoas que se expressavam de forma dúbia quanto as suas posições e ideias, ou que não sustentavam o seu pensamento, não por força de ceder a um argumento diferente, mas por se contradizer em suas opiniões, perdiam a eficácia da argumentação perante os outros quando expressavam suas ideias. Em se tratando de um fórum dialógico deliberativo, a credibilidade da palavra precisa ser valorizada, pois essa é a forma de garantia da continuidade do diálogo, e, ainda mais, pelo fato de os acordos entre a sociedade civil e as empresas se darem

unicamente pela força e manutenção de uma palavra. Sob a possível fragilidade da palavra, o entrevistado 07 da sociedade civil pergunta: “Quem garante com as empresas? O que podemos fazer é que o Fórum Florestal funcione...”

A publicidade, no sentido de tratar do que é público, foi garantida quando os assuntos abordados foram de interesse coletivo, bem como pelo caráter aberto do Fórum Florestal, permitindo a presença de qualquer cidadão.

A transparência das informações, cobrada desde as primeiras reuniões (FÓRUM FLORESTAL, 2006a,f; FÓRUM FLORESTAL, 2007b; FÓRUM FLORESTAL, 2008a), pelo que foi possível observar, chegou com o amadurecimento da relação e não por imposição de regras de convivência, como bem descreve Azevedo Jr.:

Relendo o resumo do FF, percebemos que o tratamento interno das empresas de celulose, que antes não podiam divulgar onde se encontravam os fomentos, tratado como ‘assunto estratégico’ mudou... q bom, infelizmente não mudaram os erros de ainda mantiverem como “assunto estratégico” possuírem áreas próprias com RLs ocupadas, APPs desmatadas e restaurações de áreas degradadas incompatíveis com propaganda anunciada (AZEVEDO JR., 2010a).

Nota-se também na fala de Azevedo Jr. um questionamento sobre a coerência entre o discurso e a prática das empresas, apontando para a honestidade das informações prestadas. No entanto, o que se observou nas reuniões é que há uma credibilidade quanto aos dados técnicos apresentados pelas empresas, um respeito pela *expertise* dos profissionais e uma confiança nas falas dos representantes. O que se interroga, infere-se, é a própria conduta conhecida das empresas quanto a determinados assuntos, a exemplo das ações sociais delas (FÓRUM FLORESTAL, 2009g). Até porque, diz o entrevistado 07 da sociedade civil: “Sem transparência, perde-se a naturalidade do ser...”, referindo-se à existência do Fórum Florestal. E mais, expõe o entrevistado: “Quem tem uma agenda oculta, não participe do Fórum Florestal...”.

Entretanto, percebeu-se nas reuniões de observação que essa relação de credibilidade é relativizada, quando da fala do Ormundo (2009): “Se a gente tivesse confiança, não existiria o Fórum...”

A proposição inversa, com relação às denúncias infundadas, também foi considerada (FÓRUM FLORESTAL, 2006d; FÓRUM FLORESTAL, 2008a;), sendo uma das preocupações do entrevistado 10 da sociedade civil.

No tocante à visibilidade dos assuntos tratados no Fórum Florestal, encontra-se uma grande falha de comunicação na divulgação não só da sua existência, objetivos, modelo de funcionamento, bem como na publicação das deliberações e acordos realizados. O Fórum Florestal não possui site, blog ou outro instrumento virtual próprio da web, utilizando-se da página do Diálogo Florestal (www.dialogoflorestal.org.br), a partir somente de junho/09 (FÓRUM FLORESTAL, 2009c; MENEZES, 2009d), para divulgar as suas ações (os outros Fóruns Regionais estão também presentes nesse espaço). Mesmo assim, até o fechamento desta pesquisa, as atas do segundo semestre de 2009 não haviam sido postadas, nem a Carta de Princípios, bem como somente um acordo havia sido publicizado.

Ao acessar a página da internet das OSCs que a possuem (Flora Brasil, Natureza Bela, IBIO, Floresta Viva, Instituto Cidade, TNC), verificamos que nenhuma organização tem um espaço dedicado as ações do Fórum, ou melhor, sequer citam o Fórum Florestal como ação delas. Nos sites das empresas, por sua vez, encontramos na Veracel apenas duas notícias sobre o acordo com os pescadores que aludem ao início das discussões no Fórum Florestal e à participação deste em uma reunião; a Suzano não faz nenhuma referência ao Fórum Florestal; e no site da Fibria (Aracruz) o assunto Fórum Florestal está somente nos Relatórios de Sustentabilidade.

Em pesquisa no site de busca Google, encontrou-se uma matéria de jornal local, anunciando uma reunião em Porto Seguro (ATLÂNTICA NEWS, 2007), assim como citações em material do Diálogo Florestal, notícias da Veracel e Programa Mosaico Florestal, além de dois trabalhos acadêmicos publicados pela autora desta dissertação.

Os dois grupos de mensagem que foram criados têm acesso limitado àqueles que foram incluídos pelo administrador do grupo (Secretário Executivo); o primeiro, montado em fevereiro/08 (FÓRUM FLORESTAL, 2008a), poderá ter qualquer pessoa, no caso do grupo aberto do Fórum, desde que solicite a entrada. O segundo, denominado grupo da plenária, é restrito apenas aos representantes das OSCs e empresas que participam das reuniões do Fórum Florestal, pois foi instituído para que as pessoas que não participam da plenária não interferissem decisões quando ainda se discute algum assunto (FÓRUM FLORESTAL, 2009d).

Dois boletins informativos foram elaborados no princípio do Fórum Florestal, mas nenhum outro material de divulgação. Em alguns momentos o assunto da importância da comunicação fez parte da pauta de deliberação, inclusive solicitando ajuda das áreas de comunicação das empresas ou tentando destinar verbas para um programa nesse sentido,

porém nenhuma das ações foi levada adiante: a primeira, pela demanda cotidiana das empresas; a segunda, por falta de verbas (FÓRUM FLORESTAL, 2006d, 2007c, 2008e, 2009a). Infere-se, ao observar as discussões, que, apesar de o tema ser importante para o Fórum Florestal, ele não foi colocado como prioridade. A questão da comunicação também está diretamente relacionada à imagem do próprio Fórum Florestal, pois em alguns momentos encontrou-se a preocupação em contrapor a crítica que faz a Rede Alerta e outros atores sociais sobre a proposição do diálogo com as empresas de celulose. O entrevistado 11 da sociedade civil se preocupa em responder a “quem está fora”.

Verificou-se ainda que a ideia dos membros do Fórum Florestal é a de contrapor as tais assertivas mostrando resultados de trabalho, conforme se posiciona Artaza (2009a):

Não concordo com a colocação de que a participação de entidades governamentais irá trazer credibilidade ao Fórum. Na minha opinião a credibilidade deste fórum se constrói de forma diretamente proporcional ao seu nível de resultados alcançados e não necessariamente pela presença ou ausência de representantes do setor governamental.

O entrevistado 07 da sociedade civil, quanto à existência de grupos que se opõem ao diálogo, afirma que isso é legítimo, mas que diria para eles: “Quanto mais vocês batem, mais ficam [as empresas] macias na mesa de diálogo...”, porém completa: “Bata nas empresas, não bata na gente, pois não estamos aqui para legitimar... não criticamos a sua forma... marcar posições se faz numa audiência pública...”. O entrevistado 06 da sociedade civil, que não participa do Fórum Florestal, diz respeitar a resistência ao diálogo, mas que “o hiato entre os que são contra e os que querem conversar é um problema... deviam conversar até para levar a mensagem de quem é contra...”. Menezes (2009c), ao se referir à decisão do Fórum de não ter entes públicos como membros, afirma:

A manutenção desta norma de exclusão pode ser (e vem sendo) mal-compreendida, como uma tentativa de esconder supostas irregularidades, o que não vem sendo, absolutamente, a prática deste fórum - ao contrário.

Vale lembrar, nesse sentido, outro princípio do Fórum que prevê que toda e qualquer questão ou denúncia trazida à plenária não pode ficar sem resposta por parte das organizações partícipes.

Conclui-se, portanto, que, como uma instância pública de deliberação, o Fórum Florestal faz pouco uso da prestação de contas perante a sociedade que se diz representar e defender os interesses dessa coletividade.

Há de se pontuar também que existem informações das empresas que obedecem a sigilo industrial e comercial e há assuntos de caráter estratégico, como menciona Azevedo Jr. (2010a), que não são tratados externamente. Outro ponto a ser ressaltado é que a transparência das intenções, seja por parte das empresas ou das organizações, depende do objetivo do diálogo, que nesse caso é respaldado pelo princípio da boa fé (ver anexo 03 - Carta de Princípios do Fórum Florestal), ou seja, alicerçada pela intenção da construção do diálogo, de deliberações e de acordos em prol do bem coletivo.

A idéia de bem coletivo se faz presente quando os assuntos tratados no Fórum Florestal dizem respeito ao interesse público. Tanto as discussões acerca da atividade da silvicultura quanto da preservação e conservação florestal envolvem diretamente a vida de toda uma comunidade que habita o território, somando-se ao fato de que muitas questões ambientais são de caráter difuso, interessando a toda a coletividade para além do território do Sul e Extremo Sul do Estado da Bahia. Deve-se lembrar que a área de abrangência da discussão do Fórum Florestal engloba a Mata Atlântica, bioma brasileiro protegido por Lei (Lei 11.428 de 22/12/06) e de interesse internacional devido a sua biodiversidade (registra-se nesse território a presença do subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, iniciativa ligada à UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, organismo ligado à ONU).

Por último, dentro das características da democracia herdada dos gregos atenienses, citado por Vernant (2009), analisar-se-á a necessidade imperativa de se estabelecer uma igualdade entre os cidadãos que participam desse espaço público. Infere-se, ao analisar a abertura para a participação do Fórum Florestal a todos (cidadão ouvinte ou qualquer representante de organização, enquanto membro), a concessão da palavra aos participantes e o reembolso ou adiantamento das despesas para o custeio da logística pela presença nas reuniões plenárias e dos GTs do próprio Fórum Florestal, ou de atividades externas de interesse do Fórum Florestal, que há um esforço para garantir a isonomia na participação. Contudo, mesmo considerando todos como semelhantes, a questão da igualdade da participação vai além da equalização momentânea de questões relacionadas com a diferença socioeconômica dos participantes. Esse assunto será tratado nesta dissertação quando da análise de aspectos importantes da democracia deliberacionista, para este desenho institucional.

5.2 A QUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO

Avritzer (2007, p. 15-44), em seu estudo sobre a participação social no Nordeste, institui categorias de análise para averiguar a qualidade da participação das organizações em fóruns estatais, e estas são tomadas como modelo nesta dissertação para avaliar aspectos da democracia participativa presentes no Fórum Florestal.

A primeira delas refere-se à regularidade das reuniões. O Fórum Florestal reuniu-se, durante esses quatro anos e meio de existência, bimensalmente, ressaltando acordos de datas que não fugiam por muitos dias a essa periodicidade. Os encontros ocorreram em diversos municípios do território, na intenção da democratização do acesso às instituições locais, devido à sua extensão (FÓRUM FLORESTAL, 2007b; 2009a). A tabela a seguir demonstra a distribuição dessas reuniões pelo território, observando-se a predominância da cidade de Porto Seguro, pela centralidade desta e pela facilidade de acesso viário, aéreo e terrestre por parte de quem habita tanto o Extremo Sul do Estado quanto a região cacauceira (sul do Estado) ou outras localidades.

TABELA 3 - Quantidade de reuniões do Fórum Florestal, distribuídas por município do Extremo Sul do Estado

MUNICÍPIO	NÚMERO DE REUNIÕES
ITAMARAJU	3
EUNÁPOLIS	2
PORTO SEGURO	19
PRADO	1
TEIXEIRA DE FREITAS	2
MUCURI	1
TOTAL	28

Fonte: Fórum Florestal, 2005; 2006; 2007; 2008; 2009 e março de 2010, adaptada pela autora.

Nota-se que a região Sul da Bahia, considerada no escopo das discussões do Fórum Florestal, não é contemplada na alocação das reuniões, pois, além da pouca presença da atividade de silvicultura das empresas na região, registrando alguns plantios da Veracel e o intento desta em ampliar suas áreas produtivas para essa direção, há também o trabalho iniciado do Diálogo do Cacau, que já aporta ações participativas e de diálogo com as

empresas privadas e o governo, relativas à atividade cacaueteira e à preservação da Mata Atlântica (REIS, 2009). Na reunião de agosto/09, houve uma solicitação, por parte de um membro do Fórum Florestal ligado a uma ONG situada no Sul do Estado, para o Fórum Florestal realizar reunião também em Ilhéus, porém a plenária, ao considerar o pleito, refletiu acerca da duplicidade de papéis, Fórum Florestal x Diálogo do Cacau, postergando a avaliação da sugestão para 2010 (FÓRUM FLORESTAL, 2009e). Na primeira reunião de 2010, o Fórum Florestal decidiu ampliar o escopo das cidades que sediarão as reuniões plenárias, não mais privilegiando Porto Seguro, mas também não foram incluídas as cidades da região Sul, pelos motivos explanados, sendo as próximas reuniões de 2010 em Itamaraju, Porto Seguro, Caravelas, Itamaraju, Nova Viçosa e Porto Seguro (FÓRUM FLORESTAL, 2010).

Apesar do esforço na distribuição territorial das reuniões, a presença do Fórum Florestal nos municípios não tem contribuído para ampliar o leque de OSCs participantes desse espaço dialógico. Ocorre até de instituições se fazerem presentes, mas somente naquela reunião de sua atuação, não se incorporando às discussões via web, nem em outras reuniões plenárias (vide apêndice 05 – lista de presença). O fato da não ampliação do número de OSCs participantes no Fórum Florestal e da ausência de ONGs que se afastaram do espaço de diálogo ao longo dos anos foi tratado por diversas vezes nas reuniões plenárias, chegando-se à conclusão de que a incorporação de novas OSCs parece depender de ações de publicização e mobilização para esclarecer e motivar a adesão delas ao diálogo (FÓRUM FLORESTAL, 2009g). A ausência de instituições outrora participantes do Fórum Florestal foi justificada alegando dificuldade de conciliação de agendas (entrevistas 04 e 06 da sociedade civil), pois, relatam também a impossibilidade de estar em muitos compromissos ao mesmo tempo, além de reconhecerem que, posto a grande demanda de atividades das instituições ligadas ao meio ambiente, torna-se necessário dividir as atribuições, deixando para as ONGs locais realizarem a sua tarefa de estarem presentes aos encontros.

Percebe-se que este é um dos grandes desafios do Fórum Florestal: ampliar o número de participantes sem perder o objetivo da qualificação efetiva dessa participação. Soma-se a essa questão o fato de que se deve, para maior democratizar esse espaço dialógico quanto à sua representatividade, incorporar mais instituições ligadas à sociedade civil de caráter comunitário, sejam associações, cooperativas ou outros modelos de organizações.

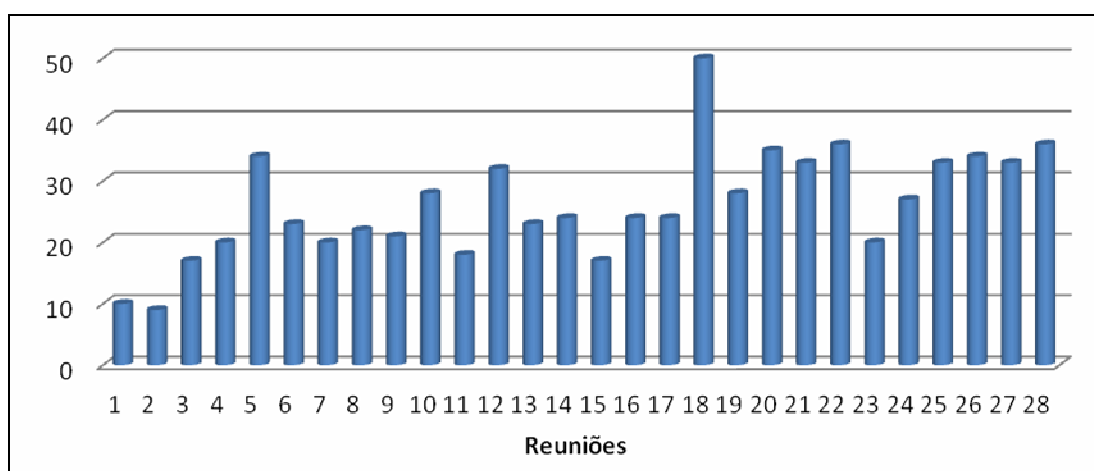
São apresentados, então, gráficos de número de instituições do Fórum Florestal por reunião e participantes de OSCs por reunião, para que, ao fazer uma análise comparativa, se possa avaliar a qualidade dessa representação.

A efetividade da participação da sociedade civil pode ser analisada pela representatividade, frequência e amplitude da representação.

A representatividade das empresas, para a sociedade civil, é comprometida pelo alto índice de *turn over* ((FÓRUM FLORESTAL, 2008e). Contudo, o representante 05 das empresas rebate a acusação, ponderando que todos os representantes da empresa em que trabalha estão informados e acompanham o andamento dos trabalhos, estando sempre a empresa representada e afinada com os acontecimentos.

O fato de serem, na sua maioria, ONGs de representação presuntiva impossibilita a análise da representatividade diante das comunidades do território; contudo, verifica-se, quanto ao grupo de ONGs ambientalistas locais que o Fórum Florestal está bem representado.

Conforme Figura 3, as ONGs compareceram às reuniões muitas vezes com mais de um representante (apêndice 4). Constatou-se nas reuniões de observação, todavia, que algumas instituições não assistem às reuniões com a mesma frequência que as demais, ou estão presentes para tratar de forma pontual um determinado assunto – fato este não observável na lista de presença. O entrevistado 07 da sociedade civil ainda acrescenta a existência de “INGs – Indivíduos não Governamentais”, fazendo ironicamente uma paródia em relação às ONGs, que não representam ninguém.



Fonte: FÓRUM FLORESTAL, 2005; FÓRUM FLORESTAL, 2006; FÓRUM FLORESTAL, 2007; FÓRUM FLORESTAL, 2008; FÓRUM FLORESTAL, 2009; FÓRUM FLORESTAL, 2010, adaptado pela autora.

FIGURA 2 - Demonstrativo de freqüência nas reuniões plenárias do Fórum Florestal de jul./2005 a mar./2010.

A pouca presença de associações comunitárias permite sinalizar a necessidade de se ampliar esse espaço de participação, mas as que frequentam não são, em sua maioria, de fato, participativas. A necessidade de elas estarem presentes é uma ideia frequente na fala dos entrevistados e nas reuniões plenárias (FÓRUM FLORESTAL, 2009g), porém, ressalta-se, torna-se necessário garantir uma mudança de sua postura e condições para que elas possam entrar na discussão. O entrevistado 10 da sociedade civil relata que “as organizações comunitárias têm aparecido pouco e que ficam só ouvindo...”. Já o entrevistado 11 da sociedade civil reflete: “Falar tem que ter espaço”.

A discussão sobre a necessidade de capacitação dos membros do Fórum Florestal permeia por esse espaço, e o entendimento da maioria é de que não se faz necessária. O entrevistado 11 da sociedade civil diz: “A capacitação se dá pela fala do outro”. Todavia, há quem ache – entrevistados 16 e 17 da sociedade civil – que deveria haver um nivelamento quanto ao funcionamento do Fórum Florestal, e o entrevistado 09 das empresas gostaria que essa capacitação fosse para todos. O entrevistado 10 da sociedade civil reconhece a dificuldade da discussão em nível local, por denunciar um quadro técnico na região não qualificado, em termos de experiência. O Fórum Florestal admite a “necessidade de esclarecimento de termos técnicos utilizados no Fórum Florestal, de forma a facilitar a participação de novos membros e representantes comunitários”. Assim, solicitou às empresas que “enviem lista de conceitos, temas técnicos e cartilhas existentes, para serem organizados pela Secretaria Executiva” (FÓRUM FLORESTAL, 2009g).

Há de se pensar também na existência de práticas associativistas anteriores, no processo histórico de formação de identidade política e cultural, na dinâmica associativa e na qualidade do associativismo, certamente conferindo as OSCs maturidade para o diálogo e para a proposição de ações comunicativas.

A representatividade é um assunto não muito discutido no Fórum Florestal e, quando se fez presente, foi para questionar a ausência de instituições novas ou que já fizeram parte da plenária. No tocante ao número de representantes por instituição, fato que impacta diretamente o orçamento do Fórum Florestal, por conta do custeio das despesas das reuniões e com os membros da sociedade civil, a plenária resolveu que não limitaria o número de

representantes por instituição até que este se configurasse realmente como um problema financeiro (FÓRUM FLORESTAL, 2009g).

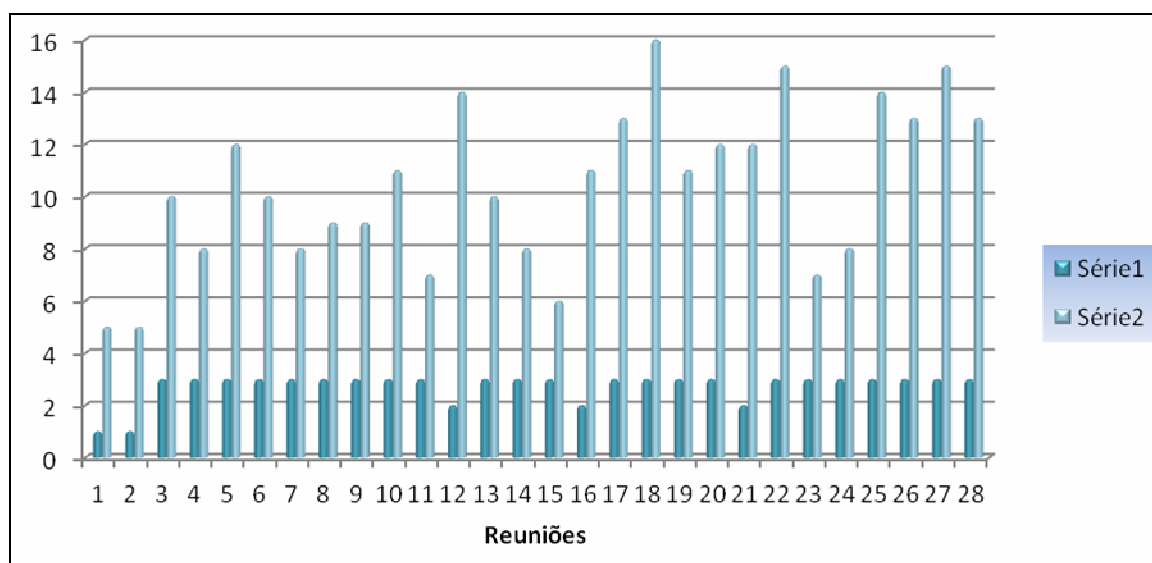
Um princípio que circula no Fórum Florestal é o de que as pessoas que frequentam esse espaço de diálogo são antes de tudo cidadãos, e que assim devem ser considerados anteriormente às suas representações, num indicativo de democracia direta. Esse olhar para o cidadão é expresso nas atas do Fórum Florestal, que a partir de 2008 passou a não ter falas nomeadas, na tentativa de resguardar a livre expressão de cada um (MENEZES, 2009c; ARTAZA, 2010b).

A despeito do real efeito da omissão de nomes, que pode ser analisado também como de encontro ao princípio da transparência, há de se pensar na possibilidade de um sujeito estar despido de compromissos organizacionais nesse espaço, quando genuinamente representante de interesses privados, dentro de uma clara lógica empresarial. Esse mesmo pensamento pode ser estendido a muitas OSCs que têm seus compromissos profissionais e interesses da própria organização. A cidadania não retira a expressão do desejo individual, apenas não o priorizaria em relação à construção do bem coletivo, que seria atingido através da expressão de mecanismos democráticos. O sistema capitalista também não cerceia o desejo individual, ao contrário, o estimula, em um ambiente de competitividade, dificultando a construção de bens para a coletividade, ainda mais se o sujeito estiver a serviço do grande capital – sejam nesse caso os empregados das organizações que dependem dos seus empregos ou as OSCs que estão vinculadas a projetos com essas empresas ou mesmo com o Estado.

Conclui-se, ao observar o ambiente e analisar as tensões sociais inerentes a esses espaços coletivos, e em consonância com o entrevistado 07 da sociedade civil, que esse é um ambiente onde circulam interesses econômicos e disputas políticas. O entrevistado 14 da sociedade civil completa que esta é uma questão de qualquer instância deliberativa: a autonomia do cidadão. Posto isto, para Mészáros, as falas em um contexto como este, analisado sobre a teoria da ação comunicativa pura de Habermas, é pura ficção, já que supostamente os sujeitos não seriam os verdadeiros falantes e sim os interesses que eles representam (MÉSZÁROS, 2007, p. 90).

Quanto às “características organizacionais” do Fórum Florestal, a não exigência da paridade e de quórum nas reuniões atribui uma maior flexibilidade a elas, pois a cobrança da paridade exclui pessoas. O entrevistado 02 do governo elaborou a seguinte questão em relação à necessidade da equivalência numérica no Fórum Florestal: “Se a sociedade civil é um

conjunto de forças... o Fórum tem que ser paritário, e como trabalhar com a hegemonia do capital?” A resposta à pergunta parece vir da forma com que as questões são deliberadas, por meio do consenso e do veto, quebrando a supremacia da quantidade de pessoas para se estabelecer uma decisão, proporcionando o poder igualmente. A presença de pessoas não traz força à organização, seja de que segmento for (figura 3), já que não se delibera por voto, mas pode acrescentar um maior poder argumentativo, tornando necessária uma qualidade na representação.



Fonte: FÓRUM FLORESTAL, 2005; FÓRUM FLORESTAL, 2006; FÓRUM FLORESTAL, 2007; FÓRUM FLORESTAL, 2008; FÓRUM FLORESTAL, 2009; FÓRUM FLORESTAL, 2010, adaptado pela autora.

Obs: Azul mais escuro – empresas / azul mais claro – OSCs.

FIGURA 3 - Número de OSC em reuniões do Fórum Florestal entre jul./2005 e mar./2010.

A presença de Grupos de Trabalho - GTs, além de conferir uma acuidade técnica às questões, propicia maior detalhamento e amadurecimento destas, otimizando o tempo da plenária e qualificando a discussão. O papel dos GTs foi discutido em plenária, para que não houvesse discórdia quanto ao seu poder deliberativo, que deve se restringir a levar ou não os entendimentos técnicos à plenária (FÓRUM FLORESTAL, 2009b). Mesmo assim, em 2010, esse assunto volta a estar em pauta, em torno da contribuição do Fórum Florestal com relação ao desenho do projeto de instituição do Parque Nacional de Belmonte (PARNA Belmonte), discutido no GT de Ecologia da Paisagem e levado à reunião do Subcomitê da Mata Atlântica, sem passar pela plenária. O assunto foi assim consensuado, dando exclusivos poderes à

plenária para deliberar: “[...] as discussões dos GTs são propostas para serem discutidas na plenária. Um GT não pode levar uma proposta em discussão para fora do Fórum em nome do Fórum Florestal sem antes ser ratificada pela plenária” (FÓRUM FLORESTAL, 2010).

A forma pela qual a Secretaria Executiva, o apoio administrativo e a organização que hospeda o Fórum Florestal foram escolhidos, através de editais abertos via e-mails para o grupo do Fórum Florestal, ainda que não seja de ampla divulgação por ser uma rede de comunicação ambiental restrita (mas com possibilidade de ampliação, se divulgado em outras redes), ratificada pelo estabelecimento de comissões de seleção, das quais as instituições do Fórum Florestal participam, confere um caráter democrático ao processo (HOLVORCEM, 2010a; ARTAZA, 2010c; FÓRUM FLORESTAL, 2010; MENEZES, 2009g).

A não eleição de membros para cargos, sendo os coordenadores e relatores de GTs acordados nos grupos, mesmo representando ocupações que atribuem um tipo de poder pela organização da palavra, seja falada ou escrita, retira o fator competitividade do escopo da relação. Não que inexistam, percebe-se ao observar as reuniões, por parte das OSCs uma disputa velada entre estas, porém, quanto à ocupação dessas funções, não prejudica as atividades dos grupos.

Esse mesmo poder de conferir o uso da palavra falada e escrita é encontrado na função da Secretaria Executiva, além da sua representatividade do Fórum Florestal. Nota-se, através do acompanhamento das questões e deliberações do Fórum Florestal (ver apêndice 6), que, ao decidirem por um apoio profissional às atividades administrativas do Fórum Florestal, os membros do Fórum Florestal passaram a delegar atividades ao ocupante desse cargo, deixando evidentes algumas falhas de acompanhamento dos assuntos, documentos e processos que ocorreram no Fórum Florestal.

Pôde-se verificar esse comprometimento com o funcionamento e a dinâmica do Fórum Florestal durante o período de março/2008 a março/2010, a exemplo do não estabelecimento de prazos para a entrega das tarefas, seja de responsabilidade das OSCs ou das empresas, postergando o tratamento dos assuntos em plenária, pois estes, muitas vezes, não eram apresentados e não podiam ser cobrados em seus prazos (FÓRUM FLORESTAL, 2008; FÓRUM FLORESTAL, 2009); da demora em divulgar a ata para apreciação dos membros, que chegava até dois meses de atraso (MESQUITA, 2010), prejudicando a memória das reuniões, a cobrança de ações deliberadas e a publicização das decisões; da não observância entre o conteúdo da pauta e o que foi acordado em reunião anterior sobre ela, sendo inseridos

conteúdos não solicitados explicitamente pelos membros (MONTAGNA, 2010) da falta de retorno de encontros da Secretaria Executiva com outras instâncias dos territórios (MENEZES, 2009a); e da coerência entre o que foi discutido e o que era apresentado em plenária ou nas atas de reunião (MENEZES, 2009f), causando mal-estar, o que se observou no acompanhamento das reuniões plenárias. Em relação a esse assunto, Mesquita (2009) assim coloca:

Eu acho que a Secretaria Executiva não funcionou a contento. Acredito que todos nós tínhamos uma expectativa muito maior sobre o quanto poderíamos avançar nos FATOS e nas MUDANÇAS constituindo uma secretaria executiva [...]. [...] mas creio que na oportunidade em que estamos discutindo a proposta para 2009 devemos fazer este balanço também e identificar o que deve ser mudado na forma de funcionamento e atuação da secretaria.

A omissão dos membros em correlacionar a pauta à ata anterior, questionar assuntos e prazos, cobrar ações da Secretaria Executiva e delegar unicamente a representação do Fórum Florestal a esta Secretaria demonstra o risco da comodidade em se ter uma cargo administrativo em uma instância colegiada, que, por um lado, cumpre a função de organização dos diálogos e das ações, mas, por outro, acaba por substituir a ação cidadã dos membros inseridos no processo.

A comunicação entre os componentes do Fórum Florestal era feita por meio do grupo de mensagens na internet. Verificou-se, ao acompanhar durante o ano de 2009 a março de 2010 os e-mails trocados pelo grupo, e em levantamento na página do Google Groups que armazena as mensagens (2008, 2009, até março de 2010), que: poucos participam das discussões levantadas por algum membro do grupo (CARNEIRO FILHO, 2009) ou decididas em plenária que seriam amadurecidas nesse espaço virtual (FÓRUM FLORESTAL, 2009f); a maioria dos e-mails tem um caráter informativo relativo a acontecimentos, reportagens, entrevistas, entre outros assuntos da área ambiental; e o uso da internet não é acessível a todos os membros do Fórum de forma igualitária, devido a recursos econômicos e até de comunicação da região de moradia (ORMUNDO, 2010). O entrevistado 10 da sociedade civil atribui o uso da internet à função de acompanhar o dinamismo dos acontecimentos do Fórum Florestal, fazendo com que os assuntos sejam trabalhados entre as reuniões.

Não é adotada outra forma de comunicação formal e a restrição ao uso da internet, por não ser um espaço compartilhado por todos e não presencial é analisada por Gomes (2009):

Concordo que um dos princípios do Fórum é a tomada de decisões por consenso, contudo, entendo que essas decisões devam ser tomadas nas reuniões do mesmo e não via troca de e-mails. A internet pode e deve servir como um instrumento de ampliação e democratização dos debates, mas não deveria substituir as assembleias do Fórum, pois o mesmo não é virtual, até então.

A questão dos problemas de comunicação apresentados pelos integrantes do Fórum Florestal não só prejudica a participação destes e o bom andamento dos trabalhos, como demonstra a existência de diferença de acesso à comunicação, sendo cabível uma maior atenção ao assunto, principalmente se se deseja ampliar o escopo da participação, incorporando as instituições comunitárias, e considerando-se que a informação também é poder. Esse é o sentimento do entrevistado 07 da sociedade civil quanto à necessidade de ampliar o escopo da participação para grupos comunitários. Ormundo (2010) descreve assim essa situação:

[...] o FFIs conta com mais recursos que a internet! Com estas atitudes não está sendo DEMOCRÁTICO COM A DISCRIMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO Num território que muitos Cidadãos ainda se encontra na idade da madeira, ou seja com escasos recursos tecnológicos.

O Fórum Florestal, ao que parece, funciona com uma autorregulação soberana, entendendo-se aqui como “[...] conjunto de regras que são definidas pelos próprios participantes” (AVRITZER; NAVARRO, 2003, p. 15). Segundo Pateman (1979 apud VITALE, 2004, p. 80), participação “significa a igualdade de poder político na definição das decisões e de seus resultados, ou seja, igualdade no processo de deliberação pública”, o que parece acontecer quando os assuntos trazidos pelo grupo, que são pertinentes ao tema de discussão, são acolhidos. A aceitação dos assuntos e a deliberação seguem uma premissa, qual seja: a sustentabilidade econômica, social e ambiental visando à segurança alimentar, à possibilidade de geração de renda a partir do uso múltiplo da madeira e à fixação do homem ao campo.

Quanto à proposição de sinergia, percebe-se, ao analisar as atas, que esta foi – e em algum momento ainda é – a intenção do grupo. Essa presunção, encontrada como solução para algumas situações no território e envolvendo o Estado (FÓRUM FLORESTAL, 2008e), também foi sugerida para a confluência das ações da sociedade civil e das empresas (FÓRUM FLORESTAL, 2005c; FÓRUM FLORESTAL, 2006c; FÓRUM FLORESTAL, 2008c; FÓRUM FLORESTAL, 2009d); entretanto, em 2009, nota-se que a intenção da ação conjunta

é substituída pela possibilidade de contratação de serviços, gerando desconfortos, polêmicas e levando, entre outros motivos, à sugestão de elaboração de um Código de Ética (FÓRUM FLORESTAL, 2009e).

O assunto mais discutido no ano de 2009 nas plenárias do Fórum Florestal e nos e-mails não informativos do grupo foram as contratações por parte das empresas de serviços a serem realizados pelos membros do Fórum, levando ao debate sobre os propósitos do Fórum Florestal e a necessidade de estabelecer regras de conduta para diversos assuntos, entre eles a relação comercial entre as empresas e os membros da sociedade civil do Fórum Florestal. Observa-se o exemplo:

O encontro prosseguiu com manifestação de desconforto, por parte da consultoria da Arauco, em relação a sua presença nos encontros do Fórum, pedindo manifestação da plenária sobre esta questão. A secretaria executiva levantou a hipótese de conflito de interesses com a presença de empresa prestadora de serviços deliberados nos encontros, mas houve entendimento da plenária que a empresa deveria ser mantida como convidada no Fórum, por todo o histórico do consultor quando representava a Flora Brasil, por sua memória em relação ao Fórum, por sua ética e que os projetos ali começados e aprovados não viessem a sofrer descontinuidade com sua saída, sem que interfira, no entanto, nas deliberações da plenária. Foi também levantada a preocupação do Fórum não se tornar um balcão de negócios (FÓRUM FLORESTAL, 2009e).

Em 2009, a demarcação entre o espaço dialógico e a possibilidade de execução de serviços no Fórum Florestal tornou-se questão premente. Eis outra abordagem desse assunto no Fórum Florestal:

[...] acredito que o espaço dialógico do FF [Fórum Florestal] deve ter sua independência e legitimidade preservadas acima de qualquer coisa, pois caso isso fosse quebrado seria uma perda para a sociedade por causa da preservação da Mata Atlântica, para as instituições e para as empresas de base florestal. Por outro lado, é também legítimo que as instituições e empresas busquem desenvolver o mercado de consultoria local. Não faz sentido que as empresas partícipes do FF contratem serviços de consultoria socioambiental de instituições sediadas fora da região extremo sul se aqui houver expertise que atenda estas necessidades. Mas não se pode confundir o espaço dialógico do FF com o mercado regional de consultoria. O limite pode ser tênue, mas acredito que é possível separá-los sem que isso resulte em permanentes conflitos de interesse (CARNEIRO FILHO, 2009).

Deduz-se, portanto, que a discussão perpassa pela necessidade de trabalho por parte das OSCs junto aos seus mercados, e um deles são as próprias empresas que participam do Fórum Florestal, e pela liberdade para o diálogo, sem comprometer os interesses de cada

organização ou coagir o seu discurso. A metáfora das cordas paralelas é então apresentada por um membro do Fórum Florestal:

Uma política interessante que na minha opinião deveria ser consolidada no âmbito do FF é a das "cordas paralelas". Quer dizer, o FF é um espaço dialético democrático e dinâmico. Este espaço tem o papel mais relevante na elaboração de diretrizes que conduzam a melhores práticas nas empresas do setor de celulose e papel em relação aos aspectos ambientais, sociais e econômicos envolvidos na atividade e nas relações de poder que se estabelecem entre as empresas e as comunidades onde os plantios estão implantados ou em vias de implantação. Essa é uma corda e corresponde, na minha visão, ao papel fundamental do FF.

Por outro lado, corre uma outra corda, paralela. Quer dizer, na teoria cordas paralelas nunca se tocam (alias, se encontram no infinito), assim, na prática, nunca deveria misturar-se com a corda do FF. Essa outra corda é o papel que o setor privado, pode e deve desempenhar no fortalecimento do capital humano regional. Esse fortalecimento tem muitos vieses, desde a preferência a Ong, consultores, etc. locais, para contratação de serviços, enquanto demonstrada a capacidade e expertise para tal, até a promoção da qualificação local. E esta corda deve ocorrer com absoluta independência do FF (ARTAZA, 2009b).

O perigo de cooptação sempre irá existir, inclusive, segundo a opinião do entrevistado 08 da sociedade civil, não necessariamente envolvendo dinheiro das empresas, mas outros mecanismos perversos também rondam o espaço público, como bem ressaltam Santos e Avritzer (2002, p. 75) quando falam da burocratização da participação, de novas formas de clientelismo, da instrumentalização partidária e do silenciamento ou manipulação das instâncias participativas:

Estes perigos só podem ser evitados por intermédio da aprendizagem e da reflexão constantes para extrair incentivos para novos aprofundamentos democráticos. No domínio da democracia participativa, mais do que em qualquer outro, a democracia é um princípio sem fim e as tarefas de democratização só se sustentam quando elas próprias são definidas por processos democráticos cada vez mais exigentes (SANTOS; AVRITZER, 2005, p. 75).

Esse também é o pensamento do entrevistado 07 da sociedade civil, quando questionado sobre o jogo de poder dentro do Fórum, pois ele reconhece que o movimento de alguns representantes das empresas de contratação de serviços de pessoas/instituições que fazem parte do Fórum pode ser intencional, ou ser o hábito de oferecer um ganho econômico, porém o entrevistado enfatiza a importância de que o assunto seja tratado aberta e publicamente, justamente para evitar esse tipo de ação. A transparência colaboraria com a ética do processo. O importante, diz o entrevistado 08 da sociedade civil, é que “não há medo nas pessoas...”.

O entrevistado 10 da sociedade civil fala em manipulação das empresas, mas a opinião do entrevistado 09 das empresas aponta para outra forma de ver a questão, pois este olha a relação de poder sob o aspecto das pressões das OSCs, inclusive externalizado de forma agressiva, e diz: “Ele é um, e eu sou uma empresa...” e fico “pisando em ovos com os *stakeholders...*”. Uma frase colhida quando da observação de reunião ilustra essa delicada posição dos atores que representam as empresas, ao mesmo tempo que demonstra o amadurecimento da relação e o respeito entre as pessoas. Disse Ormundo (2009): “Eu pensava que nas veias dos empregados das empresas circulava celulose... aprendi que circula sangue! E que por trás tem uma vida, uma família... Cada um se preocupa com o ambiente, cada um ao seu modo...”. O Fórum Florestal, então, diz o entrevistado 16 da sociedade civil, saiu da emoção para a razão.

Artaza (2009b) relembra essa confusão entre o espaço dialógico e as negociações de mercado: “[...] quero lembrar a situação de constrangimento em que fiquei quando um representante de uma empresa me convidou no meio da reunião do FF para realizar uma proposta para uma comunidade. Na minha opinião, isso não pode ocorrer no âmbito do fórum, pois mistura as cordas e confunde o sentido superior do FF”.

Em outro exemplo da dúvida quanto ao espaço e à forma de contratação por parte das empresas, Abad (2009b) pergunta ao comentar os assuntos da pauta da reunião seguinte (“Licitação para monitoramento da cobertura florestal das bacias da Costa do Descobrimento” e “Código de ética do Fórum Florestal: informações repassadas e contratação de serviços”): “São questões diferentes?”

No entendimento da plenária, o assunto do “Monitoramento Independente da Cobertura Florestal” – trabalho que o Fórum desejava que fosse realizado (FÓRUM FLORESTAL, 2008b) e que era também de interesse da Veracel – devia ser tratado de maneira cuidadosa, desde que foi exposto em fevereiro de 2009 (FÓRUM FLORESTAL, 2009a).

Observou-se, na ocasião, que havia se formado um mal-estar entre as ONGs ambientalistas quando o Secretário do Fórum Florestal relatou que a Veracel havia proposto, em contato fora da rede de comunicação do Fórum Florestal, que o Fórum Florestal fizesse o monitoramento da cobertura florestal da parte ao norte do território (Bacia da Costa do Descobrimento), a ser custeado pela empresa, e o Secretário Executivo havia indicado, em caráter emergencial, três organizações para a participação deste e estava a apresentar o

orçamento elaborado para esse grupo. Dois questionamentos foram feitos em plenária: acerca da escolha parcial quanto às ONGs e decisões não compartilhadas e não consensuadas em plenárias; e se esse era o papel do Fórum Florestal. Decidiu-se por fazer um edital aberto a todas as organizações que se mostrassem interessadas em participar, independentemente de serem membros do Fórum Florestal. Para assegurar procedimentos éticos e de transparência na contratação, o edital seria elaborado pelo Secretário Executivo, juntamente com os membros do Governo pertencentes a instituições parceiras do território, o Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Conselho Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas do Sul e Extremo Sul da Bahia, que escolheriam a instituição e acompanhariam o trabalho.

Esse assunto é retomado em agosto/09, quando foi informada a contratação pela Veracel do Secretário Executivo do Fórum Florestal, para a articulação institucional do monitoramento independente. A plenária entendeu, após debates presenciais e pelo grupo de e-mails (FÓRUM FLORESTA, 2009e; ABADb, 2009), que esta já era uma atribuição inerente à função da Secretaria Executiva, não cabendo uma outra contratação, e que esse assunto deveria ser retomado após a discussão sobre código de ética do Fórum Florestal, pois configurava como um possível conflito de interesses no caso de a Secretaria Executiva ser contratada pela empresa para elaboração da minuta do edital da licitação (FÓRUM FLORESTAL, 2009f).

Esse acontecimento levou a plenária do Fórum a tomar duas decisões:

Conforme já deliberado no encontro de junho, a plenária ainda confirma sua decisão anterior que o fórum deve manter o foco em questões estratégicas e não em questões operacionais, tais como modo de contratação de serviços pelas empresas. Todas as contratações de serviços devem, portanto, ser determinadas pelas empresas e não pela plenária do Fórum Florestal.

[...]

Após o debate não houve consenso na plenária sobre a contratação da secretaria executiva para elaboração da minuta inicial do edital. A empresa deverá, portanto, contratar profissional sem vínculo com o Fórum Florestal para este fim (FÓRUM FLORESTAL, 2009f).

A discussão sobre ética trouxe consigo outras reflexões ao Fórum Florestal: a questão da autoria dos dados utilizados no âmbito do Fórum Florestal (MENEZES, 2009e); a necessidade de se ter um regimento interno, contemplando o que for procedimental; a necessidade de criação de um Conselho de Ética que avaliasse os casos que, porventura,

chegassem e fossem pertinentes ao Fórum Florestal; e a presença de funcionários públicos como membros do Fórum Florestal.

No tocante a este último assunto, sobre a relação poder público e Fórum Florestal, erguem-se três questões de cunho ético e de princípios do Fórum Florestal. A primeira diz respeito à presença do funcionário público nas plenárias do Fórum Florestal, assunto já outrora deliberado (FÓRUM FLORESTAL, 2008a, 2009b). Assim Pecin descreve a situação:

Uma das coisas que foram levantadas àquela época foi um conceito que, se algum problema ambiental for discutido no fórum, o servidor público que trabalha na área ambiental tem que promover imediata apuração e aplicação da lei de crimes ambientais.

Isto dificultaria um debate mais cuidadoso do tema. Sob este ponto de vista, o uso de madeira nativa para artesanato, por exemplo, se fosse tratado como crime, as pessoas seriam punidas e não teriam chance de trocar a sua madeira retirada dos parques e de outras áreas de mata nativa por madeira manejada. Um fomentado que tivesse colocando gado em suas áreas de preservação permanente sofreria as penas legais, em vez de ser levado a repensar esta posição e sem ter a chance de buscar a recuperação ambiental desta área.

Naquele momento foi colocado que a melhor posição seria que não tivesse a participação continuada como membro permanente do Fórum, o que não limitou as ações do fórum e não significa que esta posição deva ser a posição final do fórum.

A minha opinião é que o Fórum Florestal deva ser um local de busca de soluções para os problemas ambientais da nossa região, de forma inclusiva em todos os aspectos e que temos que buscar os melhores formatos sempre baseados na busca de consensos e temos que ter por objetivo a recuperação do ambiente e da qualidade de vida das populações que aqui vivem. Sou a favor que toda a ajuda seja angariada, mas sem o prejuízo do espaço para o diálogo e com espaço para que os acordos que possam ser feitos possam ser cumpridos (PECIN, 2009, grifos da autora).

O que se está controvertendo é a liberdade da discussão democrática, e, na opinião do entrevistado 07 da sociedade civil, “quando entra o Estado, a sociedade civil parece ser outra!”, apesar de concordar com a presença de entes públicos na plenária. A polêmica foi gerada a partir do momento em que, em reunião plenária, um representante das empresas e outro de OSC conversavam acerca de um estudo técnico a ser realizado e o primeiro relatou que este já existia. Nesse momento, interpelando o diálogo, um Promotor do Ministério Público - MP, que havia sido convidado à reunião por conta do assunto “Artesão Legal”, sugere que o MP ajuíze o estudo. A pergunta realizada pela autora desta dissertação foi dirigida à plenária acerca do papel do MP naquele espaço dialógico, o que resultou na

retomada da reflexão sobre a presença de entes públicos nas reuniões do Fórum Florestal. Sobre esse ocorrido, Pinheiro responde:

Contudo, considerando a necessidade de ser decidido pelo Fórum a pertinência da participação do Ministério Público nas discussões do Fórum, considerando que os diálogos via e-mail são, em regra, os mais informais e espontâneos, e com a finalidade de evitar qualquer embaraço na liberdade e fluência de discussão dos temas via e-mail, solicito-lhe que não os inclua na lista, bem como que me exclua da lista [...]

Reitero posição firme de convicção na validade da discussão democrática e livre dos temas ambientais, que creio ser, inclusive, a finalidade precípua desse Fórum.

Disponibilizo-me para, sempre que se fizer necessário o contato pontual com o Ministério Público, prestar-lhes integral apoio, na medida das minhas atribuições. Para tanto, deixo abertas as vias de comunicação a todos os integrantes do Fórum (PINHEIRO, 2009).

A plenária do Fórum Florestal, em reunião extraordinária no mês de maio/09, escreveu a sua carta de Princípios, onde menciona que “[...] representantes do poder público podem participar como convidados”, ratificada em reunião de jun/09 e de dez/09 (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2009).

Apesar dessa deliberação, ao ser analisada a lista de presença das reuniões do Fórum Florestal para efeitos desta dissertação, depara-se com a presença de um membro que é funcionário público, assina como tal na lista e se posiciona muitas vezes em reuniões como Governo (FÓRUM FLORESTAL, 2007c, 2008b; anexo 05). Ao ser questionado o fato ao Fórum Florestal através do grupo de e-mails, o assunto retorna à discussão, sem uma conclusão, nem na reunião plenária que se segue, deixando essa matéria para ser tratada quando da confecção do Código de Ética. Menezes (2010b) comenta o fato: “prefiro a qualidade da participação e a possibilidade de construção de resultados que a coerência formal - que no nosso caso, na minha opinião, pouco contribui para o diálogo e para o interesse público aqui construído”. Abad (2010) possui opinião diferente: “[...] o que se questiona aqui, não é a "qualidade da participação", [...] não esta sendo questionada a "qualidade da participação" [...] e sim como o FF passará a tratar a questão presente da ambiguidade”.

Ademais, a própria presença de entes públicos traz outro questionamento, identificado na fala de Artaza (2010a), sobre os papéis de Fóruns da Sociedade Civil e Fóruns de Cogestão:

[...] Há no sul e extremo sul diversos fóruns de discussão. A característica destes fóruns é de buscar a Paridade. Quer dizer, o mesmo número de entidades da sociedade civil e governamentais. Isto ocorre nos conselhos gestores de UCs, no Subcomitê da Reserva da Biosfera, etc.

O Fórum florestal, na minha opinião, é importante para a região por possuir essa característica, a de ser apenas da sociedade civil. Dessa forma não busca ofuscar e nem debilitar ou menos ainda substituir os outros fóruns instituídos na região.

Quando debatíamos a questão da participação do setor público, me pareceu que ficou bastante claro e não como apenas uma resposta provisória e sim como um princípio. Na minha percepção o fórum deliberou no sentido de que o poder público deve (pode) comparecer quando convidado em duas situações.

1. Quando sua presença for fundamental para aclarar políticas públicas em estudo ou em andamento que tenham influencia sobre a região e sobre a silvicultura de eucalipto e
2. Quando sua participação é fundamental nos GTs, ou grupos de trabalho, em função de assunto em pauta. [...]

Verifica-se a dificuldade de tratar a questão da ética por envolver assuntos delicados na relação com o outro, porém, ao contrário do sentimento de parte dos membros do Fórum Florestal observados em reunião, que julgaram serem as questões relacionadas a cooptação, ética, conduta, regras e outros um entrave para o andamento de acordos e deliberações operacionais, acredita-se que somente a maturidade pode trazer os assuntos para a pauta de discussão e que isso, como um processo de aprimoramento, é um ganho para o Fórum Florestal, principalmente perante as futuras relações construídas a partir dos seus Princípios e de um Código de Conduta a ser elaborado.

Habermas inclui, ao pensar a democracia deliberativa, a possibilidade de que os cidadãos, ao determinarem os rumos de sua vida privada ou pública, também se orientem por questões associadas a concepções do bem e visões diferentes do mundo. Contudo, as questões éticas (bem como as questões de justiça) não podem ser legitimadas *a priori*, “elas devem poder ser racionalmente discutidas e aceitas pelos participantes em discursos racionais” (VITALE; MELO, 2008, p. 237).

5.3 O EXERCÍCIO DELIBERATIVO

A garantia da palavra, por si só, não denota a qualidade do diálogo. Esta se estabelece pelo número de vozes que ecoam e são levadas em consideração quando do entendimento sobre um determinado tema. Também, ter um juízo acerca de um assunto não garante que o conflito seja resolvido.

Deliberação tem uma conotação diferente de decisão, pois num processo deliberativo a discussão se dá após reflexão e se conforma com um propósito para a ação.

O conflito entre as OSCs que representam as comunidades do território e as empresas de celulose por parte do grande capital tende, na proposta do Fórum Florestal, a ser minimizado no encontro de soluções ou encaminhamentos de soluções acerca das questões em uma mesa civilizada de negociação entre seus atores, cuja arma é o diálogo, a argumentação, a persuasão, mas dentro do princípio da boa fé, do ideal do bem comum.

Para isso, as regras precisaram e precisam ainda estar claras e as intenções declaradas. Afere-se que o amadurecimento das relações entre as partes do diálogo e entre integrantes da sociedade civil proporciona um caminho para proposições mais concretas e, então, as características de um embate argumentativo deliberativo podem ser exercitadas.

A formação de consenso é um deles, não só por ser difícil chegar a um ponto que seja confortável para todos, mas porque esse bem-estar, primeiramente em nome de uma coletividade, muitas vezes requer perdas, inclusive econômicas. O entrevistado 05 das empresas ratifica essa ideia, dizendo que “o objetivo é o acordo, que não é o consenso. Uma posição é aceita por todos... no sentido do diálogo. Pode não ser a melhor individualmente”. Outro ponto importante é a possibilidade sempre do dissenso, da discordância, e de se voltar atrás em assuntos que se julgava decidido, de se retornar a uma pretensão de validade (AZEVEDO Jr., 2010b; MENEZES, 2010b) e ser possível e respeitado o poder do veto (mesmo que seja de um único membro).

O importante é que haja ausência de coerção, e essa conjuntura é difícil, porque o Fórum Florestal tem muitos motivos para estabelecer uma posição de desigualdade: atores sociais dialogando em um contexto onde o poder econômico os torna diferentes; diversas formações culturais, de educação formal e de vivência; considera-se a efetividade do falante, suas habilidades e maestrias para o discurso e o convencimento; o uso em demasia da linguagem tecnocrata travada entre as ONGs e as empresas, alijando do diálogo as associações comunitárias por desconhecerem os termos e o conteúdo do que se fala; tendência a valorizar a presença de semelhantes, excluindo os demais; o uso da razão pública como única forma de argumento dialógico; a invisibilidade social; a opressão simbólica; e, certamente, outras formas de opressão de poder.

No entanto, há um motivo para se estar atento às dificuldades e poder mudar a direção da contemplação de temas pertinentes ao anseio da comunidade: o desejo de um diálogo inclusivo para a ação.

Na opinião do entrevistado 13 das empresas, estas podem ter uma participação maior. Tanto o entrevistado 11 da sociedade civil quanto o entrevistado 05 das empresas têm a percepção de que as empresas são reativas, e o entrevistado 08 comenta que as empresas ficam “passivamente sentadas”. É assinalada também pelo entrevistado 09 das empresas a falta de concorrência entre elas.

Quanto ao poder deliberativo do Fórum Florestal, verifica-se a partir da análise das atas das 28 reuniões realizadas (apêndice 6) – e estas podem não ser fiéis ao clima de discussão dos encontros, mas trazem as questões e o caminho para ações a serem tomadas – que o Fórum Florestal se dirige para a construção de um espaço público vertido para a deliberação.

No que se refere à possibilidade dos acordos, que veremos ser o objetivo maior do diálogo, a sua consecução seriam, na visão de Mészáros, “[...] concessões feitas pelas classes dominantes, [...] com a vantagem produtiva relativa que o capital pode extrair dos acordos concluídos com seus adversários de classe, em virtude da maior produtividade e da expansão da ‘mais-valia relativa’” (MÉSZÁROS, 2007, p. 84).

Os acordos, pelo que pode ser observado nas reuniões, foram construídos cuidadosamente, valorizando o que está no detalhe, a partir do bom senso. E firmar o acordo perpassa e transpassa a questão da ética, que na opinião do entrevistado 11 da sociedade civil é individual, sendo o acordo uma construção coletiva. Para o Fórum Florestal, o acordo é algo a mais que o legal, e o que deve imperar é a vontade de implementá-los. Nessa perspectiva, podem-se analisar a dinâmica, o funcionamento e principalmente os resultados dos acordos e sua aplicabilidade.

Os chamados acordos referem-se a grandes decisões que valem para todas as três empresas, a exemplo dos “Dez mandamentos do Fomento” de maio/07 (FÓRUM FLORESTAL, 2007a); da não ocupação de áreas de cacau cabruca, firmado em fevereiro/09 (FÓRUM FLORESTAL, 2009a); e do afastamento dos plantios das áreas urbanas, acordado em junho/09 (FÓRUM FLORESTAL, 2009d). A construção de acordos requer tempo e diálogo, e no momento da pesquisa outros temas estavam sendo debatidos, o que faz com que

se acredite, a partir das observações das discussões, que se pactuará, num futuro próximo, pelo menos o afastamento do plantio do litoral e das escolas rurais.

No entanto, não somente de perseguir os acordos funciona o Fórum Florestal, pois outros assuntos deliberados ao longo desses anos foram também de importância para os seus propósitos, a saber: desenvolvimento e capacitação de arranjos produtivos locais, visando recuperação da Mata Atlântica, geração de renda, reabilitação de pequenos negócios/projetos – à frente está o Projeto Artesão Legal/Formas da Natureza; oportunidade de trabalho e renda para grupos comunitários locais – cooperativas de reflorestadores, plantios de nativas para uso comercial, coleta de sementes, produção de mudas; utilização do carvão ilegal por siderúrgicas de Minas Gerais e Espírito Santo e suas implicações sociais, econômicas e ambientais; resgate do potencial de desenvolvimento do negócio florestal/criação de uma Política Florestal – uso múltiplo do eucalipto; certificação de produtos florestais; impacto na paisagem; monitoramento da cobertura florestal, entre outros.

Os assuntos tratados sofrem deliberações de ações nas reuniões, e construíram-se ou estão sendo construídos caminhos de solução. Pode-se exemplificar com o Projeto Artesão Legal/Forma da Natureza, que envolve as comunidades indígenas no sentido de deixar de usar a mata nativa para a confecção de seus produtos artesanais, substituindo-a pelo eucalipto – uma iniciativa que visa proteger a natureza sem prejudicar o ganho econômico daqueles que vivem da atividade. Por e-mail, Menezes (2009b) relata o entusiasmo com o resultado:

Todo esforço de construir caminhos novos exige perseverança e muita paciência com o tempo de retorno dos investimentos – pessoais, financeiros, espirituais... – e com a possibilidade de erros e percalços no caminho.

[...] encontramos alguns produtos de madeira plantada (colheres, bandejas para patê e farinheiras em eucalipto) lado a lado com os de madeira nativa, em 2 ou 3 barracas de artesanato.

[...]

Sinal espontâneo de que o produto está chegando na ponta de venda e deve estar tendo saída...

Este é um resultado parcial importantíssimo, que merece muita comemoração.

O projeto já teve seu teste quando as empresas doaram a madeira para as comunidades; no entanto, fatores financeiros, logísticos e culturais fazem com que ainda se estude uma forma de equacionar o processo. Desta forma é descrito em ata:

É relatada a necessidade de maior ousadia na construção de um projeto que conta com elementos chave tais como a conservação, o patrimônio ambiental, comunidades tradicionais, geração de renda, etc.

O artesão precisa sair do conforto de receber a madeira ilegal em casa e procurar por madeiras legalizadas. Por exemplo a Lyptus. O estímulo por parte do Fórum aos fomentados para manejarem os 3% para serrarias também é apontado como importante. A falta de estufas para secagem e estabilização da madeira surge como obstáculo a ser superado. Há notícias de um secador de madeira que não está em atividade na cidade de Itabela [...]. Surge a idéia de realizar levantamento prévio sobre a possibilidade de utilizar a energia solar para promover a secagem de madeira [...] (FÓRUM FLORESTAL, 2010).

A questão do carvão ilegal é outro ponto que vem sendo discutido pelo grupo, porém envolve ações que necessitam da presença de órgãos públicos, a exemplo do Ministério Público e Secretarias de Governo, conforme é relatado em atas (FÓRUM FLORESTAL, 2006b, 2009d) e, por conseguinte, um outro tipo de mobilização, que nem sempre se torna eficaz diante da estrutura mais lenta e burocrática do Estado.

Pode-se citar também o Zoneamento Ecológico-Econômico- ZEE, que há muitos anos está previsto como instrumento de planejamento do Estado (Lei 10.431, de 20/12/2006), e, mesmo o Fórum desejando contribuir com o processo, esbarra no próprio ritmo do Estado. Citando o Fórum Florestal: “[...] a incompatibilidade do ‘tempo político’ com o ‘tempo de governança’ do ZEE [...]”. Algumas participações em plenária do Fórum dos Técnicos do Governo ocorreram (FÓRUM FLORESTAL, 2007e), porém o trabalho do Estado não andou... enquanto o Grupo de Trabalho sobre Ordenamento Territorial do Fórum Florestal discutia e fechava acordos sobre ocupação espacial. Eis o sentimento do Fórum Florestal sobre o assunto (FÓRUM FLORESTAL, 2007e):

Há receio na sociedade que, após 15 anos de atraso, o ZEE venha a existir como instrumento de ratificação do fato consumado, o que não pode ser aceito; há impressão de que o trabalho de planejamento tenha voltado ao estágio inicial com a mudança de governo, com risco de maiores atrasos; o Fórum Florestal apresenta condições de debater o tema no nível técnico e político e pode contribuir com diretrizes a partir de agora, antes mesmo da iniciativa do Estado.

Foi lançada, pelo “setor ambientalista” do Fórum, uma “proposta-desafio” às empresas: construir um pacto de ordenamento territorial da região como contribuição deste Fórum para o governo do Estado, com critérios claros e diretrizes de ocupação territorial.

As empresas aceitam o desafio, pois o ZEE efetivo é o que as empresas querem e necessitam; para que isto ocorra o mais rápido possível se dispõem a apoiar o Estado no que for necessário, pois gostariam que essa fosse uma iniciativa exemplar; [...]

Foi sugerida uma pauta preliminar para efetivação desse pacto: zonas de exclusão, conectividade florestal, concentração fundiária, impactos na paisagem e autonomia dos municípios/percentual de ocupação de terras agrícolas. Houve sugestão de exclusão também das áreas da cabruca de cacau.

Nota-se que, dos temas sugeridos em 2007, dois já são acordos (exclusão das áreas de cacau cabruca e zonas de exclusão – afastamento das áreas urbanas) e outros estão em discussão.

Uma iniciativa bem sucedida junto ao Estado foi a contribuição que o Fórum Florestal elaborou para a desburocratização do processo de averbação das Reservas Legais, ação que contou com a parceria de outros Fóruns ambientais (FÓRUM FLORESTAL, 2008c). Ainda que não seja o ideal, o fato de o IMA ter ouvido e acatado a maioria das sugestões mostra a possibilidade da parceria e uma ação coletiva em benefício do meio ambiente.

Esse mesmo intento começa a ocorrer em relação ao trabalho de “Diagnóstico da Silvicultura” promovido pelo Estado em 2008; contudo, muitas ações ali sugeridas já fazem parte do escopo de trabalho do Fórum Florestal desde 2006, a exemplo do monitoramento das ações dos fomentados. Este documento é um preliminar para a Avaliação Ambiental Estratégica, de cuja Comissão de Acompanhamento participam membros do Fórum Florestal (HOLVORCEM, 2010b). Com relação ao estabelecimento de uma Política Florestal para o Estado, desejo primordial do Fórum Florestal, inclusive incentivando um desenvolvimento florestal voltado ao multiuso da floresta, este entende que essa batalha extrapola a sua envergadura, necessitando de uma ação mais efetiva, juntamente com outros atores sociais (FÓRUM FLORESTAL, 2006e)

Outras ações do Fórum Florestal têm sido realizadas, a exemplo da administração de conflitos, que no caso da rota das barcaças da Veracel, entendimentos foram realizados no sentido de não prejudicar a atividade pesqueira no local, bem como o trajeto das baleias Jubarte (FÓRUM FLORESTAL, 2009d). Demais ações nesse sentido disseram respeito a denúncias de área de fomentados (FÓRUM FLORESTAL, 2006d; 2008a).

A parceria com entes públicos federais e a discussão sobre assuntos dessa esfera de governo, ao que se infere, parecem ser mais produtivas, principalmente porque envolvem os temas de conservação florestal e estão sempre sendo discutidos em um colegiado maior, juntamente com parceiros como o Projeto Mosaico Florestal e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a exemplo do Parna Belmonte (FÓRUM FLORESTAL, 2010).

A grande lacuna – é a percepção de muitos e posição do Fórum Florestal – está na questão social (FÓRUM FLORESTAL, 2005c, 2006b, 2007c, 2008c). Os impactos nas compras das terras, gerando êxodo rural e concentração fundiária, precisam ser mais bem

discutidos para o entrevistado 10 da sociedade civil, apesar de achar que o Fórum Florestal tem metas ambiciosas. Sobre a ocupação territorial, este é um dos pontos ditos estratégicos que as empresas não compartilham, e é um assunto que se restringe, segundo o entrevistado 05 das empresas, à diretoria, pois o modelo de ampliação não é discutido com os representantes destas no Fórum Florestal. O entrevistado 06 da sociedade civil que não participa do Fórum Florestal é enfático em afirmar, sobre a proposição do diálogo do Fórum Florestal, que “a região está toda tomada [pela silvicultura]”, e complementa: “Não acredito neles, da forma em que está sendo conduzido... uma demanda induzida... sensação, por mais idoneidade... são influenciados por outras forças e podem não trazer resultados isentos. O trabalho é para atender a demanda empresarial”.

O entrevistado 05 das empresas comenta que o Fórum Florestal surgiu com um viés ambientalista e que foi pensando numa evolução e na maturidade do diálogo que houve a introdução da questão social, justificando assim a pouca representatividade das comunidades. O que ocorre, relata o entrevistado, é que nem todas as empresas, de forma geral, estão sensibilizadas para essa questão, porém, pondera ele, os reflexos sobre a perda na imagem, os riscos de boicotes de fornecedores e o aumento de custo de capital levam a empresa a pensar na sustentabilidade. E conclui: “Para uma empresa intensiva em capital, é fundamental trabalhar o social de forma mais estruturada, pois este é o diferencial que possibilita uma redução no custo de captação no mercado financeiro mundial”. Talvez, complementa, “fosse mais fácil, na busca unicamente da legitimação, financiar ONGs...”, porém “a fachada é por pouco tempo... e o que se pode ganhar, também se pode perder em termos de imagem!”

Assim, observa o entrevistado 05 das empresas, faz-se necessário que as empresas incorporem na sua gestão a análise de aspectos que impactam. O entrevistado pergunta: “Eu tenho chance de mudar em algo que pode impactar?”, e assim se consegue, segundo ele, modificar as suas práticas em função do diálogo. Porque, ressalta, “diálogo é falar e ouvir. Você pode não concordar, mas precisa considerar...”. A propósito da necessidade da abertura para o diálogo das empresas, o entrevistado 09 das empresas acrescenta que é se “antecipar a problemas futuros”.

O fato de o Fórum Florestal discutir o social, diz o entrevistado 05 das empresas, pode provocar mudanças e potencializar alterações, todavia ainda se está Tateando... Para o entrevistado 11 da sociedade civil, as questões sociais não são expostas, apesar de que,

diferentemente da questão ambiental, lembra o entrevistado 05 das empresas, a questão social não é difusa, é do território.

Para Morgado (2009),

o fórum deve colocar em pauta a realização de um amplo estudo sobre os impactos social e cultural (os impactos ambientais já estão bastante estudados), principalmente em decorrência da migração de famílias e até comunidades, para as cidades vizinhas, motivada pela entrada da silvicultura do eucalipto.

O Fórum Florestal, diante da necessidade de se abordar o socioeconômico, criou um GT de monitoramento de impactos, contudo, esbarrou na dificuldade de estabelecer indicadores para o assunto (FÓRUM FLORESTAL, 2008e, 2009b). Sobre as ações das empresas nesse tema, a Sociedade Civil do Fórum Florestal tem como crítica a

a ineficácia e posição reativa das empresas no que se refere aos impactos sociais da silvicultura na região. O IDH médio dos municípios onde estão os plantios é menor que o da média baiana e nacional, com pouca efetividade das políticas de responsabilidade das empresas para reversão deste quadro e inclusão de comunidades expostas a alto risco social. As atuações de cada empresa não estão integradas, são pontuais e dispersas, com poucos resultados visíveis acumulados. Os projetos piloto são descontínuos e não reeditados, mantendo eventuais impactos positivos limitados a poucos beneficiários. Não há pensamento estratégico integrado, o que faz com que as empresas estejam sempre correndo atrás dos impactos negativos à imagem da economia florestal (FÓRUM FLORESTAL, 2009g).

A visão com maior predominância é a de que o grande motivador do diálogo por parte das empresas é a necessidade de certificação (MORGADO, 2009). Borges (2009) pontua:

Primeiro, gostaria de dizer que a Certificação (na sua essência) busca o mesmo que o Fórum em muitas áreas. Somente ela é formatada em linguagem mais acessível e palatável ao modo de organização das Empresas e toda a teoria de organização que as sustenta.

Desta forma, sempre enxerguei e continuo enxergando como muito salutar que todas as Empresas EFETIVAMENTE usem os Fóruns, suas Decisões, Atas, Construções, Diálogos e tudo o que vem sendo produzido por eles para evidenciar o cumprimento de requisitos de certificação. É a maneira mais salutar das Empresas absorverem as decisões e aprendizados dos Fóruns para dentro de seus procedimentos e instruções de trabalho.

O entrevistado 06 da sociedade civil, que não participa da plenária, comenta: “A impressão é que o nível da discussão não alcança no nível de decisão, o CEO [Diretor Geral]”; os entrevistados das empresas, porém, relatam o *input* das informações após as

reuniões plenárias ou GTs e expõem receber orientações. “E o restante, é a sensibilidade de cada um, descreve o entrevistado 05 das empresas, deixando claro que sabe qual o seu limite de ação. Entretanto, verifica-se com nitidez qual a possibilidade de cada um dos representantes das empresas, a depender do cargo e da cultura da organização.

Ao final, os entrevistados acreditam que o Fórum Florestal pode ajudar na sustentabilidade socioeconômica e ambiental do território, e mais: o entrevistado 11 da sociedade civil pensa ser este o objetivo do Fórum Florestal. O entrevistado 07 da sociedade civil diz que falar de desenvolvimento sustentável é meta e utopia, na concepção pura desta palavra, pois não tem mágica, é gestão do território.

A questão do ordenamento territorial, para o entrevistado 05 das empresas, é complexa, porque é função do Estado, mas este não participa das discussões locais. Contudo, um membro da sociedade civil se expressa desta forma em plenária: “Sobre a questão da agricultura familiar, foi ponderado que as famílias devem viver com dignidade onde quer que estejam, e não verem suas atividades limitadas a um território determinado” (FÓRUM FLORESTAL, 2008c).

O Estado, percebe-se, é visto por muitos como ineficiente, incapaz de produzir políticas sociais para o território. O entrevistado 10 da sociedade civil, em alusão à força econômica das empresas, as convoca para que, como empresas cidadãs, precionem os Governos Estadual e Municipal a favor do bom uso dos impostos que são arrecadados pela existência das mesmas. Observou-se o questionamento de Ormundo (2009) em plenária: “E o dinheiro vem de onde, senão do capitalismo?”, fazendo menção aos recursos do Estado.

Para o entrevistado 12 da sociedade civil, o Fórum é um articulador político, e, para o entrevistado 09 das empresas, o governo coloca sempre “panos quentes”.

Menezes (2009c) expressa seu sentimento quanto à relação com o Estado e o papel do Fórum Florestal:

[...] o Fórum não deve, não quer – e não pode – substituir o estado em suas atribuições e seus modos de atuar, através da legislação-normatização, fiscalização, coerção, repressão, etc. O Fórum, portanto, deve necessariamente atuar guiado por princípios e métodos radicalmente diferentes, baseados no diálogo, acordo voluntário, indução não coercitiva etc.

A proposição de Políticas Públicas, para o entrevistado 12, “seria o ideal para toda a sociedade” e deve, segundo o entrevistado 15 da sociedade civil e o entrevistado 05 das empresas, ser considerada pelo Estado. Contudo, o sentimento do Fórum Florestal, colhido durante as reuniões observadas, com relação à parceria com o Estado, é que, se acontecer,

será bem-vinda, mas o Fórum Florestal e toda a sociedade vão continuar trabalhando, pois, para um membro do Fórum Florestal, “o estado não funciona, e não podemos ficar atrelados ao estado, para execução dos trabalhos do fórum não pode ficar parado esperando o Estado”. E um outro comenta: “enquanto o governo atua de forma a proibir, pois não tem controle e monitoramento das ações como a “proibição” do plantio de eucaliptos” (FÓRUM FLORESTAL, 2008d).

Há concordância de várias falas dos entrevistados sobre o fato de que o objetivo é alcançado de forma muito lenta, sendo um dos pontos negativos mais citados nas entrevistas e nas avaliações, e em ata (2008a) e constatou-se através do acompanhamento das mesmas (apêndice 6), que há perda de continuidade nas decisões – fato este verificado na análise das questões e deliberações do Fórum Florestal (ver apêndice 6), também relatado pelo entrevistado 08 da sociedade civil.

Outra questão contraproducente verificada diz respeito às relações pessoais no âmbito da sociedade civil (ABAD, 2009a); ao mal-estar entre as ONGs, citado pelo entrevistado 08 da sociedade e pelo entrevistado 09 das empresas, que, para o entrevistado 14, pode ser reflexo da divisão das ONGs na Bahia, em APEDEMA e Ligambiente; aos privilégios no Fórum Florestal, prevalecendo as relações pessoais, citado pelo entrevistado 08 da sociedade civil; à posição de manipulação da sociedade civil, apontada pelo entrevistado 08 da sociedade civil; e à disputa de poder velado, necessitando ser “colocada na pauta”, como explana o entrevistado 11 da sociedade civil. A falta de regras claras e um melhor mecanismo de igualdade e de aprimorar a oratória também foram citados por este último.

O ponto positivo de maior relevância para os entrevistados é a possibilidade do diálogo e de fazer proposições. Para o entrevistado 01 do governo, “o grande ganho é jogar uma semente (disseminar pela organização além da área de sustentabilidade e meio ambiente), mudando o modelo de negócio das empresas”, pois para ele “o iceberg é bem maior, já que aborda agenda de problemas de hoje e do futuro”. Segundo a percepção do entrevistado 05 das empresas, “o grande resultado é mudar a visão das empresas sobre o diálogo”. Relatam, em momento de avaliação, que para essas “os resultados de 2007 eram visíveis, com fortes consequências na cultura das empresas, consideráveis mudanças internas, novas diretrizes e forma de atuação” (FÓRUM FLORESTAL, 2008b).

Como obstáculos, os entrevistados citaram a necessidade de ter que provar que é eficiente (referindo-se ao Fórum Florestal) e convencer os outros atores; a falta de vivência

em outros Fóruns; a dificuldade da credibilidade interna; a transparência; e, por fim, tomando como desafio e não obstáculo, agregar novos atores à discussão do Fórum Florestal, o que necessitaria de uma estratégia de mobilização para o convencimento à participação das comunidades e das ONGs.

Bons frutos já podem ser colhidos, além dos acordos realizados, deliberações e do encaminhamento de Políticas Públicas. O Fórum Florestal já funciona como exemplo para o “Diálogo do Cacau”, e a questão levantada em plenária é como se faz para reverberar a experiência.

Notou-se que a relação com o Diálogo Florestal para Mata Atlântica, o que seria o colegiado nacional dos Fóruns regionais, e com os próprios Fóruns Regionais é tímida, até porque, segundo o entrevistado 07 da sociedade civil, o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia tem um bom desenvolvimento, mas certamente a intensificação dessas relações traria uma possibilidade de aprendizado.

Observou-se nas reuniões plenárias a preocupação do Fórum Florestal de não se sobrepor a outras instâncias que já atuam na região, delimitando o escopo de ação do Fórum Florestal e fortalecendo os outros espaços.

Assim, o objetivo da plenária do Fórum Florestal, expresso em reuniões, é que ele seja um espaço de diálogo, de intermediação de conflitos e de auxílio mútuo.

Segundo Pinheiro (2009), o Fórum Florestal é um termômetro na região. Para o entrevistado 01 do Governo, “o Fórum Florestal está ocupando a posição de Governança, mas sem o Governo. Seria o exemplo mais próximo do conceito, no sentido de unir sinergia dos diversos atores em prol do bem coletivo”.

Pode-se analisar o Fórum Florestal, portanto, segundo define Telles, como a “constituição de espaços públicos nos quais as diferenças podem se expressar e se representar em uma negociação possível” (TELLES, 1994 apud FREY, 2003, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Limites e possibilidades

Este capítulo é dedicado às conclusões finais acerca da construção de espaços públicos, a efetividade da participação da sociedade civil no desenho institucional proposto e o exercício da cidadania, realizando-se uma reflexão a partir da análise da estrutura e funcionamento do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia à luz da democracia.

A questão da influência do Fórum Florestal na formulação, implementação de Políticas Públicas e na contribuição para a construção de uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental do território estão contempladas nesta finalização.

A análise acerca da cidadania amplia o olhar sobre o Fórum Florestal, pois este é contemplado como uma arena de cidadãos, que por diversos interesses individuais se juntam para a construção de um bem coletivo. Apesar de todas as controvérsias, muitas delas pertinentes, acerca do jogo de poder e da hegemonia do capital no território, que já trouxe perdas para a população, quando àquelas pessoas se vertem para o diálogo e o debate e conseguem o consenso e a deliberação, dão uma manifestação da possibilidade de mudanças concretas na vida de todos, numa demonstração de espírito cívico, antes de qualquer questionamento frente à efetividade das ações.

Se dialogar foi o caminho escolhido pelos cidadãos da sociedade civil membros do Fórum Florestal, oxalá que esta iniciativa possa realmente contribuir para melhorar as relações com as empresas no sentido de poder levar para as organizações não só as demandas comunitárias, mas as propostas mitigadoras dos impactos causados pela presença da atividade na região, erguidas a partir da consideração dos problemas e do desejo de encontrar caminhos de solução.

Para a sociedade civil do Fórum Florestal, ao que observou-se, unicamente contrapor-se à presença do grande capital não foi o suficiente para construir e mudar caminhos. Constatou-se que foi preciso perceber e aceitar a possibilidade de ouvir e falar, e acreditar na força do protagonismo social, mesmo diante do gigante capital.

Averiguo-se quando os autores da democracia participativa, e mesmo da deliberativa, discorrem sobre a construção democrática, que o fazem considerando o sistema econômico presente e apontam para a construção de saídas, de tentativas de equacionamento, e muitas vezes também de descrédito, porém não de afrontamento direto contra o regime econômico e

a ordem vigente. E dentre essas possibilidades de encaminhamento de solução está a construção de espaços públicos, na implementação de uma efetiva participação cidadã.

Deste modo, vê-se, então, cada vez mais, a emergência de atores coletivos locais, fruto de uma fresta entre o poder público e o sujeito, este último buscando alternativas para que suas demandas sejam merecedoras de atenção e de resolução diante do distanciamento do cidadão com o Estado, em suas diversas formas de representação: executivo, legislativo e judiciário. Esses atores mobilizam redes comunicativas capazes de co-produzir uma esfera pública.

O efeito resultante é a construção de espaços públicos, além dos já institucionalizados sob a forma de cogestão entre o Estado e a sociedade civil. Assim, ao lado de instrumentos típicos de participação social como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos, o espaço público pode ser construído por instâncias formadas por outros atores sociais, com dinâmicas diversas de funcionamento.

Se em algum momento falta alguma experiência para a sociedade civil organizada, esta carece também para outros atores que compõem a cena, porque o processo democrático participativo no Brasil ainda é um exercício recente. Particularmente, em relação ao Fórum Florestal, o que observou-se foi uma troca de vivências e um amadurecimento dos atores envolvidos no diálogo, como num grande aprendizado coletivo.

Estar-se-á tratando, deste modo, ao considerar o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, de um espaço público que comporta os mais diversos grupos organizados da sociedade, cuja natureza é essencialmente política argumentativa.

O quadro histórico de ausência do Estado estimula que outros atores possam preencher o vazio. Há uma tentativa do Estado de retomar este planejamento, se apoderando de uma prerrogativa que também é sua: a governança. “O Estado que eu defendo é o que dialoga, participa, ouve”, diz o entrevistado 02 do Governo. Quando questionado sobre a existência do Fórum Florestal a partir da constatação da ausência do Estado, o mesmo afirma que o Fórum Florestal deve funcionar como um apoio às ações do Estado, pois não existe amparo institucional no País que confira legitimidade a essa instância. “Quem dá esta legitimidade é a lei, é o Estado. Como esse arcabouço pode ser feito fora do Estado?”, questiona. O Fórum Florestal, portanto, para esse entrevistado, tem um papel auxiliar e complementar. Ele sempre será um agente de provocação/discussão, ele nunca poderá ser o definidor das Políticas

Públicas porque falta uma parte, justamente a que daria uma legitimidade dentro dos moldes do Estado brasileiro.

Observa-se, porém, que o Fórum Florestal não intenciona substituir o Estado ou focar as suas ações para a construção de Políticas Públicas. Os acordos e deliberações atingidos com o trabalho do Fórum Florestal vão além do que a legislação atual prescreve e com uma efetividade de discussões e ações sobre temas de forma intersetorial, abrangendo o meio ambiente – a prevenção, quando da minimização dos impactos da atividade de silvicultura e nos “Dez mandamentos do fomento” e a conservação, ao discutir as áreas florestais de Unidades de Conservação, Reservas Legais e áreas de preservação permanente; a geração de renda, com o projeto Artesão Legal e outros relacionados ao uso múltiplo do eucalipto; a questão da segurança alimentar, a exemplo da rota das barcaças da Veracel e os pescadores da RESEX Corumbau; do trabalho descente, apontando para a questão da atividade de carvoejamento, que envolve o trabalho infantil, escravo e indigno; de ordenamento do território, ao acordar sobre o afastamento do plantio comercial de eucaliptos dos centros urbanos e o não plantio em áreas de cacau cabruca, dentre outros exemplos.

Infere-se que, ao analisar o contexto e o movimento que levou os atores a construir um espaço público sem a presença do Estado, foi, primeiramente, a prerrogativa de que existem questões onde o Estado não deve fazer parte pela natureza do assunto, e depois, reconhecendo a possibilidade da autonomia e do protagonismo da sociedade civil, onde o Estado se ausenta, algo há de ser feito para que as relações possam ser equalizadas e a dinâmica do território possa continuar pulsante. Mesmo, opina-se, de que não seja prudente se desvincilhar do vínculo com Estado, pois ele representa o intermediador de muitas relações e gestor do amparato social necessário para a tranquilidade da população.

A lacuna também que outras instituições públicas não estatais, a exemplo do CEPRAM, tem levado à comunidade a gestão direta de suas inquietações, conflitos e realizações de ações, e abre a possibilidade do estabelecimento de diálogos entre representantes da sociedade civil e empresas privadas, num movimento de democratização da própria sociedade, fortalecendo-a.

Neste sentido, em direção à governança do território, a união de forças e o equacionamento de muitas querelas, ainda que a solução definitiva dos problemas não ocorra, mas se trabalhe na perspectiva do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário incorporar no diálogo e nas ações, para além da própria sociedade civil, a iniciativa privada e o Estado.

Destarte, essa seria a forma mais democrática de construção de Políticas Públicas, considerando o contexto econômico, mas também, o social.

Conseqüentemente, defende-se nessa dissertação a necessidade de um Estado que assegure os direitos cidadãos, e que se ampare em seus arcabouços legais para garantir o acesso do cidadão a eles e punir àqueles que o coíbem.

O Fórum Florestal, um espaço deliberativo local, tem sua força pela proximidade com o contexto e os seus problemas, ainda que de forma predominantemente presuntiva. Dois fatores, acredita-se, precisam ser agregados no empenho do Fórum Florestal, quais sejam, estar mais próximo da comunidade trazendo-a para a instância de debate e deliberação e articular-se melhor no território, não só com as redes já institucionalizadas, mas junto à lideranças locais, agindo também na participação cidadã nos municípios.

Deste modo, percebe-se a iniciativa de unir o setor privado e a sociedade civil em um espaço dialógico como um grande desafio para ambas as partes, pela posição antagônica em que sempre se defrontaram; pela dificuldade de quebrar barreiras e paradigmas; por ter que construir cada um, ao seu modo, um jeito de se relacionar sem perder os propósitos que o levaram ao diálogo, nem as premissas do próprio diálogo. Certamente, essa é uma nova construção que deverá ser compartilhada entre seus pares e poderá ser um exemplo para outros setores da economia como garantia de uma sustentabilidade empresarial. Para a sociedade civil, a lição também é válida, pois mostrou-se ser um modelo bem sucedido de protagonismo social e de participação cidadã.

A abertura e a consolidação de um espaço de diálogo, privilegiando a integridade de opiniões, de posicionamentos e de oportunidade crítica, direcionados à construção de equacionamento de questões, foi o primeiro ganho estruturante para a continuidade da relação e a base para outras conquistas no Fórum Florestal. Outros resultados começam a se tornar visíveis, pois a ação os concretiza e permite que sejam extensíveis, e neste ponto, os acordos e deliberações, ainda que tímidos para o anseio de muitos e a carência da comunidade, já demonstram efetividade.

Neste espaço público instituído, parece haver um “contrato” estabelecido entre a sociedade civil e as empresas de base florestal, indicando para uma convivência dialógica, o que representaria um avanço para a constituição de uma relação democrática no território, para além dos parcos momentos em que a sociedade tem para discutir a influência de um

projeto empresarial nas suas vidas, seja negativa ou positiva, que se restringem às primeiras licenças ambientais, quando ocorre.

A sinergia acontece pelo encontro de possibilidades de concordância entre ambas as partes e é o que faz com que do dissenso se construa o consenso.

Não se detendo nos desenhos democráticos atrelados ao Estado, e não se limitando a relação da sociedade civil com o mesmo, o Fórum Florestal se arvora a dialogar com o grande capital em busca de um presente mais esperançoso, e um futuro de melhorias concretas no território.

Porém, acredita-se que iniciativas da natureza do Fórum Florestal vêm completar os outros instrumentos vigentes e pertencentes à estrutura formal do Estado, mas que a criação destes e de quaisquer outras instâncias *per si* não garantem a justiça social. A luta por esta causa é maior e mais ampla e extrapola a ação local, necessitando de uma consciência cidadã mais dilatada. Para tanto, deve-se considerar, inclusive, a heterogeneidade do Estado, ou seja, a governabilidade deste, e faz parte da ação cidadã escolher seus representantes de forma que, ao realizar o controle social sobre o Estado, possa-se constatar que o escolhido está trabalhando e respondendo às carências e desejos de uma população.

O desafio ao analisar a dinâmica e funcionamento do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia é, justamente, considerando que um dos atores sociais é do segmento da sociedade civil, verificar verdadeiramente a sua contribuição para um diálogo e um consenso, sendo que este precisa demonstrar a sua ação comunicativa, apesar de todo o contexto, tanto econômico, quanto social e político, serem estruturalmente preconcebido em favor de uma ordem dominante.

Essa preocupação recai na possibilidade do diálogo se estabelecer conforme a situação, pois não se trataria de um colóquio entre sujeitos onde se discorreria por igual. Não desejando ser tão firme quanto Mézáros ao acreditar que um diálogo desta ordem seja idealista, mas considerando a dificuldade do estabelecimento de tal relação, é que pensa-se que o Fórum Florestal vem, não para desestruturar a ordem estabelecida, mas para tentar, a partir de uma oportunidade de dialogar fruto de um tensão mercadológica, rearrumar alguns aspectos do território desgovernado, tanto no sentido literal da palavra, como naquilo que concerne em dar um rumo para o porvir.

Acredita-se que assim como o Fórum Florestal, a existência na atualidade de Fóruns da Sociedade Civil vem trazer uma perspectiva de se analisar as novas possibilidades de modelo democrático.

Especialmente, em relação ao Fórum Florestal, algumas considerações e sugestões podem ser feitas a título de contribuição para o aprimoramento da iniciativa, mesmo que as identificando nas falas, atas e intenções demonstradas pelos seus membros, pois, se não inovadoras, servirão para lembrar.

Primeiramente, uma atenção para que o mesmo não perca o que já foi construído, voltando-se para a sua história, debates realizados, deliberações estabelecidas, num resgate de uma memória que ajudará, crer-se, no desenho do rumo. Em complementariedade a esta ação, dedicar-se a monitorar o que já foi determinado, não só as ações operacionais, mas as construções inerentes ao diálogo e as relações constituídas, sem perder a perspectiva da revisão para o aprimoramento, e em especial, saber manejar os conflitos inerentes à diversidade dos atores presentes no diálogo e seus interesses, particularmente dentro do seio da sociedade civil, em nome do bem coletivo.

Segundo, não subestimar a força e o respeito adquirido do Fórum Florestal e investir mais no espelhamento de sua experiência, divulgando-a como um ganho democrático, mas empenhando-se também na construção de Políticas Públicas, não só através dos seus acordos, que servem de exemplo, mas sendo mais pró-ativo junto às instâncias de deliberação pública (CEPRAM, Comitês, outros Fóruns não estatais, no legislativo, judiciário, executivo e na cidadania política cotidiana). Neste aspecto, aproveitar a possibilidade de sinergia entre a sociedade civil e as empresas para pensar o território conjuntamente.

E por último, e tão importante ou mais, voltar-se efetivamente para as questões de cunho social, que certamente, quando da ampliação dos representantes da sociedade civil, agregando as associações comunitárias, as comunidades tradicionais, as cooperativas e outros modelos de organização social, chegará com mais pertinência e legitimidade ao Fórum. Não obstante, não esquecer que para tal, necessita-se despir-se da arrogância profissional, da intolerância pela diferença e sair do discurso puramente racional, para tomar em consideração outras formas de expressão inerentes as relações sociais e a força da palavra.

Sobre a experiência observada no Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, desafia-se ao mesmo a responder a questão de Wood (2003, p. 203): “Seria possível imaginar uma forma de democracia que penetrasse o domínio lacrado pelo capitalismo moderno? Seria

possível que o capitalismo sobrevivesse a extensão da democracia? O capitalismo é compatível com a democracia em seu sentido literal? [...]”. Indica-se aos interessados pelo tema acompanhar os passos do Fórum Florestal.

Finalizando, recomenda-se que este desenho democrático participativo, assim como outras iniciativas sociais, de modo inclusivo os Fóruns da Sociedade Civil, pela suas presenças, importâncias e ocorrências em todo o País, sejam objeto de estudo, num aprofundamento acadêmico sobre a matéria. Muito se tem o que explorar nas possibilidades de encontrar as eficácias que possam ajudar na construção democrática extensiva e equitativa. A começar por investigar que forças existem na sociedade civil que ajudam na construção de espaços públicos; Como agregar a essas iniciativas o capital social na intenção de elevar valores de solidariedade e reciprocidade para essas iniciativas; Como percebem as pessoas de vida comum, iniciativas como essa, e qual o nível de pertencimento, engajamento e representatividade das pessoas com este tipo de espaço e com seus possíveis representantes. São perguntas a serem respondidas e que muito ao que parece, contribuiriam para a consolidação da democracia enquanto um regime que colabora para a justiça social.

REFERÊNCIAS

ABAD, Sueli. **Solicitação (sobre a participação do MP no grupo de mensagens)**. Recebido por forumflorestalba@googlegroups.com em 17 de abril de 2009a.

_____. **Convite a instituições públicas e nova versão de pauta**. Recebido por forumflorestalba@googlegroups.com em 24 de setembro de 2009b.

_____. **RES: Informações**. Recebido por plenaria-do-forum-florestal@googlegroups.com em 21 de fevereiro de 2010.

ALLEN, Michael. *Stakeholding* com outro nome: uma estratégia de negócios da terceira via. In: GIDDENS, Anthony (org.). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ALVES, Geraldinho. Entidades pedem moratória do plantio de eucalipto no Extremo Sul da Bahia e ficam contra duplicação da Veracel. **Imprensa Livre, 2009. Disponível em:** <<http://redeimpresnalivre.blogspot.com/2009/03/entidades-pedem-moratoria-do-plantio-de.html>>. **Acesso em: 22 jan. 2010.**

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARTAZA, Oscar. **Solicitação (sobre a participação do MP no grupo de mensagens)**. Recebido por forumflorestalba@googlegroups.com em 04 de abril de 2009a.

_____. **Re: deliberação da plenária: código de ética**. Recebido por plenaria-do-forum@googlegroups.com em 27 de novembro de 2009b.

_____. **Re: Informações**. Recebido por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 21 de fevereiro de 2010a.

_____. **Ata de reunião março**. Recebido por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 15 de março de 2010b.

_____. **Fórum Florestal contrata**. Recebido por forumflorestalba@googlegroups.com em 19 de março de 2010c.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, 2010. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/historia2.cfm>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

AVRITZER, Leonardo. **Ação, fundação e autoridade em Hanna Arendt**. São Paulo: Lua Nova 68, p. 147-167, 2006.

_____. A participação social no Nordeste. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14 n. 1, jun. 2008.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e uso na América Latina. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n.4, 2004.

AZEVEDO Jr., José F. **Desligamento da rede de Ong's da Mata Atlântica (RMA)**. Recebido por forumflorestalBA@googlegroups.com em: 31 de julho de 2009.

_____, José F. **Informações**. Recebido por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em: 15 de fevereiro de 2010a.

_____, José F. **O Fórum Florestal**. Recebido por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em: 15 de fevereiro de 2010b.

BAHIA NEGÓCIOS. **Caso Veracel**: Licenças ambientais concedidas com o pagamento de propinas a funcionários públicos e financiamento de campanhas. Salvador, março de 2009. Disponível em: <<http://www.bahianegocios.com.br/Edicoes/148/148.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010

BAQUEIRO, Marcello (Org.). **Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRJ, 2007.

BAQUEIRO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org.). **Capital social**: teoria e prática. Ijuí: Unijuí, 2006.

BARBER, Benjamin R. Como civilizar a sociedade e fortalecer a democracia. In: GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: UNESP, 2001.

BARBOSA, Aurinézio C. **Responsabilidade Social Corporativa do Pólo Industrial de Camaçari : a influência do Conselho Comunitário Consultivo**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2003. Disponível em: <http://www.teclim.ufba.br/site/material_online.php?categoria=Disserta%E7%E3o>. Acesso em: 3 fev. 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 85-130.

_____. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BOBBIO, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política - 2 Vols**. Brasília: UNB, 1986.

BOHMAN, James. O que é deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In: MARQUES, Ângela C. S.(Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

BORGES, Rosane. **Solicitações (sobre a participação do MP no Grupo de Debates via e-mail)**. Recebida por forumflorestalba@googlegroups.com em 19 de abril de 2009.

BORON, Atilio A., **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRACELPA. **Responsabilidade social das empresas do setor de celulose e papel 2003**. São Paulo: BRACELPA, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 17 jun. 2009.

CARMO, Ana Paula. **Código de conduta Fibria**. Mensagem recebida por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 16 de março de 2010.

CARNEIRO FILHO, Renato G. **Res: deliberação da plenária: código de ética**. Recebido por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 25 de novembro de 2009.

CARVALHO, Daniela. Pré-sal sabota biocombustível, afirma francês. **Folha online**, 16 de março de 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo A. **participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Instituto Polis, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CAVALCANTE, Ricardo C. **Aspectos éticos e estratégicos da mudança empresarial: o caso da Borregaard-Riocell**. Dissertação de Especialização, 1995 (xerocopiado).

CEPRAM. Resolução nº 3.925 de 30 de janeiro de 2009. **Diário Oficial do Estado da Bahia** Bahia: Empersa Gráfica da Bahia, 04.03.2009. Disponível em: http://www.sema.ba.gov.br/legislacao/resolucao_cepram/resolucao_3925_anexo.pdf. Acesso em: 22 mar. 2010.

_____. Resolução Nº 4056, de 02 de março de 2010. **Diário Oficial Do Estado Da Bahia. Ano XCIV, nº 20216 – edição on line**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 09.03.10. Disponível em: http://www.egba.ba.gov.br/diario/DO09/DO_frm0.html. Acesso em: 22 mar.2010.

_____. Resolução nº 8345 de 16 de outubro de 2002 **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Bahia: Empresa Gráfica da Bahia, 16.10. 2002. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/cepram/regimento/template01.cfm?idCodigo=307>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

COELHO, Vera Schattan; NOBRE, Marcos. Apresentação. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Orgs). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: 2004.

COHEN, Joshua. Igualitarismo, internacionalização e cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15 n. 44, out. 2000.

COMISSÃO COMUNITÁRIA DO PROJETO CELULOSE DA COPENER. **RELATÓRIO – Discussão sobre a implantação da fábrica de celulose pela COPENER**, abril/199.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Ver. Brás. Ci. Soc.**, v. 12, n. 35, out. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 17 maio 2009.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: _____. (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

D`ARAÚJO, Maria Celina. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

DIÁLOGO FLORESTAL. **Sementes do diálogo: registros da primeira fase do diálogo florestal para a Mata Atlântica, 2005-2007**. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2008.

EDWARDS, Michael. Humanizando o capitalismo global. Qual caminho tomar? In: GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ENVOLVERDE. **Justiça federal suspende licenciamento de empreendimento de carcinicultura na Bahia**. Salvador: IPS, 18.08.07. Disponível em: <http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota_audio.php?idnews=2761>. Acesso em: 23 mar. 2010.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 13 de julho de 2005. Itamaraju, 2005a.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 09 de agosto de 2005. Eunápolis, 2005b.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 12 de dezembro de 2005. Porto Seguro, 2005c.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 07 de março de 2006. Eunápolis, 2006a.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 27 de abril de 2006. Porto Seguro, 2006b.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 06 de junho de 2006. Porto Seguro, 2006c.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 08 de agosto de 2006. Porto Seguro, 2006d.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 04 de outubro de 2006. Porto Seguro, 2006e.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 19 de dezembro de 2006. Porto Seguro, 2006f.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 13 de março de 2007. Prado, 2007a.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 25 de abril de 2007. Porto Seguro, 2007b.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 14 e 15 de julho de 2007. Porto Seguro, 2007c.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 29 e 30 de agosto de 2007. Teixeira de Freitas, 2007d.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 29 e 30 de outubro de 2007. Porto Seguro, 2007e.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 19 e 20 de dezembro de 2007. Itamaraju, 2007f.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 06 e 07 de março de 2008. Porto Seguro, 2008a.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. Ata da reunião de 08 e 09 de maio de 2008. Porto Seguro, 2008b.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 16, 17 e 18 de julho de 2008. Porto Seguro, 2008c.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de s/d de 2008. Porto Seguro, 2008d.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 19 e 20 de novembro de 2008. Porto Seguro, 2008e.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 05 e 06 de fevereiro de 2009. Porto Seguro, 2009a.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 08 e 09 de abril de 2009. Porto Seguro, 2009b.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 14 de maio de 2009. Porto Seguro, 2009c.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 17 e 18 de junho de 2009. Itabatã, 2009d.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 19 e 20 de agosto de 2009. Porto Seguro, 2009e.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 21 e 22 de outubro de 2009. Teixeira de Freitas, 2009f.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 02 e 03 de dezembro de 2009. Porto Seguro, 2009e.**

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Ata da reunião de 02 e 03 de março de 2010. Itamaraju, 2010.**

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: **Habermas and the Public Sphere**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1999.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, nov. 2003.

GIDDENS, Anthony. Introdução. In: GIDDENS, Anthony (org.). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GOHN, Maria da G.. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **O protagonismo da sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007a.

_____, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

GOMES, Antônio N. **Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais**. Tese de Doutorado. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2005. (xerocopiado)

_____. **Certificação florestal: um modelo de gestão orientado para a sustentabilidade** (no prelo).

GOMES, Antônio N.; OLIVEIRA, Leila M. S. **Construindo o diálogo para o desenvolvimento socioambiental: a experiência do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia**. In: CONGRESSO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E DINÂMICA TERRITORIAL, 5., 2008, SALVADOR. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2008.

GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de Governança**. s/d. Disponível em: <<http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

GOVERNO DA BAHIA. **Lei 10.431, de 20 de dezembro de 2006**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=LEIS&p=LEGISLA>>. Acesso em: 03 jan. 2010

GOVERNO DA BAHIA. **Decreto 11.235 10 de outubro de 2008**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=DECRETOS&p=LEGISLA>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

GOVERNO DA BAHIA. **Avaliação Ambiental Estratégica será lançada no Extremo Sul da Bahia**. 26.01.2010. Disponível em: <http://intranet.meioambiente.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7811:texto-teste&catid=1:noticias&Itemid=105>. Acesso em: 23 fev. 2010

GUERRA, Teoney. **Cepam suspende licenciamentos de Pequenas Centrais Hidrelétricas**. **RADAR64**, 09.03.2010. Disponível em: <<http://www.radar64.com/ler.php?doc=7500>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLVORCEM, Christiane. **Resultado da seleção para a secretaria executiva do Fftal**. Recebido por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 27 de janeiro de 2010a.

HOLVORCEM, Christiane. **Reunião para Criação da Comissão R. de Acompanhamento da AAE do Extremo Sul**. Recebido por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 27 de janeiro de 2010b.

ICMS ECOLÓGICO. <http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=57>. Acesso em: 10 mar. 2010.

IMA. **Avaliação Ambiental Estratégica, 2009**. Disponível em: <<http://www.cra.ba.gov.br/index.php/avaliacao-ambiental>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

IN-PACTO. **Desligamento da Rede de Ong´ da M. Atlântica**. Mensagem recebida por redemataatlantica@yahogroups.com em 30 de julho de 2009.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL – ETHOS. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/docs/institucional/perguntas.html>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

LA JARA. A institucionalização da Participação Cidadã: análise dos marcos legais da participação na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LASZLO, C. **Valor sustentável**: como as empresas mais expressivas do mundo estão obtendo bons resultados pelo empenho em iniciativas de cunho social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

LATHAM, Mark. A terceira via: um esboço. In: GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LIMA, Evandro. Porto Seguro: Silvicultura de eucalipto no Sul e Extremo Sul. **Atlântica News**, 07/11/2007. Disponível em: <http://www.atlanticanews.com/texto/codigo/6088-silv-eucalip.html>. Acesso em 10 fev. 2010.

LORD, Lúcio. Distinções entre a esfera pública habermasiana e os espaços públicos brasileiros. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Santa Catarina: Argos, 2007.

LUCHMANN, Lígia H. H. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 70, 2007.

MANZINE-COVRE. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MARQUES, Ângela C. S. As interseções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In: MARQUES, Ângela C. S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MARQUES, Francisco P. J. A. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo de caso do estado brasileiro.** Tese de doutorado (xerocopiado). Salvador: UFBA, 2008.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: _____. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 57-115.

MELQUÍADES. **Pauta do próximo encontro do Fórum Florestal – 2 e 3 de março, em Itamaraju.** Recebida por paulodima@terra.com.br em 25 de fevereiro de 2010.

MENDES, Sérgio. **Mais ações...** . Recebida por rmbaba@yahoogrupos.com.br em 26 de outubro de 2009.

MENEZES, Paulo D. **Apresentação do Fórum Florestal ao Sec. Estaduais e Municipais de Meio Ambiente.** Mensagem recebida por forumflorestalba@googlegroups.com em 11 de março de 2009a.

_____. **Solicitação da ata (A/C Paulo Dimas).** Mensagem recebida por forumflorestalba@googlegroups.com em 25 de março de 2009b.

_____. **Solicitações (sobre a participação do MP no grupo de debates via e-mail).** Mensagem recebida por forumflorestal@googlegroups.com em 22 de abril de 2009c.

_____. **Site novo no ar.** Mensagem recebida por forum florestal@googlegroups.com em 07 de julho de 2009d.

_____. **deliberação da plenária: código de ética.** Mensagem recebida por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 25 de novembro de 2009e.

_____. **Finalização da ata.** Mensagem recebida por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 07 de outubro de 2009f.

_____. **Edital para contratação de secretaria executiva do Forum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia.** Mensagem recebida por forumflorestalba@googlegroups.com em 07 de dezembro de 2009g.

_____. **RES: Desculpas.** Mensagem recebida por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 26 de janeiro de 2010a.

_____. **RES: Informações** Mensagem recebida por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 21 de fevereiro de 2010b.

_____. **Re: Pauta do próximo encontro do Fórum Florestal – 2 e 3 de março em Itamaraju.** Mensagem recebida por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 25 de fevereiro de 2010c.

MESQUITA, Carlos A. Histórico das reuniões entre ambientalistas e empresas de papel e celulose do sul e extremo sul da Bahia, 2006 in: MESQUITA, Carlos Alberto. **Informações**. Mensagem recebida por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 15 de fevereiro de 2010.

_____, Carlos A. **Solicitação de Ata (A/C Paulo Dimas)**. Recebida por forumflorestalba@googlegroups.com em 14 de março de 2009.

_____, Carlos A. Nômina das fazendas sorteadas para monitoramento do acordo de fomento. Recebida por forumflorestalba@googlegroups.com em 16 de janeiro de 2010.

MÉSZÁROS, Isteván. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boi tempo Editorial, 2004.

MILANI, Carlos. Participação Social e ação pública local na Bahia. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Veracel é condenada a pagar R\$ 20 milhões por desmatamento**. MPF/BA, 2008. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-ba-veracel-condenada-a-pagar-r-20-milhoes-por-desmatamento>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

MORGADO, Jeferson. **Solicitações (sobre a participação do MP no Grupo de Debates via e-mail)**. Recebida por forumflorestalba@googlegroups.com em 17 de abril de 2009.

MOTA, Áurea. Fissuras na estrutura do mandonismo: Transformações recentes e ampliação do escopo democrático na Bahia. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MOTA, A. M.; PAIVA, I. E. P.; GUIMARÃES, J. R. S.; DAMASCENO, L. R.; DIAS, N. J.; DIAS, M. S. L.; MOTTA, M. Avaliação da dinâmica demográfica e desenvolvimento territorial dos municípios da área de influência do plantio e beneficiamento de eucalipto no Extremo Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo: análise e delineamento de ações para a promoção do desenvolvimento sustentável. Salvador: PLANARQ. **Relatório Final**, tomo I, revisão A, 2003.

NEVES, Ângela Vieira. Espaços Públicos e práticas políticas: os riscos de despolitização da participação da sociedade civil. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Santa Catarina: Argos, 2007.

NEVES, Raphael; LUBENOW, Jorge. Entre promessas e desenganos: lutas sociais, esfera pública e direito. In: Nobre, Marcos; Terra, Ricardo (Orgs). **Direito e Democracia - um guia para leitura de Habermas**. São Paulo: Malheiros, 2008.

NOBRE, Marcos. Introdução. In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (Orgs). **Direito e Democracia - um guia para leitura de Habermas**. São Paulo: Malheiros, 2008.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de C. **Desenvolvimento sustentável: A institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. Ibama, 2002.

_____. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Orgs.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: 34, 2004.

NUNES, Israel. Ceptram recomendado a paralisar implantação de complexo minerário. **Blog do Israel Nunes**, 04 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.israelnunes.com.br/v1/2010/02/04/cepram-recomendado-a-paralisar-implantacao-de-complexo-minerario>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

OLIVEIRA, Fausto. **Sul da Bahia reage a nova investida da Veracel**. FASE, s/d. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3084>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

OLIVEIRA, Leila M. S. Quando a dignidade vira cinzas. **PLURIDOC**, 2010, Disponível em: <<http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?lang=pt>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

ORMUNDO, Antônio. **Reunião para Criação da Comissão R. De Acompanhama neto da AAE do Estremo Sul**. Recebida por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 25 de janeiro de 2010.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PENZZA, Rosa. **RES: desculpas**. Recebido por plenaria-do-forum-ba@googlegroups.com em 26 de janeiro de 2010.

PECIN, Jeferson. **Re: deliberação da plenária: código de ética**. Recebido por plenaria-do-forum@googlegroups.com em 27 de novembro de 2009.

PEREIRA, Marcus A. G. Modelos democráticos deliberativos e participativos – similitudes, diferenças e desafios. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Santa Catarina: Argos, 2007.

PINHEIRO, Valéria M. **Solicitações (sobre a participação do MP no Grupo de Debates via e-mail)**. Recebido por forumflorestalBA@googlegroups.com em 09 de abril de 2009.

POMPEU, Carolina. **PRR-1: mantida paralisação de empreendimento turístico baiano**. Notícias do Ministério Público Federal. s/d. Disponível em: <<http://www.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/trf-acata-parecer-do-mpf-e-mantem-paralisacao-de-empreendimento-turistico-baiano>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e mobilização na Agenda 21**. Vitória/ES: EDUFES/FACITEC, 2003.

RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica**. São Paulo: Lua Nova, 1992, n. 25, p. 25-59.

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. **O pacto da Rede Gazeta de Comunicações com a empresa Aracruz Celulose - Carta Denúncia**. Vitória, 2002. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/12/File/Rede_alerta/cartas_manifestos/559_carta__denuncia.pdf> Acesso em: 5 jan. 2010.

_____. **Manifesto contra o deserto verde e a favor da vida**. In: Site da Fase, 2004. Disponível em: <<http://www.pad.org.br/v2/pagina.php?id=431>>. Acesso em: 6 jan. 2010.

_____. **Empresas pressionam Governo para expandir Deserto Verde na Bahia. Observatório Social, 2009**. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index2.php?option=content&task=view&id=3638&pop=1&page=0>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

REIS, Joice. **Ata de fevereiro + calendário de encontros em 2009**. Recebido por forumflorestalBA@googlegroups.com em: 24 de março de 2009.

REPA, Luiz Sérgio. **Direito e Teoria da Ação Comunicativa**. In: Nobre, Marcos; Terra, Ricardo (Orgs). **Direito e Democracia - um guia para leitura de Habermas**. São Paulo: Malheiros, 2008.

REUTERES NEWS. **VCP e Aracruz formam maior empresa do mundo em celulose**. Invertia, 2009. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200909011405_RTR_1251813914nN01483779&idtel=>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. São Paulo: Publifolha, 2001.

ROCHA, Eduardo. **Ibama recebe recomendação do MP para embargar Pituauçu de novo. Correio da Bahia, 22.01.09** Disponível em: <<http://correio24horas.globo.com/noticias/noticia.asp?codigo=16365&mdl=26>>. Acesso em: 23 jan. 2010.

ROMANO Jorge A; SHANKLAND, Alex. **Posfácio: Trajetórias de organizações e luta pela redemocratização da governança no Brasil**. In: ROMANO, Jorge O.; ATHIAS, Renato; ANTUNES, Marta (Orgs.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Porto Alegre: LP&M, 2008.

SANTOS, Boaventura de S.; AVRITZER, Leonardo. **Introdução: Para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS, Boaventura de S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEMA. **Avaliação Ambiental Estratégica será lançada no Extremo Sul da Bahia.** 26 de Janeiro de 2010. Disponível em: <http://intranet.meioambiente.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7811:texto-teste&catid=1:noticias&Itemid=105>. Acesso em: 11 mar. 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN. **Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Bahia. Plano Plurianual – PPA 2002/2011.** Governo do Estado da Bahia, 2008. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_2008_sumario.htm>. Acesso em: 12 mar. 2010.

SILVESTRE, Luciana. **Veracel compra servidores na Bahia para plantio irregular de eucalipto.** Brasil de Fato, 2008. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/veracel-compra-servidores-na-bahia-para-plantio-irregular-de-eucalipto>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

SIQUEIRA, Rubens. **Estado da Bahia desrespeita a população e concede licença à Bahia Mineração Ltda-BAMIN.** Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/03/23/estado-da-bahia-desrespeita-a-propulacao-e-concede-licenca-a-bahia-mineracao-ltda-bamin>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

SOUZA, Cleonice Borges de. **Conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável (cmdrs): campo de poder e de conflito social.** Dissertação de Mestrado em Agronegócio do Programa de Pós-graduação Multiinstitucional em Agronegócio (PPAGRO). Consórcio entre a Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade de Brasília. Goiânia, 2007. Disponível em: <<http://www.pluridoc.com.br>>. Acesso em: 1 set.2008

SOUZA, Marcílio. **Índice Dow Jones de Sustentabilidade tem 8 empresas.** Portal Exame, 2008. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/ae/financas/m0167196.html>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2002.

TREVISOL, Joviles V. **Atores sociais e meio ambiente: análise de uma rede transnacional de organizações da sociedade civil.** Chapecó: Argos, 2007.

VERACEL. **Veracel em números.** Folder. Veracel: 2008.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

VITALE, Denise. **Democracia semidireta no Brasil pós-1988: a experiência do orçamento participativo**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. (xerocopiado)

VITALE, Denise; MELO, Rúrion S. Política deliberativa e o modelo procedimental de democracia. In: Nobre, Marcos; Terra, Ricardo (Orgs). **Direito e Democracia - um Guia para Leitura de Habermas**. São Paulo: Malheiros, 2008.

VIZEU, Fábio; BIN, Daniel. Democracia Deliberativa: leitura crítica do caso CDES à luz da teoria do discurso. **Ver. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, jan./fev. 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Páginas acessadas na internet:

<http://www.bioatlantica.org.br/ibio.asp>. Acesso em: 21 mar. 2010.

<http://www.sema.ba.gov.br/noticias>. Acesso em: 12 ago. 2008.

<http://www.inga.ba.gov.br/ingaonline>. Acesso em: 12 ago 2008.

<http://www.seia.ba.gov.br/noticias>. Acesso em: 10 maio 2008.

http://www.freedomhouse.org/uploads/fiw09/CompHistData/FIW_AllScores_Countries.xls
Acesso em: 23 maio 2009. Traduzido pela autora.

<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=1>. Acesso em: 17 out. 2009.

<http://www.cebrap.org.br/>. Acesso em: 22 nov. 2009.

<http://www.dialogoflorestal.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2010.

<http://www.cepedes.org.br/redealerta.php>. Acesso em: 5 jan. 2010.

<http://www.alerta.inf.br/Geral/370.html>. Acesso em: 19 jan. 2010.

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes>. Acesso em: 19 jan. 2010.

<http://www.weyerhaeuser.com>. Acesso em: 21 jan. 2010.

<http://www.storaenso.com>. Acesso em: 21 jan. 2010.

<http://www.lyptus.com.br>. Acesso em: 21 jan. 2010.

<http://www.ifc.org/portuguese>. Acesso em: 19 jan. 2010.

<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-br>. Acesso em: 21 jan. 2010.

<http://www.youtube.com/watch?v=FzMkNdvltjg>. Acesso em: 29 jan. 2010.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: jan. 2010.

<http://onggamba.wordpress.com/>. Acesso em: 6 mar. 2010.

<http://ospiti.peacelink.it/zumbi/org/germen/index.html>. Acesso em: 6 mar. 2010.

<http://www.abong.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2010.

<http://www.rma.org.br/v3/action/template/display.php?style=index>. Acesso em: 15 mar. 2010.

<http://www.fboms.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2010.

<http://www.falecomopolo.com.br/conselhocomunitario.php>. Acesso em: 16 mar. 2010.

<http://www.naturezabela.org.br/v3/localizacao.html>. Acesso em: 21 mar. 2010.

<http://www.florabrasil.org/>. Acesso em: 21 mar. 2010.

<http://www.florestaviva.org.br/site>. Acesso em: 21 mar. 2010.

<http://www.nature.org/wherewework/southamerica/brasil>. Acesso em: 31 mar. 2010.

<http://www.rma.org.br/v3/action/template/display.php?style=index>. Acesso em: 22 mar. 2010.

<http://www.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/trf-acata-parecer-do-mpf-e-mantem-paralisacao-de-empreendimento-turistico-baiano>. Acesso em: 22 mar. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 01
ENTREVISTAS REALIZADAS

LISTA DE ENTREVISTADOS

- Oscar Artaza – Consultor, membro do Fórum Florestal, Secretário Executivo do Fórum Florestal (a partir de março/2010);
- Márcio Calliari – Coordenador de Meio Ambiente da Suzano Papel e Celulose S.A, membro do Fórum Florestal;
- Virgínia Londe de Camargos - Especialista Ambiental da Veracel S.A, membro do Fórum Florestal;
- Antônio do Nascimento Gomes – Gerência em Sustentabilidade da Fibria S.A, membro do Fórum Florestal;
- Sueli Abad – Membro da Associação Cultural Arte e Educação - ASCAE e do Fórum Florestal, Conselheira do Conselho de Meio Ambiente do Estado da Bahia;
- Jeferson Pecin Bravim – Membro do Natureza Bela e do Fórum Florestal;
- Paulo Dimas Menezes – Membro do Instituto Cidade e do Fórum Florestal, Ex-Secretário Executivo do Fórum Florestal (março de 2008 a março de 2010);
- Gerardo Angel Bressan Smith – Consultor pela COPPE (Avaliação Ambiental Estratégica - AAE), ex-Diretor do Departamento de Desenvolvimento Florestal, Biodiversidade e Unidades de Conservação do Estado da Bahia (1995 a 1998) e Ex-Conselheiro do Conselho de Meio Ambiente do Estado da Bahia – CEPRAM;
- Ruy Muricy – Diretor de Florestas do Instituto de Meio Ambiente do Estado da Bahia;
- Danilo Sette – Membro do Movimento de Defesa de Porto Seguro – MDPS e do Fórum Florestal;
- Anette Eldridge - Membro do Movimento de Defesa de Porto Seguro – MDPS e do Fórum Florestal;
- Ricardo Montagna – Membro da Associação Cultural Arte e Educação - ASCAE e do Fórum Florestal, Conselheiro do CEPRAM;
- Eduardo Mattedi Furkin Werneck – Superintendente de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, Secretário Executivo do Conselho de Meio Ambiente do Estado da Bahia – CEPRAM (2007/2011);
- José Augusto Saraiva – Membro do Germen e do Fórum Florestal, Conselheiro do Conselho de Meio Ambiente do Estado da Bahia – CEPRAM;
- Paulo Vila Nova – Membro do Instituto de Estudos Sócio Econômicos – IESB, Conselheiro do Conselho de Meio Ambiente do Estado da Bahia – CEPRAM;
- Christiane Holvorcem – Membro do IBIO e do Fórum Florestal.
- Carlos Alberto Mesquita – Diretor Executivo do IBIO e membro do Fórum Florestal.

INDICAÇÃO DE ENTREVISTAS NO TEXTO

Nº	DATA DA ENTREVISTA	SEGMENTO
01	27/01/2010	Governo
02	08/02/2010	Governo
03	08/03/2010	Governo
04	10/03/2010	Sociedade Civil
05	30/09/2009	Empresa
06	24/03/2010	Sociedade Civil
07	23/03/2010	Sociedade Civil
08	04/12/2009	Sociedade Civil
09	17/06/2009	Empresa
10	08/04/2010	Sociedade Civil
11	04/12/2009	Sociedade Civil
12	04/03/2010	Sociedade Civil
13	09/04/2009	Empresa
14	04/12/2010	Sociedade Civil
15	03/12/2009	Sociedade Civil
16	03/03/2010	Sociedade Civil
17	03/03/2010	Sociedade Civil

APÊNDICE 02
ROTEIRO DE ENTREVISTA
SOCIEDADE CIVIL E EMPRESAS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

MESTRANDA: LEILA MÁRCIA SOUZA OLIVEIRA

PESQUISA: CONSTRUINDO ESPAÇOS PÚBLICOS – O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO DO SUL DA BAHIA E A POSSIBILIDADE DO DIÁLOGO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A SOCIEDADE CIVIL E EMPRESAS DO FÓRUM FLORESTAL

1. Informações do sujeito

1. Nome: _____
2. Município: _____ Idade: _____
3. Escolaridade: _____ Sexo: () Masc () Fem
4. Profissão: _____
5. Atividade profissional que exerce atualmente: _____
6. Local em que setor trabalha?

2. Participação sociopolítica

1. Participa de alguma organização não governamental?
2. Há quanto tempo?
3. Quantos membros efetivos têm esta organização?
4. Como se mantêm a organização? Ela recebe contribuição dos membros?
5. Ocupa algum cargo, exerce alguma atividade?
6. Qual o objeto social da sua organização?
7. Participa de algum partido político?
8. Está filiado? Por quê?
9. Ocupa algum cargo neste partido ou exerce alguma atividade específica?
10. Participa de algum outro Fórum(s)? Qual(is)?
11. Há quanto tempo participa?
12. Ocupa algum cargo ou exerce alguma atividade nesses Fóruns?

3. Estrutura e organização do Fórum Florestal:

1. Composição do Fórum (representatividade)
2. Forma de escolha dos membros
3. Competências do Fórum Florestal
4. Caráter do Fórum Florestal
5. Data de criação:
6. Qual a quantidade de membros?
7. Como foi realizada a escolha do Secretário Executivo?

4. Dinâmica e Funcionamento do Fórum Florestal

1. Com que frequência ocorrem as reuniões?
2. Onde são realizadas as reuniões?
3. Com relação às datas e às pautas (assuntos) das reuniões, quem decide?
4. Como é realizada a convocação para as reuniões?
5. Para a realização, exige-se um número mínimo de membros presentes?
6. Como são tomadas as decisões no Fórum Florestal?
7. Há a participação da comunidade nas reuniões?
8. Como são custeadas as despesas de participação nas reuniões?
9. O Fórum Florestal possui Regimento Interno ou outro instrumento similar? Se possuir, como este foi elaborado? É possível consultar este documento com facilidade? Você ou sua instituição possui uma cópia deste documento para consultas? Houve alguma alteração posterior, no conteúdo deste documento?
10. Há plena participação dos membros e da motivação para comparecerem às reuniões? (se há um ambiente favorável às discussões e ao debate de idéias)
11. Aspectos positivos e negativos na experiência do Fórum Florestal (fatores responsáveis pelo êxito e pelos entraves neste tipo de experiência de gestão social).
12. Existem obstáculos a serem superados para tornar o trabalho do Fórum Florestal mais consistente?
13. Existem experiências desenvolvidas pelo Fórum Florestal que sejam consideradas inovadoras e que promovam a articulação das forças do território?
14. Qual a sua percepção sobre a presença de relações de poder nos Fóruns?

15. Quais as estratégias para assegurar a plena participação de todos os agentes sociais no Fórum Florestal?

5. Sua relação com o Fórum Florestal

1. Havia participado de alguma experiência anteriormente? Qual?
2. Como se deu a sua designação para participar do Fórum Florestal?
3. Como é a sua relação de participação nas reuniões do Fórum Florestal? (frequência)
4. Você passou por algum processo de capacitação relativa ao exercício dessa função? Qual?
5. Você considera necessária a realização de capacitação para facilitar o desempenho das atividades no Fórum Florestal?
6. Como você trabalha as informações/ações do Fórum Florestal dentro da sua organização? (*input e output*)
7. Participa e/ou participou de algum grupo de trabalho?

6. Percepção sobre a efetividade do Fórum Florestal para a Sustentabilidade socio, econômica e ambiental do Território.

1. Mediação para encaminhamento de políticas públicas;
2. Ações e as relações do Fórum Florestal junto à rede de agentes sociais do município e do território;
3. A existência do Fórum Florestal e a melhoria de indicadores de sustentabilidade;
4. Prática de avaliação e monitoramento sobre os acordos e ações realizadas;
5. Por que a opção pelo diálogo?

APÊNDICE 03
ROTEIRO DE ENTREVISTA
PARA O ESTADO E OUTROS ATORES

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

MESTRANDA: LEILA MÁRCIA SOUZA OLIVEIRA

PESQUISA: CONSTRUINDO ESPAÇOS PÚBLICOS – O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO DO SUL DA BAHIA E A POSSIBILIDADE DO DIÁLOGO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O ESTADO E OUTROS ATORES

1. Informações do sujeito

Nome: _____

Atividade profissional que exerce atualmente: _____

Local em que setor trabalha? _____

2. Avaliação Ambiental Estratégica - AAE

3. Governança e Governabilidade

4. A divisão das ONGs na Bahia

5. CEPRAM

6. A Imagem do Fórum Florestal

APÊNDICE 04
TABELA DE FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES

Nome	Instituição	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	Total	
Abel Couto	ABES																										x			1	
Abilio D. Morais	Veracel														x															1	
Adalberto Correia	Micro P. Rural																									x	x			2	
Adão Tsukamoto	Papamel																									x				1	
Adilécio Galvão Freitas	Suzano													x					x						x					3	
Adna Avancini	Suzano																											x	x	2	
Adriana C. Ferreira	Inst. Cabruca																						x							1	
Adriana R. Azevedo	APPA												x																	1	
Adriele de Jesus Freitas	Artesã - Cabralia																											x		1	
Aelson A. Santos	Casiana																						x							1	
Albino	Resex Corumbau																				x	x								2	
Alessandra Texeira	Veracel																			x	x	x								3	
Alessandro P. Moraes	IBIO																												x	1	
Alexandre Ferreira	Arcelomittal																	x												1	
Alexandre Missiaggia	Aracruz/Fibria											x																		1	
Aline Boina	Flora Brasil																										x		x	2	
Alonso O. Nascimento	Associação de Artesanato															x							x							2	
Altamiranda Cunha	Inst. Terra Brasilis			x	x						x																				3
Altamirano V. Sordêllo	Renova Energia																										x			1	
Altemir José Galavotti	Dama	x	x																											2	
Ana Paula C. Carmo	Fibria																										x	x	x	3	
André Franco Guerra	Naturezabela	x																												1	
Andrea Campeche*	Naturezabela																				x	x	x	x	x	x	x	x	x	9	
Angela Cristina	Integrar																					x								1	
Annette Eldridge	MDPS															x													x	2	
Antonio Carlos	Resex Corumbau																					x								1	
Antonio do Nascimento Gomes	Aracruz/Fibria	x	x		x	x	x		x		x					x	x											x		10	

Nome	Instituição	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	Total	
Antonio Ormundo	ASASCC							x	x	x	x																			4	
Antonio Ormundo	ACTTM											x	x					x	x	x	x	x	x			x		x	x	11	
Antônio Ormundo	Associação Ecotrilha																x													1	
Antonio Ribeiro	MDPS																									x				1	
Antonio Zandanadi	APM																						x							1	
Arival Parente	Flora Brasil													x	x							x			x	x	x		x	7	
Ataliba de Brito Dias	SMADE										x																			1	
Bernado Pires	Veracel																		x											1	
Breno da Silva	ANAC						x																							1	
Breno Lothmann Wrasse	BNB Eunápolis										x																			1	
Camila Cunha Michelin	Flora Brasil/Gestor Mosaico																									x		x		2	
Carielli de Souza Santos	Naturezabela																x	x												2	
Carlos Alberto Bobbio	Coopplantar						x	x	x	x		x	x	x	x		x	x	x	X	X	x								14	
Carlos Alberto Mesquita	IBIO	x	x	x	x	x			x	x		x	x	x	x		x		x						x					14	
Carlos Alberto Santos	ASBENC/Coopplantar				x	x	x	x							x							x						x		7	
Carlos Alberto Sena Aquino	Preserva			x																										1	
Carlos Phillip	Inst. Reciclar																		x		x	x								3	
Carmem Veônica da Silva Lobão	Veracel						x																							1	
Cassiano Gatto	Convidado Biólogo																									x				1	
Celene Brito	GRIN 9/ Veracel/RECITEC																		x	x										2	
Celene Brito	Recitec/Veracel																		x											1	
Celene Brito	Veracel																				x									1	
Célia Moraes	Associação Artesão PS						x		x																					2	
Chris Holvorcem	IBIO																		x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	10
Chris Holvorcem	IUCN												x																	1	
Cíbele Salviatto	Atitude Sustentável						x																							1	
Cláudia Mendes	MDPS																				x									1	
Claudiana O. C. Figueiredo	SEBRAE													x																1	
Cláudio H. Lyrio	IBIO																x	x							x			x		4	

Nome	Instituição	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	Total
Jean F. Timmers	Flora Brasil																					x				x			2	
Jeferson Morgado	MDPS														x		x		x	x									4	
Jeferson Pecin Bravim	IBIO													x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x				11	
Jeferson Pecin Bravim	Naturezabela																								x	x			2	
Jerônimo Christo	Veracel																							x	x	x		x	4	
João Carlos Augusti	Suzano				x	x	x																						3	
João Vicente Languenes	IBAM/Parceiria 21												x																1	
João Zucolotto Filho	Suzano								x																				1	
Jocival Domingos	Fibria																		x										1	
Joel Melo Berbet	Floresta Viva																		x										1	
Johmmi Jarten S. S	Ouvinte - Motorista																										x		1	
Joice Reis	Inst. Cabruca																					x	x		x				3	
Jorge Fernandes Santos	ASCBENC														x														1	
Jorge Luiz R. Junior	JD Roza																									x			1	
José Alison da Silva Dias	ASCBENC						x							x	x														3	
José Augusto Saraiva	Germen												x							x									2	
José Batista Prolideira	Artesão															x													1	
José Dilson da Silva	ASBEC / Coopplantar					x											x			x		x	x		x	x			7	
José Francisco Azevedo Júnior	Naturezabela	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x									x		x	x		17	
José Francisco Azevedo Júnior	SEMARH/SEMA/APA																x	x	x	x		x	x					x	7	
José Márcio Cardoso	Veracel												x																1	
José Murilo Philigret Baptista	SEMARH														x														1	
José Renato	Papamel					x																							1	
José Roberto de Jesus	Coop. Art. Coroa V.																	x					x				x		3	
José Tarcísio Lima	UFLA/Lavras													x															1	
Joseilton da Costa	ACA																										x		1	
Josirê Paiva	Veracel																				x								1	
Jovanildo Jesus Souza	Artesão															x													1	
Julio Brandão	Veracel																					x							1	

Nome	Instituição	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	Total
Virgínia Camargos	Veracel																				x	x	x	x	x	x		x	x	8
Walmir do Carmo	Gramma										x		x	x	x															4
Willian Pereira Rodrigues	Suzano											x			x	x	x	x	x									x		7
Zélia Piotto	Veracel			x	x	x	x	x	x	x																				7
Total		10	9	17	20	34	23	20	23	20	28	18	31	21	28	25	24	23	50	28	36	32	36	20	27	34	36	32	36	--

Fonte: Fórum Florestal 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; março 2010, adaptada pela autora.

Obs: Oscar Artaza passa a fazer parte do Fórum Florestal mesmo sendo Consultor; Andréa Campeche, além de ser do Natureza Bela, também é Apoio Administrativo do Fórum Florestal.

Data	Local	N.	Data	Local	N.	Data	
13/07/2005	ITAMARAJU	12	14 e 15/06/2007	PORTO SEGURO	23	14/05/2009	PORTO SEGURO
09/08/2005	EUNÁPOLIS	13	29 e 30/08/2007	TEIXEIRA DE FREITAS	24	17 e 18/6/09	ITABATÃ
12/12/2005	PORTO SEGURO	14	29 e 30/10/2007	PORTO SEGURO	25	19 e 20/8/09	PORTO SEGURO
07/03/2006	EUNÁPOLIS	15	19 e 20/12/2007	ITAMARAJU	26	21 e 22/10/09	TEIXEIRA DE FREITAS
27/04/2006	PORTO SEGURO	16	06 e 07/03/2008	PORTO SEGURO	27	2 e 3/12/2009	PORTO SEGURO
06/06/2006	PORTO SEGURO	17	08 e 09/05/2008	PORTO SEGURO			
08/08/2006	PORTO SEGURO	18	16 a 18/07/2008	PORTO SEGURO			
04/10/2006	PORTO SEGURO	19	---/09/2008	PORTO SEGURO			
19/12/2006	PORTO SEGURO	20	19 e 20/11/2008	PORTO SEGURO			
13/03/2007	PRADO	21	5 e 6/2/2009	PORTO SEGURO			
25/04/2007	PORTO SEGURO	22	8 e 9/4/2009	PORTO SEGURO			

APÊNDICE 05
TABELA DE FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES
POR PESSOA E POR ORGANIZAÇÃO

Instituição/Reunião	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	
CI																				1									
Coop. Art. Coroa V.																	1				2							1	
Cooplantar						1	1	1	1		1	1	1	1		1	2	1	1	1									
Coral Vivo																												1	
Dama	1	1																											
Diálogo Florestal																							1						
Ecotuba			2																										
Embrapa								1																					
Flora Brasil	2	1			1	1	1	1	1	2	2	1	1	2	5	1	1	4		1		3		2	2	4		5	
Floresta Viva					1													1											
Fundação Jupará																		1		1		1						1	
Germen												1						1											
Gramma										1		1	1	1															
IBIO	1	2	1	1	1		1	1	2		1	1	2	2	1	3	2	4	2	2	3	1	4	2	1		2	3	
Inst. Cabruca																						2	1		1				
Inst. Cidade			1	1	1	1		2	1	1	1	1	1		1		1	1			1				1	1			
Inst. Reciclar			1															2	1	1	1	1	2	3	3	1	2	1	
Inst. Terra Brasilis			1	1						1																			
IUCN												1																	
MDPS														2		3	1	1	3	1	1	1				1	1	2	
Micro P. Rural																										1	1		
Naturezabela	2	1	1	5	2	2	2	2	2	2	3	1	1	2	1	2	2	1		2	3	3	2	2	4	3	2	1	
Papamel					2																				1				
PAT Ecosmar												1						1		1	1								
Preserva	2	2	1		2				2	1	1							1	1										
Proeco Caraíva				1																									
Projeto Coral Vivo																									1				
S.M.Amb. P.S.																										1			
TNC																					1		1		1	1			

APÊNDICE 06
TABELA DE QUESTÕES E DELIBERAÇÕES
DO FÓRUM FLORESTAL

TABELA 01
ACOMPANHAMENTOS DAS QUESTÕES E DELIBERAÇÕES QUE FORAM DISCUTIDAS NAS PLENÁRIAS DO FÓRUM FLORESTAL E
FREQUÊNCIA DE ABORDADGEM
JULHO DE 2005 a DEZEMBRO DE 2009

Nº	QUESTÕES	DELIBERAÇÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	
01	Averiguar denúncia em uma área de fomentado da Aracruz	Visitar área de fomento. (R-2) Retorno Aracruz (R-2)		X																											
02	Formação dos Corredores Ecológicos – integração de ações – Piloto Rio Caraiva.	Apresentação das empresas e ONGs sobre esforços para criação de corredores ecológicos. Priorização de áreas. (R-3)			X																										
03	Eucaliptocultura nas áreas de amortecimento de UCs, APP e APA.	Apresentação das ONGs e empresas sobre suas posições e políticas acerca do assunto (facultativo). (R-3) Criação de GT com membros do Fórum e chefes de UC. (R-8). Criação de GT de UCs (ONGs, gestores de parque, proprietários de terras no entorno, especialistas, empresas) (R-9). Criação de GT de Zona de amortecimento (R-13). Decidiu-se não ser um GT. Um grupo fechará uma proposta de diretrizes e enviará para os Gestores das UCs para sugestões e			X					X	X				X	X											X	X			

N°	QUESTÕES	DELIBERAÇÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
		<p>comentários, encaminhando ao IBAMA (R- 14).</p> <p>As empresas trarão mapas e relatos dos procedimentos de manejo diferenciado em zonas de amortecimento. (R-24)</p> <p>Convidar os gestores dos PARNAS, RESEX e IPHAN (R-24)</p> <p>Apresentação dos gestores e manutenção no assunto no GT de ordenamento territorial (R-25)</p> <p>As empresas trarão os termos acordados com os Parques e mapas com detalhamento da cobertura florestal para o trabalho de formação de Corredores Ecológicos. (R-25)</p>																												
04	Desenvolvimento e capacitação de arranjos produtivos locais, visando a recuperação da Mata Atlântica, geração de renda, viabilização de pequenos negócios/ projetos.	<p>ONGs trarão propostas / demandas / projetos. (R-3)</p> <p>Pesquisa SEBRAE – perfil das serrarias da região. (R-8)</p> <p>O assunto extrapola a capacidade / proposta atual de resolução. (R-8)</p> <p>Plantio de arboreto – a Embrapa enviará um "rascunho" de proposta técnica. (R-8)</p> <p>Manejo diferenciado para o uso múltiplo. (R-8).</p>			X				X						X	X	X		X					X					X	

Nº	QUESTÕES	DELIBERAÇÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
		<p>implantação de campanha de comunicação e sensibilização. Sugestão envolver as Secretarias municipais (R-13).</p> <p>Elaborar convênio com EMBRAPA (Aracruz) (R-13).</p> <p>A madeira deve ser comprada pelos artesãos, pois se trata de um negócio e deve ser evitado o clientelismo (R-14).</p> <p>Elaborar proposta para teste (empresa) e capacitação (Flora Brasil). (R-14)</p> <p>Plano de negócio (empresa/Flora Brasil). Oficina Modelo (empresa/Flora Brasil/UFLA). (R-14)</p> <p>Estimular a demanda de pequenos objetos (brindes) (Empresas). (R-14)</p> <p>Estudo de mercado e plano de negócio. (R-14)</p> <p>Certificado (R-14).</p> <p>Reunião com área de pesquisa da Aracruz (melhor espécie de eucalipto para produção de POMs). (R-15)</p> <p>Reunião para verificar conclusões atuais de fornecimento, preço, condições de entrega. (R-15)</p>																												

Nº	QUESTÕES	DELIBERAÇÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28		
		<p>de eucalipto para artesanato. (R-17).</p> <p>Elaborar os convênios com a Universidade de Lavras e EMBRAPA (Oscar) (R-18).</p> <p>Definição e apresentação do Plano de Ação para os próximos 2 anos. Apoio do PCE (Cornelius + Oscar) (R20).</p> <p>Contratação de serviços (R-24)</p> <p>As empresas devem trazer proposta de trabalho integrado com o Artesão Legal (R-24)</p> <p>Não se aguardar o próximo encontro para manifestação de compromisso das empresas (R-25)</p> <p>Sem deliberação. (R-28)</p>																														
05	<p>Fomento Florestal – Modelo / Maximizar as oportunidades e minimizar os riscos/agregar valores de conservação</p> <p>Alcance, formato, localização, riscos e oportunidades para formação de corredor central.</p>	<p>As empresas deverão apresentar suas práticas, oportunidades e dificuldades / Oportunidade de sinergias. (R-3)</p> <p>Apresentação das empresas: mapas de localização / modelos de contrato / perfil dos fomentados / condicionamentos ambientais exigidos aos fomentados / licenciamento para fomento florestal /</p>			X	X	X	X		X	X	X	X						X	X				X		X		X	X			

Nº	QUESTÕES	DELIBERAÇÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28		
		<p>da 2ª etapa. (R-25)</p> <p>A consultoria elaborará um estudo estatístico para modificação e validação da amostragem. (R-26)</p> <p>A Suzano deve enviar dados das fazendas. (R-26)</p> <p>As Empresas devem apresentar nome dos técnicos que acompanharão o Consultor e juntos emitirão parecer. (R-27)</p> <p>Consultoria enviará metodologia. (R-27)</p> <p>Fundamentar denúncia. (R-27)</p>																														
06	Aspectos sociais e culturais no entorno de eucaliptocultura – investimentos sociais.	As empresas apresentarão seus projetos, políticas e estratégia de ações sociais. Identificação das ONGs de possíveis sinergias (R-3)			X																											
07	Utilização de carvão da região por empresas do ES e MG.	<p>As empresas apresentarão a possibilidade de um trabalho de inteligência em relação ao assunto. (R-6)</p> <p>Acompanhar o trâmite da revisão da lei ambiental do Estado da Bahia, especialmente o item que proíbe a atividade carvoeira com nativas. (R-17)</p>						X											X				X				X					

Nº	QUESTÕES	DELIBERAÇÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
	Estado da Bahia.	vinculadas a convites. (R-16)																												
17	Espírito de transparências e difusão de informações.	Não retirar ex-participantes do fórum do grupo de mensagem (R-16)																X												
18	Cooperação entre as empresas, para integração de ações e políticas ambientais.	Não houve consenso. (R-16)																X												
19	Ordenamento Territorial	<p>Criação de GT (R-13)</p> <p>Utilização de conhecimento e literatura existente para determinação de parâmetros dos acordos a serem construídos. (R-20)</p> <p>Determinar com o PCE formas de atuação conjunta para ordenamento territorial. (R-20)</p> <p>Visita a campo do GT a municípios litorâneos. (R-22)</p> <p>As empresas realizarão estudos de ocupação do solo por municípios. (R-22)</p> <p>Apresentar o tema de conflitos da silvicultura com o turismo. (R-22)</p> <p>Elaboração da proposta de</p>													X							X		X				X	X	X

Nº	QUESTÕES	DELIBERAÇÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
		comitês e Conselhos Gestores regionais e estaduais para apresentar os princípios, diretrizes e resultados do Fórum. (R-17)																												
26	Impactos socioambientais dos plantios florestais.	As empresas apresentarão os indicadores de impactos sociais e trabalhos desenvolvidos nesta área. (P-9) Criação de GT provisório para elaboração de documento conceitual com lista de indicadores a serem pesquisados. (R-21) Apresentação do Trabalho sobre impactos sociais da silvicultura. (R-22) Apresentação dos conflitos da silvicultura. (R-22)																			X		X	X						
27	Código de Conduta	Proposta de determinação de um código de conduta em relação a informações e dados repassados pelas organizações (R-21).																					X							
28	Monitoramento Independente da Cobertura Florestal.	Aprovação dos termos da proposta em parceria com o subcomitê da RBMA e o CGMAP + Extremo Sul. (R-21)																					X				X	X	X	

Nº	QUESTÕES	DELIBERAÇÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28		
		<p>Debate em plenária sobre contratação da Secretaria Executiva (R-25)</p> <p>A Veracel deverá contratar um profissional sem vínculo com o Fórum Florestal. (R-26)</p> <p>Falta de tempo para elaborar o edital de contratação da consultoria para fazer o edital. (R-27)</p>																														
29	Avaliação Ambiental Estratégica - AAE	<p>A Secretaria Executiva deverá consultar para saber da legitimidade do documento "Silvicultura de eucalipto no Sul e Extremo sul da Bahia". (R-21)</p> <p>Apresentação da AAE pelo IMA (R-22)</p> <p>Apresentação na próxima reunião de versão das empresas sobre o "Diagnóstico da Silvicultura" (R-22)</p>																					X	X								
30	Conselho de Gestão	<p>Deliberado que este será formado pelas pessoas do grupo de e-mail da plenária (R-24)</p>																								X						
31	Código de Ética	<p>Colocar na carta de Princípios. (R-24)</p> <p>Iniciar no grupo de mensagem. (R-26)</p> <p>Empresas devem enviar seus códigos de conduta. (R-28)</p>																								X	X	X				

Nº	QUESTÕES	DELIBERAÇÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	
		A lista de presença deverá constar quem é membro e quem é convidado. (R-27)																													
37	Contratação da Secretaria Executiva, Apoio Administrativo e Hospedeiro	Edital de convocação para Secretário Executivo e escolha do Hospedeiro entre candidatos do Fórum Florestal. (R-27) Apresentado resultado da seleção para Secretário Executivo e Hospedeiro. (R-28) Contratação de Apoio Administrativo via Edital. (R-28)																												X	X
38	Capacitação	Empresas enviarão termos técnicos e cartilhas. (R-27)																												X	
39	Integração de datas com outros Fóruns	Independência de outros fóruns regionais (R-28)																													X

FONTE: FÓRUM FLORESTAL, 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; março de 2010, adaptada pela autora.

OBS: A reunião 23 foi extraordinária e gerou como documento a Carta de Princípios do Fórum Florestal, não houve ata.

Reuniões em verde foram observadas para efeito desta dissertação.

O número após a deliberação corresponde à reunião em que foi deliberado.

ANEXOS

ANEXO 01
MANIFESTO DO FÓRUM SOCIOAMBIENTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

FÓRUM SOCIOAMBIENTAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA

COMUNICADO

O Fórum Socioambiental do Extremo Sul da Bahia que congrega mais de quarenta entidades reuniu-se em Itamaraju em 13/07/2005 objetivando avaliar o convite da Aracruz Celulose propondo uma reunião para desenvolver parcerias com ONGs ambientalistas. **Decidimos não participar deste encontro pelas razões seguintes:**

- A Aracruz Celulose pelo seu histórico de crimes ambientalistas praticados no Extremo Sul da Bahia não tem credibilidade e nem merece nossa confiança para estabelecimento de parcerias. Entendemos que esta iniciativa da empresa de supostas "parcerias e diálogos", já é conhecida no estado do Espírito Santo como prática de manobra e tentativa de legitimidade junto à sociedade. Esta postura vem sendo combatida veementemente pelo Fórum sociambiental do Extremo Sul da Bahia, pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde e por todos aqueles que defendem um desenvolvimento sustentável.

Itamaraju, 13 de Julho de 2005

FÓRUM SOCIOAMBIENTAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA

ANEXO 02
CARTA DE COMPROMISSO DA ARACRUZ



ARACRUZ CELULOSE S.A.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2005

Às ONGs Ambientalistas do Sul da Bahia

Senhores:

Gostaríamos de agradecer a atenção e o interesse dispensados pelas ONGs ambientalistas do sul da Bahia que compareceram a nossa última reunião em 13 de julho de 2005 em Itamarajú, BA.

Com o objetivo de obter maior efetividade no relacionamento com as partes interessadas de seu negócio, a Aracruz Celulose busca a criação de canais de comunicação com ONGs ambientalistas das áreas de atuação da empresa.

Para que isso seja possível, temos o firme propósito de manter e estreitar, em bases regulares, nosso relacionamento com estas importantes organizações, tendo em vista o contínuo aprimoramento das operações da Aracruz no sul da Bahia.

Aproveitamos a oportunidade para informar que nossa próxima reunião está programada para 9 de agosto de 2005 em Eunápolis, BA e para reiterar nossa convicção nos bons frutos que esta iniciativa trará para a comunidade e para o meio ambiente.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Roxo
Diretor de Meio Ambiente e
Relações Corporativas

ANEXO 03
CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA (Dezembro de 2009)

CARTA DE PRINCÍPIOS

MISSÃO

Ser espaço permanente de diálogo da sociedade sobre as florestas no sul e extremo sul da Bahia.

PRINCÍPIOS

1. Abertura permanente às organizações da sociedade civil interessadas.
2. Inexistência de critérios de exclusão.
3. Presunção de boa fé entre os participantes.
4. Decisões por consenso.
5. Compromisso dos participantes com esclarecimento de qualquer questão trazida ao Fórum.
6. Atuação também como indivíduos/cidadãos, além da representação das organizações.
7. Complementaridade com outros fóruns e conselhos.
8. Transparência — os processos, ações e resultados do Fórum devem ser difundidos amplamente, por diversos meios.

OBJETIVOS

1. Conservar a biodiversidade florestal da Mata Atlântica, incluindo formação de corredores ecológicos.
2. Fomentar adequação ambiental de propriedades rurais com atividades silviculturais.
3. Promover acordos sobre ordenamento territorial.
4. Direcionar ações para mitigar/potencializar impactos sociais e ambientais da silvicultura.
5. Mediar conflitos da silvicultura com outras atividades e comunidades.
6. Facilitar a integração de ações das organizações participantes do Fórum.
7. Fomentar uso múltiplo de madeira e produtos florestais não madeireiros de forma sustentável e legalizada, fortalecendo suas cadeias produtivas.

MEMBROS

Organizações ambientalistas, empresas florestais e afins, cooperativas, associações e grupos comunitários. Representantes do poder público podem participar como convidados.

SISTEMA DE DECISÃO

Somente a plenária é deliberativa. Grupos de trabalho e grupo de mensagens são consultivos, podendo tomar apenas decisões operacionais (metodologia de trabalho, pautas, data e local de reuniões etc.).

Todas as organizações aceitam os princípios acima para participação no Fórum Florestal.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)